



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1388

Sexta-feira - 13 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	8
Antônio Carlos	9
Arroio Trinta	10
Biguaçu	10
Bom Retiro	24
Braço do Trombudo	26
Caçador	125
Camboriú	125
Campo Alegre	127
Canoinhas	139
Capinzal	139
Catanduvas	140
Chapadão do Lageado	141
Concórdia	144
Cordilheira Alta	145
Coronel Martins	146
Corupá	148
Curitibanos	153
Ermo	153
Eral Velho	153
Faxinal dos Guedes	165
Forquilha	165
Fraiburgo	171
Garopaba	232
Garuva	233
Gaspar	233
Grão Pará	234
Guaramirim	235
Herval d'Oeste	236
Ibiam	237
Ilhota	237
Imbituba	237
Iomerê	240
Irineópolis	245
Itaiópolis	249
Itapiranga	250
Itapoá	254
Joaçaba	255
Lages	259
Lauro Muller	259
Lebon Regis	276
Leoberto Leal	277
Luzerna	278
Maíra	295
Maravilha	296
Marema	311
Massaranduba	322
Meleiro	323
Modelo	324

Navegantes	324
Novo Horizonte	327
Orleans	328
Ouro Verde	329
Palhoça	329
Papanduva	340
Passo de Torres	341
Paulo Lopes	344
Pinheiro Preto	344
Pomerode	345
Porto Belo	345
Porto União	346
Rio do Sul	347
Salto Veloso	358
Santa Rosa do Sul	360
São Bento do Sul	361
São Domingos	365
São João do Sul	368
São José	368
São Lourenço do Oeste	376
São Pedro de Alcântara	412
Schroeder	416
Serra Alta	454
Sombrio	461
Timbé do Sul	463
Timbó	466
Três Barras	480
Tunápolis	483
Turvo	484
Vargem Bonita	485
Videira	490
Vitor Meireles	491
Xavantina	492

Associações

AMMVI	493
-------------	-----

Consórcios

AGIR	495
CIGA	496
CINCO	496
CISAM	498

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



13 DE DEZEMBRO

Parabéns, Itá, por seus 57 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





14 DE DEZEMBRO

Parabéns, Águas de Chapecó, por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





14 DE DEZEMBRO

Parabéns, Balneário Piçarras, por seus 50 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





14 DE DEZEMBRO

Parabéns, Caxambu do Sul, por seus 50 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





15 DE DEZEMBRO

Parabéns, Arroio Trinta, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





15 DE DEZEMBRO

Parabéns, Salto Veloso, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Portaria 268/2013

PORTARIA Nº 268/2013 de 09 de Dezembro de 2013
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Priscila Hoffelder Corradi, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, a partir de 09/12/2013 a 23/12/2013, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de Dezembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 265/2013

PORTARIA Nº 265/2013 de 03 de Dezembro de 2013
"EXONERA DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DE SETOR O SERVIDOR QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonera da Função Gratificada de Chefe de Setor, funcionário ARCOELINO JOAO BORTOLINI, inscrito sob CPF 422.798.109-30, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 01/12/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/12/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Dezembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 266/2013

PORTARIA Nº 266/2013 de 03 de Dezembro de 2013
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR O SERVIDOR QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Concede Função Gratificada de Motorista do Transporte Escolar atendendo nos turnos matutino, vespertino e noturno, no transporte dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, ao funcionário ARCOELINO JOAO BORTOLINI, inscrito sob CPF 422.798.109-30, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a contar de 01/12/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/12/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de Dezembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 267/2013

PORTARIA Nº 267/2013 de 03 de dezembro de 2013
"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder licença maternidade de 120 dias a funcionária Daniela Dresch Hack, a partir de 03/12/2013 a 01/04/2014, conforme certidão de nascimento em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Água Doce, 03 de dezembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 269/2013

PORTARIA Nº 269/2013 de 09 de Dezembro de 2013
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº.

015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias, período 12/13, a funcionária Lorete Lourdes Pântano Guisleni, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na data de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de Dezembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 136/2013

DECRETO N° 136/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 302,96 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 302,96

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 302,96

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 12 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto N° 137/2013

DECRETO N° 137/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 14.310,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 -Gabinete do Prefeito

02.01 -Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0001.2.002-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.010,00

06 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0008.2.038-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 11.300,00

06.01.06.244.0008.2.041-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 -Gabinete do Prefeito

02.01 -Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0001.2.002-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.010,00

06 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0008.2.038-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 11.300,00

06.01.06.244.0008.2.041-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 12 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Portaria N° 482/2013

PORTARIA N° 482/2013

Dispensa ACTS.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensa, MARIA GABRIELA CRUZ SILVA, do cargo temporário, de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, pelo termino de seu contrato, a partir de 13 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de dezembro de 2013.

Chamamento Publico N° 013/2013

Carlos, 12 de dezembro de 2013.

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Chamamento Público N°. 013/2013

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública que no Chamamento Público nº. 013/2013, cujo objetivo consiste na contratação emergencial de motorista categoria "D", houve a inscrição de apenas um interessado conforme tabela abaixo.

MOTORISTA CATEGORIA "D"

NOME

1. Vilson Besen

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei N° 1658, de 12/12/2013.

LEI Nº 1658, DE 12/12/2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Receber em Doação Bem Móvel da SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA/SGEP - DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a receber em doação o seguinte bem:

- 01 aparelho de TV LCD 32, MARCA LG, ACOMPANHADO DE SUPORTE MÓBILE E CABO HDMI no valor de R\$ 1.143,98 (Um mil cento e quarenta e três reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo único. O bem móvel descrito no caput do presente Artigo tem destinação restrita ao Conselho Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O bem recebido em doação passará a integrar o patrimônio público do Município de Arroio Trinta.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de dezembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei N° 1659, de 12/12/2013.

LEI Nº 1659, DE 12/12/2013.

Autoriza o Executivo Municipal a Celebrar Termo de Doação de Máquina, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE DOAÇÃO entre o Município de Arroio Trinta (DONATÁRIO) e o Governo Federal, através do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (DOADOR), a título gratuito, e autoriza o Município de Arroio Trinta, fazer uso da MÁQUINA MOTONIVELADORA COM ENCARGOS PAC2, tudo em conformidade com o Termo de Doação (anexo).

Art. 2º Com a celebração do TERMO DE DOAÇÃO de que trata o artigo 1º, implicará por parte do Município e por parte do Governo Federal, as responsabilidades descritas no referido TERMO DE DOAÇÃO.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de dezembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

Lei Complementar N° 066/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2013 DE: 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CRIA O PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL E A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE DOMICÍLIO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Biguaçu faz saber que a Câmara Municipal de Biguaçu aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica criado o Programa de Domicílio Fiscal, visando promover a regularização de empresas e profissionais autônomos prestadores de serviços não estabelecidos, quanto ao cadastro mobiliário municipal, estimulando a formalidade das atividades econômicas.

Art. 2º - As empresas ou profissionais autônomos não estabelecidos que se interessarem em aderir ao programa poderão eleger como domicílio fiscal o endereço da Casa do Empreendedor, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica.

Art. 3º - Fica criada a Taxa de Fiscalização de Domicílio Fiscal, com a finalidade de custear as atividades administrativas fiscais

despendidas no controle e administração do presente Programa.

CAPÍTULO II

DA ADESÃO AO PROGRAMA

Art. 4º - O contribuinte que se interessar em aderir ao programa deverá apresentar requerimento de adesão, anexando os seguintes documentos:

I - Contrato Social, ou Declaração de empresário Individual;

II - CNPJ;

III - Documento de identidade e CPF dos sócios, ou empresário individual;

IV - Comprovante de endereço dos sócios, ou empresário individual;

V - Termo de Compromisso;

§1º - No Contrato Social, e CNPJ deverá constar o endereço da Casa Do Empreendedor.

§2º - O requerimento, bem como toda documentação requerida nos incisos de I a V, deverá ser apresentado anualmente, com as devidas atualizações.

Art. 5º - O requerimento deverá ser encaminhado à Gerência de Cadastro Mobiliário vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, a fim de que, em caso de deferimento do pedido, promova a efetiva inscrição no Cadastro Mobiliário emitindo o respectivo comprovante.

Art. 6º - A inscrição no cadastro Mobiliário deverá ser anualmente atualizada até o dia 10 (dez) de março de cada exercício fiscal.

§1º - A atualização da inscrição no Cadastro Mobiliário dependerá da apresentação de requerimento instruído com documentação elencada no art. 4º.

§2º - A atualização do cadastro é obrigação tributária acessória, e seu não cumprimento sujeita o contribuinte às penalidades da legislação municipal.

CAPÍTULO III

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE DOMICÍLIO FISCAL

Art. 7º - Taxa de Fiscalização de Domicílio Fiscal tem como fato gerador o exercício do poder de polícia despendido na fiscalização dos contribuintes adeptos ao programa, verificando sua regularidade e o cumprimento da legislação tributária municipal.

Art. 8º - Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa de Fiscalização de Domicílio Fiscal, no momento da liberação do comprovante de inscrição no cadastro mobiliário, bem como no primeiro dia de cada exercício fiscal após a inscrição inicial, a título de renovação.

Art. 9º - O valor da Taxa de Fiscalização de Domicílio Fiscal, bem como de sua renovação, será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - O Requerimento de Adesão, Termo de Compromisso e Comprovante de Inscrição estão fixados em modelos anexos à esta Lei Complementar.

Art. 11 - A inscrição no cadastro mobiliário não supre a necessidade de Licença para Instalação e funcionamento em caso de contribuinte estabelecido.

Art. 12 - Esta lei oferece ao contribuinte apenas a possibilidade de eleição de domicílio fiscal no endereço da Casa do Empreendedor, não implicando em responsabilidade do Município quanto ao recebimento, administração ou guarda de correspondências endereçadas aos adeptos do programa, conforme Termo de Compromisso.

Art. 13 - Aplica-se aos que aderirem ao presente programa todas

as disposições da legislação tributária municipal.

Art. 14 - O valor da Taxa de Fiscalização de Domicílio Fiscal será atualizado no mês de janeiro de cada ano com base na variação nominal do INPC - Índice Nacional de preços ao Consumidor, relativamente ao exercício anterior.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 066/2013, de 11/12/2013

Sancionada em 11/12/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Lei Complementar Nº 067/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2013

DE: 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA ATRAIR EMPREENDIMENTOS, CONCEDENDO BENEFÍCIO FISCAL ÀS EMPRESAS DELE PARTICIPANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Biguaçu faz saber que a Câmara Municipal de Biguaçu aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica criado o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Biguaçu - PROBIGUÁ com objetivo de estimular e atrair investimentos produtivos para o Município de Biguaçu, gerar emprego, renda e incrementar os negócios de caráter privado.

Art. 2º - As empresas já instaladas e as que se interessarem em realizar novos investimentos no Município poderão ser beneficiadas com redução ou isenção dos seguintes tributos abaixo:

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, incidente sobre o imóvel objeto do investimento;

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, incidente sobre a aquisição do imóvel no qual será implantado o empreendimento;

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;

Taxas e Preços Públicos referentes aos atos administrativos necessários à regularização do projeto, implantação e funcionamento do empreendimento.

§ 1º - O tributo previsto no inciso III, não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

§ 2º – Excetuam-se da previsão do § 1º, os itens 7.02, 7.04 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003.

Art. 3º - Os benefícios fiscais previstos na presente lei destinam-se às empresas ou grupos empresariais, da indústria, comércio ou



prestação de serviços que atuam nas seguintes atividades econômicas:

Cadeia Automotiva:
Indústria Automotiva;
Indústria Metalúrgica Automotiva;
Logística Automotiva;
Concessionária Automotiva.

Cadeia Náutica:
Estaleiros, construção de embarcações;
Metalúrgica náutica;
Oficina náutica;
Indústria moveleira náutica.

Cadeia de Inovação Tecnológica:
Empresas de pesquisas;
Startups;
Desenvolvimento de Sistemas;
Montagem de equipamentos eletrônicos;
Empresa de tecnologia voltada para telemarketing, publicidade ou similares;
Desenvolvimento de Hardware e equipamentos informáticos;
Sistemas de Telecomunicações e Equipamentos e serviços;
Equipamentos de Informática: Hardware e periféricos;
Serviços de Informática: Desenvolvimento de software, consultoria em hardware e software, gestão de dados e distribuição eletrônica de informações;
Pesquisa e Desenvolvimento;
Design;
Laboratórios de Ensaio e Testes de Qualidade;
Instrumentos de Precisão e Automação Industrial;
Novas Tecnologias: Biotecnologia, Nanotecnologia, Saúde, Novos Materiais e Tecnologias Ambientais.

Cadeia da Saúde:
Clínicas Médicas, Laboratórios, Maternidades e Hospitais.

Cadeia de Logística:
Transporte, Gerenciamento de Estoques, Processamento de Pedidos, Armazenagem, Manuseio de materiais, Embalagem, Obtenção / Compras;
Centros de Distribuição.

Turismo e Eventos:
Hotelaria, Hospedaria;
Centro de Convenções e Eventos Corporativos.

Outros Segmentos Industriais;
Outros Seguintes do Comércio;
Outros Segmentos de Serviços;

§1º - Os Incentivos previstos às cadeias produtivas elencadas nos itens I a IX serão concedidos em razão do número de empregos diretos oferecidos pelo empreendimento no Município e respeitará os prazos e condições previstos nesta Lei.

§2º - As empresas pertencentes a um mesmo grupo empresarial que executem atividades econômicas complementares, com funcionamento em uma mesma unidade, em unidades anexas, serão consideradas como uma única empresa para fins de enquadramento na presente lei de incentivo.

Art. 4º - Empresas que prestem serviços com exclusividade devidamente comprovada à empresa ou grupo empresarial beneficiado pela presente lei, poderá ser beneficiada com redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços, desde que estabelecida neste Município.

Art. 5º - Os incentivos fiscais previstos nesta lei deverão ser

expressamente requeridos pelo interessado, em procedimento específico.

§ 1º O beneficiário deverá comprovar, até o último dia do mês de Outubro de cada exercício, através de documentação específica o cumprimento dos requisitos para manutenção dos benefícios.

§ 2º - A documentação necessária para o recebimento, conhecimento do pedido, concessão e manutenção dos incentivos fiscais será disposta em normas regulamentadoras.

§ 3º - A aprovação ou não dos benefícios será de competência da comissão específica, que levará em consideração os pareceres prévios emitidos pelos órgãos de Fiscalização Tributária, Sanitária, Ambiental, Obras e Posturas.

Art. 6º - Caberão as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica e da Fazenda o gerenciamento do Programa.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO

Art. 7º - Fica criada a Comissão de Análise de Benefícios Fiscais, que será constituída por 07 (sete) membros nomeados por ato do Prefeito Municipal, com a seguinte formação:

Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica;

Dois representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, sendo um da Diretoria Geral de Tributos e outro da Diretoria de Contabilidade e Orçamento;

Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;

Um representante da Secretaria Municipal de Governo;

Um representante da Procuradoria Geral do Município;

Um representante da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º - A Comissão será presidida pelo representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica ou um dos representantes da Secretaria Municipal da Fazenda.

§2º - A Comissão de Análise de Benefícios Fiscais terá seu funcionamento definido em regulamento.

Art. 8º - A Comissão de Análise de Benefícios Fiscais se reunirá mensalmente em caráter ordinário, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente para a análise dos projetos.

§ 1º Após a emissão do parecer, o mesmo deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal, para a sua aprovação ou veto.

§ 2º A Comissão de Análise de Benefícios Fiscais poderá fazer ao interessado as exigências que julgar necessárias para complementar as informações, devendo proferir seu parecer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, justificadamente prorrogáveis por igual período.

CAPÍTULO III DO IPTU

Art. 9º - Será concedida redução ou isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, às empresas da indústria, comércio ou prestadoras de serviços, com atividade econômica prevista no art. 3º, instaladas ou que venham a se instalar no Município, nos seguintes termos:

Previstas no inciso I do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 20 a 30 empregados	Redução de 25% (vinte e cinco por cento)	Até 10 anos

De 31 a 100 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos
De 101 a 200 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 201 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(AUTOMOTIVA) – escalonamento a partir de 20 empregados considerando ser interessante ao município a vinda de concessionárias automotivas.

Previstas no inciso II do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 05 a 10 empregados	Redução de 25% (vinte e cinco por cento)	Até 10 anos
De 11 a 25 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos
De 26 a 50 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 51 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(NÁUTICA) - neste caso inclui 4 faixas de redução para beneficiar os pequenos empresários que a anos sofrem com assoreamento da boca do rio.

Previstas no inciso III do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 05 a 10 empregados	Redução de 25% (vinte e cinco por cento)	Até 10 anos
De 11 a 25 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos
De 26 a 50 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 51 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(INOVAÇÃO TECNOLÓGICA)-escalonamento a partir de 25% de desconto para beneficiar empresas de pequeno/médio porte – já que para algumas áreas da tecnologia não há necessidade de grande numero de empregados, porém é atividade “limpa” não poluente que exige mão de obra qualificada. Interessante para o desenvolvimento do município.

Previstas no inciso IV, do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 05 a 10 empregados	Redução de 25% (vinte e cinco por cento)	Até 10 anos
De 11 a 50 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos
De 51 a 100 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 101 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(saúde) – visando grandes empreendimentos como hospitais particulares.

Previstas no inciso V, do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 20 a 30 empregados	Redução de 25% (vinte e cinco por cento)	Até 10 anos
De 31 a 50 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos

De 51 a 150 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 151 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(logística)

Previstas no inciso VI, do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 10 a 30 empregados	Redução de 50% (vinte e cinco por cento)	Até 10 anos
De 31 ou mais empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos

(HOTELARIA – Centro de Eventos Corporativos)

Previstas no inciso VII, do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 50 a 100 empregados	Redução de 25% (vinte e cinco por cento)	Até 10 anos
De 101 a 200 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos
De 201 a 300 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 300 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(indústrias em geral) números altos visando indústrias grandes. Além disso, atividade industrial na maioria é poluente.

Previstas no inciso VIII, do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 50 a 100 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos
De 101 a 150 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 151 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(comércio em geral) – começar a partir de 50 empregos a 50% de desconto para não haver inicialmente queda na arrecadação.

Previstas no inciso IX, do art. 3º:

Nº de empregados	Benefício	Período
De 30 a 50 empregados	Redução de 50% (cinquenta por cento)	Até 10 anos
De 51 a 100 empregados	Redução de 75% (Setenta e cinco por cento)	Até 10 anos
De 101 ou mais empregados	Isenção de 100% (cem por cento)	Até 20 anos

(serviços em geral) – Dificultar para que apenas grandes prestadores de serviço se beneficiem, evitando queda na arrecadação inicialmente.

§1º - Os benefícios acima elencados poderão ser concedidos às empresas já estabelecidas em imóveis de terceiros, ou que venham a se estabelecer, desde que compromissados pelo pagamento do IPTU, nos termos do contrato de locação.

§ 2º - Quando o contribuinte estiver instalado em imóvel de terceiros, o período de validade do benefício será reduzido pela metade, salvo nos casos em que, comprovadamente empregue mais de 100 (cem) funcionários na unidade localizada no Município.

§3º - Caso o contribuinte venha a adquirir o imóvel onde já encontra-se instalado, ou um novo imóvel, onde venha a se instalar, terá seu benefício estendido pelo período que sobrevier, a contar da data de adesão ao programa de incentivos fiscais.

§4º- O benefício se aplica exclusivamente à do imóvel vinculada às atividades exploradas pelo contribuinte beneficiário.

CAPÍTULO IV DO ITBI

Art. 10 - Será concedida isenção do Imposto sobre a Transmissão, Inter vivos, por ato oneroso, de Bens Imóveis – ITBI, às indústrias, empresas do comércio ou prestadoras de serviços, com atividades econômicas previstas no art. 3º, instaladas ou que venham a se instalar no Município, quando da implantação ou ampliação de sua área física, nos seguintes termos:

Previstas no inciso I, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 100 (cem) empregos;

Previstas no inciso II, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 20 (vinte) empregos;

Previstas no inciso III, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 50 (cinquenta) empregos;

Previstas no inciso IV, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 50 (cinquenta) empregos;

Previstas no inciso V, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 100 (cem) empregos;

Previstas no inciso VI, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 30 (trinta) empregos;

Previstas no inciso VII, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 100 (cem) empregos;

Previstas no inciso VIII, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 100 (cem) empregos;

Previstas no inciso IX, do art. 3º, que contratem ou ofereçam mais de 100 (cem) empregos;

§ 1º - O benefício aplica-se exclusivamente à aquisição de imóvel indispensável à realização da atividade econômica explorada pelo contribuinte;

§ 2º - É requisito para fruição do benefício, que o contribuinte exerça efetivamente sua atividade no imóvel, objeto do benefício, pelo prazo mínimo de quatro anos, contados do início das atividades;

§ 3º - O benefício será cancelado caso o contribuinte não inicie suas atividades no prazo de 12 (doze) meses a contar da sua concessão.

§ 4º O contribuinte poderá, justificadamente, requerer a prorrogação do prazo por igual período, que será analisado pela Comissão de Análise de Benefícios Fiscais;

§ 5º O não cumprimento dos requisitos previstos nos incisos de I a IX deste artigo, dentro do prazo de 6 (seis) meses do início da atividade, acarreta na revogação do benefício e ao pagamento do imposto e seus acréscimos legais.

CAPÍTULO V DO ISS

Art. 11 - Os serviços da construção civil, previstos nos itens 7.02, 7.04 e 7.05 da Lista de Serviços, do Anexo, da Lei Complementar Federal nº 116/2003 terão suas alíquotas de ISS reduzida para 2% (dois por cento) nos seguintes casos:

I - Quando realizados na construção ou ampliação de estabelecimentos, desde que ofereçam pelo menos 30 (trinta) empregos na unidade, em virtude da implantação ou expansão.

§ 1º Nos casos em que, o empreendimento ofereça mais de 150 empregos, em virtude da implantação ou expansão, os serviços de construção civil com previsão nos itens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista de

serviços, utilizados na edificação ou ampliação do estabelecimento serão isentos de recolhimento do ISS.

§2º O imposto poderá ser cobrado de forma antecipada, por estimativa, na forma da lei municipal, admitindo-se neste caso o parcelamento do débito, por requerimento específico do responsável tributário em período não superior ao do cronograma da obra, de acordo com o projeto executivo;

§3º Em até 6 (seis) meses após o início de sua atividade econômica, o beneficiário deverá comprovar a satisfação dos requisitos do presente benefício;

§4º Em caso de não cumprimento do requisito para fruição do benefício fiscal previsto no presente artigo dentro do prazo estabelecido, o beneficiário, na qualidade de responsável tributário, recolherá ao tesouro municipal o tributo objeto de benefício indevido com os acréscimos legais.

Art. 12 - As empresas prestadoras de serviços elencados no art. 3º, que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município, terão alíquota reduzida quanto ao ISS, nos seguintes termos:

Prestadores de serviços previstos no inciso I, do art. 3º, que possuam ou ofereçam mais de 30 (trinta) empregos, alíquota de 2% (dois) por 10 (dez) anos;

Prestadores de serviços previstos no inciso II, do art. 3º, que possuam ou ofereçam mais de 10 (dez) empregos, alíquota de 2% (dois) por 10 (dez) anos;

Prestadores de serviços previstos no inciso III, do art. 3º, que possuam ou ofereçam mais de 30 (trinta) empregos, alíquota de 2% (dois) por 10 (dez) anos;

Prestadores de serviços previstos no inciso IV, do art. 3º, que possuam ou ofereçam mais de 20 (vinte) empregos, alíquota de 2% (dois) por 10 (dez) anos;

Prestadores de serviços previstos no inciso V, do art. 3º, que possuam ou ofereçam mais de 20 (vinte) empregos, alíquota de 2% (dois) por 10 (dez) anos;

Prestadores de serviços previstos no inciso IX, do art. 3º, que possuam ou ofereçam mais de 50 (cinquenta) empregos, alíquota de 2% (dois) por 10 (dez) anos;

§1º - Empresas com atividade preponderante de prestação de serviços com mais de 100 (cem) empregados poderão ter o benefício estendido até o prazo máximo de 20 (vinte) anos).

§2º- Empresas que prestem serviços reiteradamente e, com exclusividade, devidamente comprovada à empresa ou grupo empresarial beneficiado pela presente lei, poderá ser beneficiada com redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços para 2% (dois), desde que estabelecida neste Município, e até que o tomador dos serviços seja excluído do presente programa de benefícios fiscais, independente da causa.

§3º - A concessão do benefício previsto no §2º deste artigo, não cumpre requisito para benefício com previsão no Capítulo VI desta Lei.

§4º - É requisito para fruição do benefício que o beneficiário esteja em dia com suas obrigações tributárias, e que caso tenha aderido a programa de parcelamento de débitos extraordinário junto ao Município, que o débito esteja totalmente quitado.

CAPÍTULO VI DAS TAXAS

Art. 13 - As empresas da indústria, comércio ou prestadoras de serviços, que obtiverem algum dos benefícios previstos nos Capítulos II, III ou IV desta Lei, observada a previsão do art.12, §3º, terão redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das taxas devidas pelo exercício do poder de polícia, relativas à construção

ou ampliação da edificação onde está, ou irá estabelecer-se.
Parágrafo Único. Caso a empresa ofereça mais de 150 (cento e cinquenta) empregos em virtude da implantação ou expansão, estará isenta do pagamento das taxas acima descritas.

Art. 14 - As empresas que obtiverem algum dos benefícios previstos nos capítulos II, III ou IV desta lei, observada a previsão do art.12, §3º, ficarão isentas da Taxa de Licença e Instalação e Funcionamento – TLIF.

§1º Para obter isenção da Taxa de Instalação e Funcionamento, o requerimento do benefício deverá preceder o início das atividades.
§2º O benefício poderá ser concedido em decorrência da obtenção de Licença Provisória de funcionamento. Neste caso, o benefício não será novamente concedido em virtude da obtenção da licença definitiva.

CAPÍTULO VII DOS LOTEAMENTOS EMPRESARIAIS E INDUSTRIAIS

Art. 14 – Os loteamentos empresariais ou industriais, com tal classificação dada pelo setor competente, que possua lotes com no mínimo de 1.600 m2 (mil e seiscentos) destinados a abrigar empreendimentos geradores de emprego e renda, terão benefícios fiscais relativos aos atos e atividades que viabilizem sua construção ampliação e manutenção, conforme segue:
Redução de 50% (cinquenta) de ITBI na aquisição de terras para implantação do loteamento;
Isenção de ISS incidente sobre os serviços de construção civil incluídos nos itens 7.02 a 7.04 e 7.05 da Lista de serviços anexa ao Código Tributário Municipal, destinados à construção e disponibilização de infraestrutura do loteamento;
Isenção de taxas municipais relativas à construção, manutenção e ampliação do loteamento.

Parágrafo único - O benefício do inciso I aplica-se apenas a área útil do loteamento.

Art.15 - A administração de loteamento exclusivamente empresarial, desde que funcione nas dependências do mesmo, estará isenta da Taxa de Instalação e Funcionamento e suas renovações, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Art.16 – O loteamento beneficiado pela presente lei não poderá alterar sua finalidade sem que restitua ao tesouro municipal os valores correspondentes aos benefícios indevidamente recebidos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 – Para ser beneficiado pela presente lei o contribuinte não poderá possuir parcelamento de débitos com incentivos fiscais, ou qualquer outro débito com a Fazenda Municipal, ainda que suspenso.

Parágrafo único – Cessado o impedimento, o contribuinte poderá requerer os benefícios da presente lei.

Art. 18 – O Contribuinte que obtiver algum dos benefícios desta lei poderá requerer outros benefícios nela previstos quando do cumprimento de requisitos.

Art. 19 – O contribuinte poderá aderir ao programa de incentivo no prazo de 05 (cinco) anos a partir da publicação desta lei, podendo dela se beneficiar pelo período máximo de 20 (vinte) anos a contar da adesão, observados os requisitos legais, não importando que no decorrer do período de fruição adquira novos benefícios.

Art. 20 – As empresas já instaladas no município só poderão se beneficiar da presente lei após 2 (dois) anos de sua publicação.

Art. 21 - O contribuinte beneficiado pela presente lei será sempre responsável pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, relativo aos serviços tomados de terceiros, na qualidade de substituto tributário.

§1º A obrigação prevista neste artigo se encerrará concomitantemente com os benefícios previsto nesta lei, observando os demais dispositivos da legislação tributária.

Art. 22 - A Comissão de Análise dos Incentivos Fiscais poderá, a qualquer tempo e periodicidade, solicitar ao requerente que comprove por meio de documentação o cumprimento das condições que o habilitaram ao recebimento dos incentivos e que permitam sua continuidade na forma desta lei.

Art. 23 – Os Beneficiários desta Lei deverão cumprir rigorosamente a Legislação Municipal tributária, sanitária, ambiental, de obras e posturas, estando sujeitos às penalidades específicas.
Parágrafo único - A reincidência é causa de exclusão do contribuinte do programa de incentivos fiscais.

Art. 24 – Os beneficiários que deixarem de preencher a qualquer tempo as condições exigidas pelo Programa, ficarão obrigados ao recolhimento normal dos tributos com que foram beneficiados, a partir do evento ensejador da exclusão, sem prejuízos de multa, juros e atualização monetária devidas.

Art.25 - Da decisão de exclusão do programa de benefícios fiscais caberá recurso na esfera administrativa, da qual será remetida à COMAT e ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 26 – Os contribuintes penalizados com a exclusão do programa, não poderão novamente usufruir de seus benefícios.

Art. 27 - Para os efeitos desta lei, a cisão, incorporação, transformação ou qualquer reestruturação societária de empresas, inclusive entrada e saída de sócios, não serão consideradas como instalação ou ampliação.

Art.28 – Os benefícios desta Lei observarão o disposto na Lei Complementar 101 de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29 - Esta Lei Complementar entrará em vigor em 01 de janeiro de 2014.

Art. 30- Ficam revogadas as disposições em contrário. (LC 7 DE 02 DE JUNHO DE 2008).

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 067/2013, de 11/12/2013
Sanccionada em 11/12/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Lei N° 3448/2013

LEI Nº 3448/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa o termo de consolidação das dívidas para com a Fazenda Nacional relativas às contribuições previdenciárias e o seu parcelamento assinado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica homologado o termo de consolidação das Dívidas para com a Fazenda Nacional, no montante de R\$ 5.003.351,82 (Cinco milhões, três mil trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), relativas às contribuições previdenciárias devidas pelo Município de Biguaçu, conforme processos de débitos nºs 37.061.015-6, 37.061.016-4, 37.061.017-2, 37.061.018-0, 36.476.832-0, 37.192.402-2, 37.192.403-0, 37.244.645-0, 37.244.646-9, 37.244.647-7 e 51.011.590-0.

Art. 2º A dívida consolidada e homologada pelo artigo 1º desta lei poderá ser paga em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais, nos termos da Lei (federal) nº 12.810/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2013 e seguintes com a seguinte classificação:

1901. Encargos Gerais do Município
1901.28. Encargos Gerais do Município
1901.28.843. Serviço da Dívida Interna
1901.28.843.0015. Encargos Especiais
1901.28.843.0015.0003. Amortização de Dívida
4.6.00.00 - Amortização da Dívida

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal deverá alocar recursos orçamentários necessários ao atendimento das despesas decorrentes desta lei nos exercícios seguintes a 2013.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei Municipal nº 2863, de 22 de dezembro de 2009.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3448/2013, de 11/12/2013
Sancionada em 11/12/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Lei Nº 3449/2013

LEI Nº 3449/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER O USO DA Balsa de Manejo a ASSOCIAÇÃO DOS MARICULTORES PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - AMABI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a ceder, mediante Termo de Cessão de Uso, a Balsa de Manejo, de propriedade do Município, a Associação dos Maricultores Profissionais do Município de Biguaçu - AMABI.

Art. 2º. A balsa de manejo será destinada para auxiliar no desempenho e ampliação das atividades de Maricultura no Município.

Art. 3º. Fica estipulado o prazo de cessão de 04 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Art. 4º. Fica a Cessionária responsável por despendar de todo o investimento necessário para a conservação e manutenção da Balsa de Manejo, sem que haja nenhum custo ao Erário Público

Municipal.

Art. 5º. O Termo de Cessão de Uso será rescindido e ocorrerá a reversibilidade da mesma, voltando a posse da Balsa de Manejo a este Município, nos seguintes casos:

I - uso pela Cessionária diverso da finalidade a que foi concedido;
II - na hipótese de aluguel para terceiros não associados;
III - por razões de interesse público;
IV - decorrido o prazo da cessão;
V - pelo não cumprimento por parte da Cessionária das obrigações ora estipuladas, bem como as definidas no Termo de Concessão de Uso.

Art. 8º. O Termo de Cessão de Uso será celebrado entre o Município de Biguaçu, representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e a Cessionária.

Art. 9º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3449/2013, de 11/12/2013
Sancionada em 11/12/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Lei Nº 3450/2013

LEI Nº 3450/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR NO SALDO DEVEDOR DO PARCELAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 3189/2011 O VALOR CORRESPONDENTE AO DÉFICIT ATUARIAL DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2013, INSERE O ANEXO ÚNICO NA LEI MUNICIPAL Nº 3189/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao saldo devedor do parcelamento instituído nos termos da Lei municipal nº 3189/2011, o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2013, que totaliza R\$ 6.478.823,11 (seis milhões quatrocentos e setenta e oito mil e oitocentos e vinte e três reais e onze centavos) posicionado em 31/12/2012, devendo ser atualizado para 31/12/2013.

§1º#8304; O valor do déficit atuarial contido no caput deste artigo será atualizado, no período de deferimento, compreendido entre 31/12/2012 a 31/12/2013, pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei municipal nº 3189/2011.

§2º#8304; A primeira parcela que será paga considerando a inclusão do valor indicado no caput deste artigo será no mês de janeiro de 2014, com vencimento até o dia 10/02/2014.

§3º#8304; O valor de cada parcela será calculado nos termos do §1º do art. 4º da Lei municipal nº 3189/2011.

Art. 2º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo

pagamento.

Parágrafo único. Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Se os critérios de parcelamento previsto nesta Lei resultar em desequilíbrio financeiro-actuarial do plano de custeio do PREVBIGUAÇU, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer actuarial.

Art. 4º Em decorrência da reavaliação actuarial, o saldo devedor referente ao aporte financeiro parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art. 5º O art. 10 da Lei nº 3189/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 Em decorrência da reavaliação actuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei e no seu Anexo Único, poderá ser revisto a qualquer tempo, seguindo as orientações estabelecidas na Avaliação Actuarial e respectivo Parecer.”

Art. 6º Fica inserido na Lei n. 3189/2011 o Anexo Único, que dispõe sobre a evolução de todo o período do respectivo Plano de Amortização.

Art.7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3450/2013, de 11/12/2013

Sancionada em 11/12/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 211/2013

DECRETO Nº 211/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO 085/2013, DE 21/06/2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescida a alínea “g”, no inciso I, do artigo 1º, do Decreto nº 085/2013, de 21 de junho de 2013:

“g) Assinar as Portarias de exoneração e demissão de funcionários”

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Admitir o (a) Servidor (a) Isabela Miranda dos Santos Fernandes, de acordo com a Lei Nº 1528/2001, Para Ocupar o Cargo Temporário de Professor III (In

Admitir o (a) Servidor (a) ISABELA MIRANDA DOS SANTOS FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISABELA MIRANDA DOS SANTOS FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/12/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3647 de 06 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3647 de 06 de dezembro de 2013

Exonera o(a) Servidor(a) Pedro Valdemiro Mendes, ocupante do cargo temporário de Eletricista, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Pedro Valdemiro Mendes, detentor do cargo de provimento temporário de Eletricista, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/12/2013.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3648 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3648 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE CARLOS ROSINI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE CARLOS ROSINI, para

desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 31/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3649 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3649 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANA DA COSTA FERAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANA DA COSTA FERAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de NUTRICIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 21/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3650 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3650 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 15/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3651 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3651 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SILVIA CRISTINA PEREIRA SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SILVIA CRISTINA PEREIRA SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 24/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3652 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3652 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIANA VALDETE DE ANDRADE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIANA VALDETE DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 18/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3653 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3653 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAYANI POLIZEL DE SOUZA FRANCO KRONN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAYANI POLIZEL DE SOUZA FRANCO KRONN, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 18/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3654 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3654 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE APARECIDA SILVA VELASCO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE APARECIDA SILVA VELASCO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 20/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3655 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3655 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PAMELLA ASSUNÇÃO, e dá

outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PAMELLA ASSUNÇÃO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 23/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3656 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3656 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), REGINA NELLY RAFAEL ZEFERINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), REGINA NELLY RAFAEL ZEFERINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 07/12/2013 a 15/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3658 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3658 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) TERESA CHAVES NERES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TERESA CHAVES NERES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRANÇO), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 06/12/2013 a 06/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3659 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3659 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREZA COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREZA COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/10/2013 a 21/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/10/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3660 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3660 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) JANAINA TEIXEIRA SCHNEIDER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JANAINA TEIXEIRA SCHNEIDER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/12/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3661 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3661 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) SANDRA APARECIDA CHALCOMSKI CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA APARECIDA CHALCOMSKI CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/12/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3662 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3662 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) IRMA FRANCISCO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IRMA FRANCISCO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3663 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3663 de 10 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANESSA CORREIA DOS SANTOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de

natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANESSA CORREIA DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/12/2013 a 31/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3665 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3665 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) RAQUEL BARBOZA ELISABETE DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (HISTÓRIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL BARBOZA ELISABETE DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (HISTÓRIA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/12/2013 a 20/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3666 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3666 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ANDRESSA ALVES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDRESSA ALVES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/11/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/11/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3667 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3667 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MARCIA MARINA VIDAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCIA MARINA VIDAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/11/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/11/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3668 de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3668 de 10 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIMARA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIMARA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL - SEM REGÊNCIA DE CLASSE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/12/2013 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3669 de 11 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3669 de 11 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MAURICIO NEIVA FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAURICIO NEIVA FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada de conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de

21/11/2013 a 20/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/11/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3670 de 11 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3670 de 11 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) GABRIELA MOREIRA KRAFT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GABRIELA MOREIRA KRAFT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada de conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/01/2014 a 31/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/01/2014.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3671 de 11 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3671 de 11 de dezembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) IONE DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IONE DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/11/2013 a 26/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/11/2014.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria N° 3727/2013

PORTARIA Nº 3727/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JESSICA GABRIELA SILVEIRA LEONART, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11550/2013 em anexo no período de 02/12/2013 a 16/12/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3728/2013

PORTARIA Nº 3728/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SHIRLEY MARTINS KONING BEZERRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11421/2013 em anexo no período de 02/12/2013 a 06/12/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3729/2013

PORTARIA Nº 3729/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO KIRCH, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11538/2013 em anexo no período de 28/11/2013 a 07/12/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3730/2013

PORTARIA Nº 3730/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DAVID JOVELINO CORREIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11533/2013 em anexo no período de 05/12/2013 a 10/12/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3731/2013

PORTARIA N° 3731/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GEISY DE FATIMA MARTINS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11452/2013 em anexo no período de 02/12/2013 a 16/12/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3732/2013

PORTARIA N° 3732/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO ESPECIALISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11551/2013 em anexo no período de 02/12/2013 a 15/12/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3733/2013

PORTARIA N° 3733/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROBSON MACEDO DE CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11461/2013 em anexo no período de 18/11/2013 a 19/11/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3734/2013

PORTARIA N° 3734/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FATIMA HELENA DE JESUS GORGES, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11546/2013 em anexo no período de 27/11/2013 a 06/12/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 3735/2013

PORTARIA N° 3735/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AMILTON GONÇALVES, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11553/2013 em anexo no período de 03/12/2013 a 28/02/2014.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 157/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, CULTURA E LAZER, PLANEJAMENTO, FAZENDA E OBRAS.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:30 horas, do dia 13 janeiro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 janeiro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 162/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA O USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA PARA O ANO DE 2014. FUNDOS PMB E FAMABI.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 janeiro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 janeiro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Revogação do Pregão Presencial N°. 125/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO N°. 125/2013 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O N° 125/2013

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, localizado na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa - Biguaçu - CEP: 88160-000, através do Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 149/2012, art. 1º, IV, "c" e artigo 1º, IV, letra "d" da Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010);

CONSIDERANDO a inauguração dos procedimentos licitatórios através do edital de Chamada Pública nº. 142/2013;

CONSIDERANDO que no edital acima referenciado destina-se a seleção de Organização Social que tenha interesse em operacionalizar: Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Academia da Saúde, Unidade de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Programa Melhor em Casa, Atividades Complementares de Saúde Bucal e Corpo Clínico da UPA;

CONSIDERANDO que dentre as atividades listadas a serem desempenhadas pela Organização Social no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS é que "os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias", consoante mencionado no item 2.2 do Anexo I do Edital vinculativo (CP 142/2013);

CONSIDERANDO que o presente processo de licitação visa a aquisição de marmitas para atendimento no Centro de Apoio Psicossocial - CAPS;

CONSIDERANDO que a Organização Social a ser contratada através da Chamada Pública nº. 142/2013 irá contemplar o objeto da presente licitação (PP125/2013);

CONSIDERANDO economia pretendida aos cofres públicos;

Esta Administração Pública Municipal resolve REVOGAR ao Pregão Presencial nº. 125/2013.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

Extrato Contrato N° 10.211/2013 - Processo: Concorrência Pública CC N° 109/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.211/2013

Processo: Concorrência Pública CC nº 109/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO", VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS EXTERNAS AO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU, NAS CONDIÇÕES FIXADAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS ARROLADOS AO EDITAL.

Fornecedor: NOVO TETO EMPREENDIMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 1.912.956,35 (HUM MILHÃO NOVECENTOS E DOZE MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

Vigência: da assinatura até 10/06/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Bom Retiro

PREFEITURA

129.13 - Dc. Supl.Excesso Arrec.FMAS. Suas Alta Complex.Custeio

Decreto N.º 129/13 11 de dezembro de 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.028.2404 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUNIC. DE ASSIS. SOCIAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.52.00.03 (Suas - alta complex. Custeio)
R\$ 2.500,00
Total Geral da Suplementação R\$ 2.500,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.52.00.03 - Receita 17.21.34.00.10 -SUAS Alta Complexidade-Custeio, no valor de R\$ 2.500,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal



Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

130.13 - Dec. Remanejamento FMS

Decreto N.º 130/13 de 11/12/13

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2195/2013 de 16 de outubro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados os recursos orçamentários no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro nas seguintes dotações orçamentárias:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 40.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.64.0001 - Recursos PAB FIXO R\$ 10.000,00

Recurso 01.64.0005 - Recursos PMAQ R\$ 1.500,00

Sub Total R\$ 51.500,00

Total da Suplementação R\$ 51.500,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 40.000,00

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.64.0001 - Recursos PAB FIXO R\$ 10.000,00

Recurso 01.64.0005 - Recursos PMAQ R\$ 1.500,00

Sub Total R\$ 51.500,00

Total Geral das Anulações R\$ 51.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

131.13 - Dec. Excesso Arrecadação.Pmaq.Pab.SAMU

Decreto N.º 131/13 de 11 de Dezembro de 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.025.2202 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.64.0001- Pab Fixo R\$ 5.400,00

Recurso 01.64.0005 (PMAQ) R\$ 33.600,00

SubTotal R\$ 39.000,00

10.301.025.2211 - MANUTENÇÃO DO SAMU

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.57.0000- SAMU R\$ 10.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.57.0000- SAMU R\$ 10.000,00

SubTotal R\$ 20.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 59.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação das seguintes fontes de Recurso 01.64.005 - Progr. Melhoria e Acesso da Qualidade - PMAQ, referente a rubrica de receitas das Transferências de recursos do SUS - PMAQ - Progr. Melhoria e Acesso da Qualidade -1.7.2.1.33.00.13 no valor de R\$ 33.600,00; fontes de Recurso 01.64.001 - PAB FIXO, referente a rubrica de receitas das Transferências de recursos do SUS - PAB FIXO -1.7.2.1.33.00.01 no valor de R\$ 3.600,00 e rendimentos do PAB Fixo da conta de receita 13.25.01.03- no valor de R\$ 1.800,00; fontes de Recurso 01.57.0000 - SAMU, referente a rubrica de receitas das Transferências de recursos do SUS - SAMU -1.7.2.1.33.00.12 no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de Dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

1066.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Vera L. P. Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1066/13 de 12.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 25 (vinte e cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 26 de novembro com término no dia 20 de dezembro de 2013, a funcionária Vera Lucia Peixer Ferreira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de

Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Paraíso da Serra - Vereador Oldemar Philippi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1067.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Almir C. Althoff
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1067/13 de 12.12.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 10 de dezembro com término no dia 16 de dezembro de 2013, ao funcionário Almir César Althoff, ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão I - Nível 04, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1068.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Luciana M. Hoffmann
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1068/13 de 12.12.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2013, a funcionária Luciana Moretti Hoffmann, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1069.12.13 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Russiele R. Melo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1069/13 de 12.12.13
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 31 de dezembro de 2013, a funcionária Russiele Rosa Melo, ocupante do cargo de Professor - I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 50/2013

EXTRATO DE CONTRATO 50/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: A.R.G. Industrial Ltda EPP
CNPJ 04.415.095/0001-65, sito a Rodovia SC-302,
Cidade de Taió - SC

Objeto: CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR, MODELO FNDE, com 743,36 mts² e com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital, objetivando a execução de ações relativas ao Programa PAC 2 Cobertura de Quadra Grande, conforme Termo de Compromisso PAC2 04796/2013, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e o Município de Braço do Trombudo

Valor: R\$ 244.800,49 (duzentos e quarenta e quatro mil oitocentos reais e quarenta e nove centavos).

Data da assinatura: 12.12.2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 03/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/9

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 410/440GRS, DIÂMETRO DE 61/64CM, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU ULTRA 100%, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FÁBRICA. (9792)	UND	JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	177,2000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	177,7000	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	178,3000	3
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-max 11	0	178,3000	4
2	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 350/380grs, DIÂMETRO DE 55/59cm, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FÁBRICA. (9793)	UND	FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-max 21	0	114,6000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	114,8000	2
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	115,3000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	115,3000	4
3	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 300/350grs, DIÂMETRO DE 50/55cm, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FÁBRICA. (9794)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	92,3000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	92,6000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-max 11	0	93,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	93,3000	4
4	BOLAS DE HANDEBOL ADULTAS PROFISSIONAL. COMPOSIÇÃO DE PU, PESO = 325-400 GRAMAS, CIRCUNFERÊNCIA = 54-56 CM CÂMARA = BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL, COSTURADA. APROVADA DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBH. (9795)	UND	FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-h2l	0	125,2000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	125,4000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	126,6000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	127,3000	4
5	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, TAMANHO INFANTIL, COSTURADA, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA GRIP. BOLA OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). INDICADA PARA USO SEM COLA. DIÂMETRO: 49 - 51 CM PESO: 230 - 270 G CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY CONSTRUÇÃO: COSTURADA MATERIAL: PU ULTRA GRIP MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO (9796)	UND	FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-suecia	0	97,7500	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	97,9500	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	97,9600	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	97,9600	4
6	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO GG DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9797)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	4
7	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO G DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9798)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	4
8	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO M DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9799)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	3
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	4
9	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO P ADULTO DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9800)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	4
10	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO P INFANTIL DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9801)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	3
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	4
11	MEIAS DE FUTSAL ADULTA, 38,4% POLIPROPILENO, 32,5% POLIAMIDA, 17,2% ALGODÃO, 11,6% ELASTODIENO E 0,5% ELASTANO. (9802)	PAR	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	STADIUM	0	9,3500	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Stadium	0	9,4000	2
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	9,5500	3
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	9,9600	4
12	MEIAS DE FUTSAL ADULTA, 38,4% POLIPROPILENO, 32,5% POLIAMIDA, 17,2% ALGODÃO, 11,6% ELASTODIENO E 0,5% ELASTANO. (9803)	PAR	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	STADIUM	0	9,3500	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Stadium	0	9,6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	9,9600	3
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	9,9600	4
13	CALÇA DE GOLEIRO, 100% POLIESTER, ESTOFAMENTO NAS COXAS E TAMANHO G. (9804)	UND	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	67,9000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	68,1000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	68,9300	3
14	CALÇA DE GOLEIRO, 100% POLIESTER, ESTOFAMENTO NAS COXAS E TAMANHO P INFANTIL. (9805)	UND	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	67,9000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	68,9300	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	68,9300	3
15	PARES DE REDES PARA FUTEBOL SOCIETY. MALHA TRANÇADA DE 15X15 CM. NOS CERRADOS QUE EVITAM O DESGASTE. TAMANHO DO FIO: 4 MM. (9806)	PAR	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	REDESPORT	0	179,5000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PANGUE	0	179,7000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Master	0	179,9000	3
16	PARES DE REDE MALHA PARA FUTSAL TRANÇADA DE 12X12 CM. NOS CERRADOS QUE EVITAM O DESGASTE. TAMANHO DO FIO: 4 MM. COMPOSIÇÃO: EM POLIPROPILENO COM PROTEÇÃO UV. DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP): 3,20X2,10X1 M. (9807)	PAR	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	REDESPORT	0	159,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Master	0	159,5000	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PANGUE	0	159,9000	3
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	REDESPORT	0	159,9000	4
17	BOLA DE SUÍÇO COSTURADA A MÃO. CÂMARA EM LÁTEX. APROVADA PELA FIFA. COMPOSIÇÃO: 100% POLIURETANO TERMOPLÁSTICO. CIRCUNFERÊNCIA: 67 CM. GARANTIA DO FABRICANTE: CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (9808)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	92,3000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	92,5000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty	0	92,9000	3
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	93,3000	4
18	CONJUNTO COM 8 BOLAS DE BOCHAS, PESO 1.400KGS A 1430KGS COM DIÂMETRO DE 126MM NAS CORES AZUIS E AMARELA. (9809)	CJ	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	SINAL BLU	0	349,7000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	RIOS	0	349,9000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	BLUMENAU	0	349,9000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	B.LOPES	0	349,9000	4
19	BOLA PROFISSIONAL DE HANDEBOL, TAMANHO MASCULINO, COSTURADA, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU. BOLA OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). DIÂMETRO: 58-60CM PESO: 425 - 475 G CÂMARA: CÂMARA BUTIL CONSTRUÇÃO: COSTURADA MATERIAL: PU MIOLO: MIOLO REMOVÍVEL (9810)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	132,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 15/03/2013****Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-suecia	0	132,7000	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	133,3000	3
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	133,5000	4
20	CALÇA DE GOLEIRO, 100% POLIESTER, ESTOFAMENTO NAS COXAS E TAMANHO GG. (9811)	UND	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	68,7000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	68,9000	2
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	68,9300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 15/03/2013****Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME
(9062)

SCLAN

0

68,9300

4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2013

PROCESSO N° 6/2013

(9060) - JOSÉ PAULO BITENCOURT ME

(9061) - GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME

(9062) - FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

(9063) - COMERCIAL ROPAGI LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Março de 2013.

Ata de Registro de Preços N° 2 2013 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/5

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013****Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de Boleira tipo Wafler, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (3019)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,2000	1
2	Bolo seco tipo Inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sem sujidades. Macio e fresco. (3020)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,7300	1
3	Bolo seco tipo inglês, tamaho grande no sabor chocolate, sem sujidades. Macio e Fresco. (3021)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,7300	1
4	Sanduíche natural, com 2 fatias de pão tipo pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (3022)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,0800	1
5	Pão caseiro fatiado, unidades com peso aproximado de 500gr, fresco, macio. Com queijo, presunto e maionese. Sem presença de sujidades (3023)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	17,3300	1
6	Pão tipo pulmann, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio. Com pickles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidades. (3044)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	13,8300	1
7	Sanduíches de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, tomate, alface. Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (3045)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,2300	1
8	Pastel assado, grande, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3046)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
9	Pastel assado, grande, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3047)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
10	Pastel frito, grande, sem acumulo de gordura, recheio de frango. Sem Sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3048)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
11	Pastel frito, grande, sem acumulo de gordura, recheio de carne. Sem Sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3049)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Cuca caseira de farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3050)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	7,5000	1
13	Cuca caseira de banana, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3051)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
14	Cuca caseira de côco, farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3052)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
15	Cuca caseira de amendoim, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1Kg. (3053)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
16	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidade, feitos no dia da entrega. (3054)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	14,0000	1
17	Bolacha tipo caseira, no sabor de côco polvilho, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (3055)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	14,8300	1
18	Bolacha de Natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal. utilizando produtos naturais, sem conservantes, cobertas com glacê de ovos e açúcar confeito. (3056)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	18,0000	1
19	Risoles de massa caseira, tamanho médio, recheio de frango, sem sujidade. (3057)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,5100	1
20	Orelha de gato, tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, sem sujidade, fresco, feito no dia da entrega. (3058)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	13,0000	1
21	Rosca de polvilho, tamanho grande, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (3059)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	3,4800	1
22	Bolo de cenoura, fresco, com cobertura de chocolate, sem presença de sujidade. (3060)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	12,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Mini pão francês, recheado com molho e salsicha, fresco, sem presença de sujidade. (3061)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Bolo recheado com frutas frescas, cremes de recheio e cobertura com nata, frescos e sem presença de sujidades. (3062)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	19,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013**Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014**

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 2/2013

PROCESSO N° 5/2013

(6687) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 11 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preços N° 4 2013 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/39

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013****Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água deionizada (destilada) gl 5 litros (1612)	GL	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dental Tec	0	5,1400	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DENTAL TEC	0	5,1500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	5,2000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec	0	5,5800	4
2	Água BI-destilada estéril para diluir medicamentos IM/EV. Ampola c/5ml. Com registro na Anvisa. (3069)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,1400	1
3	Agulha desc. 13x4,5 26G ½ , parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3070)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1300	1
4	AGUA OXIGENADA 1 LT (139)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	2,6800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	2,7100	2
5	Agulha desc. 13x4,5 26G ½ , parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3070)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3900	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Agulha desc. 20x5,5 24G 3/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3071)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,4500	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
7	Agulha desc. 25x7 22G1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100 (3072)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,3800	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
8	Agulha desc. 25x8 21G 1 , parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3073)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3500	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
9	Agulha desc. 30x7 22G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3074)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
10	Agulha desc. 30x8 21G1 ¼, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3075)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	3,8100	3
11	Agulha desc. 40x12 18G1 1/2, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (3076)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,3500	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,8600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	4,0300	3
12	Álcool 70%. 1 lt. (3077)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Flop`S	0	3,5700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mega	0	3,5800	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CICLO FARMA	0	3,7800	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	3,8000	4
13	Álcool iodado. 1 lt. (3078)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	7,2500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Álcool 92 %, 1lt (3079)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mega Química	0	4,3700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	4,9500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ciclo Farma	0	6,3700	3
15	Álcool em Gel Anti-séptico 500grms. Acompanha válvula pump,utiliza álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes, Produto biodegradável, elaborado como complemento na higienização de mãos, Gel a base de álcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (3080)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mega Química	0	3,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	4,9900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cinord	0	5,5500	3
16	Algodão hidrófilo 500g. (3081)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	COTTON	0	7,5000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	FAROL	0	7,5300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Jr Textil	0	8,3900	3
17	Algodão hidrófilo em bolas. Pct c/100gramas. (3082)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DELICATO	0	1,5000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nathalya	0	2,3900	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	CREMER	0	2,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Almotolia transparente bico reto 100ml. (3083)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	JB	0	0,8900	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	J. PROLAB	0	0,9000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	1,1000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	J Prolab	0	1,1200	4
19	Atadura Crepom 6cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR n° 14056. (3084)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,1300	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,1400	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,1800	3
20	Atadura Crepom 10cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR n° 14056. (3085)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,2400	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,2900	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,3500	3
21	Atadura Crepom 12cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR n° 14056. (3086)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,2800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,3500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,4100	3
22	Atadura Crepom 15cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (3087)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,3100	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,4400	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,5300	3
23	Atadura Crepom 20cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (3088)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ANDREONI	0	0,4800	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PEROLA	0	0,5900	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	0,6900	3
24	Avental descartável com manga longa confeccionado em TNT, branco aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. Com elástico nos punhos. Pacote c/10. (3089)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sky	0	8,8400	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MEDGAUZE	0	8,8500	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	9,0000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	9,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Bolsa coletora de urina - sistema fechado 2 litros (Descartável e estéril. Possua conector universal com ajuste para sondas vesicais, com tampa protetora atóxica, apirogenica e descartável. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e em blister de filme plástico termoforrnável. Esterilizada em óxido de etileno). (3090)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	STARMED	0	2,0000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	STARMED	0	2,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SOLIDOR	0	2,3500	3
26	Bolsa de resgate confeccionada em nylon 600, contendo dois bolsos laterais, um bolso frontal e um bolso na parte traseira, e tampa com abertura em 180 graus,com divisorias internas para material de resgate e primeiro socorros. acompanha pochetes para acomodação de materiais de resgate, com alças para mãos e ombros, possua fitas reflexíveis de alta visibilidade para trabalhos noturnos, bolsa grande e resistente. Medidas: 0,50 X 0,35 X 0,25m (3091)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	268,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fibra Resgate	0	294,6200	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	340,0000	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	340,0000	4
27	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 2-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (3092)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNOFIO	0	40,0000	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Johnson	0	48,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	65,9500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 4-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (3093)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNOFIO	0	60,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	65,9500	3
29	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3,0. cx c/24. (3094)	CX	PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Johnson	0	48,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDLINE	0	60,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	65,9500	4
30	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3,0. cx c/24. (3095)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNOFIO	0	60,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	63,9000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	65,9500	3
31	Cinto de segurança tipo aranha para prancha imobilizadora de remoção-adulto. (cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente, presilhas em velcro, cintas móveis com regulagem de comprimento, cores individuais para facilitar a imobilização de vítimas. Desenho padronizado para aplicação em pranchas de imobilização). (3096)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MARIMAR	0	59,9000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	65,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	69,0000	3
32	Clorexidina, Solução de digliconato, 2% degermante. Embalagem de 1 litro. (3097)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	10,1200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	10,2400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	RIOQUIMICA	0	11,8000	3
33	Clorexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%. Embalagem de 1 litro. (3098)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	5,6100	1
34	Cloridrato de lidocaina 2% sem vasoconstritor injetável. Frasco 20ml. (3099)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	5,1200	1
35	Cloridrato de lidocaina 2% gel. Tubo de 30 gramas. (3100)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	5,1600	1
36	Colar cervical regulável. ADULTO. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (3101)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,7000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	20,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	24,2300	3
37	Colar cervical regulável. INFANTIL. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (3102)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,7000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	20,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	24,2300	3
38	Coletor para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações, impermeável, com sistema de abertura e fechamento pratico e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (3103)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cartoon	0	1,4900	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	EMBALAIRE	0	1,6000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cartoonbox	0	1,7200	3
39	Compressa cirúrgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50cm, pct c/50 unidades. (3104)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospitex	0	37,1500	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	37,2000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ALIANDI	0	37,3000	3
40	Compressa de gaze 7,5x7,5, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 465 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e n° de registro na Anvisa. (3105)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MED BLANC	0	8,8900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ALIANDI	0	8,9000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MEDBLANC	0	11,3000	3
41	Compressa de gaze 10x10, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 980 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e n° de registro na Anvisa. (3106)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MED BLANC	0	19,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ALIANDI	0	19,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MDA	0	22,9000	3
42	Curativo redondo para punção steeper. Cx com 500 unidades. (3107)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	9,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LABOR IMPOF	0	9,3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Blood Stop	0	10,6100	3
43	Dreno penrose nº 2 com gaze estéril, embalado individualmente e reembalado em embalagem com 12 unidades. (3108)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	WALTEX	0	20,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MADEITEX	0	20,7000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MADEITEX	0	26,0000	3
44	Eletrodo adulto descartável em espuma hipoalergênica. Pacote com 30und. (3109)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXICOR	0	5,6700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxicor	0	6,4100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxicor	0	6,7300	3
45	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 70mmx230mm. Cx c/ 100 unidades. (3110)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	10,7600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	12,1900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	13,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 90mmx260mm. Cx c/ 100 unidades (3111)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	15,6600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	18,0800	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	18,9000	3
47	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 150mmx250mm. Cx c/ 100 unidades (3112)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	26,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	26,1000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	28,3000	3
48	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (3113)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	48,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	50,4300	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	53,2700	3
49	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (3114)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	48,4000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	48,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Veda Max	0	53,2700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Equipo macrogotas para infusão de soluções parenterais, com injetor lateral, em pvc transparente, estéril, de 1,35 m, com câmara de gotejamento, transparente, maleável, com tubo de pvc tendo em sua extensão pinça rolete e injetor lateral de látex autocicatrizante, conector de plástico com tampa protetora. a data de fabricação e a data de validade deverão vir impressas na embalagem do material. Com registro na ANVISA/MS e RDC n° 59. (3116)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	FARMATEX	0	0,5600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RM Desc	0	0,6700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medplast	0	0,8600	3
51	Equipo para nutrição enteral c/ 1,2m. NBR 14041/1998. (3117)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,8600	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	EQ FLEX	0	0,9000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	1,0900	3
52	Escova cervical descartável, para coleta de material endocervical. Pct com 100 unidades. (3118)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	11,8000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	KOLPLAST	0	12,4000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	12,6000	3
53	Esparadrapo impermeável branco 10cm x 4,5m c/capa. Esparadrapo de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco à base de borracha natural e resina. (3119)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MISSNER	0	3,9500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MISSNER	0	3,9900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	4,4400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Espátula de Ayres p/coleta de preventivo. Pct c/100. (3120)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Estilo	0	4,2000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ESTILO	0	4,2500	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	THEOTO	0	4,5500	3
55	Especulo vaginal descartável Tam P.Não lubrificado. (3121)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	KOLPLAST	0	0,6300	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,6500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	0,6800	3
56	Especulo vaginal descartável Tam M. Não lubrificado (3122)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	KOLPLAST	0	0,7200	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	0,7300	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,8000	3
57	Fio de sutura 4-0 comprimento do fio45cm, agulha de ½, com corte reverso e 16mm de espessura, poliglactina. Incolor/trançada absorvível. (sutura sintética, absorvível, estéril, composta de copolímero obtido a partir de glicolida e lactida, revestida com poliglactina 370 e estearato de cálcio. Incolor, construída por trancamento, esterilizados por óxido de etileno). Cx c/12 unidades. (3123)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Point Suture	0	260,9300	1
58	Fio de sutura 4-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon). (3124)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	14,6000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	16,0200	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PROCARE	0	16,4100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Fio de sutura 2-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon). (3125)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	14,6000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	16,0200	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	PROCARE	0	16,4100	3
60	Fita para autoclave, em papel crepado, com listras impressas com tinta especial, na cor branca, que em contato com a temperatura empregada na esterilização muda de cor, tornando-se pretas 19mmx30mt. (3126)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	2,3500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ciex	0	2,7200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ciex	0	2,8300	3
61	Fita micropore 1,2cm x 10.0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. (3127)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	1,0000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	1,0800	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MISSNER	0	1,0900	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MISSNER	0	1,1000	4
62	Fita micropore 2,5cm x 10.0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. (3128)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MISSNER	0	1,4400	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	1,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MISSNER	0	1,4600	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	1,5900	4
63	Fralda Geriátrica Tam P. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3129)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MARDAN	0	0,6000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ALY	0	0,7600	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTERFRAL	0	0,8800	3
64	Fralda Geriátrica Tam M. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3130)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MARDAN	0	0,8000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ALY	0	0,8100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,9300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	Fralda Geriátrica Tam G. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3131)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MARDAN	0	0,8200	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ALY	0	0,9700	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTERFRAL	0	1,0800	3
66	Fralda Geriátrica Tam EG. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3132)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MARDAM	0	0,9600	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ALY	0	1,1100	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTERFRAL	0	1,2400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Fralda Infantil Tam P - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. Fralda Infantil Tam M - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3133)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0,2800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,3000	2
68	Fralda Infantil Tam M - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3134)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,3400	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0,3500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mardam	0	0,4200	3
69	Fralda Infantil Tam G - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico.0.51PROHOSPI 0,52 (3135)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0,3800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,3900	2
70	Fralda Infantil Tam EG - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (3136)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,4100	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TECNICARE	0	0,4200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mardam	0	0,5400	3
71	Frasco de alimentação enteral 300ml. (3137)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	FBM	0	0,5200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,6600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,6900	3
72	Frasco de alimentação enteral 500ml. (3138)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	FBM	0	0,6300	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,8600	3
73	Gaze hidrófila tipo queijo (gaze hidrófila tipo queijo em rolo 91cmX91cm, 13 fios, peso mínimo 1450g), com dados do fabricante e nº de registro na ANVISA. (3139)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MED BLANC	0	24,9000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MEDBLANC	0	34,6000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M GAUZE	0	39,9000	3
74	Gel condutor para ultrassom. Gel viscoso translúcido, inodoro, isento de sal, álcool e pH neutro. Apresente alta condutividade e aspecto não gorduroso sendo facilmente removido.Polímero carboxivinílico, água desmineralizada e conservantes. Frasco de 100grms (3140)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Carbogel	0	1,6500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dental Tec	0	1,7300	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CAITHEC	0	1,8000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	1,8000	4
75	Hastes flexíveis antigerme com ponta de algodão. Cx c/75 unidades (3141)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	COTTON	0	0,7300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Higie Topp	0	0,7700	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Baby Piss	0	0,8000	3
76	Imobilizador de cabeça impermeável.(Confeccionado em espuma de poliuretano expandida, emborrachada. Possua dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tabua (prancha) de resgate em qualquer largura, base fixada na prancha 40x25cm., laterais fixada na base 25x16x0,9cm Orifício auricular para verificar sangramento, 80mm. Lavável.) (3142)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	148,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Romed	0	181,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	186,3800	3
77	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 11 cx c/100. (3143)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	11,9000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	3
78	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 12 cx c/100. (3144)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	15,4400	3
79	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 15 cx c/100. (3145)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	15,4400	3
80	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 21 cx c/100. (3146)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ADVANTIVE	0	12,9000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ADVANTIVE	0	14,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	14,9100	3
81	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3147)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ANADONA	0	6,3400	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CELAN	0	7,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M GAUZE	0	7,1500	3
82	Lençol descartável sem elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3148)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	5,7000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ANADONA	0	6,3400	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)		0	7,1500	3
83	Lubrificante para instrumentos de alta e baixa rotação para uso odontológico. Conteúdo de 200ml. (3149)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	38,1400	1
84	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.5. (3150)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXITEX	0	0,8400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,8600	3
85	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.0. (3151)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8200	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXITEX	0	0,8400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,8600	3
86	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.5. (3152)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,8300	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	MAXITEX	0	0,8400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,8600	3
87	Luva ginecológica estéril. Pct c/100. (3153)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Plastluvas	0	4,9800	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LUPLAST	0	4,9900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Luplast	0	5,0200	3
88	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho PP, cx c/100 und. (3154)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7900	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpack	0	11,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,9000	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	12,0000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	12,1500	5
89	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho P, cx c/100 (3155)	CX	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	11,7500	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpac	0	11,8000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,9000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	12,4900	4
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	12,5000	5
90	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho M, cx c/100 (3156)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,7800	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	11,7900	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpac	0	11,8000	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	12,0000	4
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	12,4900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho G, cx c/100 (3157)	CX	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	LEMGRUBER	0	11,7800	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	11,7900	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	Descarpack	0	11,8000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NUGARD	0	11,9000	4
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	12,4900	5
92	Mascara de reanimação boca a boca. (Mascara de ressucitação de parada cardio-respiratoria (rcp) contem uma válvula unidirecional para evitar qualquer contato entre o paciente e o socorrista na boca, nariz e rosto. Cúpula transparente, e alça Elástica para cabeça incorporada, conexão padrão 22mm. Com estojo para guardar. (3158)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	21,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	0	33,6900	2
93	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades. (3159)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	59,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Polar Fix	0	59,6900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	59,7000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLAR FIX	0	64,0000	4
94	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades. (3160)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Polar Fix	0	62,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	64,2300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLAR FIX	0	112,3500	3
95	Papel crepado 60x60cm. Cx c/500 unidades. (3161)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLAR FIX	0	241,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Polar Fix	0	242,9000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	251,9000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	256,0000	4
96	Papel lençol desc. BRANCO 70cm x 50mts. (3162)	RL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	4,2000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DALY	0	5,2500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clean	0	5,4500	3
97	Pinça anatômica dissecação com serrilha normal 14cm. (3163)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Richards	0	4,8000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	5,0000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	5,5000	3
98	Pinça Kocher hemostática 14cm. (3164)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	11,6000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	15,7300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	15,7300	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	18,0000	4
99	Pinça Kelly reta 14cm. (3165)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	11,5000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Richards	0	11,5200	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	11,9000	3
100	Polvidine PVPI - Tintura Iodopolividona 1000 ml: produto a base de polivinil pirrolidona iodo (PVP-I) em solução hidroalcoólica, contendo 1% de iodo ativo, um complexo estável e ativo que libera iodo progressivamente.É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus.É indicado como antisséptico para pele (uso tópico), na demarcação do campo operatório e preparação pré-operatória. Com Registro na Anvisa. (3166)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	12,7900	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	VIC PHARMA	0	14,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	RIOQUIMICA	0	15,4000	3
101	Pote para lamina de preventivo de plástico com três divisões. (3167)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J. Prolab	0	0,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	0,2500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	J PROLAB	0	0,3400	3
102	Protetor ocular infantil. Cor bege, cx c/12 (3168)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OFTAM	0	8,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 28/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	9,7500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clear Passage	0	10,0400	3
103	Protetor ocular adulto. Cor bege, cx c/12 (3169)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OFTAM	0	8,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clear Passage	0	10,0400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	12,7000	3
104	Scalp para infusão intravenosa n° 19g. Com registro na Anvisa. (3170)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3
105	Scalp para infusão intravenosa n° 21g. Com registro na Anvisa. (3171)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3
106	Scalp para infusão intravenosa n° 23g. Com registro na Anvisa. (3172)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 29/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	STARMED	0	0,1300	4
107	Scalp para infusão intravenosa n° 25g. Com registro na Anvisa. (3173)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	0,1200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,1200	3
108	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária. Aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio.Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009 , padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (3174)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,1000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RAVA	0	0,1100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1100	3
109	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 100L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio.Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009 , padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (3175)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,1900	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,2600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 30/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
110	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 50L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009 , padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (3176)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1300	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,1500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,1500	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RAVA	0	0,1600	4
111	Sabonete liquido anti-séptico. 1 lt. (3177)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Wirath	0	3,1500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ricie	0	3,5700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	4,8000	3
112	Seringa 1ml c/agulha 13x4,5 descartavel. Com registro na Anvisa. (3178)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	TKL	0	0,1100	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	DESCARPAC	0	0,1200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpac	0	0,1300	3
113	Seringa descartável 3ml. Com Registro na Anvisa. (3179)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Seringa descartável 5ml. Com Registro na Anvisa. (3180)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,1100	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,1400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1480	3
115	Seringa descartável 10ml. Com Registro na Anvisa. (3181)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,1800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,2200	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,2400	3
116	Seringa descartável 20ml. Com Registro na Anvisa. (3182)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Procare	0	0,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	0,3200	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,3500	3
117	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 100ml. (3183)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	0,8600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Arboreto	0	0,9000	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LBS	0	0,9400	3
118	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 250ml. (3184)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Arboreto	0	1,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 32/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 17/06/2013 Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos municípios.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	1,0800	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LBS	0	1,2500	3
119	Solução glicofisiológica 5%+0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (3185)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fresenius Kabi	0	2,3100	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Basa	0	2,3200	2
120	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 100ml. (3186)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Basa	0	1,6100	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	1,6200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Equiplex	0	1,6300	3
121	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 250ml. (3187)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eun	0	1,8800	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	1,8900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EUROFARMA	0	2,2000	3
122	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (3188)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Basa	0	1,9300	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	2,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 33/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eur	0	2,1800	3
123	Solução a base de glutaraldeído 2%-esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. (28 dias). 1 litro (3189)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cinord Sudestr	0	6,3100	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cinord	0	12,8300	2
124	Sonda de Foley com balão duas vias nº 18. Estéril, com registro na Anvisa (3190)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,5400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	1,7300	3
125	Sonda de Foley com balão duas vias nº 20. Estéril, com registro na Anvisa (3191)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,3500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,6400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	1,7300	3
126	Sonda de Foley com balão duas vias nº 22. Estéril, com registro na Anvisa (3192)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,3500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,7300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	1,7300	3
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	2,3500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Sonda uretral de alívio n° 12. (3193)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3200	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	0,3300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3600	3
128	Sonda uretral de alívio n° 8. (3194)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOSANI	0	0,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3300	3
129	Suporte para coletor material perfurocortante para 7 litros (3195)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	DESCARPAC	0	26,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DESCARPAC	0	28,8000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OLIMEDIC	0	30,0000	3
130	Tala fácil em papelão. Tamanho PP (20x10). Pacote com 10 talas. (3196)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	8,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	13,2800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	14,3400	3
131	Tala fácil em papelão. Tamanho P (30x10). Pacote com 10 talas. (3197)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	8,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 35/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	8,6000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	13,6000	3
132	Tala fácil em papelão. Tamanho M (45x10). Pacote com 10 talas. (3198)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	9,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	9,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	18,9100	3
133	Tala fácil em papelão. Tamanho G (60x10). Pacote com 10 talas. (3199)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	9,9000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	21,8600	3
134	Tala fácil em papelão. Tamanho GG (80x10). Pacote com 10 talas. (3200)	PCT	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	RESGATE	0	13,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Marimar	0	24,8700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	25,8100	3
135	Termomêtro Clínico - escala interna, leitura direta. Escala: 35 42: 0,1°C Enchimento: Mercúrio (Hg) (3201)	UND	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	PREMIUM	0	3,7000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Premium	0	4,1600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 36/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PREMIUM	0	4,9800	3
136	Tesoura Iris curva 10cm delicada. (3202)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	8,3500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	8,4400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	8,5200	3
137	Tesoura Iris reta 10cm delicada. (3203)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	8,3000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROFESSION	0	8,3500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	8,4400	3
138	Tiras reagentes para teste de glicemia capilar, com método de aspiração. Cx c/50 unidades. Com 40 aparelhos em comodato. (3204)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	On Call Plus	0	23,4000	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	ON CALL PLU	0	25,0000	2
			ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO (6433)		0	35,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Glicomed	0	51,6100	4
139	Tubo Endotraqueal com manguito nº 5,5. Estéril, com registro na Anvisa (3205)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 37/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013

Data do Registro: 17/06/2013

Válido até: 17/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6000	3
140	Tubo Endotraqueal com manguito nº 6,5. Estéril, com registro na Anvisa (3206)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,5000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,7000	3
141	Tubo Endotraqueal com manguito nº 7,5. Estéril, com registro na Anvisa (3207)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,5000	2
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,6000	3
142	Tubo Endotraqueal com manguito nº 8,5. Estéril, com registro na Anvisa (3208)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	2,6300	1
			EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES (6692)	SOLIDOR	0	3,4000	2
143	Vaselina liquida. 1 lt (3209)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	14,8700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	15,0300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 38/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	WIRATH	0	19,3300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 39/39

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 17/06/2013****Válido até: 17/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preço, objetivando a eventual aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 4/2013****PROCESSO N° 7/2013**

- (6011) - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD
- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6072) - ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME
- (6156) - PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.
- (6262) - PRODIET FARMACEUTICA LTDA.
- (6433) - ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO
- (6542) - PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL
- (6692) - EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES

Braço do Trombudo, 17 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preços N°: 3/2013Fms**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/45

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FINASTERIDA 5 MG (1467)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aurobindo Pha	0	0,1600	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Aurobindo	0	0,1700	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	AUROBINDO	0	0,2000	3
2	Captopril 50mg (1866)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,0300	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0300	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0300	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0300	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Balm Labor	0	0,0300	6
3	PROPANOLOL 40 MG (1145)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	0,0200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0200	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANVAL	0	0,0200	5
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200	6
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0200	7
4	ISOSSORBIDA, MONIDRATO 20MG (1727)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Zydus	0	0,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zydus	0	0,0900	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1100	3
5	Succinato sódico de hidrocortisona pó liófilo 500mg (1876)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	4,9900	1
6	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000UI (1885)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4200	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,5500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,8000	3
7	Diclofenaco sódico 75mg solução injetável - ampola 3ml (1870)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	0,6000	1
8	Levotiroxina sódica 100mg (1838)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1500	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MERCK	0	0,1500	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Merck	0	0,2000	5
9	Cloridrato de amilorida + Hidroclorotiazida 5mg+25mg (1869)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Garmed	0	0,1400	1
10	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica e num excipiente aquoso, transparente e viscoso, tubo com 85 g. (3041)	TB	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lm Farma	0	43,4800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CONVATEC	0	54,4600	2
11	Nistatina suspensão oral 100.000UI/ml frasco com 50ml+conta gotas (1858)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,4700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	1,5000	2
12	METFORMINA 500 MG (654)	CP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0500	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aurobindo Pha	0	0,0500	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	AUROBINDO	0	0,0500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG (877)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1600	3
14	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG (1289)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1700	3
15	Alopurinol 300mg (1840)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1100	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1300	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1300	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1400	5
16	PREDNISONA 20 MG (834)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1200	3
17	Clopidrogel 75mg (1587)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,4000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,4200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANDOZ	0	0,5100	3
18	Ibuprofeno suspensão oral 50mg/ml (1852)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,6400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,7600	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MEDQUIMICA	0	0,8500	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	NATULAB	0	0,9100	4
19	Amoxicilina+clavulanato de potássio suspensão oral 50mg+12,5/ml (1855)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	4,8000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	6,9500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GSK	0	7,3400	3
20	FLUCONAZOL 150 MG (1140)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,1800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MEDQUIMICA	0	0,2000	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,2000	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,2000	5
21	Nistatina creme vaginal 100.000 UI/4g 60gr c/ aplicador (1597)	BISN	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	1,3600	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	1,4600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,5200	3
22	Losartana potássica 50mg (1868)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0600	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0600	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0600	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0600	6
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Ciprofibrato 100 mg (2619)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	UCI FARMA	0	0,4900	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	NEO QUIMICA	0	0,5100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uci Farma	0	0,6400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	UCI-FARMA	0	0,6400	4
24	Levotiroxina 75 mg (2623)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MERCK	0	0,1900	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1900	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,2000	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,2200	4
25	Alendronato de sódio 70mg comprimido, cartela com 4 comprimidos. (3039)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	E M S	0	0,3100	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Delta	0	0,3300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	DELTA	0	0,3400	3
26	Deltametrina schampoo 20mg fr c/100ml (1845)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Santa Terezinh	0	1,2800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	1,6200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Dexclorfeniramina 0.4mg/ml 120ml (1585)	FR	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,9500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,0700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,1000	3
28	Benzoato de benzila 200mg/ml 100ml (1856)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	5,6100	1
29	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100 MG/G BISNAGA C/ 50 GRAMAS C/ APLICADOR (1720)	BISN	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	1,5400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,5900	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	1,6600	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	TEUTO	0	1,6900	4
30	CLORPROPAMIDA 250 MG (1721)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Quimica	0	0,4100	1
31	CARVEDILOL 6,25 MG (1371)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1100	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	CARVEDILOL 12,5 MG (1372)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1600	3
33	ISOSSORBIDA, MONIDRATO 10MG (1728)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,0600	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,0700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0900	3
34	Cloridrato de prometazina 50mg/2ml solução injetável - ampola 2 ml (1871)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANVAL	0	0,8500	1
35	Cetoprofeno 100mg/2ml solução injetável - ampola 2ml (1872)	AMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	UNIAO QUIMICA	0	1,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	1,5300	2
36	Cloridrato de dobutamina 250mg/20ml solução injetável - ampola 20ml (1879)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Novafarma	0	2,1900	1
37	Furosemida 10mg/ml solução injetável - ampola de 2ml (1882)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4200	1
38	Sulfato de atropina 0,25mg/1ml solução injetável - ampola de 1ml (1883)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	METOCLOPROPAMIDA 4MG/ML 10ML (1701)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,4000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Mariol	0	0,4100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	0,4500	3
40	CEFALEXINA 250 MG SUSP. 60ML (1716)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	1,6900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	1,7000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	1,8800	3
41	NEOMICINA + BACITRACINA 10 GR (1718)	BISN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,7700	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,8100	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,9100	3
42	NORFLOXACINO 400MG (880)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Mutilab	0	0,1200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,1400	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1400	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,1500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	CARVEDILOL 25 MG (1373)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1200	1
44	PROPATILNITRATO 10MG (1729)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BRISTOL	0	0,3200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FQM	0	0,3400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fqm	0	0,3700	3
45	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ P/SOL. INJ 1.200.000 (1208)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,5200	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,5900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,8100	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,8400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8400	5
46	PARACETAMOL 200 MG C/10 ML (1070)	UND	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,4700	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,4800	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOBRAL	0	0,5000	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,5200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,5300	5
47	ALBENDAZOL 400MG (1554)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,2600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,2600	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,2700	3
48	Metronidazol (benzoilmetronidazol) suspensão oral 200mg/5ml frasco com 80 ml (1857)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM [®]	0	1,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,3600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,4200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,5900	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,5900	5
49	Cloridrato de metoclopramida 10mg/2ml solução injetável - am (1874)	AMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,1900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	ISOFARMA	0	0,2200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2400	3
50	Succinato sódico de hidrocortisona pó lífilo 100mg (1877)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	2,1100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	4,3100	2
51	Ginkgo biloba 80mg (1837)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,1600	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,1800	3
52	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 100ML (1707)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	1,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOBRAL	0	1,0300	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	1,0400	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sobral	0	1,0500	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,1400	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	1,1400	6
53	ATENOLOL 50 MG (865)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0300	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	5
54	Rosuvastatina cálcica 10 mg (2622)	CPM	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,6000	1
55	ÁCIDO FÓLICO 5MG (1704)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,0200	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0200	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	HIPOLABOR	0	0,0200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0200	4
56	CIMETIDINA 200 MG (152)	CP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500	4
			Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0500	5
57	IODETO DE POTASSIO 100 ML (1142)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	1,5400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	Alopurinol 100mg (1839)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	4
59	COMPLEXO B (POLIVITAMÍNICO) (1706)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Medquímica	0	0,0400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	NATULAB	0	0,0500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,0500	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BELFAR	0	0,0500	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BELFAR	0	0,0500	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	0,0600	6
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	MEDQUIMICA	0	0,0600	7
60	Ibuprofeno 600mg (1853)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,0600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0700	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0700	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0800	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0800	6
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0800	7
61	PARACETAMOL 750 MG (587)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Mariol	0	0,0600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0600	2
62	GLIBENCLAMIDA 5 MG (1722)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0200	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Geolab	0	0,0200	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0200	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MEDQUIMICA	0	0,0200	4
63	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG (1204)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Geolab	0	0,0500	1
64	SULFATO FERROSO 40 MG (1708)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0400	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0400	5
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	6
65	DIMETICONA 40MG (1460)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0500	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0500	2
66	NIMESULIDA 100 MG (1292)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0400	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	0,0400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0400	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0400	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0400	7
67	IVERMECTINA 6MG (876)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,2800	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,2900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	0,3200	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIFARMA	0	0,3400	4
68	NIFEDIPINA 20 MG (1724)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0700	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Geolab	0	0,0700	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,0800	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	GEOLAB	0	0,0800	4
69	Atenolol 25mg (1599)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0200	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0300	4



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	6
70	CINARIZINA 75 MG (217)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HYPERMARC,	0	0,1100	1
71	Dipirona gts 10ml (1850)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	FARMACE	0	0,4300	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,4400	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FARMACE	0	0,5000	3
72	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG (1711)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Vitamed	0	0,0200	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	VITAMED	0	0,0200	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Vitamed	0	0,0200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitamed	0	0,0200	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAMED	0	0,0200	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAMED	0	0,0200	6
73	PIROXICAN 20 MG (1468)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	0,0800	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	GEOLAB	0	0,0800	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0800	5
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzi	0	0,0800	6
74	Mebendazol 20mg/ml 30ml (1595)	FR	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,6300	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	SOBRAL	0	0,6400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,6800	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,7000	4
75	VERAPAMIL 80 MG (1147)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	METOCLOPROPAMIDA 10 MG (225)		DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0600	6
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0600	7
		COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	0,0300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0400	3
77	PARACETAMOL 500 MG (1144)		PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HIPOLABOR	0	0,0400	4
		COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0400	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TKS	0	0,0500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM LABOR	0	0,0500	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Mariol	0	0,0500	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0500	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0500	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	DEXODIF+FIBRINO+CLORANFENICOL TB C/ 30 GR (869)	TB	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CRISTÁLIA	0	28,8800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	28,8900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	30,8800	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CRISTALIA	0	31,0200	4
79	TIMOLOL, MALEATO 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA (1719)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,9600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,9700	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	1,3200	3
80	AMIODARONA 100 MG (1375)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,1300	1
81	Dipirona sódica 500mg/ml solução injetável - ampola 2ml (1873)	AMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,5800	1
82	Butilbrometo de escopolamina/dipirona sódica 20/2500mg/5ml solução injetável - ampola 5ml (1875)	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,6400	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FARMACE	0	0,6800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmace	0	0,7600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	Cloreto de potássio 19,1% solução injetável - ampola de 10ml (1878)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2200	1
84	PREDNISONA 5 MG (254)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0500	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzi	0	0,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	0,0700	3
85	Sulfato ferroso sol. oral 25mg/ml 30ml (1590)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,5100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,5600	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HIPOLABOR	0	0,5800	3
86	METRONIDAZOL 250 MG (162)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzi	0	0,0500	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduzi	0	0,0600	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	4
87	Glimepirida 4mg (1861)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MABRA	0	0,0900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	EMS	0	0,1300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG (1141)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PHARLAB	0	0,0200	1
89	DOXAZOSINA 2 MG (1376)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	E.M.S	0	0,0900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1100	4
90	AZITROMICINA 600MG SUSP (1715)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Pharlab	0	1,6800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PHARLAB	0	2,3000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PHARLAB	0	2,3900	3
91	SECNIDAZOL 100MG (883)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,5000	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,5200	3
92	Aciclovir 200mg (1859)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1000	3
93	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG (511)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0200	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0200	4
94	DIPIRONA 500MG (1709)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM LABOR	0	0,0600	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BALM-LABOR	0	0,0600	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0600	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Balm Labor	0	0,0600	6
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0600	7
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SOBRAL	0	0,0600	8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0700	9
95	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 MG + 80MG (1075)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0600	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0600	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0600	6
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,0600	7
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0700	8
96	Amoxicilina+clavulanato de potássio comprimido 500mg+125mg (1854)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Glaxosmithklin	0	0,4600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	0,6800	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GSK	0	0,7200	3
97	Óxido de zinco+retinol+colecalciferol (150 mg+5000UI+900 UI) G pomada, bisnaga de 45g. (2624)	BISN	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	1,5400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	1,6100	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	1,6900	3
98	FUROSEMIDA 40 mg (109)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	HIPOLABOR	0	0,0300	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,0300	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0300	4
99	Salbutamol 2mg/ml xarope 80 ml (1844)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,8700	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,9000	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	1,0000	3
100	AMINOFILINA 100MG (1703)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,0400	2
101	AMPICILINA 500mg (COMP) (96)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0900	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 28/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	0,1100	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1100	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1100	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,1100	6
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1100	7
102	Sulfametoxazol+trimetropina 4%mg+0,8% 50ml (1593)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,6800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,8200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8600	3
103	CAPTOPRIL 25 MG (830)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0200	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0200	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	BALM LABOR	0	0,0200	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MARIOL	0	0,0200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 29/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	0,0300	6
104	Benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina potássica pó para suspensão injetável 300.000UI+100.000UI (1886)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	0,8500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8700	2
105	Etinilestradiol+levonorgestrel comprimido 0,03mg+0,15mg cartela com 21 comprimidos. (1841)	CART	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	0,6300	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIFARMA	0	0,7000	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIFARMA	0	0,7100	3
106	DEXAMETASONA 0,1% CREME TB C/ 10 GR (870)	TB	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,4400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,5100	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MULTILAB	0	0,5300	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,5600	4
107	DICLOFENACO DE RESINATO GTS FR 10ML (1712)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	1,5900	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	1,6000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	1,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 30/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	1,7600	4
108	CEFALEXINA 500 MG (153)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,1200	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,1200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,1200	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,1300	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,1300	6
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Teuto	0	0,1300	7
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1800	8
109	Cetoconazol 200mg (1594)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0900	1
110	ANLODIPINA 5 MG (1378)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200	2
111	ENALAPRIL, MALEATO 10MG (1723)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0400	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0400	4
112	METILDOPA 500 MG (326)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	TKS	0	0,1500	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	LABORIS	0	0,1600	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,1600	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	LABORIS	0	0,1700	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,1700	5
113	ESPIRONOLACTONA 25 MG (1462)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aspen	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ASPEN	0	0,1000	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	E.M.S	0	0,1100	3
114	SINVASTATINA 40 MG (1377)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0900	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 32/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,1100	3
115	Enalapril, maleato 20mg (1598)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0500	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0500	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Belfar	0	0,0500	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0500	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0600	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0600	7
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Royton	0	0,0600	8
116	DIGOXINA 0,25 MG (164)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,0300	2
117	AMOXICILINA 250 MG SUSP 60ML (1713)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,9400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 33/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Quimica	0	1,1200	3
118	CIPROFLOXACINO 500 MG (527)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BRASTERAPII	0	0,1200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRASTERÁPII	0	0,1300	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1300	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BRASTERAPII	0	0,1400	4
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1400	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1400	6
119	METFORMINA 850 MG (328)	CP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,0500	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,0500	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0500	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Acido acetilsalicílico tamponado 100mg (2620)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1400	3
121	Sais para reidratação, envelope 27.9g (1586)	ENV	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,3800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,3800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,4300	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,4400	4
122	OMEPRAZOL 20MG (881)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,0400	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0400	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	4
123	Dimeticona emulsão oral 75ml/ml frasco com 15 ml (1848)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,6900	1
124	MEBENDAZOL 100 MG (1152)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	0,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 35/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,0300	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,0300	3
125	Aciclovir 50mg/g creme - bisnaga 10 gramas (1860)	BISN	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,6300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	1,6400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	1,7600	3
126	Anlodipina 10mg (1865)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0400	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0400	3
127	Epinefrina 1g/1000ml solução injetável - ampola de 1ml (1881)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,0400	1
128	SINVASTATINA 20MG (882)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0500	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,0500	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,0700	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 36/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	Complexo B (polivitamínico) frasco c/ 30ml (1846)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BELFAR	0	1,2700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	1,3900	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BELFAR	0	1,4700	3
130	IBUPROFENO 300 MG (1296)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0500	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,0500	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Multilab	0	0,0500	3
131	Nimesulida 50mg/ml 15ml (1591)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,5900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,6700	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,6800	3
132	AMOXICILINA 500 MG (1136)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0600	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0700	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0800	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 37/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0800	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0800	6
133	METILDOPA 250MG (878)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TKS	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,0900	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TKS	0	0,1000	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	LABORIS	0	0,1000	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	TKS	0	0,1000	6
134	AMIODARONA 200 MG (1374)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,1700	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GEOLAB	0	0,1800	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,2000	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,2200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 38/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Carbonato de cálcio+colecalfiferol 500mg CaCO3+400UI (1849)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,5200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Natulab	0	0,5300	2
136	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML (1135)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM	0	0,7600	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,0400	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	1,0400	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	1,0500	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,1200	5
137	CLORIDRATO DE AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA 5MG + 50MG (1725)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0800	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	VITAPAN	0	0,1100	3
138	Acetato de medroxigesterona 150mg/ml inj. c/1 seringa pré-enchida de 1ml (1843)	AMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	9,8000	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	UNIÃO QUÍMICA	0	9,8500	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	E M S	0	13,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 39/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG (1134)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Imec	0	0,0100	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	IMEC	0	0,0100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	0,0100	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Imec	0	0,0100	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	IMEC	0	0,0100	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	IMEC	0	0,0100	6
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	IMEC	0	0,0100	7
140	Ácido acetilsalicílico 500 mg (1847)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	IMEC	0	0,0300	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sobral	0	0,0400	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0400	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	0,0400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,0400	5
141	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG (871)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 40/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Multilab	0	0,0300	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cimed	0	0,0300	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0300	5
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0300	6
142	Bloqueador solar FPS 50 frasco com no mínimo de 120 a 200 ml (1889)	UND	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOFTSUN	0	10,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cosmoderma	0	15,0900	2
143	DIPIRONA SÓDICA 250MG+BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10MG (3040)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM	0	0,1100	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,1200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1300	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduzzi	0	0,1300	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1400	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,1400	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 41/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,1400	7
144	AMPICILINA 250MG SUSP 60ML (1714)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM ^A	0	1,5900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	1,7800	2
			Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,8300	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,8500	4
145	AZITROMICINA 500 MG (1381)	COMP	Andrómeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,3900	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,4000	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,4100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,4300	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,4400	5
146	Losartana potássica 100mg (1867)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	EMS	0	0,1800	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1800	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,2200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 42/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	0,2200	4
147	ATENOLOL 100 MG (1361)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzi	0	0,0300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	0,0400	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	5
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	6
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	7
148	Acido acetilsalicílico tamponado 200mg (2621)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	E.M.S	0	0,1300	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,2400	3
149	Loção oleosa a base de girassol, vitamina A e ácido linoleico, ácido caprílico, ácido cáprico, lecitina de soja e ácidos graxos essenciais/tcm, que revitaliza a pele auxiliando na prevenção de escaras, frasco de 200ml. (2830)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nutriex	0	4,2100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 43/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	KELLDRIN	0	4,3200	2
150	Losartana potássica 25 mg (3042)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0900	2
151	Pomada oftálmica estéril. Composição: Acetato de retinol 10.000UI, aminoácidos 2,5%, metionina 0,5%, cloranfenicol 0,5%. Bisnaga de 3,5g. (2832)	BISN	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	ALLERGAN	0	9,7200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Allergan	0	10,6500	2
152	Cânfora 4gr, essência de terebentina 10ml, mentol 1gr, salicilato de metila 4ml, veículos q.s.p, tubo de aerosol contendo 120ml. (Essência de mostarda, essência de alfazema, álcool etílico 96 GL e propelente isobutano). (2833)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neoquimica	0	13,0500	1
153	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica e num excipiente aquoso, transparente e viscoso, tubo com 85 g. (3041)	TB	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lm Farma	0	43,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 44/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CONVATEC	0	54,4600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 45/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2013****PROCESSO N° 6/2013**

- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6136) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6331) - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (6648) - Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda
- (6649) - DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
- (6677) - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA
- (6688) - DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA
- (6689) - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda
- (6690) - Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.

Braço do Trombudo, 13 de Junho de 2013.

Caçador**PREFEITURA****Decreto N° 5.835**

DECRETO n° 5.835, de 06 de dezembro de 2013.

Revoga o Decreto n° 5.793, de 11 de novembro de 2013, que Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

Considerando não haver na data da publicação do referido Decreto, dotação orçamentária suficiente para suplementação.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n° 5.793, de 11 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Portaria N° 23.329

PORTARIA N° 23.329 de 06 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar n° 93, de 29/12/2006 e suas alterações

RESOLVE:

RETIFICAR, a Portaria n° 23.322, de 05 de dezembro que deferiu averbação de tempo de serviço/contribuição para fins de aposentadoria, do Servidor Público Municipal, BRENO ITAQUY RAMOS, ocupante do cargo de técnico em contabilidade, do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, somente no que se refere a quantidade de dias, que passa a ser 5.227 (cinco mil, duzentos e vinte e sete) dias.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú**PREFEITURA****PR 89/2013 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 089/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AREIA PARA RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 14 (Catorze) de Janeiro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 90/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 090/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE REDES DE COMPUTADORES HETEROGÊNEAS DESENVOLVIDO EM LINUX (SHELLSCRIPT, MYSQL E PHP) CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS VINCULADAS AO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, TENDO EM VISTA A COMPLEXIDADE DE SE MANTER EM PLENO FUNCIONAMENTO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 15 (Quinze) de Janeiro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI

PR 91/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 091/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM INFRAESTRUTURA DE TI PARA PLATAFORMA LINUX, VMWARE, XEN, IOS E MICROSOFT PARA ANÁLISE, PROJETO, IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIDORES E CLIENTES E SEUS RECURSOS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS VINCULADAS AO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Janeiro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Termo de Errata DI 23/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
DISPENSA LICITATÓRIA 023/2013-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital da Dispensa Licitatória 023/2013 - FMS, tendo como objeto a "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SALA COMERCIAL DE APROXIMADAMENTE 120M2, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA AS INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS, NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO VIEIRA, Nº 225, SALA Nº1 CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterada a descrição do objeto do Aviso da Dispensa Licitatória.

- onde lê-se: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SALA COMERCIAL DE APROXIMADAMENTE 120M2, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA AS INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS, NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO VIEIRA, Nº 225, SALA Nº1 CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

- leia-se: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SALA COMERCIAL DE APROXIMADAMENTE 120M2, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA AS INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS, NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO VIEIRA, Nº 225, SALA Nº2 CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 10 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Termo de Errata do Contrato Mês 11/2013

TERMO DE ERRATA
CONTRATO

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Saúde, vem comunicar que na publicação do contrato 127/2013 da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 06 de dezembro de 2013:

- Onde lê-se: sala nº 1

- Leia-se: sala nº 2

Camboriú SC, 11 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços PR 22/13 - FUNDESB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 022/2013 - FUNDESB - Ata do Sistema de Registro de Preços 009/2013 - FUNDESB - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS AOS FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHAM NA PARTE EXTERNA DA SECRETARIA E NO ATERRO SANITÁRIO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/12/2014

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 84/13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 084/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 041/2013 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DEPARTAMENTOS, ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/12/2014

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.072 de 11 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 8.072 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social
300000.00.136 -	Despesas Correntes
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.136 -	Aplicações Diretas
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 12.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social
300000.00.136 -	Despesas Correntes
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.136 -	Aplicações Diretas
319013.00.136 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias R\$ 12.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.073 de 11 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 8.073 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativa
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde.
300000.00.124 -	Despesas Correntes
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.124 -	Aplicações Diretas
339030.00.124 -	Material de Consumo R\$ 2.000,00
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
300000.00.124 -	Despesas Correntes
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.124 -	Aplicações Diretas
339030.00.124 -	Material de Consumo R\$ 8.000,00
	Total R\$ 10.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativa
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde.
300000.00.124 -	Despesas Correntes
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.124 -	Aplicações Diretas
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
400000.00.124 -	Despesas de Capital
440000.00.124 -	Investimentos
449000.00.124 -	Aplicações Diretas
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito



Portaria N° 10.455 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.455 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VII, na função de Professor de Ciências, JULIANA CRISTINE HUBL, Matrícula Funcional nº 000632, Registro no Sistema sob nº 955059, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.456 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.456 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor Da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DE CASSIA MUNHOZ LARGURA, Matrícula Funcional nº 0169, Registro no Sistema sob nº 293301, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 à 15 de março de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.457 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.457 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 31 (trinta e um) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DINIZ DA CONCEIÇÃO SCHIEHL, Matrícula Funcional nº 000723, Registro no Sistema sob nº 955224, referente ao período aquisitivo 06 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 25 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.458 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.458 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LILIAN APARECIDA PETERS, Matrícula Funcional nº 000736, Registro no Sistema sob nº 955252, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 19 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.459 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.459 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LILIAN DA CRUZ KUHNEN, Matrícula Funcional nº 000625, Registro no Sistema sob nº 955063, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.460 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.460 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, referente aos períodos aquisitivos: 01 de setembro de 2012 à 31 de agosto de 2013 = 10 (dez) dias, 01 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014 = 30 (trinta) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.461 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.461 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2013 à 28 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro

de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.462 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.462 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor V, na função de Professor Língua Portuguesa, LUIS ROGÉRIO VARGAS VALÉRIO, Matrícula Funcional nº 000458, Registro no Sistema sob nº 954467, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.463 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.463 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092, Registro no Sistema sob nº 295640, referente aos períodos aquisitivos: 01 de março de 2012 à 28 de fevereiro de 2013 = 03 (três) dias, 01 de março de 2013 à 28 de fevereiro de 2014 = 37 (trinta e sete) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.464 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.464 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MÁRCIA FRANZ SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000113, Registro no Sistema sob nº 296610, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2013 à 31 de março de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.465 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA N° 10.465 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MÁRCIA REGINA FELICIANO DAMÁZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000228, Registro no Sistema sob nº 310460, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 à 08 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.466 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA N° 10.466 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, na função de Professor Educação Física, MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 361, Registro no Sistema sob nº 386520, referente ao período aquisitivo 04 de agosto de 2013 à 03 de agosto

de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.467 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA N° 10.467 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, referente aos períodos aquisitivos: 09 de fevereiro de 2012 à 08 de fevereiro de 2013 = 03 (três) dias, 09 de fevereiro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014 = 37 (trinta e sete) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.468 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.468 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Especialista em Assuntos Educacionais, MARILIS VELLASQUES, Matrícula Funcional n° 000717, Registro no Sistema sob n° 955208, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 20 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.469 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.469 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN, Matrícula Funcional n° 000722, Registro no Sistema sob n° 955219, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 27 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.470 de 11 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.470 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARINES WOYESKOYSKY UHLIG, Matrícula Funcional n° 0229, Registro no Sistema sob n° 310540, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 à 08 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 11/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.471 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.471 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARLI TEREZINHA DE SOUZA, Matrícula Funcional n° 000130, Registro no Sistema sob n° 154600, referente aos períodos aquisitivos: 02 de maio de 2012 à 01 de maio de 2013 = 06 (zero seis) dias, 02 de maio de 2013 a 01 de maio de 2014 = 34 (trinta e quatro) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2013 a 01 de maio de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.472 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.472 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 29 (vinte e nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 102190, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2013 à 12 de março de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 23 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.473 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.473 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor V, na função de Professor Língua Portuguesa, MIRIAM TURKINICZ FELIPPE, Matrícula Funcional nº 000643, Registro no Sistema sob nº 955072, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.474 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.474 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000105, Registro no Sistema sob nº 780300, referente aos períodos aquisitivos: 12 de março de 2012 à 11 de março de 2013 = 07 (zero sete) dias, 12 de março de 2013 a 11 de março de 2013 = 33 (trinta e três) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 12 de março de 2013 a 11 de março de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.475 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.475 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 à 15 de março de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.476 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.476 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor IX, na função de Professor História, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000571, Registro no Sistema sob nº 954546, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.477 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.477 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor VIII, na função de Professor Geografia, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954736, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.478 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.478 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, na função

de Professor Educação Física, RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, Matrícula Funcional nº 000467, Registro no Sistema sob nº 954473, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.479 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.479 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, na função de Professor Educação Física, RODOLFO HENRIQUE WORMS, Matrícula Funcional nº 000468, Registro no Sistema sob nº 954474, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2012 à 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco) dias, 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013 = 35 (trinta e cinco) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.480 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.480 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ROSANY MARIA ROZA BASTOS, Matrícula Funcional nº 000160, Registro no Sistema sob nº 299120, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2012 à 28 de fevereiro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.481 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.481 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, referente ao período aquisitivo 16 de julho de 2013 à 15 de julho de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.482 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.482 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA PAULA SCHWEDLER, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.483 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.483 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, Registro no Sistema sob nº 101970, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2013 à 05 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro

de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.484 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.484 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.486 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.486 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.487 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.487 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS, Matrícula Funcional nº 000069, Registro no Sistema sob nº 294080, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2012 à 31 de outubro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.488 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.488 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SOLANGE REGINJA DOS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2013 à 14 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.489 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.489 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000175, Registro no Sistema sob nº 300150, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 à 15 de março de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.490 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.490 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VI, na função de Professor Matemática, SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.492 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.492 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, VANESSA MIL-CZEWSKY NASCIMENTO, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955081, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro

de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.493 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.493 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, VERONICA WOJCIECHOSKI, Matrícula Funcional nº 000171, Registro no Sistema sob nº 299800, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 à 15 de março de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Tomada de Preços N° FMS 05/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 45/2013
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 05/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/01/2014, às 11h00min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA RELATIVA A REFORMA DA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Recebimento das propostas até às 10h45min do dia 15/01/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do fundo

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.097/2013

LEI Nº 3.097, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio e/ou Termo de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE, com sede na Rua Tenente Silveira, nº 162, 2º Andar, Centro, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.344.0001-40, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Sub-Componente: Infraestrutura, Atividade: Estradas Rurais Terciárias, no âmbito das ações e metas do Projeto Santa Catarina Rural.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de dezembro de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.098/2013

LEI Nº 3.098, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Institui cota de participação comunitária, na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída, nos termos da presente Lei, a cota mensal de participação comunitária com a finalidade de auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores, associação privada inscrita no CNPJ sob o nº 33.789.850/0007-65, com sede à Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, nesta cidade de Capinzal, mantida pela Congregação das Servas de Maria Reparadoras, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.789.850/0001-70 e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com sede à Rua da Cascata, nº 47 - Tijuca, Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º A contribuição de que trata esta Lei, de caráter facultativo, pelo período de 2 (dois) anos, objetiva estabelecer um sistema de cooperação financeira e será lançada e arrecadada mensalmente. Aplicar-se-á por economia de unidade consumidora que será através do documento de recolhimento de fatura de água do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e será devida na seguinte proporção:

I - consumidor residencial pessoa física: R\$ 3,00 (três reais); e
II - consumidor comercial/industrial pessoa jurídica: R\$ 6,00 (seis reais).

§ 1º A cota comunitária não será lançada aos contribuintes beneficiados pela tarifa residencial social instituída na forma do Decreto nº 26, de 16 de maio de 2006.

§ 2º Os contribuintes que não desejarem participar da cota comunitária deverão dirigir-se ao Centro Administrativo Municipal, munidos da última fatura de água e preencher formulário próprio para esta finalidade, cuja exclusão dar-se-á no mês subsequente ao do requerimento.

§ 3º As contribuições previstas neste artigo serão corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, medido e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses contados a partir da vigência desta LEI.

Art. 3º A receita resultante da contribuição referida no art. 1º será integralmente depositada pelo SIMAE até o décimo dia do mês subsequente ao do recolhimento, em conta bancária específica do Hospital Nossa Senhora das Dores, vinculada ao instrumento de cooperação celebrado entre as partes, acompanhado do respectivo demonstrativo de arrecadação.

Art. 4º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas dos recursos recebidos em audiência pública especialmente convocada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2014.

Capinzal, SC, 12 de dezembro de 2013
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar 163/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Reduz percentual de desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre a Planta Genérica de Valores.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a promover a redução de 29% (vinte e nove por cento) para o exercício 2014 nos valores venais dos imóveis do perímetro urbano, que servirão de base de cálculo para lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), baseada na Planta Genérica de Valores aprovada pela Lei nº 2.064, de 16 de dezembro de 1997.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Capinzal, em 12 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

SIMAE**Portaria N º 57/2013/SIMAE-Cao**

PORTARIA N º 57/2013/SIMAE-CAO, de 12 de dezembro de 2013. Exonera Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, com fundamento no § 10, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no uso de suas atribuições de LEI,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor Ivancir José Silva, nascido 21/11/1960, do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão 04, Nível 02, Referência E, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a partir de 02 de janeiro de 2014 em virtude da concessão de sua aposentadoria.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

DIONÍSIO ALZIR ROSSET

Diretor Geral

Catanduvas**PREFEITURA****Decreto Nº 1.952, de 10 de Dezembro de 2013**

DECRETO 1.952, de 10 de dezembro de 2013.

"ATUALIZA O ÍNDICE UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2014, ESTABELECE PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XI do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto no art. 160, e art. 309 da Lei Complementar Municipal 17/2002, e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014,

CONSIDERANDO, a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) relativo ao período de dezembro de 2012 a novembro de 2013 em 5,6096%; e

CONSIDERANDO, a necessidade de se estabelecer um calendário para o pagamento de tributos para o próximo Exercício, conforme previsto na Legislação Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal -, para o Exercício de 2014, fica estabelecido em R\$ 2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos), atualizada pelos índices do IGP-M/FGV do Exercício de 2013, em 5,6096% (mais cinco vírgula seis mil e noventa e seis pontos percentuais) referente a inflação, em atendimento ao estabelecido no art. 309 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º Fica estabelecido como vencimento final para pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano de 2014, em cota única com desconto de quinze por cento (15%), o dia 17 de março de 2014.

Art. 3º Fica estabelecido, para pagamento parcelado do IPTU/2014, sem desconto, os seguintes vencimentos:

- a) 1ª PARCELA - 17/03/2014
- b) 2ª PARCELA - 15/04/2014 e
- c) 3ª PARCELA - 15/05/2014

Art. 4º Fica estabelecido como vencimento final para pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF e Taxa de Vigilância Sanitária - TVS para o Exercício de 2014, em cota única e sem desconto, o dia 5 de março de 2014.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 10 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.



Aviso de Licitação: Processo Licitatório N° 0088/2013 - II N° 0001/5/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0088/2013

INEXIGIBILIDADE N° 0001/5//2013

Objeto: Contratação de Sistema de Ensino Aprende Brasil composto por livros didáticos integrados, por acessos a portal com conteúdos educativos, acompanhamento e assessoramento pedagógico, e por sistema de avaliação e gestão da educação pública. Conforme detalhamento:

- Livro didático integrado para alunos professores e coordenadores;
- Porta aprende Brasil, com senha individuais para alunos, professores, diretores e coordenadores;
- Assessoria para as equipes técnico pedagógica e docentes, por meios de cursos de metodologia nas áreas, atendimentos personalizados, contribuindo para a formação continuada desses profissionais totalizando 24hs e sistema de gestão das informações educacionais, por meio de fornecimento de ferramenta que proporciona o monitoramento dos resultados do município;
- Avaliação de aprendizagem, cujos testes serão aplicados no mês de outubro, nas áreas de língua portuguesa, matemática, e ciências, para alunos do quarto e oitavo ano do ensino fundamental contemplados com o sistema Aprende Brasil de ensino e;
- Capa personalizada para o município, para aquisição de sistema para mais de 500 alunos.

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta feira, ou pelo telefone (49) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 10 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Termo de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação - PL 0088/2013 - II 0001/5/2013**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato do(a) Senhor(a),, que declarou inexigível a licitação, com fundamento do art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

Processo Licitatório nº 0088/2013

Inexigibilidade de Licitação nº 0001/5//2013

Objeto: Contratação de Sistema de Ensino Aprende Brasil composto por livros didáticos integrados, por acessos a portal com conteúdos educativos, acompanhamento e assessoramento pedagógico, e por sistema de avaliação e gestão da educação pública. Conforme detalhamento:

- Livro didático integrado para alunos professores e coordenadores;
- Porta aprende Brasil, com senha individuais para alunos, professores, diretores e coordenadores;
- Assessoria para as equipes técnico pedagógica e docentes, por meios de cursos de metodologia nas áreas, atendimentos personalizados, contribuindo para a formação continuada desses profissionais totalizando 24hs e sistema de gestão das informações educacionais, por meio de fornecimento de ferramenta que proporciona o monitoramento dos resultados do município;
- Avaliação de aprendizagem, cujos testes serão aplicados no mês de outubro, nas áreas de língua portuguesa, matemática, e ciências, para alunos do quarto e oitavo ano do ensino fundamental contemplados com o sistema Aprende Brasil de ensino e;

- Capa personalizada para o município, para aquisição de sistema para mais de 500 alunos.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA

Valor Total: R\$ 126.653,00 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e três reais).

Catanduvas/SC, 10 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato N° 13/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 13/2013

Nº. do Contrato: 13/2013.

Processo Licitatório nº 8/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RÁDIO ITUPORANGA LTDA

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 13/2013, celebrado entre as partes em 23/01/2013.

Prazo: O prazo do Contrato n. 13/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato N° 63/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 63/2013

Nº. do Contrato: 63/2013.

Processo Licitatório nº 31/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BFGM CONSULTORIA E AUDITORIA GOVERNAMENTAL SS

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 63/2013, celebrado entre as partes em 11/04/2013.

Prazo: O prazo do Contrato n. 63/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato N° 69/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 69/2013

N°. do Contrato: 69/2013.

Processo Licitatório n° 43/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: DORILENE BAGIO KEMPNER E CIA LTDA

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato n° 69/2013, celebrado entre as partes em 25/04/2013.

Prazo: O prazo do Contrato n. 69/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato N° 86/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 86/2013

N°. do Contrato: 86/2013.

Processo Licitatório n° 66/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL S.A.

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato n° 86/2013, celebrado entre as partes em 30/07/2013.

Prazo: O prazo do Contrato n. 86/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato N° 87/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 87/2013

N°. do Contrato: 87/2013.

Processo Licitatório n° 66/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: VIDEFERRO INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA-EPP

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato n° 87/2013, celebrado entre as partes em 30/07/2013.

Prazo: O prazo do Contrato n. 87/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato N° 96/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 96/2013

N°. do Contrato: 96/2013.

Processo Licitatório n° 78/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato n° 96/2013, celebrado entre as partes em 02/10/2013.

Prazo: O prazo do Contrato n. 96/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato N° 75/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 75/2013

N°. do Contrato: 75/2013.

Processo Licitatório n° 46/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato n° 75/2013, celebrado entre as partes em 15/05/2013.

Prazo: O prazo do Contrato n. 75/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato N° 06/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 06/2011

N°. do Contrato: 06/2011.
Processo Licitatório n° 4/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: RÁDIO ITUPORANGA LTDA
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato n° 06/2011, celebrado entre as partes em 12/01/2011.
Prazo: O prazo do Contrato n. 06/2011, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato N° 07/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 07/2011

N°. do Contrato: 07/2011.
Processo Licitatório n° 02/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: ALESSANDRO DE SOUZA
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato n° 07/2011, celebrado entre as partes em 12/01/2011.
Prazo: O prazo do Contrato n. 07/2011, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato N° 16/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 016/2011

N°. do Contrato: 016/2011.
Processo Licitatório n° 08/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: NILTON KLETTENBERG
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do

prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato n° 016/2011, celebrado entre as partes em 27/01/2011.
Prazo: O prazo do Contrato n. 016/2011, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato N° 4/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 04/2011

N°. do Contrato: 04/2011.
Processo Licitatório n° 01/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: NEUZELENE FERREIRA RODRIGUES
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato n° 04/2011, celebrado entre as partes em 12/01/2011.
Prazo: O prazo do Contrato n. 06/2013, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato N° 59/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 59/2012

N°. do Contrato: 59/2012.
Processo Licitatório n° 40/2012
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: ALEXANDRE SCHAFFER
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato n° 59/2012, celebrado entre as partes em 05/06/2012.
Prazo: O prazo do Contrato n. 59/2012, em decorrência da dilação, se estenderá até 30/06/2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 145/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 145/2013- PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" o edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/01/2014.

Abertura: dia 14/01/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 12 de Dezembro de 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 146/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 146/2013- PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos e locação de software para serviços de rastreamento e armazenamento de posições via GPS, para acompanhamento de veículos terceirizados que efetuam o transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino em território urbano e rural do Município de Concórdia para o exercício 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/01/2014.

Abertura: dia 03/01/2014 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 12 de dezembro de 2013.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 21/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2013- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou

construção civil, para execução de obra comum, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para ampliação do estacionamento no Centro Municipal de Educação Infantil Sonhos de Criança, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 09/01/2014.

Abertura: dia 10/01/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de dezembro de 2013.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio N° 17/2013- Fmec

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 17/2013- FMEC

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 17/2013, firmado em 11 de julho de 2013, entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o ESPORTE CLUBE ITAMARATI, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.625/0001-50, representado pelo seu Presidente, senhor FERNANDO DILDA.

OBJETO: Dá nova redação à Cláusula Segunda - Do prazo, do Convênio nº 17/2013

DATA DA ASSINATURA: 06 de dezembro de 2013.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio N° 20/2013-Fmec

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 20/2013-FMEC

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 20/2013, firmado em 23 de agosto de 2013, entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SOCIALIZAÇÃO PRIMAVERA, inscrita no CNPJ sob nº 78.479.037/0001-31, representada pelo seu Presidente, senhor ARI CAMILLO.

OBJETO: Dá nova redação à Cláusula Segunda - Do Prazo, do Convênio nº 20/2013.

DATA DA ASSINATURA: 5 de dezembro de 2013.

Edital de Notificação - Convênio - FMAS/Igd-Bf

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente, Convênio - FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 4.631,77 (quatro mil seiscentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 12 de dezembro de 2013.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 61/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.
Processo Administrativo n. 117/2013.
Pregão Presencial para Registro de Preços n. 61/2013.
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para contratação de serviços de hora máquina para o exercício de 2014.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 30/12/2013.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/12/2013.
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.
Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 10 de dezembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 62/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.
Processo Administrativo n. 118/2013.
Edital: Pregão Presencial n. 62/2013.
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de transporte de passageiros para realizar o transporte escolar dos alunos que frequentam as escolas do Município durante o ano letivo de 2014.
Entrega dos Envelopes: até às 13:45 horas do dia 27/12/2013
Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 27/12/2013
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.
Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. 49 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 11 de dezembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 63/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.
Processo Administrativo n. 119/2013
Pregão Presencial para Registro de Preços n. 63/2013
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais para manutenção das redes de água e esgoto do município.
Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 27/12/2013
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 27/12/2013
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 11 de dezembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 64/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.
Processo Administrativo n. 120/2013.
Pregão Presencial n. 64/2013.
Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (uma) colhedora de forragens nova para manutenção das atividades da secretaria de agricultura para o exercício de 2014.
Entrega dos Envelopes: até às 13:45 horas do dia 30/12/2013.
Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 30/12/2013.
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.
Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 11 de dezembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 65/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 121/2013.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 65/2013.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de divulgação de publicidade institucional.

Entrega dos Envelopes: até às 16:00 horas do dia 30/12/2013.

Abertura dos Envelopes: 16:15 horas do dia 30/12/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 11 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA**Lei Municipal N°. 618 de 12 de Dezembro de 2013.**

LEI MUNICIPAL N°. 618 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para realização de atividades recreativas, desportivas e culturais com os alunos da rede municipal de ensino e alunos que frequentam o PETI.

Parágrafo Único - As comemorações servirão para realizar o encerramento das atividades do ano letivo de 2013.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins SC, 12 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

Portaria N°. 218 de 09 de Dezembro de 2013.

PORTARIA N°. 218 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar n°. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º. Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2014 à 31/01/2014:

NOME	CARGO	REFERENCIA
Aldinha Carmem Severgini	Téc. em contabilidade	01/03/2012 à 28/02/2013
Helena Gabriel Turmina	Servente	01/06/2010 à 31/05/2012
Inês Madali Garbin	Servente	01/08/2012 à 31/07/2013
Daiane Hahn de Lima	Nutricionista	12/07/2012 à 11/07/2013
Elenice dos Santos	Servente	13/07/2012 à 12/07/2013
Loreni Ap. Castro dos Santos	Servente	12/07/2012 à 11/07/2013
Margarete de Oliveira	Servente	12/03/2012 à 11/03/2013

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

Portaria N°. 219, de 09 de Dezembro de 2013.

PORTARIA N°. 219, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 67 a 71 da Lei Complementar n°. 026, de 21/12/2009, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2014 à 31/01/2014.

Nome	Cargo	Referência
Vilma Giroto Pertussati	Professor III	01/04/2012 à 31/03/2013
Marcos A. Marmellini	Professor IV	01/08/2012 à 31/07/2013
Raquel Adriana Souza	Professor IV	01/08/2012 à 31/07/2013
Rute de Jesus	Professor IV	21/08/2012 à 20/08/2013
Claudete conte	Professor III	01/03/2012 à 29/02/2013
Maria L. Marchetti Picetti	Professor Auxiliar	01/08/2012 à 31/07/2013
Fatima A. T. Basso	Professor Auxiliar	01/08/2012 à 31/07/2013

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de dezembro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 220, de 09 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 220, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.
DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 67 a 71 da Lei Complementar nº. 026, de 21/12/2009, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;
Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coincidir com o calendário letivo;
Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2014, decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipadas aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2014 à 31/01/2014.

Nome	Cargo	Referência
Neiva Terezinha Ghidini	Professor IV	22/02/2013 à 21/02/2014
Lucimara Bolzam May	Professor III	01/04/2013 à 31/03/2014
Marines Bento	Professor III	18/04/2013 à 17/04/2014
Marines Luzia Basso	Professor III	01/08/2013 à 31/07/2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de dezembro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 221 de 09 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 221 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.
DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 67 a 71 da Lei Complementar nº. 026, de 21/12/2009, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;
Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coincidir com o calendário letivo;
Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2014, decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipadas aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2014 à 31/01/2014.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Franciane Pirus da Silva Peruzzo	Matemática/Ciências	21/08/2013 à 20/08/2014
Sandro Luiz de Freitas	Professor Educação Física	23/09/2013 à 22/09/2014
Rogério Carlos Previatti	Monitor de Violão	04/02/2013 à 03/02/2014
Lorinete da Aparecida de Jesus	Educação geral	04/02/2013 à 03/02/2014
Edite de Oliveira Dias	Educação Geral	04/02/2013 à 03/02/2014
Lorete Zanco	Educação Especial	04/02/2013 à 03/02/2014
Adriana S. M. Buratto	Educação Especial	04/02/2013 à 03/02/2014
Maria Izabel Borges	Educação Especial	04/02/2013 à 03/02/2014
Raquel de O. D. da Silva	Educação Especial	04/02/2013 à 03/02/2014
Raquel Adriana Souza	Português/Inglês	04/02/2013 à 03/02/2014
Cristiane M. Borges	Historia/Geografia	04/02/2013 à 03/02/2014
Gilberto Pereira Martins	Educação Física	04/02/2013 à 03/02/2014
Carla Ravarena	Artes	04/02/2013 à 03/02/2014
Loreci G. Pozzer	Artes	04/02/2013 à 03/02/2014
Kellin Dagmar Cassol	Educação Especial	08/02/2013 à 07/02/2014

Lidiane Marin Toigo	Monitora de Dança	13/02/2013 à 12/02/2014
Leonir Lucindo Lopes	Historia /Geografia	13/02/2013 à 12/02/2014
Ana Pomiecinski Guimarães	Educação Geral	01/03/2013 à 28/02/2014
Lucélia Cintia P. da Trindade	Educação Especial	04/03/2013 à 03/03/2014
Sheila Cristina Cassol Faccio	Educação Especial	03/06/2013 à 02/06/2014
Josimar Becker	Motorista	01/03/2013 à 28/02/2014

Paragrafo Único: O pagamento do adicional de 1/3 será efetivado após o período aquisitivo ou na rescisão contratual, levando-se em conta o gozo antecipado previsto nesta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria N°. 222 , de 09 de Dezembro de 2013.

PORTARIA N°. 222 , DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 67 a 71 da Lei Complementar nº. 026, de 21/12/2009, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias à servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 06/01/2014 à 04/02/2014.

Nome	Cargo	Referência
Maria Nilce Marmentini Somavila	Professor II	01/01/2013 à 31/12/2013

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Corupá

PREFEITURA

Decreto N°. 657/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO N°. 657/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal N°. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 556.000,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000	Secretaria Municipal de Educação		
08.001	Divisão de Educação		
012.361.0047.2018	Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.62	Aplicações Diretas	556.000,00
TOTAL	556.000,00		

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.62 - Outros Recursos Educação - FNDE no valor de R\$ 556.000,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 21 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

Relatório de Gestão Fmhis Referente ao Exercício de 2008.

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina/SC, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2008.

Membros:

Heloísa Cristina Vanin

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Valdir Klemann
Direção de Planejamento e Engenharia

Felipe Rafaeli Rodrigues
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Nilton Richter
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Bernadete Corrêa Hillbrecht
Secretaria Municipal de Saúde

Álvaro Poerner
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Alceu Gilmar Moretti
Câmara Municipal de Vereadores

Celso Garcia
Águas de Corupá

Ernesto Felipe Blunk
Representante Municipal da Defesa Civil - COMDEC

George Livramento
EPAGRI

Rodrigo Monteiro Gonçalves da Silva
Caixa Econômica Federal de Corupá

Vilmar Mass
Associação Empresarial de Corupá - ACIAC

Henrique Germano Krüger Gessner
Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT

Marcos Martini
Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO

Gilberto Kaszubowski
Rotary Club de Corupá

Luiz Carlos Weidner
Lions Clube de Corupá

Arci Ângelo H. Müller
Representantes da APP das Escolas Estaduais

Rosane M. Berti
Representantes da APP das Escolas Municipais

José Carlos Alcântara
Representantes da Associação de Moradores da COHAB

Ilberto José Hoch
Representantes da Associação de Moradores da Comunidade do Itapocú

Denilson Luís Pedrelli
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá

Adolar Benhke
Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Guarajuva

Corupá/SC, 10 de dezembro de 2013.

OBS.1: Deve constar o nome/assinatura de todos os conselheiros.
Caso tenha ocorrido mudança na composição do Conselho Gestor

favor enviar Decreto/Portaria atualizado com seu respectivo comprovante de publicação (verificar se o Decreto/Portaria está de acordo com a Lei de criação do Conselho Gestor e se destina ¼ das vagas aos movimentos populares).

OBS. 2: Esta declaração deverá mencionar o ano do Relatório (uma para cada ano), ser publicada e enviada com o respectivo comprovante de publicação.

Relatório de Gestão Fmhis Referente ao Exercício de 2009.

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina/SC, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2009.

Membros:

Heloísa Cristina Vanin
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Valdir Klemann
Direção de Planejamento e Engenharia

Felipe Rafaeli Rodrigues
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Nilton Richter
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Bernadete Corrêa Hillbrecht
Secretaria Municipal de Saúde

Álvaro Poerner
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Alceu Gilmar Moretti
Câmara Municipal de Vereadores

Celso Garcia
Águas de Corupá

Ernesto Felipe Blunk
Representante Municipal da Defesa Civil - COMDEC

George Livramento
EPAGRI

Rodrigo Monteiro Gonçalves da Silva
Caixa Econômica Federal de Corupá

Vilmar Mass
Associação Empresarial de Corupá - ACIAC

Henrique Germano Krüger Gessner
Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT

Marcos Martini
Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO

Gilberto Kaszubowski
Rotary Club de Corupá

Luiz Carlos Weidner
Lions Clube de Corupá

Arci Ângelo H. Müller
Representantes da APP das Escolas Estaduais

Rosane M. Berti
Representantes da APP das Escolas Municipais

José Carlos Alcântara
Representantes da Associação de Moradores da COHAB

Ilberto José Hoch
Representantes da Associação de Moradores da Comunidade do Itapocú

Denilson Luís Pedrelli
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá

Adolar Benhke
Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Guarajuva

Corupá/SC, 10 de dezembro de 2013.

OBS.1: Deve constar o nome/assinatura de todos os conselheiros. Caso tenha ocorrido mudança na composição do Conselho Gestor favor enviar Decreto/Portaria atualizado com seu respectivo comprovante de publicação (verificar se o Decreto/Portaria está de acordo com a Lei de criação do Conselho Gestor e se destina ¼ das vagas aos movimentos populares).

OBS. 2: Esta declaração deverá mencionar o ano do Relatório (uma para cada ano), ser publicada e enviada com o respectivo comprovante de publicação.

Relatório de Gestão Fmhis Referente ao Exercício de 2010. **DECLARAÇÃO**

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina/SC, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010.

Membros:

Heloísa Cristina Vanin
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Valdir Klemann
Direção de Planejamento e Engenharia

Felipe Rafaeli Rodrigues
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Nilton Richter
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Bernadete Corrêa Hillbrecht
Secretaria Municipal de Saúde

Álvaro Poerner
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Alceu Gilmar Moretti
Câmara Municipal de Vereadores

Celso Garcia
Águas de Corupá

Ernesto Felipe Blunk
Representante Municipal da Defesa Civil - COMDEC

George Livramento
EPAGRI

Rodrigo Monteiro Gonçalves da Silva
Caixa Econômica Federal de Corupá

Vilmar Mass
Associação Empresarial de Corupá - ACIAC

Henrique Germano Krüger Gessner
Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT

Marcos Martini
Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO

Gilberto Kaszubowski
Rotary Club de Corupá

Luiz Carlos Weidner
Lions Clube de Corupá

Arci Ângelo H. Müller
Representantes da APP das Escolas Estaduais

Rosane M. Berti
Representantes da APP das Escolas Municipais

José Carlos Alcântara
Representantes da Associação de Moradores da COHAB

Ilberto José Hoch
Representantes da Associação de Moradores da Comunidade do Itapocú

Denilson Luís Pedrelli
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá

Adolar Benhke
Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Guarajuva

Corupá/SC, 10 de dezembro de 2013.

OBS.1: Deve constar o nome/assinatura de todos os conselheiros. Caso tenha ocorrido mudança na composição do Conselho Gestor favor enviar Decreto/Portaria atualizado com seu respectivo comprovante de publicação (verificar se o Decreto/Portaria está de acordo com a Lei de criação do Conselho Gestor e se destina ¼ das vagas aos movimentos populares).

OBS. 2: Esta declaração deverá mencionar o ano do Relatório (uma para cada ano), ser publicada e enviada com o respectivo comprovante de publicação.

Relatório de Gestão Fmhis Referente ao Exercício de 2010. **DECLARAÇÃO**

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina/SC, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao exercício

de 2010.

Membros:

Heloísa Cristina Vanin
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Valdir Klemann
Direção de Planejamento e Engenharia

Felipe Rafaeli Rodrigues
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Nilton Richter
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Bernadete Corrêa Hillbrecht
Secretaria Municipal de Saúde

Álvaro Poerner
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Alceu Gilmar Moretti
Câmara Municipal de Vereadores

Celso Garcia
Águas de Corupá

Ernesto Felipe Blunk
Representante Municipal da Defesa Civil - COMDEC

George Livramento
EPAGRI

Rodrigo Monteiro Gonçalves da Silva
Caixa Econômica Federal de Corupá

Vilmar Mass
Associação Empresarial de Corupá - ACIAC

Henrique Germano Krüger Gessner
Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT

Marcos Martini
Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO

Gilberto Kaszubowski
Rotary Club de Corupá

Luiz Carlos Weidner
Lions Clube de Corupá

Arci Ângelo H. Müller
Representantes da APP das Escolas Estaduais

Rosane M. Berti
Representantes da APP das Escolas Municipais

José Carlos Alcântara
Representantes da Associação de Moradores da COHAB

Ilberto José Hoch
Representantes da Associação de Moradores da Comunidade do Itapocú

Denilson Luís Pedrelli
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá

Adolar Benhke
Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Guarajuva

Corupá/SC, 10 de dezembro de 2013.

OBS.1: Deve constar o nome/assinatura de todos os conselheiros. Caso tenha ocorrido mudança na composição do Conselho Gestor favor enviar Decreto/Portaria atualizado com seu respectivo comprovante de publicação (verificar se o Decreto/Portaria está de acordo com a Lei de criação do Conselho Gestor e se destina ¼ das vagas aos movimentos populares).

OBS. 2: Esta declaração deverá mencionar o ano do Relatório (uma para cada ano), ser publicada e enviada com o respectivo comprovante de publicação.

Relatório de Gestão Fmhis Referente ao Exercício de 2011. **DECLARAÇÃO**

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina/SC, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2011.

Membros:

Heloísa Cristina Vanin
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Valdir Klemann
Direção de Planejamento e Engenharia

Felipe Rafaeli Rodrigues
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Nilton Richter
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Bernadete Corrêa Hillbrecht
Secretaria Municipal de Saúde

Álvaro Poerner
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Alceu Gilmar Moretti
Câmara Municipal de Vereadores

Celso Garcia
Águas de Corupá

Ernesto Felipe Blunk
Representante Municipal da Defesa Civil - COMDEC

George Livramento
EPAGRI

Rodrigo Monteiro Gonçalves da Silva
Caixa Econômica Federal de Corupá

Vilmar Mass
Associação Empresarial de Corupá - ACIAC

Henrique Germano Krüger Gessner
Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT

Marcos Martini
Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO

Gilberto Kaszubowski
Rotary Club de Corupá

Luiz Carlos Weidner
Lions Clube de Corupá

Arci Ângelo H. Müller
Representantes da APP das Escolas Estaduais

Rosane M. Berti
Representantes da APP das Escolas Municipais

José Carlos Alcântara
Representantes da Associação de Moradores da COHAB

Ilberto José Hoch
Representantes da Associação de Moradores da Comunidade do Itapocú

Denilson Luís Pedrelli
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá

Adolar Benhke
Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Guarajuva

Corupá/SC, 10 de dezembro de 2013.

OBS.1: Deve constar o nome/assinatura de todos os conselheiros. Caso tenha ocorrido mudança na composição do Conselho Gestor favor enviar Decreto/Portaria atualizado com seu respectivo comprovante de publicação (verificar se o Decreto/Portaria está de acordo com a Lei de criação do Conselho Gestor e se destina ¼ das vagas aos movimentos populares).

OBS. 2: Esta declaração deverá mencionar o ano do Relatório (uma para cada ano), ser publicada e enviada com o respectivo comprovante de publicação.

Relatório de Gestão Fmhis Referente ao Exercício de 2012.

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina/SC, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2012.

Membros:

Heloísa Cristina Vanin
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Valdir Klemann
Direção de Planejamento e Engenharia

Felipe Rafaeli Rodrigues
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Nilton Richter
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Bernadete Corrêa Hillbrecht
Secretaria Municipal de Saúde

Álvaro Poerner
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Alceu Gilmar Moretti
Câmara Municipal de Vereadores

Celso Garcia
Águas de Corupá

Ernesto Felipe Blunk
Representante Municipal da Defesa Civil - COMDEC

George Livramento
EPAGRI

Rodrigo Monteiro Gonçalves da Silva
Caixa Econômica Federal de Corupá

Vilmar Mass
Associação Empresarial de Corupá - ACIAC

Henrique Germano Krüger Gessner
Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT

Marcos Martini
Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO

Gilberto Kaszubowski
Rotary Club de Corupá

Luiz Carlos Weidner
Lions Clube de Corupá

Arci Ângelo H. Müller
Representantes da APP das Escolas Estaduais

Rosane M. Berti
Representantes da APP das Escolas Municipais

José Carlos Alcântara
Representantes da Associação de Moradores da COHAB

Ilberto José Hoch
Representantes da Associação de Moradores da Comunidade do Itapocú

Denilson Luís Pedrelli
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá

Adolar Benhke
Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Guarajuva

Corupá/SC, 10 de dezembro de 2013.

OBS.1: Deve constar o nome/assinatura de todos os conselheiros. Caso tenha ocorrido mudança na composição do Conselho Gestor favor enviar Decreto/Portaria atualizado com seu respectivo comprovante de publicação (verificar se o Decreto/Portaria está de acordo com a Lei de criação do Conselho Gestor e se destina ¼ das vagas aos movimentos populares).

OBS. 2: Esta declaração deverá mencionar o ano do Relatório (uma para cada ano), ser publicada e enviada com o respectivo comprovante de publicação.

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Dispensa de Licitação N° 303/2013 JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 303/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Auto Mecânica Geral LTDA, com o valor total de R\$ 284,00 (Duzentos e oitenta e quatro reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PEÇAS E SERVIÇO DE PRIMEIRA REVISÃO DA VIATURA MARCA CHEVROLET, MODELO S10, PLACAS MLM 9744, COM DENOMINAÇÃO BOMBEIRO MILITAR AR 74 DO 2º BBM/SEDE, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO, NA FORMA DO ART. 24, INCISO XVII DA LEI N° 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 10 de dezembro de 2013.
DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 10 de dezembro de 2013.
CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 10 de dezembro de 2013.
JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

Resultado do Pregão Presencial N° 34/2013 PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2013

Objeto: Aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina) para serem utilizados nos veículos e máquinas da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2014.

Vencedor:
* Auto Posto Daminelli Ltda
Valor: R\$ 446.650,00

ANA PAULA NOLA BIZ
Pregoeira

Extrato do Contrato N° 36/2013

EXTRATO DO CONTRATO n° 36/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Man Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.

OBJETO: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

VIGÊNCIA: 25/11/2013 á 25/11/2014.
VALOR ESTIMADO: R\$ 237.7810,00
Data da assinatura: 25/11/2013.

Extrato do Contrato N° 37/2013

EXTRATO DO CONTRATO n° 37/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Antenor Manenti

OBJETO: Contratação de um profissional especializado na área de engenharia para a elaboração de projetos, fiscalização e emissão de laudos de medições das obras que estão sendo realizadas no Município.

VIGÊNCIA: 27/11/2013 a 31/12/2013.
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.500,00
Data da assinatura: 27/11/2013.

Erval Velho

PREFEITURA

Lei 1347/2013

Lei nº 1347, de 08 de novembro de 2013.
Autoriza o Poder Executivo Municipal a Alterar Traçado de Rodovia e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar um novo traçado na Rodovia EVO-315 na extensão de 759,96 m x 10 m de largura , conforme levantamento planimétrico que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 08 de novembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1348/2013

Exposição de Motivos da Lei nº 1348, de 21 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

A festa do colono e das mulheres agricultoras em nosso Município estão ligadas a nossa cultura. Estas festas são guardiãs de valores, tesouros da formação social, cuja importância em muito ultrapassa aquilo que pode ser aferido pela medida fugaz do mercado.

Expor os resultados das atividades rurais é divulgar, festejar e reunir a comunidade para maior integração das pessoas já que neste encontro reúnem-se as 13 comunidades existentes em nosso município. É uma troca de experiências onde busca-se uma maior harmonia entre as pessoas que se fazem presentes. Jogos, brincadeiras, conversas, é uma festa que proporciona lazer para nossos agricultores e agricultoras, já que os mesmos vivem no dia a dia no campo batalhando para garantir os nossos alimentos e para que tenhamos uma maior e melhor qualidade de vida.

O Município tem por objetivo tornar estas festas tradicionais sendo colocadas no calendário oficial do Município, pois aproximadamente 80% dos nossos habitantes são descendentes de agricultores ou vieram do interior para a cidade tendo uma ligação muito forte com a vida no campo, assim procedendo estaremos contribuindo com a cultura, lazer e bem estar social do povo ervalhense.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2013.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Lei nº 1348, de 21 de novembro de 2013.

Declara a Festa do Colono e Festa da Mulher Agricultura como Data Comemorativa do Município e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica declarada a Festa do Colono e a Festa da Mulher Agricultora como Data Comemorativa e Festiva do Município de Erval Velho.

Art. 2º - As festividades citadas no artigo anterior ocorrem uma vez ao ano em datas distintas a serem fixados o local e a data de sua realização em conjunto com as comunidades e associações do interior, sendo que a Festa da Mulher Agricultora, a cada 4

(quatro) anos será regional realizada com os Municípios de Erval Velho, Joaçaba, Luzerna e Herval d' Oeste podendo ser realizada em qualquer destes com a participação do Município de Erval Velho.

Art. 3º - Fica autorizado o Município de Erval Velho investir diretamente em despesas de transporte, infraestrutura e materiais de consumo, sem custos ou ressarcimentos pelas comunidades de agricultores, para organização, divulgação e realização dos eventos, conforme plano de trabalho a ser definido com a comunidade onde será realizada a festa comemorativa.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei deverão ser empenhadas e pagas pelo orçamento do Município.

Art. 5º- A exposição de motivos faz parte integrante da presente lei.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de novembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1349/2013

Lei n. 1349, de 21 de novembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJ/ATIV. 2012 - MANUTENÇÃO DO DEP. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Modalidade 319000000000000001.000.0000 - Aplicações diretas
R\$ 22.000,00

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PROJ/ATIV. 2015 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0001 - Aplicações diretas
R\$ 7.000,00

PROJ/ATIV. 2019 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas
R\$ 16.000,00

PROJ/ATIV. 2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas

R\$ 3.500,00

PROJ/ATIV. 2025 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas
R\$ 6.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL
PROJ/ATIV. 2029 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas

R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV. 2032 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas
R\$ 10.000,00

Total das Suplementações R\$ 94.500,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PROJ/ATIV. 2020 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0001 - Aplicações diretas
R\$ 7.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV. 2026 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS
Modalidade 1.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas
R\$ 57.500,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL
PROJ/ATIV. 1020 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES
Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas
R\$ 30.000,00

Total das anulações R\$ 94.500,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de novembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1350/2013

Lei nº 1350, de 21 de novembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar termo de Parceria com a Federação Catarinense de Muaythai Tradicional FCMTT e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica o chefe Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Parceria com a Federação Catarinense de Muaythai Tradicional FCMTT, Entidade Esportiva com sede na Avenida Presidente Vargas, 1300, na cidade de Lages-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.348.283/0001-10, objetivando a realização da Copa Santa Catarina de Muaythai em nossa cidade nos dias 14 e 15 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Os gastos a serem custeados pelo Município são as constantes no anexo parte integrante da presente lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente do Município.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de novembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Anexo Único da Lei n. 1350/2013
Gastos a serem custeados pelo Município

Taxa de Arbitragem R\$ 2.500,00
Aluguel do Ringue R\$ 4.000,00
Frete do Ringue R\$ 800,00
Medalhas (180) R\$ 1.791,00
Ambulância c/ oxigênio R\$ (sem valor definido)
Alojamento p/ 200 atletas

.. R\$ (sem valor definido)

Lei 1351/2013

Exposição de Motivos da Lei nº 1351, de 09 de dezembro de 2013.

Objetivamente o médico veterinário designado fará inspeção em animais abatidos em frigoríficos no Município de Erval Velho, inspeção na industrialização de produtos de origem animal em sentido de fiscalização, cumprido um importante pressuposto na manutenção e controle da saúde pública; colaborando também de forma reflexa no incentivo a indústria, geração de renda e emprego, por quanto através da fiscalização dá também condições de funcionamento aos frigoríficos e possibilidade destes comercializarem seus produtos em todo Estado de Santa Catarina ao cumprirem o pré-requisito da existência de inspeção estadual.

Vale dizer que o servidor público municipal será agente da inspeção estadual no sentido de fiscalizar as condições de abate e industrialização da carne, certificando a higiene do estabelecimento e sanidade do animal abatido o que interessa fundamentalmente a segurança alimentar.

É visto que na última década tem ocorrido um redirecionamento das funções do Poder Público, entre a União, os Estados e Municípios, no que diz respeito a saúde, educação e assistência social. E os municípios tem absorvido ou compartilhado funções antes administrativamente exclusivas do Estado ou da União, por vezes com repasse de recursos e em alguns momento suportando com seu orçamento próprio as despesas.

De qualquer modo dentro desta nova realidade jurídico-administrativa cumpre ao gestor identificar e clarear dois pontos que devem motivar o ato de compartilhamento das responsabilidades ou absorção total dos serviços, sendo: (1) a existência de interesse público local com resultados imediato e remoto, porém próximo, atendendo um campo de atuação pública seja na saúde, ou de forma reflexa no movimento econômico conforme já consignado; (2) a possibilidade jurídica, a qual no caso presente se assenta na Constituição Federal a qual define como obrigação do Poder Público (União, Estados e Municípios) a gestão compartilhada da saúde, o que entendemos que não se resume a saúde curativa, mas também na profilaxia e medidas indiretas de manutenção da saúde do cidadão, como, controle da qualidade dos alimentos (segurança alimentar).

Assim estando presentes o interesse público e a possibilidade

jurídica e entendendo Vossas Excelências que a matéria é de interesse do Município, prestando com a aprovação do projeto o suporte da legalidade, ainda que seja com despesas pela origem entendemos que no momento é um campo de atuação interessante e de grande reflexo ao Poder Público e a Comunidade.

Numerosos estudos indicam que quanto mais intenso o investimento em prevenção, controle da qualidade de alimentos, qualidade da água, coleta e destino adequado de dejetos, menos o poder público gastará em saúde curativa, além de que visivelmente a presente lei colabora também para os interesses econômicos do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Complementar 046/2013

Lei Complementar nº 046, de 08 de novembro de 2013.

“DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI 1.168 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas posteriores alterações, esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Artigo 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Erval Velho - Santa Catarina, far-se-á através de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura e lazer, profissionalização e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas, previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei nº 8.069/90, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único - Ao atendimento a que alude este artigo deverá ser assegurada absoluta prioridade, respeitando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Artigo 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

§ 1º - É vedada no município a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos arts. 87, 101 e 112, da Lei nº 8.069/90, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º - Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão:

- a) a orientação e apoio sociofamiliar;
- b) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- c) prevenção e tratamento especializado a crianças e adolescentes, pais ou responsáveis usuários de substâncias psicoativas;

- d) identificação e localização de pais ou responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- e) proteção jurídico-social;
- f) a colocação em família substituta;
- g) ao abrigo em entidade de acolhimento;
- h) apoio aos programas de aprendizagem e profissionalização de adolescentes;
- i) ao apoio socioeducativo em meio aberto;
- j) ao apoio socioeducativo em meio fechado.

§ 3º - O atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes será efetuado em regime de cooperação e articulação entre os diversos setores da administração pública e entidades não governamentais, contemplando, obrigatoriamente, a regularização do registro civil e a realização de um trabalho de orientação, apoio, inclusão e promoção das famílias.

§ 4º - Os serviços e programas acima relacionados não excluem outros, que podem vir a ser criados em benefício de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Artigo 4º - Fica mantido no Município o serviço especial de apoio, orientação, inclusão e acompanhamento familiar, a ser estruturado com recursos materiais e humanos aptos ao desempenho das finalidades previstas no artigo 3º, § 3º desta LEI.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 5º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II - Conselho Tutelar;

III - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência (FIA).

Capítulo II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção I

Das Disposições Gerais

Artigo 6º - Fica mantido o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Erval Velho - SC - CMDCA já criado e instalado, órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis, de implementação desta mesma política, e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA.

§ 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA atenderá aos seguintes objetivos:

I - definir, no âmbito do município, políticas públicas de proteção integral a infância e a juventude de Erval Velho, incentivando a criação de condições objetivas para sua concretização, com vistas ao cumprimento das obrigações e garantias dos direitos previstos no artigo 2º, deste Lei;

II - controlar ações governamentais e não-governamentais, com atuação destinada a infância e a juventude do município de Erval Velho, com vistas a consecução dos objetivos definidos nesta Lei.

§ 2º - Entende-se por política pública aquela que emana do poder governamental e da sociedade civil organizada, visando o interesse coletivo.

§ 3º - As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.

§ 4º - Em caso de infringência de alguma de suas deliberações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentará ao Ministério Público visando a adoção de providências cabíveis. (Resolução nº 105/05 do Conanda)

Seção II

Das Atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Artigo 7º - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete, privativamente, o controle da criação de quaisquer projetos ou programas no município, por iniciativa pública ou privada, que tenham como objetivo assegurar direitos, garantindo a proteção integral a infância e a juventude do município de Erval Velho - SC, bem como o efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.

Artigo 8º - A concessão, pelo poder público, de qualquer subvenção ou auxílio a entidades que, de qualquer modo, tenham, por objetivo a proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, deverá estar condicionada ao cadastramento prévio da entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de que trata este capítulo e a respectiva escrituração da verba junto ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA.

Artigo 9º - As resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente só terão validade quando aprovadas pela maioria absoluta dos membros presentes na sessão deliberativa e após sua publicação no Diário Oficial do Município.

§1º - O CMDCA deverá encaminhar uma cópia de suas resoluções ao Juiz da Infância e Juventude, à Promotoria de Justiça com atribuição na defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como ao Conselho Tutelar.

§ 2º - As assembleias do Conselho deverão ser convocadas com a ordem do dia, no mínimo 05 (cinco) dias antes de sua realização.

Artigo 10 - Compete ainda ao CMDCA:

I - propor alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento a criança e ao adolescente, sempre que necessário;

II - assessorar o Poder Executivo Municipal na definição de dotação orçamentária a ser destinada a execução das políticas sociais de que trata o artigo 2º desta Lei;

III - definir a política de administração e aplicação dos recursos financeiros que venham constituir o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, em cada exercício;

IV - difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada a criança e ao adolescente;

V - promover capacitação dos técnicos e educadores envolvidos no atendimento direto a criança e ao adolescente, com o objetivo de difundir e reavaliar as políticas públicas sociais básicas;

VI - encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exclusão, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e o adolescente, controlando o encaminhamento das medidas necessárias a sua apuração;

VII - efetuar o registro das entidades governamentais e não-governamentais, em sua base territorial, que prestam atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o artigo 90, § 1º, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;

VIII - efetuar a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias que estejam em execução na sua base territorial por entidades governamentais e não-governamentais;

IX - manter intercâmbio com entidades federais, estaduais e municipais congêneres com outras, que atuem na proteção, promoção

e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - incentivar e apoiar campanhas promocionais e de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;

XI - cobrar do Conselho Tutelar a supervisão do atendimento oferecido em delegacias especializadas de polícia, entidades de abrigo e de internação e demais instituições públicas ou privadas;

XII - propor modificações nas estruturas dos sistemas municipais que visam a proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XIII - elaborar seu regimento interno, que deverá ser aprovado por pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, prevendo, dentre outros, os itens indicados no artigo 14, da Resolução nº 105/2005, do Conanda, atendendo também as disposições desta Lei.

XIV - dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o mandato sucessivo;

XV - regulamentar, organizar e coordenar o processo de eleição dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei nº 8.069/90, com as alterações inseridas pela Lei 12.696/2012, da Resolução nº 139/2010 do Conanda, bem como o disposto no artigo 15 e seguintes desta Lei.

XVI - convocar o suplente no caso de vacância ou afastamento do cargo de conselheiro tutelar, nos termos desta Lei, aplicando-se subsidiariamente o estatuto do servidor público municipal;

XVII - instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 139/2010 do Conanda.

§ 1º - O exercício das competências descritas nos incisos VII e VIII, deste artigo, deverá atender as seguintes regras:

a) o CMDCA deverá realizar periodicamente, a cada 04 (quatro) anos, no máximo, o recadastramento das entidades, reavaliando o cabimento de sua renovação, nos termos do artigo 91, § 2º, da Lei nº 8.069/90;

b) o CMDCA deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no artigo 91, da Lei nº 8.069/90, os quais deverão visar, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do ECA;

c) será negado registro a entidade, nas hipóteses relacionadas no artigo 91, § 1º, da Lei nº 8.069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA;

d) será negado registro e inscrição do programa que não respeitar os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.069/90, ou que seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo CMDCA;

e) o CMDCA não concederá registro para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio;

f) verificada a ocorrência de alguma das hipóteses das alíneas de "c" a "e", a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido a entidade ou programa, comunicando-se o fato a autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar;

g) caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, do Ministério Público e do Conselho Tutelar, para a tomada das medidas cabíveis, na forma do ECA;

h) o CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, "caput", da Lei nº 8.069/90.

i) CMDCA deverá realizar periodicamente, a cada 02 (dois) anos, no máximo, o recadastramento dos programas em execução, constituindo-se critérios para renovação da autorização de

funcionamento aqueles previstos nos incisos do § 3º, do artigo 90, da Lei nº 8.069/90.

Seção III

Da Constituição e Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Artigo 11 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado ao Gabinete do Prefeito, será constituído por 09 (nove) membros composto da seguinte forma:

I - 6 (seis) membros representando o Município, indicados pelos seguintes órgãos: 3 (três) pelo Governo do Estado, através das Escolas Básicas e Serviço de Segurança Pública. 3 (três) pela Administração Municipal, através de indicação da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Assistência Social e Habitação e Assessoria Jurídica da Prefeitura;

II - 3 (três) membros indicados pelas seguintes organizações representativas da participação Popular: 1 (um) membro de Associações de Bairros do Município e 2 (dois) Representantes das Igrejas instaladas no Município;

§ 1º - A indicação dos representantes do Poder Público Municipal deverá atender às seguintes regras:

a) a designação dar-se-á pelo Chefe do Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua posse;

b) observada a estrutura administrativa do município, deverão ser designados, prioritariamente, representantes dos setores responsáveis pelas políticas públicas básicas (assistência social e habitação, educação, cultura e desporto), direitos humanos;

c) para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do CMDCA;

d) o exercício da função de conselheiro, titular ou suplente, requer disponibilidade para o efetivo desempenho de suas funções, em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente;

e) o afastamento dos representantes do governo municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do conselho, cabendo a autoridade competente designar o novo conselheiro governamental no prazo máximo da assembleia ordinária subsequente ao afastamento do conselheiro.

§ 2º - A indicação dos representantes da sociedade civil garantirá a participação mediante organizações representativas escolhidas, por consenso das entidades representativas ou, em fórum próprio, devendo atender às seguintes regras:

a) não havendo consenso na indicação dos representantes, será feita por Assembleia Geral Extraordinária, realizada a cada 04 (quatro) anos, convocada oficialmente pelo CMDCA, do qual participarão, com direito a voto, três delegados de cada uma das instituições não-governamentais, regularmente inscritas no CMDCA;

b) poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelos menos 01 (um) ano e com atuação no âmbito territorial correspondente;

c) para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do CMDCA;

d) o CMDCA deverá instaurar o processo de escolha dos representantes não-governamentais até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, designando uma comissão para organizar e realizar processo de indicação;

e) o mandato no CMDCA será de 04 (quatro) anos e pertencerá a organização da sociedade civil, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante;

f) os representantes da sociedade civil organizada serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comunicação da indicação ou da proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes;

g) eventual substituição dos representantes das organizações da

sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada para que não cause prejuízo algum às atividades do conselho;

h) é vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

§ 3º - A função do conselheiro municipal será considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a qualquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento a sessões do CMDCA ou pela participação em diligências autorizadas por este.

§ 4º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não receberão qualquer remuneração pela sua participação neste, podendo o Poder Executivo pagar diárias e outras despesas, quando em viagem a serviço ou interesse direto do conselho.

§ 5º - Perderá o mandato o conselheiro que:

a) se ausentar injustificadamente em 03 (três) sessões consecutivas ou em 05 (cinco) alternadas, no mesmo mandato;

b) for condenado por sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal;

c) for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o artigo 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no artigo 197, da Lei nº 8.069/90, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos artigos 191 e 193, do mesmo diploma legal;

d) for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos no artigo 4º, da Lei nº 8.429/92.

§ 6º - A cassação do mandato dos representantes do Governo e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do CMDCA.

Seção IV

Da Estrutura Básica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Artigo 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente escolherá entre seus pares, respeitando alternadamente a origem de suas representações, os integrantes dos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário.

§ 1º - Na escolha dos conselheiros para os cargos referidos neste artigo, será exigida a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do órgão.

§ 2º - O regimento interno definirá as competências das funções referidas neste artigo.

Artigo 13 - A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA.

§ 1º - A dotação orçamentária a que se refere o "caput" deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros municipais.

§ 2º - O CMDCA deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, não necessariamente exclusivo, cuja

localização será amplamente divulgada, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento.

Artigo 14 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá apresentar, a cada ano, a tempo de ser incluído no orçamento, um Plano de Ação Municipal para ser executado no decorrer do ano seguinte.

§ 1º - O Plano de Ação Municipal deverá ser configurado como diretriz para elaboração e execução de políticas públicas voltadas a atenção e ao atendimento às crianças e aos adolescentes do município, conforme a realidade local.

§ 2º - O Plano Municipal de Ação terá como prioridade:

- a) articulação com as diversas políticas públicas municipais de atendimento a criança e ao adolescente;
- b) incentivo às ações de prevenção: a gravidez precoce, a violência contra crianças e adolescentes, a violência sexual e ao trabalho infantil, dentre outras situações relevantes identificadas pelo Conselho;
- c) estabelecimento de política de atendimento aos adolescentes;
- d) integração com outros conselhos municipais.

Artigo 15 - Poderão ser realizadas anualmente campanhas para a captação de recursos, envolvendo a Prefeitura Municipal de Erval Velho, as Organizações Governamentais e Não-Governamentais, a Comunidade e a CMDCA.

§ 1º - O CMDCA deverá manter controle das doações recebidas, bem como emitir, anualmente, relação que contenha nome e CPF ou CNPJ dos doadores, a especificação (se em dinheiro ou bens) e os valores individualizados de todas as doações recebidas, devendo encaminhá-la a unidade da Secretaria da Receita Federal até o último dia do mês de junho do ano subsequente.

§ 2º - Caberá ao CMDCA o planejamento e coordenação das campanhas.

Capítulo III

DO CONSELHO TUTELAR

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 16 - Fica mantido o Conselho Tutelar já criado e instalado, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de desempenhar funções administrativas direcionadas ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - Enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina, no entanto se orienta e se apoia nos Poderes Executivo e Legislativo municipais, no Poder Judiciário e no Ministério Público.

§ 2º - O Conselho Tutelar órgão integrante da administração pública municipal, será composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha (Art. 132, ECA, conforme redação dada pela Lei. 12.696/2012)

§ 3º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, inclusive a realização de prova de conhecimentos específicos, se for assim for instituída pelo CMDCA, vedada qualquer outra forma de recondução.

§ 4º - Serão escolhidos no mesmo pleito para o Conselho Tutelar o número de até 05 (cinco) suplentes.

§ 5º - Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, observado o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal e artigo 37 da Resolução nº 139/2010 do Conanda.

§ 6º - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de

idoneidade moral.

Artigo 17 - A escolha dos conselheiros tutelares se fará por voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em pleito presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Podem votar os maiores de 16 anos de idade, inscritos como eleitores no Município, e que comprove tal condição no ato da votação.

§ 2º - O cidadão poderá votar em apenas 01 (um) candidato, constante da cédula, sendo nula a cédula que contiver mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor.

Artigo 18 - O pleito será convocado por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta lei.

Seção II

Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas

Artigo 19 - A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, sendo vedada a formação de chapas agrupando candidatos.

Artigo 20 - Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, firmada em documentos próprios, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, através de resolução;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município há mais de 01 (um) ano;

IV - ensino médio completo.

V - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar nos últimos 8 (oito) anos;

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - não exercer mandato político;

VIII - não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;

IX - não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;

X - estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, a ser aferido por exame próprio precedente a posse.

§ 1º - Além do preenchimento dos requisitos indicados neste artigo, poderá ser instituída pelo CMDCA prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, como forma de pré-seleção dos candidatos inscritos.

§ 2º - A realização da prova mencionada no parágrafo anterior bem como os respectivos critérios de aprovação, ficarão a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamentará através de resolução.

Artigo 21 - A pré-candidatura deve ser registrada no prazo de 04 (quatro) meses antes do pleito, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanhado de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no "caput", do artigo 20, desta LEI.

Artigo 22 - O pedido de registro da pré-candidatura será autuado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, via de sua secretaria, que fará a publicação dos nomes dos pré-candidatos, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, seja apresentada impugnação por qualquer munícipe, se houver interesse.

Parágrafo único - Vencido o prazo será aberta vista ao representante do Ministério Público para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo.

Artigo 23 - Das decisões relativas às impugnações, caberá recurso ao próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação das mesmas.

Parágrafo único - Se mantiver a decisão, fará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a remessa em 05 (cinco) dias, para o reexame da matéria ao Juízo da Infância e da Juventude.

Artigo 24 - Vencida a fase de impugnação, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos pré-candidatos habilitados ao pleito, informando, no mesmo ato, o dia da realização da prova de conhecimentos específicos, que deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se instituída for, o resultado da prova de conhecimentos específicos será publicado, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, seja apresentada impugnação por qualquer dos pré-candidatos, se houver interesse.

§ 2º - Aplica-se às hipóteses deste artigo o disposto no parágrafo I, do artigo 20 e o disposto no artigo 21, desta Lei.

§ 3º - Vencida a fase de impugnação quanto a prova de conhecimentos específicos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.

Seção III

Da Realização do Pleito

Artigo 25 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial (art. 139, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 26 - A eleição será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprensa local, 06 (seis) meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º - O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do Ministério Público.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará ao Juízo da Infância e da Juventude da Comarca, com antecedência, o apoio necessário a realização do pleito, inclusive, a relação das seções de votação do município, bem como a dos cidadãos aptos ao exercício do sufrágio.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente editará resolução regulamentando a constituição das mesas receptoras, bem com a realização dos trabalhos no dia das eleições.

Artigo 27 - É vedada qualquer propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, ou a sua afixação em locais públicos ou particulares, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições.

§ 1º - A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas, sendo expressamente vedada sua afixação em prédios públicos ou particulares.

§ 2º - É vedada a propaganda feita através de camisetas, bonés e outros meios semelhantes, bem como por alto falante ou assemelhados fixos ou em veículos.

§ 3º - O período lícito de propaganda terá início a partir da data em que forem homologadas as candidaturas, encerrando-se 02 (dois) dias antes da data marcada para o pleito.

§ 4º - No dia da votação é vedado qualquer tipo de propaganda,

sujeitando-se o candidato que promovê-la a cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com manifestação do Ministério Público.

Artigo 28 - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 29 - Não sendo eletrônica a votação, as cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - As cédulas de que trata este artigo serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de voto antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

§ 2º - A cédula conterá os nomes de todos os candidatos, cujo registro de candidatura tenha sido homologado, após aprovação em prova de conhecimentos específicos, indicando a ordem do sorteio realizado na data de homologação das candidaturas, na presença de todos os candidatos, que, notificados, comparecerem, ou em ordem alfabética de acordo com decisão prévia do CMDCA.

Artigo 30 - Na medida em que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos apresentar impugnações, que serão decididas de plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de tudo fazendo registro, cabendo recurso ao Juízo da Infância e da Juventude, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do dia da apuração.

Artigo 31 - Às eleições dos conselheiros tutelares, aplicam-se subsidiariamente as disposições da legislação eleitoral.

Seção IV

Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

Artigo 32 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos eleitos (titulares e suplentes) e os sufrágios recebidos.

Artigo 33 - Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais até o número de 05(cinco) pela ordem de votação, como suplentes.

Parágrafo único - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito em posição precedente aquele que tiver idade superior ao outro candidato, ficando este classificado na sequência, como titular ou suplente conforme a ordem de classificação.

Artigo 34 - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha (art. 139, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 35 - Ocorrendo a vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida imediata convocação do suplente, na ordem de classificação obtida na eleição, para o preenchimento da vaga e a consequente regularização de sua composição.

§ 1º - No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, sendo que os conselheiros em tais situações exercerão as funções somente pelo período restante do mandato original.

§ 2º - Será considerado vago o cargo de conselheiro tutelar no

caso de falecimento, renúncia ou destituição do mandato.

Seção V Dos Impedimentos

Artigo 36 - São impedidos de servir no Conselho Tutelar, no mesmo mandato, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados enquanto assim perdurar a situação civil, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
Parágrafo único - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

Seção VI Das Atribuições do Conselho Tutelar

Artigo 37 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, todos da Lei nº 8.069/90.

II - atender e acompanhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, do mesmo estatuto.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

V - encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

VII - expedir notificações.

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

IX - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII - elaborar o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta, atendendo às disposições desta Lei (Resolução nº 75/2001, do Conanda).

§ 1º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público.

§ 2º - A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Artigo 38 - O atendimento oferecido pelo Conselho Tutelar será personalizado, mantendo-se registro das providências adotadas em cada caso.

§ 1º - O horário e a forma de atendimento serão regulamentados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo observar as seguintes regras:

a) Atendimento nos dias úteis, funcionando das 7h30 as 11h30 das 13h00 as 17h00;

b) plantão noturno das 17h00 as 7h30 do dia seguinte;

c) plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

d) durante os dias úteis o atendimento será prestado diariamente por pelo menos 02 (dois) conselheiros tutelares, cuja escala será estabelecida pelos conselheiros em comum, decidindo o CMDCA em caso de impasse;

e) durante os plantões noturno e de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, observando-se sempre a necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).

§ 2º - O descumprimento, injustificado, das regras do parágrafo anterior, bem como das decisões do CMDCA a respeito, acarretará a aplicação de sanções disciplinares nos termos desta Lei.

§ 3º - As informações constantes do § 1º serão, trimestralmente, comunicadas por escrito ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Ministério Público e às Polícias, Civil e Militar, bem como ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 39 - A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Tutelar, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica.

§ 1º - A lei orçamentária municipal, a que se refere o "caput" deste artigo deverá, em programas de trabalho específicos, prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive:

a) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, ou compartilhamento com outros órgãos municipais afins, bem como sua manutenção;

b) custeio e manutenção de equipamentos e material de consumo;

c) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

d) transporte adequado permanente, exclusivo ou compartilhado prioritário, para o exercício da função, incluindo sua manutenção e motorista, podendo eventualmente o conselheiro em atividade dirigir o veículo do Conselho, se habilitado for.

§ 2º - O Conselho Tutelar deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento, contando com, materiais de escritório e de limpeza, além de um veículo e de um motorista a disposição que pode ser exclusiva, ou compartilhado com absoluta prioridade, para o cumprimento das respectivas atribuições.

Seção VII Da Competência

Artigo 40 - A competência territorial de atuação do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, a falta dos pais ou responsável.

§ 1º - Nos casos de ato infracional, será competente em decorrência do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas poderá ser delegada a autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

Seção VIII Da Remuneração

Artigo 41 - A remuneração do Conselheiro Tutelar será a atribuída ao NÍVEL 02 do Quadro de Remuneração dos Cargos Efetivos dos Servidores Públicos do Município de Erval Velho, por mês, com o reajuste igual ao concedido aos servidores públicos municipais.

§ 1º - A remuneração fixada não gera relação de emprego com a municipalidade.

§ 2º - Sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 3º - Aos membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município de Erval Velho, será assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina (art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012), não se estendendo aos conselheiros tutelares qualquer outro benefício ou vinculação decorrente do estatuto do servidor não previsto expressamente na presente lei que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 4º - Aos membros do Conselho Tutelar também será assegurado o direito de licença para tratamento de saúde, na forma e de acordo com os ditames do estatuto do servidor público municipal.

§ 5º - A concessão de licença remunerada não poderá ser dada a mais de 02 (dois) conselheiros no mesmo período.

§ 6º - É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Artigo 42 - Os recursos necessários a remuneração dos membros dos Conselhos Tutelares terão origem no Orçamento do Município, com dotação específica que não onere o Fundo Municipal da Infância da Adolescência -FIA.

Artigo 43 - Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho.

Parágrafo único - O Município deve manter um serviço de transporte de criança ou adolescente para outro município, quando eventualmente necessário. Se, excepcionalmente, o próprio conselheiro tutelar acompanhar a criança, as despesas com a criança, de qualquer forma, devem ser de responsabilidade do Município.

Seção IX Do Regime Disciplinar

Artigo 44 - O exercício do mandato popular exige conduta compatível com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, desta Lei Municipal e com os demais princípios da Administração Pública, sendo-lhe aplicado o regime processual disciplinar dos servidores públicos municipais de Erval Velho, sendo deveres do Conselheiro Tutelar:

- I - exercer suas atribuições com zelo, dedicação, honestidade, decoro, lealdade e dignidade, e preservar o sigilo dos casos atendidos;
- II - observar as normas legais e regulamentares, não se omitindo ou se recusando, injustificadamente, a prestar atendimento;
- III - manter conduta compatível com a moralidade exigida ao desempenho da função;
- IV - ser assíduo e pontual ao serviço, não deixando de comparecer, injustificadamente, no horário de trabalho;
- V - levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver ciência em razão da função;
- VI - representar a autoridade competente contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, cometido contra conselheiro tutelar.

Artigo 45 - Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

- I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;
- II - recusar fé a documento público;
- III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VI - receber comissões, presente ou vantagens de qualquer

espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de duas funções.

Parágrafo único - O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Artigo 46 - A qualquer tempo o Conselheiro Tutelar pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

§ 1º - As conclusões do procedimento administrativo devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, em sessão plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade de suspensão ou perda de mandato.

§ 2º - Aplicada a penalidade pelo CMDCA, este declarará vago o cargo, quando for o caso, situação em que será convocado o primeiro suplente, inclusive quando a suspensão exceder a 10 (dez) dias.

§ 3º - Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Artigo 47 - São previstas as seguintes penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - perda do mandato.

Artigo 48 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes e atenuantes, e os antecedentes funcionais do conselheiro tutelar.

Artigo 49 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de inobservância dos deveres previstos no artigo 44, desta Lei, que não justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Artigo 50 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência nas faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Durante o período de suspensão, o Conselheiro Tutelar não receberá a respectiva remuneração.

Artigo 51 - A perda do mandato ocorrerá nos seguintes casos:

- I - infração, no exercício das funções, das normas contidas na Lei nº 8.069/90;
- II - condenação por crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função, com decisão transitada em julgado;
- III - abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias;
- IV - inassiduidade habitual injustificada;
- V - improbidade administrativa;
- VI - ofensa física, em serviço, a outro conselheiro tutelar, servidor público ou a particular;
- VII - conduta incompatível com o exercício do mandato;
- VIII - exercício ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou atividades privadas;
- IX - reincidência em duas faltas punidas com suspensão;
- X - excesso no exercício da função, de modo a exorbitar de suas atribuições, abusando da autoridade que lhe foi conferida;
- XI - exercer ou concorrer a cargo eletivo;
- XII - receber a qualquer título honorários no exercício de suas funções, exceto os previstos por esta Lei;
- XIII - exercer advocacia na comarca no segmento dos direitos da criança e do adolescente;

XIV - utilização do cargo e das atribuições de conselheiro tutelar para obtenção de vantagem de qualquer natureza, em proveito próprio ou de outrem;

XV - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XVI - exercício de atividades político-partidárias.

Artigo 52 - Fica criada uma Comissão Disciplinar, com o objetivo de apurar administrativamente, na forma da Lei Municipal e a qualquer tempo, a prática de infração disciplinar atribuída a conselheiros tutelares e conselheiros municipais de direitos, que será formada por:

I - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos, representante governamental;

II - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos, representante das organizações não-governamentais;

III - 01 (um) conselheiro tutelar.

§ 1º - Os membros da Comissão Disciplinar serão escolhidos na primeira reunião ordinária de cada ano, com duração de apenas um ano, podendo seus membros ser reconduzidos.

§ 2º - Na mesma reunião serão escolhidos os suplentes dos membros da comissão, que serão convocados nos casos de falta, ou afastamento do titular ou em situações específicas em que ao membro titular for imputado a prática de infração administrativa.

Artigo 53 - A representação de irregularidade poderá ser encaminhada por qualquer cidadão, desde que escrita, fundamentada e com indicação de provas.

§ 1º - Os procedimentos administrativos serão iniciados mediante representação por escrito, endereçada ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - As representações serão distribuídas entre os membros da Comissão Disciplinar por critério de distribuição, começando pelo representante governamental, depois para o representante das entidades não-governamentais e por fim ao representante do Conselho Tutelar.

§ 3º - Recebida a representação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para que o Conselheiro Tutelar ou Conselheiro Municipal dos Direitos apresente sua defesa escrita, mediante notificação e cópia da representação.

§ 4º - Será admitida prova documental, pericial e/ou testemunhal, sendo que os depoimentos deverão ser reduzidos a termo;

Artigo 54 - A Comissão Disciplinar terá um relator, que conduzirá o procedimento de apuração de falta funcional ou conduta inadequada, e ao final apresentará um relatório que será submetido aos demais integrantes da comissão, que poderão concordar ou discordar do relatório, indicando qual a penalidade adequada.

§ 1º - As conclusões da sindicância administrativa devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade cabível.

§ 3º - Os demais procedimentos e prazos seguirão o estatuído no regime disciplinar processual do servidor público municipal de Erval Velho.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA

Seção II

Da Criação e Natureza do Fundo

Artigo 55 - Fica mantido o Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, criado pelas leis orçamentárias do Município indispensável a captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 1º - O FIA ficará subordinado ao Executivo Municipal, e seguirá na sua gestão as normas de contabilidade pública, de direito administrativo e dos prejulgados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 2º - O FIA não possui personalidade jurídica própria, devendo ser registrado com o mesmo CNPJ do Município, mas com identificação própria, especificada na variação final do número.

Seção II

Da Captação de Recurso

Artigo 56 - O Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA será constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a Lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;

II - doação de pessoas físicas e jurídicas, conforme disposto no artigo 260, da Lei nº 8.069/90;

III - valores provenientes das multas previstas no artigo 214, da Lei nº 8.069/90, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 e 258, do referido Estatuto, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei nº 9.099/95;

IV - transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Infância e da Adolescência - FIA;

V - doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;

VI - produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

VII - recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados no Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VIII - outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Parágrafo único - Nas hipóteses do inciso II deste artigo, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas poderão indicar a entidade ou projeto que desejam auxiliar com suas doações ao fundo, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelecer os requisitos e percentuais que serão repassados, via resolução.

Artigo 57 - Os recursos do FIA não podem ser utilizados:

I - para manutenção dos órgãos públicos encarregados da proteção e atendimento de crianças e adolescentes, aí compreendidos o Conselho Tutelar e o próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que deverá ficar a cargo do orçamento das secretarias ou departamentos aos quais aqueles estão administrativamente vinculados;

II - para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90, da Lei nº 8.069/90, podendo ser destinados apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei;

III - para o custeio das políticas básicas a cargo do Poder Público.

Seção III

Do Gerenciamento do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA

Artigo 58 - O Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual cabe a função de geri-lo, bem como deliberar acerca dos critérios de utilização de suas receitas, consoante regulamentação constante de decreto municipal.

§ 1º - O FIA é contabilmente administrado pelo Poder Executivo Municipal, que, por decreto municipal, deverá nomear um gestor e um tesoureiro.

§ 2º - Os gestores deverão prestar contas da aplicação dos recursos do fundo ao CMDCA, estando o fundo sujeito, ainda, ao controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

§ 3º - Fixados os critérios, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberará quanto a destinação dos

recursos comunicando os gestores, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da decisão, cabendo à administração adotar as providências para a liberação e controle dos recursos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

§ 4º - Compete ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao FIA e incentivando a municipalização do atendimento:

- a) elaborar o plano de ação e o plano de aplicação dos recursos do fundo, devendo este último ser submetido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal à apreciação do Poder Legislativo Municipal;
- b) estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;
- c) acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do fundo;
- d) avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do fundo;
- e) solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do fundo;
- f) mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações e do fundo;
- g) fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do fundo.

Artigo 59 - O saldo positivo do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, apurado em balanço anual será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 60 - Os direitos sociais, criados pelo artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012 e recepcionado por esta lei, entrarão em vigor em primeiro de janeiro de 2014.

Artigo 61 - O número de conselheiros tutelares estabelecido pelo artigo 16 § 2º desta lei e a respectiva remuneração mensal, estabelecida pelo artigo 41 desta lei, aplicar-se-á a partir e para a próxima eleição regular do conselho tutelar, estabelecida pelo calendário nacional de eleições de conselhos tutelares.

Artigo 62 - Até a entrada em vigor das disposições citadas no artigo anterior, referente a número de conselheiros e remuneração, quanto a isto continuará em vigor provisoriamente as disposições da lei 1.168/2008 e suas alterações posteriores ou normas complementares que fixaram para o mandato corrente o número de conselheiros e remuneração.

Artigo 63 - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente do Município.

Artigo 64 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições da Lei nº 1.168 de 06 de novembro de 2008, exceto no que esta vigorar transitoriamente até a plena entrada em vigor da presente lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, em 08 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria, em 08 de novembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1802/2013

DECRETO 1802, de 06 de dezembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.010 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPA-
LISTAS
Elemento - 25 - 33.50.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 710,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0100 - Ordinários, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 06 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1803/2013

DECRETO 1803, de 06 de dezembro de 2013.

Homologa Plano Municipal de Saúde de Erval Velho;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Erval Velho para quadriênio 2014/2017 aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde nos termos em anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 06 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Pregão Presencial N° 0039/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Pregão Presencial n° 0039/2013. Processo licitatório n°: 0093/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada visando à realização de concurso público e processo seletivo para provimento de cargos caráter efetivo e temporário. Data do recebimento: 06/01/2014 as 09h 00min.

Data da Abertura: 06/01/2014 as 09h 15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Pregão Presencial N° 0039/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Pregão Presencial n° 0039/2013. Processo licitatório n°: 0093/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada visando à realização de concurso público e processo seletivo para provimento de cargos caráter efetivo e temporário. Data do recebimento: 06/01/2014 as 09h 00min.

Data da Abertura: 06/01/2014 as 09h 15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Cancelado Concurso Público 007/2013 e o Processo Seletivo 008/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. COMUNICADO. A Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes esclarece que por motivos técnicos da empresa contratada, o Concurso Público 007/2013 e o Processo Seletivo 008/2013 estão cancelados. O candidatos que já tenham efetuado o pagamento das inscrições devem comparecer ao Setor de Fazenda e Administração municipal munidos do comprovante, para serem ressarcidos. As inscrições para o Concurso Público e o Processo Seletivo serão reabertas no mês de Janeiro de 2014.

Forquilha

PREFEITURA

Lei N° 1.929, de 11 de Dezembro de 2013.

LEI N° 1.929, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A FORMA DE DEPÓSITO, DISCIPLINA A COLETA E DESTINO DE ENTULHOS E RESÍDUOS DOMÉSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS

Art. 1º Para efeitos desta lei, os resíduos são classificados conforme seu grau de periculosidade em:

I - Resíduos classe I: Perigosos, assim considerados aqueles que apresentam risco à saúde pública ou ao ambiente, caracterizando-se por possuir uma ou mais das seguintes propriedades: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

II - Resíduos classe II: Não perigosos, subdivididos nas classes:

a) II-A: assim considerados aqueles não inertes podendo possuir propriedades como combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade.

b) II-B: assim considerados aqueles inertes, devendo não possuir nenhum dos seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade de águas.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta lei consideram-se as seguintes definições:

I - Resíduos domiciliares: todo material sólido ou semissólido indesejável e que necessita ser removido por ter sido considerado inútil por quem o descarta em recipiente destinado a este ato, podendo ser, tanto materiais recicláveis quanto materiais orgânicos ou demais rejeitos, gerados nas atividades diárias, sendo:

a) Materiais recicláveis: todos os materiais que apresentam potencial de serem reintroduzidos no ciclo de produção. São considerados materiais recicláveis: papel, papelão, vidro, metais e plástico;

b) Materiais orgânicos: também chamados de lixo úmido compostos por matéria orgânica de fácil decomposição, como restos de cozinha, cascas de frutas e verduras, restos de alimentos, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, cinza;

c) Rejeitos: compostos por material originário de atividades sanitárias, como papel higiênico, guardanapos de papel, lenços de papel, absorventes, tocos de cigarros, fraldas descartáveis.

II - Entulho: resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras, compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, resíduos de jardinagem como aparas de gramas, folhas, ervas daninhas, podas de árvores e arbustos e ainda o mobiliário inservível.

III - Resíduo sólido industrial: é todo o resíduo que resulte de atividades industriais e que esse encontre nos estados sólido, semissólido, gasoso - quando contido, e líquido - cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou

em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. Ficam excluídos desta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição;

IV - Resíduos comerciais: são todos aqueles resíduos que se produzem como consequência da atividade desenvolvida nos diferentes circuitos de distribuição de bens de consumo, sendo:

a) Resíduos comerciais orgânicos: também chamados de lixo úmido compostos por matéria orgânica de fácil decomposição, como restos de cozinha, cascas de frutas e verduras, restos de alimentos, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, cinza.

b) Resíduos comerciais inorgânicos:

1 - Resíduos comerciais inorgânicos recicláveis: todos os materiais que apresentam potencial de serem reintroduzidos no ciclo de produção. São considerados materiais recicláveis: papel, papelão, vidro, metais e plástico;

2 - Resíduos comerciais inorgânicos não recicláveis: todos os materiais que não podem ser reintroduzidos no ciclo de produção, por apresentarem características iguais ou semelhantes às aplicáveis aos resíduos sólidos industriais.

V - Resíduos de serviço de saúde: são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços de atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares, que por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio a sua disposição final.

CAPÍTULO III DOS RESÍDUOS DOMICILIARES

Art. 3º Compete a Secretaria Municipal Obras e Desenvolvimento Urbano, a coleta dos resíduos domiciliares definidos no inciso I, do artigo 2º, originado nas unidades unifamiliares e multifamiliares.

§ 1º Compete também à Secretaria Municipal Obras e Desenvolvimento Urbano, a coleta dos resíduos definidos nos incisos I e IV, alínea "a", do art. 2º, originados por estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviço, comerciais e industriais, cujos volumes produzidos por cada unidade geradora, ao dia, sejam passíveis de acondicionamento em recipientes de até 100 (cem) litros.

§ 2º Quando a quantidade de resíduos ultrapassar a quantidade de litros/dia de produção de resíduos, estabelecida no § 1º, deste artigo, em decorrência de atividade econômica, a coleta será realizada mediante pagamento de Taxa Adicional Proporcional ao Volume Excedente, prevista em Lei.

Art. 4º A cobrança referente à coleta regular de resíduos será realizada através de Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TRS), instituída pela Lei Municipal nº 494, de 17 de dezembro de 1998.

Art. 5º A coleta dos resíduos domiciliares discriminados na presente Lei poderá ser delegada pelo Município sob forma de terceirização a empresa especializada para fins de execução dos serviços, que se apresente dentro dos padrões requeridos no processo licitatório.

Art. 6º Todas as edificações devem dispor de local específico para apresentação dos resíduos à coleta, situado junto ao alinhamento frontal do imóvel, em local visível, na parte interna da propriedade, de modo a não obstruir o passeio público e facilitar o serviço

de coleta.

§ 1º Os proprietários de imóveis edificados localizados no perímetro urbano terão prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da data da publicação desta Lei, para se adaptar à determinação do caput deste artigo, devendo neste mesmo prazo retirar as atuais lixeiras sob pena de seu recolhimento ser realizado pelo Poder Público Municipal, sem qualquer direito ao proprietário de exigir o ressarcimento dos valores correspondentes ao bem removido.

§ 2º Nas edificações multifamiliares ou localizadas junto ao limite do passeio, nas quais não seja possível a construção do coletor de resíduos, admitir-se-á a utilização de contentores móveis, homologados pelo Município, sendo expressamente vedado o uso do passeio para estacionamento dos mesmos fora do horário destinado à coleta.

§ 3º A liberação do Alvará de Construção fica condicionada a apresentação, no ato da análise do projeto, do detalhamento do coletor de resíduos, sua capacidade e o volume de resíduos produzidos pelo imóvel.

§ 4º A liberação do Alvará de Habite-se bem como do Alvará de Licença de Funcionamento fica condicionada a verificação da existência de coletor de resíduos.

Art. 7º Nos logradouros de difícil acesso, a coleta regular domiciliar será tratada em conjunto com a comunidade para definição do local de apresentação dos resíduos à coleta, contendo orientação sobre os dias, frequência e horários das mesmas.

Art. 8º Os resíduos deverão, obrigatoriamente, estar acondicionados em embalagem plástica, devidamente fechada e, caso contenham cacos de vidro e objetos pontiagudos e cortantes estes deverão estar embrulhados em material resistente.

Art. 9º Somente serão recolhidos pelo serviço regular de coleta, os resíduos domiciliares que estiverem acondicionados em recipientes que estejam de acordo com as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Os resíduos, devidamente acondicionados em embalagem plástica, deverão ser apresentados para coleta com, no máximo, duas horas de antecedência ao horário previsto para a coleta, sendo expressamente vedada a sua apresentação fora deste horário.

Art. 10. É obrigatória a manutenção, pelo proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel, da limpeza e conservação dos locais para apresentação dos resíduos para a coleta.

CAPÍTULO IV DOS ENTULHOS

Art. 11. Serão de inteira responsabilidade do estabelecimento gerador a coleta, transporte e destinação final dos entulhos, descritos no inciso II, do art. 2º, desta LEI.

Art. 12. As pessoas físicas ou jurídicas que necessitarem depositar entulhos, conforme descrito no inciso II, do art. 2º, desta Lei, em vias e nos logradouros públicos por curto espaço de tempo, deverão fazê-lo por meio de caçamba estacionária ou containers.

§ 1º Entende-se por caçamba estacionária ou container, o recipiente metálico utilizado para o transporte de material sólido ou pastoso, com capacidade máxima de 5m³ (cinco metros cúbicos), cujas dimensões não poderão ser superiores a 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de largura, 2,70m (dois vírgula setenta metros) de comprimento e 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura.

§ 2º Nos equipamentos previstos neste artigo, é vedada a disposição de quaisquer outros resíduos, especialmente o depósito de animais mortos e de resíduos domiciliares, industriais e hospitalares.

§ 3º Os equipamentos mencionados no caput deste artigo observarão as seguintes características mínimas:

I - ser fabricado com material metálico resistente;
II - possuir sistema de engate simples e adequado para acoplamento a veículo transportador;
III - possuir sinalização refletiva em cada uma de suas faces laterais;
IV - possuir identificação da empresa proprietária, com indicação de telefone e endereço, bem como do credenciamento junto ao município para a prestação do serviço.
§ 4º O volume da carga não poderá ultrapassar às bordas do equipamento.
§ 5º Durante o transporte o equipamento deverá ser coberto com uma lona de proteção para evitar a queda de materiais nas vias públicas.

Art. 13. É vedado o uso de passeios públicos para fins de estacionamento de caçambas ou containers destinados à coleta de entulhos.

Art. 14. As caçambas ou containers serão estacionadas preferencialmente no interior do respectivo imóvel.

Art. 15. Verificada a impossibilidade de estacionamento na forma prevista no artigo anterior, as caçambas ou containers poderão ser estacionados em frente ao imóvel, sobre o leito da via pública, devendo ser posicionados há uma distância mínima de 30cm (trinta centímetros) da ciclovia ou, quando esta inexistente, do meio-fio, em sentido longitudinal paralelo à via, observando-se ainda as disposições aplicáveis ao estacionamento de veículos, previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de estacionamento em frente ao imóvel, o contratante do serviço deverá manter contato com o Poder Público que indicará outro local para estacionamento.

Art. 16. A prestação de serviço de coleta de entulhos será regulamentada por decreto do Chefe do Poder Executivo, e somente poderá ser realizada por empresa credenciada junto à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 17. O credenciamento das empresas prestadoras de serviços de coleta e disposição final de entulhos observará as seguintes condições:

- I - regularidade de constituição formal da empresa requerente;
- II - comprovação da propriedade dos equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- III - comprovação de licenciamento junto aos órgãos ambientais, especialmente no que tange à disposição final dos resíduos.
- IV - comprovação de disponibilidade de Ponto de Entrega Voluntária - PEV para pequenos volumes de entulho.
- V - comprovação de disponibilidade de local destinado à disposição dos entulhos recolhidos.

CAPÍTULO V DOS RESÍDUOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE SAÚDE

Art. 18. Serão de inteira responsabilidade do estabelecimento gerador a coleta, transporte e destinação final de resíduos comerciais e industriais, descritos nos incisos III e IV, do art. 2º, que apresentem características que permita classificá-los como resíduos de classe I e II-A, bem como os resíduos do serviço de saúde descritos no inciso V, do artigo 2º.

§ 1º A coleta e disposição dos resíduos de que trata o presente artigo, dar-se-ão pela contratação de empresa especializada a ser levada a efeito diretamente pelo responsável pelo estabelecimento gerador.

§ 2º Os estabelecimentos geradores comprovarão, anualmente, por ocasião da renovação do Alvará de Localização e Funcionamento, a contratação de empresa licenciada pelos Órgãos Ambientais, para coleta e disposição final dos resíduos por ela produzidos,

e a efetiva prestação dos serviços no exercício anterior.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 19. Ficam expressamente proibidos:

- I - a disposição indiscriminada de resíduos bem como entulhos em locais não autorizados pelo órgão municipal competente;
- II - a queima de resíduos e entulhos a céu aberto;
- III - o lançamento de resíduos e entulhos em corpos d'água, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços e fontes d'água;
- IV - o depósito de resíduos e entulhos em locais sem o devido licenciamento;
- V - varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos ou para o leito dos mesmos;
- VI - conduzir em veículos abertos, materiais que possam, sob incidência de vento ou trepidações, comprometer o asseio das vias públicas;
- VII - depositar em vias públicas, lixos, entulhos, materiais velhos ou qualquer detritos;
- VIII - a retirada de materiais ou entulhos provenientes de construção de prédios sem o uso de instrumentos adequados, como canaletas ou outros que evitem a queda dos referidos materiais nos logradouros.

Art. 20. Fica expressamente proibida a disposição, junto aos resíduos domiciliares, de qualquer material que não corresponda à definição do art. 2º, inciso I, desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de não serem atendidas as determinações previstas no caput deste artigo, os resíduos não serão recolhidos até que estes passem a estar dispostos de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, sem prejuízo da aplicação da multa prevista pela infração.

CAPÍTULO VII DAS MULTAS

Art. 21. O não cumprimento das prescrições desta lei por parte dos proprietários ou possuidores dos imóveis implicará na aplicação das seguintes sanções, observado o disposto no artigo 22 desta LEI:

I - quando se verificar que, mesmo sendo possível, a edificação não dispõe de local específico para apresentação dos resíduos à coleta:

- a) MULTA: 20 UFM (vinte Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: proprietário do imóvel;

II - quando se verificar que a edificação dispõe de local específico para apresentação dos resíduos à coleta não localizada junto ao alinhamento frontal do imóvel, em local visível e na parte interna da propriedade, ou que apresente estado de conservação e limpeza inadequados:

- a) MULTA: 20 UFM (vinte Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: proprietário do imóvel;

III - quando se verificar a utilização de contentor não homologado pelo Município, para oferta dos resíduos à coleta:

- a) MULTA: 100 UFM (cem Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: infrator;

IV - apresentar os resíduos à coleta não acondicionados em embalagem plástica, devidamente fechada ou, quando contendo objetos pontiagudos e cortantes não estejam estes devidamente embrulhados em material resistente, ou ainda quando a embalagem contiver conteúdo diverso do previsto no art. 2º, inciso I e art. 20 desta Lei.

- a) MULTA: 20 UFM (vinte Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: infrator;

V - apresentar resíduos à coleta com antecedência superior a duas horas do horário previsto para a coleta:

- a) MULTA: 10 UFM (dez Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: infrator;

VI - depositar entulhos nas vias públicas:

- a) MULTA: 500 UFM (quinhentas Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: infrator;

VII - quando se verificar que o estabelecimento gerador de resíduos comerciais e industriais, descritos no art. 2º, incisos III e IV, de classe I e II-A, e resíduos do serviço de saúde, descritos no art. 2º, inciso V, não tenha realizado a coleta, transporte e destinação final de resíduos, na forma prevista no art. 18 desta Lei:

- a) MULTA: 200 UFM (duzentos Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: estabelecimento gerador;

VIII - utilizar passeios públicos para fins de estacionamento de caçambas ou containers destinados à coleta de entulhos, ou estacionar container ou caçamba na via pública desrespeitando o afastamento mínimo de 30cm da ciclovia ou do meio-fio, em sentido não longitudinal e paralelo à via, ou ainda com desrespeito às disposições aplicáveis ao estacionamento de veículos:

- a) MULTA: 20 UFM (vinte Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço;

IX - quando se verificar nas caçambas estacionárias ou container a falta de identificação da empresa prestadora de serviços, telefone, endereço e credenciamento junto ao município para a prestação do serviço:

- a) MULTA: 100 UFM (cem Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço;

X - quando se verificar que o volume da carga ultrapassa às bordas do container ou caçamba:

- a) MULTA: 100 UFM (cem Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço;

XI - quando se verificar que a empresa prestadora de serviços não é credenciada junto à Secretaria Municipal de Planejamento:

- a) MULTA: 100 UFM (cem Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço;

XII - depositar entulhos em terrenos sem licenciamento.

- a) MULTA: 500 UFM (quinhentas Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: o proprietário ou infrator;

XIII - queimar resíduos ou entulhos em céu aberto;

- a) MULTA: 500 UFM (quinhentas Unidades Fiscais Municipais);
- b) RESPONSÁVEL: o proprietário ou infrator;

Parágrafo único. Na hipótese de reincidência das infrações descritas no caput deste artigo, será aplicada multa correspondente ao dobro do valor previsto para a respectiva infração.

Art. 22. O Agente Fiscal do Município, observando o descumprimento da presente Lei, lavrará notificação preliminar, concedendo o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para que o responsável providencie a regularização por meio do restabelecimento da situação anterior.

Parágrafo único. Expirado o prazo previsto no caput, sem o atendimento das exigências legais será então lavrado auto de infração, aplicando-se a multa prevista no artigo 21 desta LEI.

Art. 23. Aplicada a multa, o infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias para realizar o recolhimento do valor referido aos cofres públicos, decorrido este prazo, o débito será devidamente inscrito em dívida ativa do Município.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Compete ao município a fiscalização da correta destinação final de resíduos de qualquer natureza, sujeitando os infratores às punições previstas na presente LEI.

Art. 25. Os geradores dos resíduos, de qualquer natureza, serão responsáveis pela separação dos materiais recicláveis, cuja coleta, transporte e destinação final serão regularizados por legislação específica.

Art. 26. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 27. Ficam revogados as disposições em contrário.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.930, de 11 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.930, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN, com endereço à Rua Julio de Souza, 361, Bairro Polícia Rodoviária, Araranguá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00900930/0001-00, cujo objeto é o atendimento de crianças e adolescentes em regime de abrigo provisório, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do adolescente.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos do convênio, fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros à Associação Irmã Carmen, que poderá ser de forma parcelada, nos termos do convênio, no valor de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.930/2013.

MINUTA DE CONVÊNIO Nº /201..

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN.

Convênio que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede governamental na Av. 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC, inscrito, no CNPJ sob o nº. 81.531.162/001-58, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, e a ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN, com endereço à Rua Julio de Souza, 361, Bairro Polícia Rodoviária, Araranguá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00900930/0001-00, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. EDEVALDO NAGEL, brasileiro, casado, CPF sob o nº. 144.848.979-20, mediante as condições e termos que adiante passa a expor:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente Convênio tem por objeto o atendimento de crianças e adolescentes em regime de abrigo provisório, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio tem seu fundamento legal, conforme Lei nº. xxxxx de xx de xxxx de xxxxxxxx.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, o Município transferirá à ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), dividido em 14 (quatorze) parcelas, mais R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por criança abrigada, correndo as despesas por conta da seguinte dotação orçamentária:

a) Para o exercício 2013:

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Ativ.: 2.023 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.50.00.0080 Transferência a Instituições R\$ xx.xxx,xx

3.3.50.00.0110 Transferência a Instituições R\$ xx.xxx,xx

b) Para o exercício 2014:

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Ativ.: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.50.00.0080 Transferência a Instituições R\$ xx.xxx,xx

3.3.50.00.0110 Transferência a Instituições R\$ xx.xxx,xx

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN

A Associação obriga-se à:

a - Receber a qualquer horário, conforme termos do presente convênio, adolescentes encaminhadas até o número máximo de 03 (três) adolescentes atendidos. Caso ultrapassar a meta o pagamento deve ser feito proporcional, caso tenha vaga.

b - Promover intercâmbio com a equipe técnica do Município e Conselho Tutelar e outros órgãos como forma de contribuir para a definição de encaminhamentos mais adequados e duradouros, o mais breve possível.

c - Promover estudo social e emitir relatórios e informes de crianças e sua família, ao Conselho Tutelar e ao Juizado da comarca do município de Forquilha.

d - Garantir o atendimento médico (para patologia de natureza de pequena gravidade) psicológico, odontológico e social de todas

as crianças durante o período que se encontrem em regime de acolhimento.

e - Encaminhar as crianças durante o período de permanência no abrigo para os atendimentos acima expressados.

f - Manter em arquivo próprio toda a documentação das crianças onde constam dados de identificação, circunstância do atendimento, visitas de familiares, endereços e acompanhamento de sua formação durante o período de permanência no abrigo.

g - Garantir acesso a demais atividades desenvolvidas pela Casa Lar "Irmã Carmen", promovendo a integração comunitária enquanto perdurar a medida de acolhimento.

h - Propiciar assistência religiosa aqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.

i - Promover a manutenção do vínculo familiar incentivando a visita dos pais ou responsáveis e familiares das crianças e acolhidas, fornecendo alimentação aos familiares, durante o momento das visitas.

j - Não receber crianças caso o Município não esteja cumprindo os termos do presente convênio exceto quando forem encaminhadas através de medida judicial.

K - Cumprir com as atribuições previstas nos artigos 92 e 94 do ECA.

CLÁUSULA QUINTA- DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Município até 60 (sessenta) dias após o recebimento dos mesmos e a de acordo com a resolução IN. TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, acompanhados dos seguintes documentos:

I - Balancete de Prestação de Contas (Anexo TC 28) de recursos demonstrando a receita, a despesa, e o saldo se houver, relacionando os pagamentos efetuados para credor com indicação da Nota Fiscal e número do cheque correspondente ao respectivo pagamento;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) em fotocópias;

III - Extratos bancários da conta especial com a movimentação completa do período;

IV - Cópia dos cheques;

V - Comprovante de recolhimento de recursos não aplicados, quando houver, à conta bancária indicada pelo Município;

VI - Declaração passada pelo ordenador de despesa, que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

Parágrafo Primeiro. Para atender as formalidades legais, o processo de prestação de contas deve seguir as seguintes exigências:

a) DOCUMENTOS FISCAIS: deverão estar datados, com data igual ou posterior a data do crédito na conta, sem rasuras e contendo declaração (carimbo) do recebimento do produto e/ou serviços prestados.

b) DECLARAÇÃO: IN. TC 14/2012.

c) CHEQUE: individualizado e nominal ao credor, no valor do documento fiscal, com cópia.

d) EXTRATO: a conta bancária deverá ser específica, vinculada e identificada com o nome da unidade recebedora dos recursos, acrescido da expressão subvenção Prefeitura.

e) O repasse não será efetuado a entidade que estiver com prestação de contas em atraso.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICÍPIO.

O Município obriga-se a:

a - Todos os encaminhamentos de crianças deverão ser realizados através do Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, e sempre acompanhado por relatório dos fatos que geraram a medida de Acolhimento, contendo dados de identificação da criança (documentos), e dos familiares.

b - Caberá ao Conselho Tutelar juntamente com o Serviço Social da prefeitura deste município, promover o acompanhamento e

intervenções às famílias das crianças e abrigadas enquanto perdurar a medida na busca pela reintegração familiar o mais breve possível.

c - Viabilizar meio de transporte para que as famílias possam realizar visitas aos seus filhos acolhidos em Araranguá, por, no mínimo, quatro vezes ao mês.

d - Sempre que houver necessidade de tratamento especializado fora do domicílio da Casa Lar "Irmã Carmen", todas as despesas, inclusive de transporte ocorrerão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social.

e - Manter intercâmbio de informações permanentes com a equipe técnica da Casa-Lar "Irmã Carmen", visando certificar o técnico sobre o andamento do caso bem como os procedimentos que estão sendo adotados.

f - Consultar previamente a Casa-Lar "Irmã Carmen" sobre disponibilidade de vaga no abrigo.

G - Garantir o atendimento médico e odontológico (para patologia de natureza de média e grave) de todas as crianças durante o período que se encontrem em regime de acolhimento.

CLÁUSULA SETIMA- DA VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para a vigência deste convênio será contado a partir de xxx de xxxxx de 2013 e seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Forquilha para dirimir quaisquer dúvidas deste Convênio.

E por estarem, as partes de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente Convênio em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surtam os seus efeitos legais.

Forquilha/SC, xx de xxxxx de 2013.

Lei Nº 1.931, de 11 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER EM DOAÇÃO TERRENOS COMO ÁREAS DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANO E COMUNITÁRIO E A ÁREAS VERDES DE USO PÚBLICO DO LOTEAMENTO PREMOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Poder Executivo, com fundamento no inciso VI do artigo 53 da Lei Complementar nº 17, de 11 de agosto de 2011, autorizado a receber em doação os terrenos abaixo descritos, como áreas destinadas à implantação de equipamentos urbano e comunitário e a áreas verdes de uso público do Loteamento Premoli, matrícula 4.923 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha:

a) um terreno urbano, destinado à implantação de equipamentos urbano e comunitário, situado no bairro Santa Ana, neste Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado no lado par da Rua Dias Gomes, distante 228,40m da esquina formada com a Rua Jorge Amado, correspondente ao lote nº 01, da quadra X, do Loteamento Parque Residencial Antônio Horr, com a área de 476,00 m² (quatrocentos e setenta e seis metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Lado Norte: 28,00 m com a Área de Utilidade Pública (02); Lado Sul: 28,00 m com o Lote (02) da quadra X; Fundos Leste: 17,00 m com a Área de Utilidade Pública (02); Frente Oeste: 17,00 m com a Rua Dias Gomes.

b) um terreno urbano, destinado à implantação de áreas verdes de uso público, situado no bairro Santa Ana, neste Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado no lado ímpar da Rua Dias Gomes, distante 49,00m da esquina formada com a Rua Vinicius de Moraes, correspondente ao lote nº 05 da quadra V do Loteamento Parque Residencial Antônio Horr, com a área de 372,00 m² (trezentos e setenta e dois metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Lado Norte:30,00m com o Lote (04) da quadra V; Lado Sul:30,00m com a Área Verde; Frente Leste:12,40m com a Rua Dias Gomes; Fundos Oeste:12,40m com a Área Verde

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.932, de 11 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.932, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DENOMINA RUA IDAIR MINATTO WARMLING A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Passa a denominar-se RUA IDAIR MINATTO WARMLING (conhecida por Nega Minatto), a atual Rua nº 136 que tem o seu início na Rua Bernadetta Heerdt Warmling, passando pela Rua das Palmeiras e segue até o seu final, no bairro Vila Lourdes.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 11 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 168/PMF/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 168/PMF/2013.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto aquisição de gás de cozinha para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de dezembro de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@

forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 12 de dezembro de 2013.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Aviso de Licitação: Tomada de Preço N° 169/PMF/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço N° 169/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços na ampliação de 154,11 m² e adaptação de ambientes e reforma em geral de 673,01 m² da Escola de Educação Básica Gabriel Serafim, na Rodovia Vante Rovaris, Bairro Santa Líbera, Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de janeiro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8122 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 12 de dezembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato N° 95/FMS/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 95/FMS/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - MARCELA RICKEN DE MATTIA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de móveis e afins para atender as necessidades dos diversos setores da Secretaria de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.570,00 (mil quinhentos e setenta reais).

VIGÊNCIA - 30/06/2014.

DOTAÇÃO - 0101.2051.4490 (29), 0101.2052.4490 (32), 0101.2061.4490 (55), 0101.2057.4490 (65).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial N° 37/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de novembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N° 260/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 260/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PAULINEIA LOTTERMANN REIS

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 43.939,00 (quarenta e três mil novecentos e trinta e nove reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia). - 18/12/2014

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (71).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 154/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DISCUSSÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, Sr. Vanderlei Alexandre, nos termos da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal n° 454, de 17 de dezembro de 1998, que aprova o Código Tributário do município de Forquilha, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 16 de dezembro de 2013, segunda-feira, às 19:30 horas, no AUDITÓRIO ALFREDO MICHELS, localizado na Avenida 25 de julho, n° 2736, centro, Forquilha/SC, para discussão da Planta Genérica de Valores.

Forquilha/SC, 12 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto N° 0372/2013

DECRETO N° 0372, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0042, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário n°. 0042 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **01** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	77	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	19
2	82	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	17
3	91	LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA	17
4	132	FABIANA DE FREITAS	16
5	5	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RÉ	16
6	254	GIANE COELHO DE ALMEIDA	15
7	60	NEIVA CUSTODIA DE OLIVEIRA	15
8	78	LUCI DOS SANTOS	15
9	247	ROSANA APARECIDA COMACHO	15
10	76	ANDRESSA MATIAS	15
11	53	MARCIA EULINA LUCIANO	15
12	86	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	15
13	45	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	14
14	267	DENISIA POSANSKE MITTANCK	14
15	157	ELIZIANE ANDRADE BARRETTI	14
16	305	SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ	14
17	189	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	14
18	43	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI	14
19	69	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	13
20	23	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	13
21	87	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	13
22	206	NANDINE DE FATIMA GUEDES	13

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	6	NÃO	31/1/1975
6	5	4	NÃO	22/6/1966
6	5	4	NÃO	13/8/1979
6	5	3	NÃO	23/8/1980
6	5	3	NÃO	30/7/1981
6	5	4	NÃO	23/10/1973
6	5	2	NÃO	14/3/1963
6	5	2	NÃO	9/12/1974
6	5	2	NÃO	30/7/1978
6	5	2	NÃO	10/10/1984
4	5	4	NÃO	5/1/1970
4	5	4	NÃO	27/6/1979
6	5	3	NÃO	12/4/1964
6	5	3	NÃO	14/1/1967
6	5	3	NÃO	16/8/1978
6	2	4	NÃO	4/1/1979
4	5	3	NÃO	15/2/1973
4	5	3	NÃO	6/8/1983
6	5	2	NÃO	21/9/1957
6	5	2	NÃO	25/5/1963
6	5	2	NÃO	20/8/1973
6	5	2	NÃO	19/7/1976

23	169	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	13
24	212	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13
25	18	ANA CLAUDIA RIBEIRO	13
26	61	ELENICE MELLO PHILIPPUS	13
27	101	JACINTA PEREIRA	13
28	105	IRIA LEONI BEAL	13
29	145	VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL	13
30	184	IVANIR BENKE FANTINEL	13
31	44	ANA SCHEILA BUENO GOMES	13
32	40	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	12
33	38	VANESSA BRANDT	12
34	255	JACIRA KERVALD REZZADORI	12
35	97	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	11
36	233	GISLAINE APARECIDA BORTOLINI	11
37	49	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	11
38	190	ADRIANA PERAZZOLI MOTTER SCHIZZI	11
39	217	ELISETE KERWALD ARCARI	11
40	258	MARILI APARECIDA DO PRADO	11
41	79	ROSALINA MUNIZ	10
42	46	MARLI APARECIDA DA ROSA	10
43	74	MAGALI DOS SANTOS ROCHA	10
44	66	MARLENE PEREIRA CORDEIRO	10
45	179	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	10
46	68	ROSANGELA DORNELLES	10
47	265	LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA	10
48	298	ANDREIA RINALDI	10
49	16	GRAZIELE BOGO	10
50	165	LUCIANE DA ROSA	9
51	290	RENICE PRATES	9
52	73	NEUSA TERESINHA TREI	9
53	83	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	9
54	11	LUZIA DE MENECH	9
55	90	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	9
56	6	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	9
57	292	MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO	9
58	48	CRISTIANE MICHELON	9
59	259	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	9

6	5	2	NÃO	5/8/1977
6	5	2	NÃO	22/6/1981
6	5	2	NÃO	10/2/1982
6	5	2	NÃO	10/7/1982
6	5	2	NÃO	21/7/1983
4	5	2	NÃO	6/4/1958
4	5	2	NÃO	9/4/1965
4	5	2	NÃO	4/4/1973
4	5	2	NÃO	3/10/1983
6	5	1	NÃO	23/11/1969
6	5	1	NÃO	7/5/1982
4	5	3	NÃO	22/1/1964
6	5	0	NÃO	25/12/1972
6	5	0	NÃO	28/9/1983
4	5	2	NÃO	15/6/1975
4	5	2	NÃO	9/1/1987
4	5	0	NÃO	30/8/1960
4	5	0	NÃO	2/11/1981
4	5	1	NÃO	31/10/1965
4	5	1	NÃO	2/7/1970
4	5	1	NÃO	7/2/1971
4	5	1	NÃO	21/3/1971
4	5	1	NÃO	13/11/1979
4	5	1	NÃO	26/9/1981
4	5	1	NÃO	17/3/1983
4	5	1	NÃO	13/4/1986
4	5	1	NÃO	7/11/1988
6	1	2	NÃO	17/2/1986
4	5	0	NÃO	19/8/1079
4	5	0	NÃO	1/3/1959
4	5	0	NÃO	14/11/1974
4	5	0	NÃO	9/12/1978
4	5	0	NÃO	21/1/1981
4	5	0	NÃO	17/4/1984
4	5	0	NÃO	3/11/1986
4	5	0	NÃO	28/3/1987
4	5	0	NÃO	22/2/1989

60	268	KATIA FRANCIELLE FELTRIN	9
61	64	EDIANE MOLIM	9
62	285	CELIA CASARIN	8
63	148	ELIZANGELA DE FATIMA DIAS RIBEIRO CORREA	7
64	19	TANIA DIAS DE ALMEIDA	7
65	71	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	7
66	98	LUCIANE GERLACH	7
67	170	DAIANE PIRES DA SILVA	7
68	108	EVA SIMONE THOMAS DA SILVA	6
69	99	SANDRA NAVROCKI EGGERS	6
70	57	DEJANIRA MOREIRA	6
71	178	MARIA DE JESUS DE ALMEIDA GOMES	5
72	228	CLAUDETE DE FATIMA PELISSARI	5
73	210	ROSMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA	5
74	95	NEIDE DIAS DA SILVA CORDEIRO	5
75	29	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	5
76	30	DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO	5
77	154	JOEDNA APARECIDA DA SILVA	5
78	36	KELLY MORAES ANTUNES	5
79	316	RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA	5
80	193	EVELIZE CRISTINA GARCIA	4
81	269	MARIANA VIEIRA COSTA EZEQUIEL SCHNEIDER	4
82	282	TERESA ALVES DOS SANTOS	4
83	94	KELLI TAIZE SANTOS ROSA	3
84	146	MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN	2
85	172	ANA PAULA MORAES	2
86	232	NEIVA DORIS BARTEL	2
87	100	NEIVA VARELA	2
88	314	ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES	1
89	203	SABRINA VERONA	1
90	311	RITA DE CASSIA SIMOES DA SILVA	0

4	5	0	NÃO	26/3/1989
4	5	0	NÃO	19/11/1989
0	5	1	NÃO	11/5/1970
0	5	2	NÃO	24/7/1973
0	5	2	NÃO	23/11/1985
0	5	0	NÃO	19/9/1977
0	5	0	NÃO	14/12/1985
0	5	0	NÃO	23/6/1989
6	0	0	NÃO	25/8/1977
4	0	0	NÃO	16/2/1980
0	5	1	NÃO	8/9/1984
0	5	0	NÃO	25/12/1966
0	5	0	NÃO	12/7/1967
0	5	0	NÃO	29/8/1969
0	5	0	NÃO	22/5/1975
0	5	0	NÃO	30/5/1977
0	5	0	NÃO	23/7/1981
0	5	0	NÃO	5/10/1984
0	5	0	NÃO	19/2/1989
0	5	0	NÃO	13/1/1990
0	3	1	NÃO	7/7/1990
0	2	2	NÃO	8/9/1985
0	2	0	NÃO	20/11/1954
0	1	0	NÃO	20/7/1995
0	2	0	NÃO	28/4/1979
0	2	0	NÃO	3/1/1981
0	1	1	NÃO	23/5/1967
0	1	1	NÃO	16/5/1972
0	1	0	NÃO	12/5/1991
0	0	1	NÃO	8/7/1988
0	0	0	NÃO	31/5/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **02** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	160	ROSE DORINI RIBEIRO	17
2	271	LUCIANA FRANÇA MORAES	17
3	51	ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA	17
4	313	JANDIRA APARECIDA DE LARA	15
5	230	ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA	15
6	302	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	15
7	236	ANDREA VICENTE	15
8	153	CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL	14
9	117	ALMERI APARECIDA KADES MORSOLETTO	14
10	151	CLARISSE DE OLIVEIRA	14
11	144	EVANILDE MARIA MONTANO CONTE	13
12	224	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	13
13	312	JOSIANE GHELLER	13
14	47	MARINEZ DA ROSA DE OLIVEIRA	13
15	72	ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI	13
16	220	JANETE TOSCANINI BINELLO	13
17	81	MARICLEIA PIROLA	13
18	183	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	12
19	260	CARLA TATIANE MARTINS	12
20	14	ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE	11
21	291	TEREZINHA FERREIRA	10
22	182	EVA MARISTELA TELES REZENDES	10

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	4	NÃO	21/6/1975
6	5	4	NÃO	11/1/1976
6	5	4	NÃO	24/7/1978
6	5	2	NÃO	23/2/1975
6	4	3	NÃO	6/4/1978
4	5	4	NÃO	22/8/1969
4	5	4	NÃO	2/4/1979
6	5	3	NÃO	12/8/1961
6	5	3	NÃO	1/3/1967
6	5	3	NÃO	4/7/1977
6	5	2	NÃO	10/3/1965
6	5	2	NÃO	26/5/1974
6	5	2	NÃO	3/3/1987
4	5	2	NÃO	14/7/1975
4	5	2	NÃO	25/5/1977
4	5	2	NÃO	1/1/1980
4	5	2	NÃO	11/4/1984
6	5	1	NÃO	30/6/1976
4	5	3	NÃO	8/1/1978
4	5	2	NÃO	26/4/1969
4	5	1	NÃO	8/10/1967
4	5	1	NÃO	9/10/1973

23	126	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	10
24	195	JUCELIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	9
25	262	ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS	9
26	59	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	8
27	252	CARMEN TEREZINHA MARI	7
28	52	JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA	7
29	20	GISLAINE DA SILVA CARACHO	7
30	37	DERLI DE OLIVEIRA CORREA	6
31	89	NILSEIA APARECIDA LEMOS	6
32	207	MARCIA DALLA PICOLLA LEONARDO GAIO	6
33	280	LILIAN APARECIDA RIBEIRO RAMIRO	6
34	296	LUCIANA APARECIDA GROB	5
35	177	MARIA SALETE DA SILVA LUCIANO	5
36	303	EDERLEY CRUZ SOBRINHO PARISE	5
37	92	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	5
38	176	MARINES TELLES	5
39	39	LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA	5
40	133	ANGELA DOS SANTOS	5
41	137	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	5
42	58	PATRICIA FAQUIM	5
43	161	ALINE TAMARA ANTON	5
44	227	JANICE HAMMES	5
45	152	JULIANA LOPES DE SOUZA	4
46	118	MARILZA BILIK	4

0	5	3	NÃO	14/10/1983
4	5	0	NÃO	28/7/1983
4	0	3	NÃO	22/10/1972
0	5	1	NÃO	3/2/1980
4	0	1	NÃO	26/6/1958
0	5	2	NÃO	23/10/1973
0	5	0	NÃO	10/6/1986
0	5	1	NÃO	19/10/1968
0	5	1	NÃO	21/11/1976
0	5	1	NÃO	18/5/1984
0	5	1	NÃO	21/6/1985
0	5	0	NÃO	14/2/1970
0	5	0	NÃO	22/4/1975
0	5	0	NÃO	5/5/1976
0	5	0	NÃO	26/10/1976
0	5	0	NÃO	10/4/1979
0	5	0	NÃO	5/9/1979
0	5	0	NÃO	2/7/1984
0	5	0	NÃO	19/3/1988
0	5	0	NÃO	21/2/1991
0	5	0	NÃO	22/2/1991
0	1	2	NÃO	30/7/1969
0	4	0	NÃO	13/11/1988
0	2	0	NÃO	23/5/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **08** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Artes**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	213	JANETE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO	11
2	122	DELAIR DA COSTA	8
3	173	ALVINA ALVES DE SOUZA DA SILVA	7
4	167	ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS	7
5	139	MARCIA FERREIRA LOSS	6
6	136	CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD	6
7	4	MIRIAN CARLA CRUZ	5

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	2	NÃO	7/4/1967
0	5	1	NÃO	19/5/1970
0	5	2	NÃO	18/7/1973
0	5	2	NÃO	4/3/1977
0	5	1	NÃO	27/5/1976
0	5	1	NÃO	31/1/1983
0	5	0	NÃO	16/3/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **09** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	251	GELSON CARLOS RODRIGUES LOPES	7	0	5	2	NÃO	22/9/1980
2	300	PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON	5	4	1	0	NÃO	10/5/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Inglesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	168	LUCIANE DOS SANTOS AMARAL	11
2	257	JOAO DIAS DA SILVA	7
3	187	DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI	6
4	33	LUIZ ANDRE FAGUNDES	4
5	301	SULLIAN PATRICIA STANIASKI	4

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	2	NÃO	29/9/1981
4	0	3	NÃO	9/6/1966
0	5	1	NÃO	15/5/1990
4	0	0	NÃO	24/3/1969
0	0	2	NÃO	11/2/1978



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	248	MARCOS JOSE GOMES DE CAMPOS	16
2	124	MARIA CRISTINA DE ALMEIDA	15
3	84	LADY GRANDO	14
4	3	LEILA CRISTINA FINK MARQUES	13
5	134	GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS	13
6	226	JOSIELE PADILHA DA SILVA	12
7	237	WILMO EDUARDO WEBER KERN	12
8	221	ANA CARLA DE SOUZA	11
9	142	MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU	10
10	162	THAIS MAIRA DE MORAES	10
11	163	JULIANO ARTEMIO ZONTA	9
12	150	DIOGO CONSTANTINO	7
13	67	MARCELO GONÇALVES DE ARAUJO	7
14	141	TIAGO JOSE BECHER	6
15	287	VALCIR ALVES	6
16	166	TAISE GUGIEL	5
17	293	KATIA JULIANA DE LARA	5
18	197	PATRICIA ANGREVSKI	5
19	299	MAURICIO FRANCESCATO	3
20	1	ROBERTO RODRIGUES BELLO	3
21	261	BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS	2
22	107	JORGE COSTA ANDRADE	0

1º	2º	3º	4º	5º
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	3	NÃO	2/11/1978
6	5	2	NÃO	5/10/1985
4	5	3	NÃO	2/1/1980
6	5	2	NÃO	24/8/1986
6	5	2	NÃO	1/11/1987
6	5	1	NÃO	4/5/1987
4	5	3	NÃO	3/7/1982
4	5	2	NÃO	11/1/1976
4	5	1	NÃO	6/9/1986
4	5	1	NÃO	8/7/1990
4	5	0	NÃO	22/1/1990
4	1	2	NÃO	9/11/1986
0	5	2	NÃO	6/2/1984
0	5	1	NÃO	2/12/1991
0	2	2	NÃO	10/4/1983
0	5	0	NÃO	3/9/1990
0	5	0	NÃO	23/1/1991
0	5	0	NÃO	9/5/1991
0	2	1	NÃO	24/8/1991
0	1	2	NÃO	29/9/1985
0	2	0	NÃO	25/1/1991
0	0	0	NÃO	25/8/1962

23	111	PAULO HENRIQUE DA SILVA	0	0	0	0	NÃO	12/3/1971
----	-----	-------------------------	---	---	---	---	-----	-----------



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **15** Área de Atuação: **Departamento de Cultura**
Disciplina: **Artes – Teatro**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	295	PEDRO ALEXSANDRO RODRIGUES CAVALHEIRO	7

Critérios de Desempate

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	2	NÃO	3/1/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **17** Área de Atuação: **Departamento de Cultura**

Disciplina: **Educação Física - Dança**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	125	GISLEI SAGAI S ZORNITTA	13
2	32	LURIELLY ANGELICA PINHEIRO	2

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	2	NÃO	25/1/1987
0	1	1	NÃO	25/8/1992



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **19** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	205	JUCENI MELLO CAREGNATO	16
2	156	ELEANE LUCIA VARELA BECHER	16
3	28	IRACI PRATES DE OLIVEIRA MELO	12
4	88	KATIA REGINA DOS SANTOS	8
5	96	FABIANA TELLE	6

Critérios de Desempate

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	3	NÃO	28/7/1970
6	5	3	NÃO	2/9/1970
4	5	3	NÃO	2/12/1971
0	5	1	NÃO	20/7/1973
0	5	1	NÃO	21/2/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **III - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS DOMINGUES"**

Código: **20** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	149	RITA PRATES RIBEIRO	11	6	5	0	NÃO	7/7/1978



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "DEZ DE NOVENBRO"**
Código: **24** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	318	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	3	0	1	0	NÃO	21/3/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **V - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "LAU MELO"**

Código: **26** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	249	FRANCIELE REOLON DE MORAES	14
2	196	MARIANE CORREA DOS SANTOS LUCAS	11
3	198	CAROLINA DE MELLO	10
4	208	ZELEIDE SILVA DA ROCHA DE SOUZA	4

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	3	NÃO	29/12/1981
4	5	2	NÃO	30/5/1989
4	5	1	NÃO	3/3/1987
0	1	1	NÃO	21/7/1980



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VI - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "SÃO CRISTÓVÃO"**

Código: **27** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	191	JOCELI DE SOUZA	13
2	55	LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA	7

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	2	3	NÃO	23/6/1982
0	5	2	NÃO	9/9/1971



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **30** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	119	MARISA RODRIGUES	14
2	128	ALESSANDRA MARIA DORNELLES	12
3	135	ROSELI DOS SANTOS	12
4	278	CÉLIA INHAIA AMÉRICO	12
5	147	MARINA DE FREITAS	12
6	2	LUEINE MARIÉLI DE OLIVEIRA	12
7	8	TALITA FABIULA DA SILVA	11
8	115	JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA	11
9	155	LUCIANA DOMINGUES	10
10	199	ROSMARI DE SOUZA	9
11	102	JOSEANE DE LARA	9
12	104	AGUIDA REGINA DRUN ZANELA	9
13	65	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	9
14	279	ELAINE FERREIRA	9
15	209	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	9
16	185	DAIANE FALETTI	8
17	9	LECILDA GOMES RIBEIRO	7
18	243	SANDRA REGINA DE PAULA	7
19	244	JOCELI APARECIDA DOS SANTOS	7
20	164	FRANCIÉLI PEDROSO RAUBER	7
21	50	GISELI DE MATOS	7
22	201	ELIANE FERREIRA	7

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	2	NÃO	5/11/1966
0	5	2	NÃO	18/4/1980
0	5	1	NÃO	18/10/1978
0	5	0	NÃO	14/1/1982
0	5	0	NÃO	27/1/1989
0	5	0	NÃO	24/1/1991
0	5	2	NÃO	17/10/1981
0	5	2	NÃO	18/7/1989
0	5	3	NÃO	6/12/1980
0	5	0	NÃO	15/10/1968
0	5	0	NÃO	11/7/1978
0	5	0	NÃO	12/2/1979
0	5	0	NÃO	17/1/1988
0	5	0	NÃO	21/4/1992
0	0	0	NÃO	14/9/1982
0	5	0	NÃO	30/8/1988
0	5	0	NÃO	31/1/1957
0	5	0	NÃO	28/11/1967
0	5	0	NÃO	22/8/1979
0	5	0	NÃO	30/8/1981
0	5	0	NÃO	29/1/1984
0	5	0	NÃO	7/9/1986

23	12	WANUSA ZAGO DOS SANTOS	7
24	85	ELAINE DA LUZ	7
25	286	SCHEILLA ALVES DOS SANTOS BARRETO	6
26	180	BIANCA GOMES	6
27	219	IRENE SERAFINI CONTE	5
28	41	CLAUDIA ALINE PONTES	3
29	276	LINDANIR SONDA ZONTA	2
30	297	SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA	2
31	204	JULIANA ANTON DE SOUZA	2
32	13	PATRICIA CORDEIRO	2
33	26	JESSICA KAROLINE DA SILVA	2
34	264	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA	2

0	5	0	NÃO	27/7/1993
0	1	0	NÃO	13/10/1988
0	4	0	NÃO	20/7/1979
0	4	0	NÃO	13/6/1994
0	0	3	NÃO	17/4/1966
0	1	0	NÃO	4/1/1993
0	0	0	NÃO	14/11/1962
0	0	0	NÃO	19/1/1966
0	0	0	NÃO	11/6/1990
0	0	0	NÃO	27/11/1991
0	0	0	NÃO	12/1/1993
0	0	0	NÃO	30/4/1995



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **32** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	246	ADRIANA APARECIDA PEREIRA NASCIMENTO	20	0	5	6	NÃO	27/7/1978



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **33** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	24	ADRIANA APARECIDA DENARDI	9
2	235	FLAVIA BASTOS PRATES	2

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	NÃO	11/4/1988
0	0	0	NÃO	10/2/1994



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **36** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	222	FABIULA REIF	11
2	309	JANAINA VILMARA ORTIZ	9
3	121	DEBORA LUIZA FELICETI DE SOUZA	0

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	2	2	NÃO	15/1/1987
0	5	2	NÃO	6/10/1982
0	0	0	NÃO	17/4/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **37** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Artes**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	181	IVONEIDE INACIO	14
2	304	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS	14
3	42	JANAINA ALMEIDA DA SILVA	12
4	218	NILCILEI APARECIDA PEREIRA PERDUN	12
5	143	LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS	11
6	250	GRAZIELI APARECIDA ANTON	8
7	174	CLEONICE DE OLIVEIRA	7
8	112	KATIANE THONHOLLI SAVIAN	5
9	7	ANGELA BALESTRIN	5
10	231	ANA MARIA ALVES DE CAMPOS	4
11	109	NAIANE REGINA DE ASSIS	3

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	2	NÃO	23/2/1982
0	5	2	NÃO	3/9/1990
0	5	2	NÃO	4/3/1990
0	5	0	NÃO	29/4/1978
0	2	0	NÃO	7/6/1968
0	5	1	NÃO	23/5/1983
0	5	0	NÃO	19/10/1981
0	1	0	NÃO	11/8/1986
0	0	1	NÃO	8/3/1976
0	0	0	NÃO	23/6/1967
0	1	0	NÃO	23/10/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **41** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	238	ELAINE NAZARIO DE ALMEIDA	11
2	54	ADRIANO FRANCO DE CAMARGO	10
3	106	JESSICA FERNANDA VICENTE	9
4	266	JEAN CARLOS LIESCH	9
5	171	JORGE LUIZ RIVA	9
6	113	SIMONE APARECIDA DOMINGUES	7
7	31	JOSUE MACHADO DE SOUZA	7
8	294	VIVIANE CAREGNATO	7
9	10	SAIMON ZOLETT	7
10	21	JOSE MASSOCCO	7
11	138	RAFAEL SAVIAN FERNANDES	7
12	70	ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS	6
13	75	LUCIA ANA FRITZEN	6
14	284	EDWIN JEDSON DA SILVA	6
15	215	KAROLINE CONTE	3
16	310	PATRICIA APARECIDA DOMINGUES DOS SANTOS	2
17	214	GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS	2
18	120	CLEBER PIANA	2

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	3	1	NÃO	14/2/1992
0	3	0	NÃO	28/7/1976
0	5	0	NÃO	2/11/1992
0	5	0	NÃO	4/2/1993
0	2	2	NÃO	23/10/1990
0	5	0	NÃO	24/9/1986
0	5	0	NÃO	24/1/1989
0	5	0	NÃO	9/2/1989
0	5	0	NÃO	19/7/1994
0	3	0	NÃO	5/10/1954
0	3	0	NÃO	5/1/1987
0	2	0	NÃO	17/10/1989
0	2	0	NÃO	26/7/1993
0	1	0	NÃO	19/4/1990
0	1	0	NÃO	27/12/1993
0	0	0	NÃO	25/4/1992
0	0	0	NÃO	6/1/1994
0	0	0	NÃO	11/5/1994



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **42** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	229	JANE BORGES DA SILVA	11	0	5	4	NÃO	29/4/1975



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **43** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Interprete de Libras**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	272	FABIANE FERREIRA DE DEUS	7	0	5	0	NÃO	13/4/1995



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **03** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	158	DONIZETE APARECIDA MEIRELES	16
2	306	PATRICIA APARECIDA GUEDES	16
3	123	VERA LUCIA PEREIRA	16
4	25	ILENIR DE OLIVEIRA FADANI	13
5	315	GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA	13
6	56	JULVANA BRAGHIROLI CORREA	11
7	200	VERA LUCIA CARDOSO	7
8	202	MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA	4

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	3	NÃO	3/2/1973
6	5	3	NÃO	4/10/1980
6	5	3	NÃO	4/3/1981
6	5	2	NÃO	12/11/1962
6	5	2	NÃO	21/1/1982
4	5	2	NÃO	22/4/1982
4	0	1	NÃO	3/10/1956
4	0	0	NÃO	25/6/1959



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **04** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	281	ESTELA TEREZINHA PINTO	15
2	114	MARITANA LUCIMEIA PASQUALIN GHELLER	13
3	63	SALETE DE OLIVEIRA	11
4	239	JULIANA RODRIGUES DA VEIGA	6
5	317	CLEUSA ALVES DE LIMA	6

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	6	NÃO	27/10/1972
4	5	2	NÃO	7/5/1975
4	5	2	NÃO	5/11/1971
0	5	1	NÃO	23/2/1983
0	5	1	NÃO	15/11/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **05** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	110	ELIZETE LAMP	11	4	5	2	NÃO	27/9/1974
2	211	JUSIANE BORGIA LORENCI	6	0	5	1	NÃO	24/7/1975
3	80	CAMILA POBENGA DOS SANTOS	6	0	5	1	NÃO	20/6/1989
4	127	IVONETE PADILHA DE MORAES	2	0	2	0	NÃO	22/7/1970
5	93	CRISTOVAO JOSE SCHNEIDER	1	0	1	0	NÃO	14/4/1952



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **06** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Geografia**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	140	MARCIA APARECIDA CRUZ	17
2	223	ALESSANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA CONTE	12
3	22	MARIA ANGELITA DE ALMEIDA MOREIRA	11
4	34	IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE	10
5	216	EDGAR PITT	9
6	188	DEJANDIR OLIVIO	5
7	131	JUSSARA GONÇALVES SEISL SOLANHA	5

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	6	NÃO	22/1/1973
4	2	4	NÃO	2/1/1981
4	5	2	NÃO	28/9/1975
4	5	1	NÃO	15/12/1970
4	5	0	NÃO	7/11/1965
0	5	0	NÃO	11/1/1971
0	5	0	NÃO	20/6/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **07** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	263	DENISE CAREGNATO	11	4	5	2	NÃO	27/3/1980
2	274	TACIANI KARINA RIBEIRO ASSUNÇÃO	5	0	5	0	NÃO	17/4/1988
3	62	BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA	5	0	5	0	NÃO	14/8/1990
4	225	JULIANO TUROSSI	3	0	0	1	NÃO	28/10/1988
5	308	ADRIANE FATIMA BEE	0	0	0	0	NÃO	9/5/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado - AE**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	240	CLAUDETE ALVES DE LIMA DOS SANTOS	15	6	5	2	NÃO	31/1/1980
2	194	SANDRA CEZARIA RONCHI ROCHA	14	4	5	3	NÃO	6/11/1977



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Interprete de Libras**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	116	GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE	17

Critérios de Desempate

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	6	NÃO	5/1/1965



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "POMIFRAT"**

Código: **29** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	307	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	13

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	2	NÃO	30/10/1979



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **31** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	241	JESSICA MUSSOLIN	11
2	275	ELAINE DOMINGUES GRANEMANN	7
3	35	IVONE BORGES DE MATTOS	2
4	245	LEANDRO DOS SANTOS	2

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	1	NÃO	10/8/1991
0	5	0	NÃO	1/3/1990
0	0	0	NÃO	12/11/1967
0	0	0	NÃO	5/4/1982



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **34** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	273	OSENIR RIBEIRO	12
2	256	MARILSE PRIGOL	11
3	253	MARIZETE FATIMA GAIO	11
4	289	ALESSANDRA PIRES FERREIRA PORTELA	9
5	319	REGINALDO JOSE DE MELLO	8
6	103	MARIA DA GLORIA VARGAS	7

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	NÃO	11/6/1959
0	5	4	NÃO	18/5/1970
0	5	4	NÃO	15/3/1975
0	5	2	NÃO	20/7/1981
0	1	0	NÃO	24/11/1988
0	1	0	NÃO	26/7/1972



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0042 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VIII - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO (Não Habilitados)**

Código: **40** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Inglesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	129	CAROLINA APARECIDA MENEGHINI CHECHI	9
2	277	EMANOELI DE FÁTIMA GOMES	3

1°	2°	3°	4°	5°
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
0	4	2	NÃO	27/3/1976
0	1	0	NÃO	10/10/1990

DECRETO Nº 0372, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0042, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0042 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0373/2013

DECRETO N° 0373, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0043, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0043 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0043 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (feminino)**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	68	SALETE APARECIDA TEDESCO	13
2	57	LUCIANE APARECIDA MORAES	13
3	94	EDIT DE OLIVEIRA PONTES	12
4	74	GISELI DE PROENÇA DA SILVA	11
5	157	MÁRCIA TEREZINHA HUNING	10
6	53	TEREZINHA DOS SANTOS	9
7	87	NOELI DE ANGELICA RODRIGUES	9
8	116	VALECIR CONSOLADORA ROSA BONATO	9
9	123	ANA PAULA SBARDELLA	9
10	96	KATIA VANESSA MATIAS	9
11	91	MARIA SERLEI HOLEK FERREIRA	8
12	55	MARIZETE DOS SANTOS	8
13	115	MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA	8
14	4	CELIA APARECIDA CORREA DE SOUZA	8
15	89	MARGARETH DE FATIMA ROSA	8
16	69	ROSELI RIBEIRO DE MELLO	8
17	58	VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS	7
18	146	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	7
19	72	CELIA ALVES	7
20	111	NOELI RICHTER DE SOUZA	7
21	1	ELISABETE TAVARES	7
22	41	LUCILENE DOS SANTOS	7

1°	2°	3°	4°	5°
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	6	2	NÃO	8/12/1976
2	2	1	NÃO	21/10/1985
2	6	1	NÃO	18/10/1963
0	2	1	NÃO	2/2/1984
2	1	1	NÃO	12/2/1987
2	6	0	NÃO	4/12/1945
2	2	3	NÃO	3/1/1972
2	2	0	NÃO	13/9/1971
2	1	0	NÃO	29/6/1981
2	0	1	NÃO	5/10/1990
2	6	0	NÃO	2/9/1957
2	3	2	NÃO	6/3/1979
2	3	2	NÃO	25/1/1985
2	1	3	NÃO	10/11/1982
2	0	0	NÃO	15/10/1964
0	6	1	NÃO	21/7/1976
2	3	0	NÃO	6/2/1967
2	2	2	NÃO	9/3/1984
2	1	2	NÃO	28/10/1986
2	1	1	NÃO	3/10/1973
2	0	2	NÃO	14/11/1989
0	3	2	NÃO	11/6/1985

23	25	IVONETE TEREZINHA PAGANINI	7
24	135	ELIZANGELA RODRIGUES DE SOUZA DOS SANTOS	7
25	149	VANESSA OLIVEIRA DE MELLO	7
26	132	ESTEFANI GOETEN	7
27	151	DENILCE RIBEIRO DOS SANTOS	6
28	15	EDIMARA PEREIRA BORBA	6
29	8	DIVANIR BENTO DE ANDRADE DOS SANTOS	6
30	60	MARLENE ZILLI	6
31	34	EDINA FLAVIANA VARELA	6
32	54	SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL	6
33	88	JANETE ANTUNES BENTA ALVES	5
34	50	VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA	5
35	124	NOELI DA SILVA PEREIRA	5
36	108	CLAUDIA DE FATIMA MACIEL	5
37	122	JANETE CORTE	5
38	66	ROSA PIRES DE SOUZA FELISBINO	5
39	133	ONIZETE MARTINS MAIBERG	5
40	114	EDINA APARECIDA DE OLIVEIRA	5
41	86	JOCIMAR NUNES DA SILVA	4
42	136	ZELIA DOS SANTOS CELESTINO	4
43	92	GESSI FERREIRA	4
44	14	JENENI FATIMA DE JESUS DE LIMA	4
45	120	ARIANE DOMINGUES PIMENTEL	4
46	158	ENERISE APARECIDA GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR	4
47	28	NEIDI DOS SANTOS PAGANINI	4
48	62	CLENIR GONZAGA	4
49	26	TEREZINHA DE OLIVEIRA VIDAL	4
50	152	MARIA ELIZETE WALTER	4
51	5	JOSEANE APARECIDA FERREIRA	4
52	102	JOCINÉIA DA SILVA PEREIRA	4
53	144	IDINEIA CORDEIRO	4
54	52	DANIELA VANESSA LEANDRO	4
55	104	TEREZINHA APARECIDA FUNINI	4
56	154	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	4
57	148	IRACI CORDEIRO SUBTIL	4
58	142	LORENI ALVES CASEMIRO	4
59	127	ANA MIRIAM DE RAMOS	4

0	3	1	NÃO	5/9/1973
0	0	4	NÃO	14/4/1985
0	0	0	NÃO	18/4/1993
0	0	0	NÃO	15/8/1994
2	2	3	NÃO	12/8/1981
2	1	1	NÃO	5/5/1991
0	2	2	NÃO	15/12/1980
0	1	2	NÃO	25/11/1977
0	1	1	NÃO	20/3/1987
0	0	1	NÃO	25/1/1964
2	3	0	NÃO	16/8/1957
2	3	0	NÃO	29/9/1964
2	2	2	NÃO	18/12/1971
2	1	1	NÃO	5/3/1980
2	1	1	NÃO	27/2/1984
0	1	1	NÃO	10/4/1970
0	1	1	NÃO	20/12/1980
0	0	3	NÃO	14/9/1974
2	2	2	NÃO	4/10/1979
2	2	1	NÃO	23/5/1962
2	2	0	NÃO	25/6/1973
2	0	2	NÃO	20/10/1975
2	0	1	NÃO	6/10/1994
0	4	2	NÃO	22/10/1982
0	2	2	NÃO	20/9/1976
0	2	2	NÃO	5/12/1984
0	0	1	NÃO	11/11/1974
0	0	1	NÃO	8/8/1977
0	0	1	NÃO	6/9/1980
0	0	1	NÃO	16/9/1987
0	0	1	NÃO	9/7/1988
0	0	1	NÃO	23/6/1992
0	0	0	NÃO	9/7/1968
0	0	0	NÃO	23/12/1970
0	0	0	NÃO	6/4/1971
0	0	0	NÃO	30/7/1991
0	0	0	NÃO	5/4/1993

60	79	JANIZERA APARECIDA DE CORDUVA	3
61	45	JAQUELINE HARTMANN WALDER	3
62	33	ANA LUCIA NUNES DEVALIERI	3
63	18	EDIR TEREZINHA NEUJHOZ	2
64	134	MARLENE DE OLIVEIRA DOMINSKI	2
65	47	GIANE MONTANARI	2
66	103	KÁTIA PINHEIRO DE OLIVEIRA	2
67	20	MARIA GONÇALVES DE ARAUJO	2
68	35	CLAUDIANA RAMOS DOS SANTOS	2
69	156	JULIANA TOMAZ DE SANTIAGO	2
70	17	MARLIANE GRANDO DE OLIVEIRA	2
71	38	ELIANE DAS GRAÇAS HAMANN	2
72	140	FRANCIELE MACEDO DE OLIVEIRA	2
73	129	KARINE PAIANO	2
74	138	TATIANI MARCELINO	1
75	77	MARILUCI DE OLIVEIRA	1
76	137	ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES	1
77	6	MARLI CARDOSO PADILHA	1
78	99	CELIA MARIA PIRES DE LIMA	1
79	93	VERONICA APARECIDA PEREIRA	0
80	23	ANDREIA FERREIRA	0
81	32	JEQUECELE OLIVEIRA DOS SANTOS	0
82	21	MARISA APARECIDA SALDANHA GUEDES GOIS	0
83	46	ROSELI ALVES DE RAMOS	0
84	113	EDALINA SANTOS FIGUEIREDO	0
85	80	MARLENE PEREIRA	0
86	24	LUCIMARA DE MELLO GOETTEN	0
87	2	TEREZINHA SALETE MARCONDES	0
88	37	LUCIMAR ALVES DA SILVA	0
89	19	IVONETE DA SILVA	0
90	10	CARINE APARECIDA VERONEZE	0
91	22	SIMONE RIBEIRO DOS SANTOS	0
92	40	JAQUELINE DE PROENÇA	0
93	30	ZIONE SUBTIL	0
94	49	ROSELI DE FATIMA FUNINI GIRARDI	0
95	117	CLEUNICE APARECIDA CARLIM DIAS	0

2	1	2	NÃO	13/1/1974
2	1	2	NÃO	11/8/1974
0	1	1	NÃO	18/11/1973
2	0	4	NÃO	21/12/1973
2	0	1	NÃO	12/2/1978
0	0	2	NÃO	15/8/1978
0	0	2	NÃO	28/5/1988
0	0	2	NÃO	4/3/1989
0	0	1	NÃO	3/2/1984
0	0	1	NÃO	14/10/1992
0	0	1	NÃO	14/6/1995
0	0	0	NÃO	29/11/1984
0	0	0	NÃO	3/9/1993
0	0	0	NÃO	28/7/1995
0	1	4	NÃO	10/7/1981
0	1	3	NÃO	17/7/1981
0	1	0	NÃO	1/10/1971
0	0	1	NÃO	28/8/1975
0	0	1	NÃO	19/1/1979
0	0	3	NÃO	23/1/1976
0	0	3	NÃO	26/9/1980
0	0	3	NÃO	16/8/1987
0	0	2	NÃO	10/1/1965
0	0	2	NÃO	5/5/1969
0	0	2	NÃO	9/7/1969
0	0	2	NÃO	21/3/1971
0	0	2	NÃO	6/7/1979
0	0	1	NÃO	21/12/1975
0	0	1	NÃO	6/3/1981
0	0	1	NÃO	21/6/1981
0	0	1	NÃO	4/7/1983
0	0	1	NÃO	22/10/1989
0	0	1	NÃO	23/2/1992
0	0	0	NÃO	25/4/1970
0	0	0	NÃO	20/3/1971
0	0	0	NÃO	27/5/1972



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0043 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (masculino)**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	27	OSVALDIR CAMARGO	4
2	153	EZEQUIEL RODRIGUES LOPES DE SOUZA	3
3	36	ADELIR FREITAS DE OLIVEIRA	3

1°	2°	3°	4°	5°
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	0	0	NÃO	7/3/1967
0	1	0	NÃO	15/10/1992
0	0	0	NÃO	31/3/1971



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0043 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	63	NOELI PRATES SILVEIRA	25
2	61	MARIA ROSARIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON	17
3	126	CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI	17
4	51	ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES	14
5	131	MARLENE DOMINGUES DOS SANTOS	13
6	150	JACIRA DOS SANTOS	12
7	16	ROSANE MARIA GRAFF	12
8	64	JUCILENI MONTANARI	12
9	100	URIA IRIA BECKEMBACH DOS SANTOS	11
10	29	IOLANDA HELENA MACHADO	11
11	112	CLEONICE TINELLI	11
12	56	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA HOPFNER	10
13	81	SOLANGE BUSSATTO	10
14	3	JUCELITA CAMPAGNARO DALANHOL	10
15	85	ELIDIOMARA DE MORAIS	10
16	139	MILENA CRISTINA MORAIS DE SOUZA	9
17	107	JOSIELEI DE FATIMA GOIS RODRIGUES	9
18	145	JACIRA MENDES DOS SANTOS	9
19	65	ROSENI DE ALMEIDA	8
20	155	JANDIRA DE OLIVEIRA RIBEIRO	8
21	110	ADELIA MARIA DE MATOS FREDERICK	8
22	97	TEREZINHA THIBES DE SOUZA	8

1°	2°	3°	4°	5°
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	6	0	NÃO	6/9/1959
8	3	1	NÃO	4/9/1974
2	6	0	NÃO	5/9/1963
10	0	3	NÃO	30/6/1988
8	2	0	NÃO	27/8/1962
10	2	2	NÃO	27/9/1977
2	6	0	NÃO	29/11/1973
2	1	0	NÃO	15/9/1973
10	0	0	NÃO	2/7/1958
2	4	0	NÃO	4/3/1954
2	1	2	NÃO	14/5/1981
8	0	1	NÃO	1/12/1968
2	6	2	NÃO	29/9/1975
2	4	0	NÃO	12/9/1989
2	2	1	NÃO	5/5/1984
4	1	0	NÃO	23/10/1994
2	2	2	NÃO	20/8/1982
0	0	1	NÃO	19/8/1973
8	0	4	NÃO	5/11/1983
8	0	0	NÃO	29/8/1960
2	6	0	NÃO	9/8/1957
2	4	0	NÃO	23/10/1956

23	44	ADRIANA STOEKLE	8
24	121	NICELI GOMES SCOLARO	8
25	70	LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA	8
26	11	ANACI APARECIDA RIBEIRO	8
27	71	CILCE LARIETE MELLO CORDEIRO	7
28	59	JOSIANE ORTIZ DA SILVA	7
29	31	ROSELI APARECIDA SIQUEIRA TELES	6
30	109	ROSELI FATIMA DOS SANTOS	6
31	98	NEUZA RODRIGUES RICARDO	6
32	141	FABIANE DE SOUZA CASEMIRO	6
33	147	NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA	6
34	84	BELONI DE MORAIS TAVARIOL	5
35	118	LUCIANA APARECIDA ANDREIS	5
36	9	ALINE JISSELA ROSA	4
37	128	LEILA DE BASTIANI CONTE	4
38	159	IVONETE NOVAKOSKI	4
39	12	OLIVETE MARIZA FUNK	4
40	13	MARILENE MOREIRA	4
41	119	LILIANI RUTE DA LUZ WEIRICH	4
42	130	LAURA BOTTCHER	4
43	105	FATIMA APARECIDA WELER DALAGNOL	4
44	78	DENIR CORREA DE FIGUEIREDO	3
45	67	JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA	2
46	106	JANICE DE FATIMA ZANCANARO	2
47	48	ANDREA APARECIDA SAMPAIO	2
48	73	MARTA ISABEL DE ANDRADE BORTOLOSO	1
49	7	IZALINA SANTOS FIGUEIREDO DO AMARAL	1
50	42	JUSSARA DE FATIMA OLIVEIRA FERREIRA	0

2	2	1	NÃO	21/12/1987
2	2	0	NÃO	5/7/1952
0	3	1	NÃO	14/4/1985
0	0	1	NÃO	17/7/1973
2	1	1	NÃO	29/6/1987
2	1	0	NÃO	14/6/1988
4	0	2	NÃO	4/2/1976
2	1	1	NÃO	15/10/1965
2	1	0	NÃO	8/8/1958
0	2	1	NÃO	9/7/1988
0	0	0	NÃO	1/6/1971
2	1	2	NÃO	26/6/1972
2	1	1	NÃO	28/3/1982
2	2	2	NÃO	8/8/1977
2	0	3	NÃO	11/1/1974
2	0	0	NÃO	24/8/196
0	0	2	NÃO	23/8/1983
0	0	1	NÃO	23/10/1970
0	0	1	NÃO	3/8/1975
0	0	0	NÃO	14/2/1964
0	0	0	NÃO	29/8/1964
2	1	1	NÃO	22/2/1963
0	2	2	NÃO	7/12/1974
0	2	0	NÃO	18/1/1961
0	0	4	NÃO	30/1/1981
0	1	3	NÃO	15/9/1965
0	0	0	NÃO	20/8/1967
0	0	2	NÃO	5/9/1977

DECRETO Nº 0373, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0043, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0043 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0374/2013

DECRETO N° 0374, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0044, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0044 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0044 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Psicólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	12	JULIANA APARECIDA MODENA	18	10	5	3	0	NÃO	19/10/1977
2	19	GISELE LUIZE KRAMER	17	10	5	2	1	NÃO	8/10/1987
3	4	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	17	10	5	2	0	NÃO	24/9/1985
4	10	SIMONE CONTE	17	10	5	2	0	NÃO	9/4/1986
5	3	ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES	16	10	5	1	1	NÃO	3/11/1980
6	15	KARINE CAMPAGNARO	16	10	5	1	0	NÃO	29/4/1987
7	1	RAFAELA ZIEGELMAIER RIBEIRO	16	10	3	3	0	NÃO	28/4/1986
8	14	PATRICIA DE CASSIA TRIBECK	15	10	5	0	2	NÃO	23/3/1974
9	18	CAROLINA FUMAGALLI TASCA HOFFMANN	15	10	5	0	1	NÃO	26/8/1983
10	6	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	15	10	5	0	0	NÃO	24/5/1966
11	8	HEIDI APARECIDA DE BARROS KOGICOVSCY	12	10	1	1	0	NÃO	4/3/1987
12	5	MICHELE DAS GRAÇAS ALEXANDRE	10	10	0	0	0	NÃO	19/2/1986
13	16	ANA CRISTINA HANKE	7	0	5	2	1	NÃO	7/7/1985
14	20	ROBERTA CONTE	5	0	5	0	0	NÃO	30/1/1990
15	7	MAIARA DE CASSIA BOLZANI	5	0	5	0	0	NÃO	24/3/1990
16	11	JESSICA CESCO	5	0	5	0	0	NÃO	24/8/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -
ACT N° 0044 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Coordenador Pedagógico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Coordenador Pedagógico**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	13	CILA ZONTA MARTINS	21	10	5	6	1	SIM	9/2/1964
2	2	DENISIA POSANSKE MITTANCK	15	10	5	0	0	NÃO	14/1/1967
3	9	ROBERTO RIVELINO LEMOS	15	10	5	0	0	NÃO	7/2/1971
4	17	SANDRA REGINA HOFFMANN	11	10	0	1	0	NÃO	24/7/1967

DECRETO Nº 0374, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0044, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0044 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2551/2013

PORTARIA N.º 2.551, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1357/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TEREZINHA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 687.855.859-04, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2552/2013

PORTARIA N.º 2.552, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1358/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA SERLEI HOLEK FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 384.847.069-15, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2553/2013

PORTARIA N.º 2.553, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o

Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1359/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SALETE APARECIDA TEDESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.226.019-40, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2554/2013

PORTARIA N.º 2.554, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1360/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISELI DE PROENÇA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 044.035.299-17, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2555/2013

PORTARIA N.º 2.555, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1361/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ZELIA DOS SANTOS CELESTINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.553.709-72, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de

janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2556/2013

PORTARIA N.º 2.556, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1362/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILENE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 701.334.509-10, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2557/2013

PORTARIA N.º 2.557, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1363/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSELI RIBEIRO DE MELLO CLAUDINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.846.689-91, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2558/2013

PORTARIA N.º 2.558, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1364/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIZETE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 025.026.269-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2559/2013

PORTARIA N.º 2.559, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1365/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCIMAR NUNES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.656.239-02, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2560/2013

PORTARIA N.º 2.560, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1366/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARCIA TEREZINHA HUNING, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056.071.629-07, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2561/2013

PORTARIA N.º 2.561, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1367/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE ANTUNES BENTA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.261.969-59, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2562/2013

PORTARIA N.º 2.562, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o

Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1368/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GESSI FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 019.468.489-05, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2563/2013

PORTARIA N.º 2.563, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1369/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEILA DE BASTIANI CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 808.069.619-53, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2564/2013

PORTARIA N.º 2.564, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1370/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.361.939-30, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de

janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2565/2013

PORTARIA N.º 2.565, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1371/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CÉLIA APARECIDA CORRÊA DE SOUZA SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.710.529-40, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2566/2013

PORTARIA N.º 2.566, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1372/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALINE JISSELA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 020.080.589-48, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2567/2013

PORTARIA N.º 2.567, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1373/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 551.952.889-68, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2568/2013

PORTARIA N.º 2.568, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1374/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DENILCE RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.484.859-66, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2569/2013

PORTARIA N.º 2.569, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1356/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DENIR CORREA DE FIGUEIREDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 516.334.429-34, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2570/2013

PORTARIA N.º 2.570, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1342/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NOELI PRATES SILVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.561.279-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2571/2013

PORTARIA N.º 2.571, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o

Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1343/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE BUSSATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 844.883.609-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2572/2013

PORTARIA N.º 2.572, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1344/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JUCILENI MONTANARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 754.648.539-87, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2573/2013

PORTARIA N.º 2.573, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1345/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADELIA MARIA DE MATOS FREDERICK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 506.175.839-00, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de

02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2574/2013

PORTARIA N.º 2.574, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1346/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSANE MARIA GRÄFF, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 996.254.749-00, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2575/2013

PORTARIA N.º 2.575, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1347/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE ORTIZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.654.709-65, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2576/2013

PORTARIA N.º 2.576, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1348/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2577/2013

PORTARIA N.º 2.577, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1349/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADRIANA STOEKLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.890.399-33, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2578/2013

PORTARIA N.º 2.578, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1350/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.192.653-17, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2579/2013

PORTARIA N.º 2.579, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1351/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CILCE LARIÉTE MELLO CORDEIRO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.502.389-13, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2580/2013

PORTARIA N.º 2.580, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o

Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1352/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 933.503.689-72, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2581/2013

PORTARIA N.º 2.581, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1353/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARTA ISABEL DE ANDRADE BORTOLOSO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 438.581.209-87, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2582/2013

PORTARIA N.º 2.582, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1354/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARLI CARDOSO PADILHA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 946.597.109-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período

de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2583/2013

PORTARIA N.º 2.583, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1355/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANICE DE FATIMA ZANCANARO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 044.330.749-00, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2584/2013

PORTARIA N.º 2.584, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1341/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.528.909-32, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2585/2013

PORTARIA N.º 2.585, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1474/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANETE CORTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.199.979-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2586/2013

PORTARIA N.º 2.586, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1473/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI FATIMA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 463.561.779-34, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2587/2013

PORTARIA N.º 2.587, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 08 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; e conforme ofício n.º 108/2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVO PERETI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 222.421.989-04, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2588/2013

PORTARIA N° 2.588, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Revoga Redução de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5.021, de 03 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2.129, de 16 de setembro de 2013, que reduziu a carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais da servidora ANDRESSA REZADORI BARBOSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 063.730.599-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 01 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2589/2013

PORTARIA N° 2.589, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede Licença sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar n.º 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o

Processo Administrativo nº 5.019, de 03 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ELAINE SILVEIRA FRIGOTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 038.360.549-06, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 01 de janeiro de 2014 até 01 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato de Edital de Seleção de Act N° 0049/2013 - Medico Clinico Geral

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0049 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de Médico Psiquiatra e Médico Clínico Geral com Formação em Saúde Mental. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 16 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Edital de Notificação N° 0006/2013 (Escolha Vagas Act 2014)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 0006/2013

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2014, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DOS EDITAIS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0042/2013 E 0043/2013.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados nos Editais de Contratação Temporária n. 0042/2013 e 43/2013, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste

Edital:

1. DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados nos Editais de Contratação Temporária n. 0042/2013 e 0043/2013 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2014:

Código	Área de Atuação	Disciplina	Convoca- dos	Data Horário
01	Educação Infantil	-	1º ao 53º	21/12/2013 (sábado) às 8h 15min
24	Educação Infantil – “Dez de Novembro”	-	1º Colocado	21/12/2013 (sábado) às 8 h
26	Educação Infantil “Lau Mello”	-	1º ao 2º	21/12/2013 (sábado) às 8 h
27	Educação Infantil “São Cristóvão”	-	1º ao 2º	21/12/2013 (sábado) às 8 h
29	Educação Infantil “Pomifrai”	-	1º Colocado	21/12/2013 (sábado) às 8 h
02	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	1º ao 10º	20/12/2013 às 8 h
19	Ensino Fundamental “Faxinal dos Carvalhos”	Anos Iniciais	1º ao 4º	20/12/2013 8h
03	Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	1º ao 3º	17/12/2013 às 8h
04	Ensino Fundamental	Matemática	1º ao 4º	19/12/2013 às 8h
05	Ensino Fundamental	História	1º ao 3º	18/12/2013 às 13h30
06	Ensino Fundamental	Geografia	1º ao 3º	18/12/2013 às 15h30
07	Ensino Fundamental	Ciências e Programas de Saúde	1º ao 2º	19/12/2013 às 19h
08	Ensino Fundamental	Artes	1º ao 3º	18/12/2013 às 8h
09	Ensino Fundamental	Filosofia ou Teologia	1º ao 2º	20/12/2013 às 14h
10	Ensino Fundamental	Língua Inglesa	1º Colocado	17/12/2013 às 19h
11	Ensino Fundamental	Educação Física	1º ao 9º	16/12/2013 às 8h

a) PROFESSORES:

b) AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO:

Cód.	Função Pública	Convocados	Data/Horário
01	Agente de Serviços Gerais (feminino)	1º ao 34º	17/12/2013 às 14h
03	Auxiliar de Alimentação e Nutrição (feminino)	1º ao 32º	19/12/2013 às 14h

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., junto ao Paço Municipal, para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2014.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo, sendo que para a função de Professor o contratado será remunerado pelo número de horas semanais efetivamente trabalhadas.

1.4.1 O interesse público poderá determinar a ampliação ou

redução de carga horária, com a proporcional redução ou ampliação de remuneração.

1.5 – Todas as demais normas atinentes aos Editais de Contratação Temporária n. 0042/2013 e 0043/2013 deverão ser observadas.

2. DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados até as colocações específicas nos quadros acima, convocados nos termos do item 4.4, dos Editais de Contratação em Caráter Temporário n. 0042/2013 e 0043/2013, que estabelecem: “O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo”.

2.2 - Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I - Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;

II - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

01 foto ¾ recente;

Carteira Profissional (fls. Identificação, último contrato e folha seguinte);

Cartão PIS/PASEP;

CPF;

Identidade;

Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

Certificado de Reservista (somente para homens);

Registro Civil de nascimento ou casamento;

Registro dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;

Atestado de Saúde Ocupacional;

Diploma de formação escolar;

Conta bancária (BRADESCO);

Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

Comprovante de vacina da rubéola (Professores: quem trabalha com criança);

Carteira de Saúde (somente para Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição)

Histórico Escolar (somente para quem não exerceu atividade na rede municipal de ensino no ano de 2013)

2.3 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de PROFESSOR ACT, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará renúncia explícita.

2.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2013.

ELIONETE FRANCESCATTI KONKOL

Secretária de Educação, Cultura e Esportes



Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 180/2013

DECRETO Nº 180, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 31.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais) no orçamento fiscal vigente:

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 31.500,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura 31.500,00
3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 31.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Decreto N.º 181/2013

DECRETO N.º 181 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 490.283,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 490.283,00 (quatrocentos e noventa mil e duzentos e oitenta e três reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 13.600,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito 13.600,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 13.600,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 62.800,00
0412292.005 - Func. E Manutenção da Secr. Administração 62.800,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 62.800,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA 8.000,00

04123122.008 - Func. E Manut. Da Secretaria da Fazenda 8.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00
06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 21.700,00
20606482.012 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agric e Pesca 21.700,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 21.700,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 216.400,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 103.600,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 73.600,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 33.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 33.000,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 72.500,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 72.500,00
12367282.024 - Manutenção da Educação Especial 7.300,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 7.300,00
09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO 67.000,00
23695512.029 - Func. E Manutenção do Setor Turístico 67.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 22.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 45.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 10.000,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secr. de Infraestrutura 10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS 5.000,00
2884500.063 - Contribuição ao PASEP 5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 85.783,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 85.783,00
3.1.90.0.2.14.000066 - Aplicações Diretas 13.582,00
3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas 22.000,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas 3.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 14.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 23.201,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 490.283,00 (quatrocentos e noventa mil e duzentos e oitenta e três reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Garuva

PREFEITURA

Decreto N° 282/2013

DECRETO MUNICIPAL N° 282 de 12 de dezembro de 2013.

“Altera o Decreto n.º 100 de 01 de abril de 2013 que dispõe sobre a regulamentação para emissão e validade de Alvará de Localização e Funcionamento.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar 026/2005 de 23 de dezembro de 2005 e Decreto 07/2006 de janeiro de 2006;

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto n.º 100 de 01 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§2º Quando a área edificada estiver localizada às margens da Rodovia Federal BR 101, apresentar autorização da Auto Pista Litoral Sul de viabilidade para atividade, exceto se já existir antes da construção da Rodovia .

§3º Quando a área edificada estiver localizada às margens da Rodovia Estadual SC 416 e SC 417, apresentar autorização do DEINFRA, de viabilidade para atividade, exceto se já existir antes da construção da Rodovia .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria N° 609/2013

PORTARIA N°. 609 de 12 de dezembro de 2013

“DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas Atribuições Legais, juntamente com a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Garuva,

CONSIDERANDO o Decreto n° 231 de 01 de outubro de 2013, que institui em seu art. 1º, parágrafo 2º;

CONSIDERANDO o aumento dos atendimentos do CRAS e CREAS,

CONSIDERANDO a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais 2009 e de acordo com o “Caderno Orientações Técnicas”, publicado em 2011, o CRAS e CREAS devem funcionar para atendimento ao público, no mínimo cinco dias por semana, por oito horas diárias, totalizando quarenta horas semanais, assegurada a presença de equipe profissional de nível superior, além dos demais profissionais necessários ao bom funcionamento dos serviços.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica instituído a partir de 16 de dezembro de 2013 o horário das 08:00 horas às 12:00 horas, e das 13:30 horas às 17:30 horas para expediente interno e externo do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

VANESSA BACKES NAGEL

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Comunicado 04 Edital 015/2013

Edital 015/2013

Teste Seletivo Simplificado

COMUNICADO 04

A Comissão Organizadora designada pela Portaria nº 520/2013 de 12/09/2013, no uso de suas atribuições torna público a seguinte: DATA E LOCAL DA ESCOLHA DE VAGA

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL VICENTE VIEIRA – Rua: Antonio Laislau de Araújo, Bairro Georgina Paula .

HORÁRIO : Início às 8 horas

Dia	Horário	Área/Disciplina
16	8:00	Especialistas
	Às	Ensino Fundamental / Educação de Jovens e Adultos - SÉRIES FINAS (DISCIPLINAS)
16	12:00 h	Educação Especial e Libras
16	14:00	Educação Infantil
	às 17:30h	Ensino Fundamental Séries Iniciais / Educação de Jovens e Adultos (Nivelamento)

Garuva, 11 de Dezembro de 2013.

STELLA MARIS BARTH WANIS

Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

Tomada de Preços N° 243/2013 - Alteração Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Tomada de preços nº 243/2013

A Prefeitura de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da Licitação supramencionada, a qual tem por objeto a reforma do telhado da E.E.B. Zenaide Schmitt Costa, que foram efetivadas alterações no Edital (Anexos V e VI). Em face disto, fica redesignado o dia 21/01/2014, às 09 horas, para o recebimento dos envelopes e às 09h30min do mesmo dia para a abertura do certame. As alterações poderão ser obtidas no Depto. de Compras ou através do site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), em 12 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**Ata de Reunião****ATA DE REUNIÃO****COMISSÃO DE LICITAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº 18/2013****LICITAÇÃO Nº 006/2013 - CONVITE Nº 006/2013**

No dia 11/12/2013, às 14h05min, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, deu-se início à sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 18/2013, destinada ao recebimento e abertura dos envelopes referentes à Licitação nº 006/2013, Convite nº 006/2013, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia celular móvel e fixa. A Comissão de Licitação constatou que as empresas Claro S/A com o CNPJ nº 40.432.544/0001-47, Oi Móvel S/A com o CNPJ nº 05.423.963/0001-11 e Telefônica Brasil S/A (Vivo) com o CNPJ nº 02.558.157/0001-62, foram devidamente convidadas via e-mail. Ainda, verificou a Comissão de Licitação que o Aviso do Edital de Licitação foi publicado no Mural e Site na Internet da Câmara Municipal de Gaspar em 25/11/2013 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 1374, de 25/11/2013. Também em 25/11/2013 foi publicado o Edital no Mural e Site da Câmara. Não bastasse, as retificações ao Edital de Licitação nº 001 e 002 foram publicadas no Mural e Site da Edilidade em 27/11/2013 e 29/11/2013, respectivamente, e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 1378, de 29/11/2013, e nº 1380, de 03/12/2013, respectivamente. As empresas inicialmente convidadas foram devidamente comunicadas das retificações citadas, isso via e-mail. Assim, concluiu a Comissão de Licitação que foi dada ampla publicidade ao certame. Entretanto, não compareceram proponentes para participarem da licitação, restando deserta. Não havendo o número legal mínimo de participantes nos termos do parágrafo terceiro do artigo 22 da Lei nº 8.666/1993, e de acordo com as súmulas 222 e 248 do Tribunal de Contas da União e item 13.10 do Edital de Licitação nº 006/2013, Convite nº 006/2013, a Comissão de Licitação julgou deserta a presente licitação. Decidiu, ainda, a Comissão de Licitação, que o resultado do certame seria comunicado à Presidência da Câmara Municipal de Gaspar. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes à sessão pública.

EMERSON PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitações

CLÉSIO DA COSTA

Membro da Comissão de Licitações

JORGE LUIZ MATOS DE OLIVEIRA

Membro da Comissão de Licitações

Grão Pará**PREFEITURA****9º Termo Aditivo Contrato 60/2013****NONO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 60/2012, DATADO DE 17 DE MAIO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO

ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, COM EXTENSÃO DE 383,75M E LARGURA DE 12,40M, DA RUA NEREU RAMOS, GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor VALDIR DACOREGIO, e a empresa A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, KM 10, Pouso Alto, Gravatá/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 00.993.058/0001-83, representada, neste ato, pelo Senhor José de Assis Corrêa, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 851.540.919-49, Carteira de Identidade n. 5/R-2.536.023, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 60/2012, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula V - Do Preço Global, conforme descrito a seguir:

a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 46.376,33 (quarenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos), passando o valor global da obra de R\$ 823.077,28 (oitocentos e vinte e três mil, setenta e sete reais e vinte e oito centavos) para R\$ 869.453,61 (oitocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos), suprimido em R\$ 46.376,33 (quarenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos), permanecendo, assim o valor da obra de R\$ 823.077,28 (oitocentos e vinte e três mil, setenta e sete reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

§ 1º O valor aditado é decorrente a ampliação da pavimentação asfáltica e sinalização da obra em questão e a supressão refere-se a não execução de itens de terraplanagem drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, de acordo com o parecer da Engenheira da Fiscalização da Obra, Sra. Daiana Michels Junkes, CREA/SC 077161-8, que atestou que tais incrementos se fazem necessários para a garantia da boa qualidade das obras objeto do presente aditivo, conforme Parecer de Engenharia em anexo.

§ 2º. O presente Aditivo Contratual teve sua legalidade constatada pelo Assessor Jurídico do Município de Grão-Pará, Sr. Clayton Bianco, OAB/SC 15.174, conforme Parecer Jurídico em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 05 de dezembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

JOSÉ DE ASSIS CORRÊA

Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

FUNDAÇÕES**1º Termo Aditivo Contrato 09/2013 Angeomed**
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 09/2013, DATADO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ ATRAVÉS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Octaviano Teixeira Dos Santos nº 1.132, centro, em Francisco Beltrão, PR, CEP 85.601-030, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 02.607.956/0001-81, CEP 85.601-030, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor ARLEI DONIZETE PRANDI, brasileiro, inscrito no CNPF n. 777.678.299-87, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 09/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a quantidade do item abaixo especificado:

- ITEM 74 - CLONAZEPAN 2MG COMP = 40.000 Comprimidos, passando para 50.000 comprimidos.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de Novembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ARLEI DONIZETE PRANDI

Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

2º Termo Aditivo Contrato 02/2013
SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 02/2013, DATADO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ ATRAVÉS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada

Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, brasileiro, representante comercial, inscrito no CNPF n. 517.236.469-20, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 02/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a quantidade do item abaixo especificado:

- ITEM 85 - CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG COMP = 20.000 Comprimidos, passando para 25.000 comprimidos.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de Novembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK

Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Guaramirim**PREFEITURA****Extrato de 1º Termo de Apostilamento Ct N°03/2013 - FMAS**

PROCESSO LICITATORIO Nº 04/2013 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO COM 5 PORTAS, NA COR BRANCA, COM OPCIONAIS DE FÁBRICA.

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 03/2010 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM E A EMPRESA JAVEL JARAGUÁ VEÍCULOS PEÇAS E SERV. LTDA.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Décima Sétima – Das Despesas e Fontes dos Recursos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS:

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da seguinte dotação orçamentária:

Código	Descrição
20	REDUZIDO
13	FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL
13001	FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL
0008	ASSISTENCIA SOCIAL
0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
0009	Cidadão bem assistido
2069	Atenção a pessoa e familiares em situação especial
344905252000000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA
00015200	Transferência de Recursos do FNAS



42	REDUZIDO
13	FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL
13001	FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL
0008	ASSISTENCIA SOCIAL
0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
0009	Cidadão bem assistido
2069	Atenção a pessoa e familiares em situação especial
344905252000000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA
00035200	Outras Transf. do Fundo de Assist. - Exe

2 - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Guaramirim (SC), 04 de dezembro de 2013.
LAURO FROHLICH
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Extrato de 3º Termo Aditivo do Ct 94/2011 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO N.º 99/2011
PROCESSO LICITAÇÃO 94/2011 - PMG

OBJETO: Contratação de empresa de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos órgãos da administração direta e indireta do município de Guaramirim.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
CONTRATADO: CLICZOMM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação de prazo.
VIGÊNCIA: 12/12/2013 até 11/12/2014.

DATA ASSINATURA: 12/12/2013
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Termo Aditivo de Convenio

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 003/2011

Objeto do Convênio: As partes convencionam a rescisão do convênio 03/2011, cujo encerramento da vigência é antecipado para 06/01/2014, às 07:00, ocasião em que o MUNICÍPIO assumirá diretamente a gestão do hospital, ou então transferirá, sempre por processo licitatório, a administração do mesmo ou de parcialmente, de alguns serviços, a outra(s) pessoa(s) jurídica(s).

PERMITENTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

PERMISSIONÁRIA: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL PADRE MATHIAS MARIA STEIN, inscrito no CNPJ - 83.506.030/0016-8, com sede na Rua João Butschardt, 05, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Valor do Aditivo: O MUNICÍPIO obriga-se a repassar o valor global de R\$ 3.346.116,38 (três milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e dezesseis reais e trinta e oito centavos), valor este referente ao disposto no caput e nos §1º e §2º do artigo 730, deste artigo, sendo que o repasse deste valor será integralizado em até 10 (dez) parcelas de igual valor, todas com pagamento consecutivos para 30 (trinta) dias após a data de início do primeiro pagamento,

sendo a 1ª parcela com valor de R\$ 334.611,63 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e onze reais, e sessenta e três centavos), vencendo-se a primeira em 10/10/2013, e a última parcela com vencimento para a data de 10/07/2014.

Data da Assinatura: 05/10/2013 Vigência 06/01/2014

GUARAMIRIM (SC), 05/10/2013.
LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.229/2013.

DECRETO Nº 3.229/2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, de 23 a 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. O Ponto facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde funcionará em Regime de Plantão de 23 a 31 de dezembro de 2013, com atendimento à população somente na Unidade Central de Saúde.

Parágrafo único. Os munícipes que necessitarem de atendimento médico de urgência e emergência, serão atendidos no Plantão de Emergência do Hospital Universitário Santa Terezinha de Joaçaba (SC).

Art. 3º. Não será considerado o ponto facultativo do qual trata este Decreto para os funcionários do Abrigo Municipal Anjos da Luz, que estará funcionando normalmente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 11 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Tomada de Preços Nº 004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2013

UNIDADE GESTORA:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE
TIPO JULGAMENTO: Menor Preço global

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de regime de empreitada por preço unitário de Reforma em Imóvel para abrigar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV- Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra
ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 13h30min horas do dia 06/01/2014.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, n° 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 124.925,52

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, Para a retida do Editais e demais anexos junto ao Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, n° 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), terá um custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 11 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Edital Pregão N° 041/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO N° 054/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2013

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de combustível para o Gabinete do Prefeito, Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Administração, rádio Patrulha-Segurança Publica e Secretaria de Educação do Município de Ibiam, para o ano de 2014.

Entrega dos envelopes: 27/12/2013 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 27/12/2013 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, n° 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 12 de Dezembro de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Edital Pregão N° 042/13

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO N° 055/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam/SC, torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de combustível para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Ibiam, para o ano de 2014.

Entrega dos envelopes: 27/12/2013 até às 09:00 horas

Abertura dos envelopes: 27/12/2013 às 10:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura

de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, n° 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 12 de Dezembro de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

Extrato Aditivo Prg 14/2013

Extrato do Termo Aditivo PRG N° 14/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 15/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ILHOTA

CONTRATADO - AUTO POSTO ILHOTA

DO OBJETO - De conformidade com o disposto da lei 8666/93 art. 65 §1, fica o objeto previsto, aquisição de combustível, aditivado em 18% aumentando a quantidade prevista no contrato primitivo em R\$ 38.275,00.

DO PRAZO - Fica prorrogado o prazo contratual ate 31/01/2014. As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas ate sua vigência.

DATA DA ASSINATURA - 02/12/2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Lei N° 4.299.2013

Lei n° 4.299, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2013, e abre Crédito Especial para o Orçamento de 2013 do Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica incluído no Plano Plurianual - PPA 2010-2013 a seguinte ação:

ÓRGÃO: 19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 19.01 Fundo Municipal de Assistência Social

ATIVIDADE: 2.150 Construção do Centro Dia do Idoso

Art. 2º Fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013 a seguinte ação:

ÓRGÃO: 19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 19.01 Fundo Municipal de Assistência Social

ATIVIDADE: 2.150 Construção do Centro Dia do Idoso

Art. 3º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 51.703,03 (cinquenta e um mil e setecentos e três reais e três centavos) para

novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Construção do Centro Dia do Idoso

08.241.0013-2.150

4.4.90.00.00.00.00.00.0091 Aplicações Diretas 12.925,76

4.4.90.00.00.00.00.00.0157 Aplicações Diretas 38.777,27

SOMA 51.703,03

Art. 4º Os recursos para cobrirem a abertura de crédito especial do artigo 3º correrão por conta de recursos de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Laguna, no valor de R\$38.777,27 (trinta e oito mil e setecentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos), bem como da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Família Acolhedora

08.243.0013-2.109

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0007) Aplicações Diretas 12.925,76

SOMA 12.925,76

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei N° 4.300.2013

Lei nº 4.300, de 10 de dezembro de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.

§1º A celebração do convênio previsto no "caput" tem como objetivo a Construção do Centro Dia do Idoso, no bairro Centro.

§2º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e disponibilizar a título de contrapartida financeira, para a assinatura do convênio, o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Art. 2º Fica autorizado por acordo e interesse das partes a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 08.241.0013-2.150 44.90.00.00.00.00.00.00.0091 (Recurso Próprio) e 08.241.0013-2.150 44.90.00.00.00.00.00.00.0157 (Recurso Vinculado), do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei N° 4.301.2013

Lei nº 4.301, de 10 de dezembro de 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Coral Santa Terezinha de Nova Brasília e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Coral Santa Terezinha de Nova Brasília, inscrita no CNPJ sob o nº 02.656.110/0001-31, a importância de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal, no prazo de até 30(trinta) dias.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei N° 4.302.2013

Lei nº 4.302, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu

sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Manutenção e Modernização Administrativa

01.031.0001-2.001

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 20.000,00

Total 100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Ampliação e Reforma da Sede

01.031.0001-1.001

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 205.2013

DECRETO PMI N° 205, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para o Orçamento de 2013 do Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.299, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 51.703,03 (cinquenta e um mil e setecentos e três reais e três centavos) para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Construção do Centro Dia do Idoso

08.241.0013-2.150

4.4.90.00.00.00.00.00.0091 Aplicações Diretas 12.925,76

4.4.90.00.00.00.00.00.0157 Aplicações Diretas 38.777,27

SOMA 51.703,03

Art. 2º Os recursos para cobrirem a abertura de crédito especial do artigo 3º correrão por conta de recursos de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Laguna, no valor de R\$38.777,27 (trinta e oito mil e setecentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos), bem como da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Família Acolhedora

08.243.0013-2.109

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0007) Aplicações Diretas 12.925,76
SOMA 12.925,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 206.2013

DECRETO PMI N° 206, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.302, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Manutenção e Modernização Administrativa

01.031.0001-2.001

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 20.000,00

Total 100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Ampliação e Reforma da Sede

01.031.0001-1.001

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1479/2013

DECRETO Nº. 1479 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 47.162,83 (quarenta e sete mil cento e sessenta e dois reais oitenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.206,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
44710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 130,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2012 Amortização/Juros e Encargos da Dívida
32900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 4.313,37

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2012 Amortização/Juros e Encargos da Dívida
46900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.593,46

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2018 Manutenção Educação de 0 a 5 Anos
31900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 5.100,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2021 Aplicação do FUNDEB
31900000 Aplicações Diretas
118.00 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof.

do Magistério - Educação Básica)
R\$ 19.500,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.320,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
31710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.336,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.320,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos
31710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 09 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1480/2013

DECRETO Nº. 1480 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza desmembramento e remembramento de áreas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr. (a) LEANDRO JOSÉ STEFANI, a desmembrar e remembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 27.555.

Lote nº:	03B
Quadra:	08
Inscrição Imobiliária:	01.08.03B.00
Área a desmembrar/remembrar:	400,00m ² (quatrocentos metros quadrados)

Confrontações:

Área 01 - 800,00m² - Área remanescente da matrícula 27.555

NORTE	Confronta-se com a Rua Ademar Mendes, com distância de 40,00m;
SUL	Confronta-se com Gabriel Zanella, com distância de 40,00m;
LESTE	Confronta-se com a Rua João Rech, com distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Adriano Baseggio e Jaime Pagno, com distância de 20,00m.

Área 02 – 400,00m² - Área atual da matrícula 27.554

NORTE	Confronta-se com Leandro José Stefani, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com herdeiros de Dino Penso e Pedrinho Lentes, com 20,00m;
LESTE	Confronta-se com a rua João Rech, com distância de 20,00m
OESTE	Confronta-se com Leandro José Stefani, com distância de 20,00m.

Área 03 – 400,00m² - Área a desmembrar da matrícula 27.555 e unificar na matrícula 27.554

NORTE	Confronta-se com Área remanescente 01, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com herdeiros de Dino Penso e Pedrinho Lentes, com 20,00m;
LESTE	Confronta-se com Área 02 de Gabriel Zanella, com distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Adriano Baseggio e Jaime Pagno, com distância de 20,00m.

Área 02 + Área 03 – 800,00m² - Área total unificada na Matrícula 27.554

NORTE	Confronta-se com Leandro José Stefani, com distância de 40,00m;
SUL	Confronta-se com herdeiros de Dino Penso e Pedrinho Lentes, com 40,00m;
LESTE	Confronta-se com a rua João Rech, com distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Adriano Baseggio e Jaime Pagno, com distância de 20,00m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 09 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1481/2013

DECRETO Nº. 1481 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 124.600,00 (cento e vinte quatro mil seiscientos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
31900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 59.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
31900000 Aplicações Diretas
164.67 Atenção Básica - Outros Detalhamentos
R\$ 14.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
31900000 Aplicações Diretas
188.00 Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde
R\$ 20.600,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2070 Manutenção do Programa Média e Alta Complexidade
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 31.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 09 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1482/2013

DECRETO Nº. 1482 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 15.050,00 (quinze mil cinquenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2007 Contribuição ao PASEP
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 15.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2007 Contribuição ao PASEP
33900000 Aplicações Diretas
144.00 Fundo Especial do Petróleo
R\$ 50,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1483/2013

DECRETO Nº 1483 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Iomerê, durante as festividades de Natal e Ano Novo, conforme segue:

Dias 23 e 24 - atendimento ao público conforme programação de cada secretaria;

Dia 26/12/2013 - expediente das 13h às 17h;

Dia 30 e 31 - atendimento ao público conforme programação de cada secretaria;

Dia 02/01/2014 - Expediente das 13h às 17h.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2256/2013

PORTARIA Nº 2256 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ALVACIR ANTONIO PAGANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2257/2013

PORTARIA Nº 2257 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ALZEMIRO ANTONIO MA-FIOLETTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2258/2013

PORTARIA Nº 2258 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor HELIO MIGUEL DE JESUS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2012 a 31/05/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2259/2013

PORTARIA Nº 2259 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor JUAES VIEIRA DE BARROS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2260/2013

PORTARIA Nº 2260 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor JUAES ANTONIO LIMA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2012 a 31/10/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2261/2013

PORTARIA Nº 2261 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor LEONOR ODILO KAISER, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/01/2012 a 13/01/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2262/2013

PORTARIA Nº 2262 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor MARILDO FANTINEL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/08/2012 a 19/08/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2263/2013

PORTARIA Nº 2263 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor MOACIR ERNESTO CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2012 a 02/09/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2264/2013

PORTARIA Nº 2264 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ODACIR ANTONIO MENEGATT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/07/2012 a 30/06/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2265/2013

PORTARIA Nº 2265 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor RONI MARCELO MENEGUZZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2012 a 31/10/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2266/2013

PORTARIA Nº 2266 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor SERGIO LUIZ MUNARO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/01/2012 a 13/01/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2267/2013

PORTARIA Nº 2267 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor SILVIO MAKSIMAVIC, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/09/2012 a 08/09/2013 a contar de 13/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2268/2013

PORTARIA Nº 2268 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013
Afasta servidor público

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar por aposentadoria o servidor CAMILO ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 527.936.489-49, do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 12 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 12 de dezembro de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Complementar 076/2013 - Republicação

LEI COMPLEMENTAR 076/2013 - REPUBLICAÇÃO.

"ACRESCENTA ARTIGO E MODIFICA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/97, DE 30/12/1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado o artigo 20, item 1, da Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997 na SEÇÃO IV - DA POSSE E DO EXERCÍCIO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 []

"1 - A posse ocorrerá no prazo de cinco dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais cinco dias, a requerimento do interessado." NR.

Art. 2º O Artigo 106, do CAPÍTULO V - DAS LICENÇAS - da Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997, passa a vigorar com a inclusão do inciso IX, com a seguinte redação:

Art. 106 Conceder-se-á licença ao funcionário:

I. [];

II. [];

III. [];

IV. [];

V. [];

VI. [];

VII. [];

VIII. [];

IX. "Para o exercício de cargo de provimento em comissão ou cargo de agente político."

Art. 3º Fica alterada a redação do art. 107, da mesma Lei Complementar, que passa a ser a seguinte:

"Art. 107 O funcionário não poderá permanecer em licença da mesma espécie por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos II, IV, VI, VII, VIII e IX." (NR).

Art. 4º Fica acrescentada à Lei Complementar nº 01/97, a Seção VIII - DA LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU CARGO DE AGENTE POLÍTICO - composto pelo Art. 132-A e incisos, com a seguinte redação:

"Art. 132-A - Ao funcionário estável da administração direta e indireta dos poderes executivo e legislativo, poderá ser concedida Licença sem remuneração, para exercer cargo de provimento em comissão ou cargo de agente político em órgãos da mesma esfera de governo.

I. O tempo de afastamento para o exercício de cargo comissionado ou cargo de agente político, contará para efeito de concessão de vantagens ulteriores, previstas para os cargos efetivos.

II. Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício do cargo efetivo.

III. (Suprimido pela Emenda Legislativa nº 015/2013).

IV. Poderá ser solicitado por autoridade competente o retorno do funcionário ao cargo efetivo se assim o exigir a necessidade do serviço público, ou ainda, poderá o próprio funcionário, a qualquer tempo, requerer autorização para retornar antes de findo o prazo estabelecido.

- a) O retorno solicitado pela autoridade competente deverá estabelecer um prazo para a sua efetivação não inferior a 10 (dez) dias.
b) O funcionário deve aguardar em exercício o despacho de seu pedido de retorno".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), em 29 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Dispensa de Licitação 87/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2013

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, incisos X, da Lei n.º 8.666/93, consolidada para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)", com o objeto de locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação, declarou a dispensa de licitação, para a celebração de contrato com o Senhor GILSON JOÃO CABRAL, com o objeto de locar o imóvel:

- Um imóvel de propriedade do Senhor Gilson João Cabral, sendo uma sala comercial com área de 108m² e outra medindo 50m², totalizando 158,00m², sito à Rua Goiás, nºs 355, 361 e 375, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 7.981, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC, valor mensal R\$ 800,00 (oitocentos reais), valor total para o período de 01/01/2014 a 31/12/2014 R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação aos preços, os mesmos se apresentam compatíveis com os praticados no mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 11 de dezembro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Extrato de Retificação 82/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 82/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2013

RETIFICAÇÃO

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que este processo não irá se realizar no dia 16 de dezembro de 2013, às 09:00 horas, e sim, no dia 08 de janeiro de 2014, às 09:00 horas. O Edital RETIFICADO para aquisição de combustível encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Justificativa do Processo Licitatorio 87/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO 87/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Irineópolis necessita locar o seguinte imóvel:

- Um imóvel de propriedade do Senhor Gilson João Cabral, sendo uma sala comercial com área de 108m² e outra medindo 50m², totalizando 158,00m², sito à Rua Goiás, nºs 355, 361 e 375, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 7.981, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Senhor Gilson João Cabral, em razão de serem considerados vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades. Conforme justificativa da Senhora Lilian Eliane Batschauer Ferreira - Secretária Municipal da Educação, através do Ofício nº 444/2013/SME, de 28/11/2013, deferido pelo Exmo. Sr. Juliano Pozzi Pereira - DD. Prefeito Municipal, em anexo ao processo e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações das imobiliárias JULIANA JACUBOVSKI - CORRETORA DE IMOVEIS, IMOBILIARIA GIACOMINI e MARLON SIMÕES DE OLIVEIRA - MARLON IMÓVEIS, em anexo ao processo.

- Do preço e sua justificativa: O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem mensal de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais), conforme indicado no Ofício nº 444/2013/SME.

Sendo que após consulta, constatou-se que referidos valores estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme avaliações imobiliárias, anexos ao processo.

Justificativa - Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades do EJA - Educação de Jovens e Adultos, e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações das imobiliárias MARLON SIMÕES DE OLIVEIRA - MARLON IMÓVEIS; JULIANA JACUBOVSKI - CORRETORA DE IMOVEIS E IMOBILIARIA GIACOMINI LTDA, em anexo.

Do fundamento Legal: A contratação encontra respaldo legal nos termos do art. 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)".

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente processo contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária, do Orçamento vigente para o Exercício de 2014:

à Projeto Atividade 2.008 - Ensino Fundamental para Jovens e Adultos:

3.3.90.00.00.00.00.00.3308 - Recursos do PEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos;

3.3.90.00.00.00.00.00.0257 - Recursos MDE 25% (Impostos Municipais e Transferências de Impostos Estaduais).

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 11 de dezembro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Retificação do Processo Licitatorio 83/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 83/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2013

RETIFICAÇÃO

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que este processo não irá se realizar no dia 16 de dezembro de 2013, às 14:00 horas, e sim, no dia 08 de janeiro as 14:00 horas. O Edital RETIFICADO para aquisição de óleo diesel S10 encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 161/2013

CONTRATO Nº 161/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços no Transporte Escolar nº 01/2013, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Joaquim Linhares de Lacerda nº 1748, bairro Alto da Cruz, cidade de Lapa, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.049.948/0001-80, neste ato representada pelo senhor Michael Kobilanski Neves, portador do CPF nº 044.378.739-55 e RG nº 8.105.489-4 SSPPR, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 73/2012, modalidade Pregão Presencial nº. 41/2012, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada, Cláusula Vigésima do Contrato n.º 01/2013, e Ofício nº 435/2013, da Senhora Lilian Eliane Batschauer Ferreira – Secretaria Municipal da Educação, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso II, alínea b, da Lei nº 8.666/93, consolidada e Clausula Sexta do contrato nº 01/2013, pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada pelo período de 200 dias letivos, sendo 1.417,14 km diários totalizando 283.428 km e o valor total de R\$ 991.998,00 (novecentos e noventa e um mil novecentos e noventa oito reais), sendo o valor por km rodado de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), alterando

os itinerários, conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição	Períodos	Km/dia
Traje- to	Itinerários		
01	<p>Saída às 5:50 horas, inicia o trajeto na casa do motorista em Santo Antonio 2, passa pela Igreja de São Sebastião do Timbózinho, pega os primeiros alunos e faz a volta na entrada que vai para Barra Mansa, passa pelo Posto de Saúde de Santo Antonio 1, passa pela Igreja do Santo Antonio 1 e chega no Núcleo Educacional Guilherme Bossow. Passa pela Igreja de São Sebastião do Timbózinho, faz a volta na Barra Mansa, na estrada geral de Canoinhas – Timbó Grande, Igreja do Pé da Serra e retorna ao Núcleo.</p> <p>Saída às 11:45 horas, inicia o trajeto no Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passa pela Igreja de Santo Antonio 1, Pedra Branca, Igreja de São Sebastião do Timbózinho, passa pelo Núcleo, vai para Recanto Feliz, no Rio Vermelho e chega no Núcleo Educacional Guilherme Bossow.</p> <p>Saída às 16:45 horas, sai do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passa pela Igreja de São Sebastião do Timbózinho, Igreja do Pé da Serra, faz a volta em Barra Mansa, volta e entra em Pedra Branca, faz a volta na entrada do Loni, passa pelo Posto de Saúde de Santo Antonio, passa pela Igreja de Santo Antonio 1 e chega na casa do motorista.</p>	Manhã Meio dia Tarde	48,34 39,29 39,01 Total 126,64 km
02	<p>Saída às 5:30 horas da casa do motorista em Santo Antonio 2, passa por Rio Branco, Boa Vista, faz a volta no Estefano Zvares e desce para o Bom Sossego, passa por Bom Sossego 1, faz a volta na Igreja do Bom Sossego 2, passa pela Escola de Boa Vista até o Núcleo Educacional Guilherme Bossow.</p> <p>2º Grau Manhã: Saída às 8:45 horas, sai do Núcleo, passa pela Escola de Boa Vista, passa pelo Estefano Zvares, faz a volta no Pedro Demétrio, pega os alunos chegando ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow.</p> <p>Meio Dia: Saída às 11:45 horas, sai do Núcleo, passa pela Escola de Boa Vista, faz a volta no Estefano e desce para o Bom Sossego, faz a volta no Bom Sossego 2 e volta ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow.</p> <p>Saída às 16:45 horas, sai do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passa pela escola de Santo Antonio 2, Igreja de Santo Antonio 1, faz a volta na Neuci Reichardt, chegada em Santo Antonio 2 (estrada nova).</p> <p>2º Grau tarde: Saída às 17:35 horas, sai de Santo Antonio 2 (estrada nova), passa pelo Núcleo Educacional Guilherme Bossow, sobe para a Boa Vista, faz a volta no Pedro Demétrio, até a casa do motorista no Santo Antonio 2.</p>	Manhã 2º Grau Meio Dia Tarde 2º Grau	39,38 20,70 35,12 14,03 30,42 Total 139,65 km

	<p>Saída às 5:15 horas da casa do motorista em Rio Vermelho, passa pela Igreja do Rio Vermelho, pega os primeiros alunos na Campina dos Pintos, faz a volta no Marciel Santos no Taquarizal, passa pela Escola da Campina, faz a volta no Nogara, entra nos Nunes, faz a volta, passa pela Igreja de São Roque, São José do Timbózinho e chega no Núcleo Educacional Guilherme Bossow.</p> <p>Saída às 10:15 horas do Núcleo, passa pela Igreja de Rio Vermelho, faz a volta na entrada dos Denk na Serrinha, passa pelo Bar do Froguel no Rio Vermelho e chega no Núcleo.</p> <p>Saída às 11:45: Inverso da manhã (chega na casa)</p> <p>Saída às 16:20 da casa do motorista, chega no Núcleo, pela Igreja do Rio Vermelho, Bar do Froguel, faz a volta na entrada dos Denk, passa pela Igreja do Rio Vermelho e chega na casa.</p> <p>2º Grau tarde: Saída às 18:20 horas sai da casa, passa pela Igreja do Rio Vermelho, pelo Bar do Froguel, faz a volta no Bar dos Chaves no Rio Vermelho, passa na Igreja de Rio Vermelho e chega na casa.</p>	Manhã Meio Dia Tarde 2º Manhã 2º Tarde	50,06 50,06 27,77 27,86 12,42 Total 168,17 km
03	<p>Saída às 6:10 horas da garagem, passa pelo Km 05, Colonia Escada, Serrinha, 1º aluno na Serrinha, passa pela Igreja da Serra Grande, entra no Bom Retiro, passa pela Escola, chega na E.E.B. Horácio Nunes, vai até o Grupo Escolar Zélia Milles, retorna a garagem.</p> <p>Meio dia, saída às 11:45 horas, sai da garagem, vai até o Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair, E.E.B. Horácio Nunes, Escola do Bom Retiro, Igreja da Serra Grande, passa por Serrinha, Colonia Escada, Km 05, E.E.B. Horácio Nunes, retorna a garagem.</p>	Manhã Meio Dia	37,33 40,35 Total 77,68 km
04	<p>Saída às 6:25 horas da garagem, sentido Poço Preto pela estrada de chão, pega os 1ºs alunos no segundo cruzo da Linha Férrea, vai até a BR 280, vem sentido a Irineópolis passando pelo Km 05, entra na estrada de chão passando pelo Asilo, vai até o Grupo Escolar Zélia Millkes, E.E.B. Horácio Nunes, pelo Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, retorna a garagem.</p> <p>Saída às 11:50 horas, sai da garagem, vai até o Grupo Escolar Zélia Milles, E.E.B. Horácio Nunes, vai até o Km 07, passa pelo Km 05, vai para Poço Preto, volta pela estrada de chão até Irineópolis, passa em frente a Igreja Matriz, vem até a E.E.B. Horácio Nunes, Grupo Escolar Zélia Milles, garagem.</p> <p>Tarde: Saída às 16:50 horas, sai da garagem, passa pelo Grupo Escolar Zélia Milles, passa no Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, E.E.B. Horácio Nunes, passa pelo Km 05 (acesso secundário), BR 280 até Poço Preto, entra no Trevo, passa pelo Cartório e retorna para a BR 280, passa pela Delegacia e retorna pelo Posto de Saúde e vai até a garagem.</p>	Manhã Meio Dia Tarde	32,59 36,57 37,38 Total 106,54 km
05			

06	Saída às 6:15 da Serrinha, primeiros alunos na Vila Nova, faz a volta na entrada dos Coli, passa pela Igreja do Campo do Meio saindo na Colonia Escada, chega na E.E.B. Horácio Nunes, Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair e Grupo Escolar Zélia Milles, retornando a garagem. Saída às 11:40 horas da garagem, passa pelo Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, E.E.B. Horácio Nunes, passa pelo Km 05, Igreja da Colonia Escada, entrada do Campo do Meio, passa por Vila Nova, faz a volta na entrada dos Coli até Serrinha.		37,43 36,0	
		Manhã Tarde	Total 73,43 Km	
07	Saída às 6:10 da Igreja do Km 16, faz a volta nos Kozowski, pega os primeiros alunos, entra nos Bay, faz a volta na Igreja dos Pinheiros, passa por Aparecida dos Pardos até o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, volta para a BR 280 passando pelo Km 07, Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair, E.E.B. Horácio Nunes, Grupo Escolar Zélia Milles, retornando a garagem. Saída às 10:40 horas da garagem, passa pelos Kms, entra no Km 16, faz a volta nos Kozowski, vai até o Genesio Meirelles na Serra Chata, entra nos Bay, faz a volta na Igreja dos Pinheiros, Aparecida dos Pardos, passa por São Pascoal até o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, retorna por Aparecida dos Pardos, entra nos Bay, Igreja dos Pinheiros, Kms, E.E.B. Horácio Nunes, chegando na garagem. Saída às 16:35 horas da garagem, E.E.B. Horácio Nunes, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, Aparecida dos Pardos, Entrada dos Bay, faz a volta na Igreja dos Pinheiros, Serra Chata, passa pelos Kms e volta para o Km 16.		46,0 91,64 46,9	
		Manhã Meio Dia Tarde	Total 184,54 Km	
08	Saída às 06:00 horas do Km 16, pega os primeiros alunos, faz a volta no Genesio Meirelles em Serra Chata, volta até a E.E.B. Horácio Nunes, passa pelo Areial até o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, passa por São Pascoal, Km 07 até a garagem. Saída às 10:30 horas, inicia o trajeto na garagem, passa pelos Kms, faz a volta na frente da Igreja do Km 16, faz a volta no Km 14, passa pelo Km 07, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, Areial, E.E.B. Horácio Nunes, passa pelos Km, entra na Igreja do Km 16, faz a volta nos Kozowski, vai até a Serra Chata, retorna a garagem. Saída às 16:25 horas, inicia o trajeto na garagem, vai até o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, Areial, vem até o Posto Ipiranga, passa por frente da Delegacia, Kms, vai até a Serra Chata e volta para a garagem.		50,02 87,45 42,34	
		Manhã Meio Dia Tarde	Total 179,81 Km	

09	Saída às 6:20 horas, inicia o trajeto na garagem, passa pelo Km 07, primeiros alunos em São Pascoal, Colonia Litikoski, Rio Preto, Porto Veloso, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, Areial, E.E.B. Horácio Nunes, retorna a garagem. Saída às 11:40 horas, inicia o trajeto na garagem passando pelo Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, E.E.B. Horácio Nunes, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, sai na BR 280, faz a volta e vai até a entrada da Colonia Litikoski, passa pela Colonia Litikoski, Rio Preto, Porto Veloso, São Pascoal, Km 07, retornando a garagem. Saída às 16:40 horas, inicia o trajeto na garagem, vai até a E.E.B. Horácio Nuens, Km 07, São Pascoal, Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, faz a volta e vai para a BR 280, Colonia Litikoski, Rio preto, Porto Veloso, São pascoal, Km 07, chegando na garagem.		45,69 47,72 49,05	
		Manhã Meio Dia Tarde	Total 142,46 Km	
10	Saída às 6:40 horas da localidade da Serrinha, pega os primeiros alunos, Bar da Marica, faz a volta na entrada dos Denk e retorna pela Serrinha, Colonia Escada, entra na BR 280, Km 05, Grupo Escolar Zelia Milles, E.E.B. Horácio Nunes, retornando a garagem. Saída às 11:50 horas da garagem, E.E.B. Horácio Nunes, passa pelo Km 05, Igreja da Colonia Escada, Serrinha, Igreja da Serrinha, Bar da Marica, faz a volta nos Denk e retorna até Serrinha		23,83 22,95	
		Manhã Meio Dia	Total 46,78 Km	
11	Saída às 10:00 horas do Santo Antonio II, primeiros alunos no Núcleo Educacional Guilherme Bossow, São Sebastião do Timbózinho, Igreja do Pé da Serra, faz a volta na estrada geral de Barra Mansa, Pedra Branca, Bar do Loni, Santo Antonio I e II, Serra Grande, Km 05, E.E.B. Horácio Nunes, retornando a garagem. Saída às 16:50 horas da garagem, E.E. B. Horácio Nunes, Km 05, Serra Grande, Santo Antonio I e II, Pedra Branca, São Sebastião do Timbózinho, Pé da Serra, faz a volta nos Kostuski, volta pelo Pé da Serra, São Sebastião, Rio Branco, Santo Antonio II.		56,41 49,05	
		Manhã Tarde	Total 105,46 Km	
12	Saída às 06:45 horas da casa do motorista, Escola de Santo Antonio II, primeiros alunos, Rio Branco, Posto de Saúde de São José, entrada dos Chaves, faz a volta no Germano Gelinski, entrada dos Chaves perto do Posto, chegada no Núcleo Educacional Guilherme Bossow. Saída às 11:45 horas do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, São Sebastião do Timbózinho, Pé da Serra, faz a volta nos Kostuski, São Sebastião do Timbózinho, Santo Antonio, chegando ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow. Saída às 16:45 horas do Núcleo Educacional Guilherme Bossow, São Sebastião do Timbózinho, Pedra Branca, Santo Antonio I, chegando na cada do motorista.		21,94 29,25 14,79	
		Manhã Meio Dia Tarde	Total 65,98 Km	

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 11 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA Município de Irineópolis Prefeito Municipal	Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo Michael Kobilanski Neves
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Gilsen Merschner Neppel CPF: 582.112.689-49	Nome: Franciele Aparecida Weingartner CPF: 028.179.289-54

Extrato de Contrato 162/2013

CONTRATO Nº 162/2013

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 147/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013

PROCESSO LICITATORIO Nº 68/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato n.º 147/2013 - Processo de Licitação n.º 68/2013, Pregão Presencial n.º 29/2013, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Sétima do Contrato n.º 147/2013, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 01: Óleo Diesel S10 - 5.150,132 litros - valor anterior R\$ 2,37 Total R\$ 12.205,812 - valor reajustado R\$ 2,532 - valor total: R\$ 13.040,134, sendo o valor aditivado de R\$ 834,322.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes são os que restam receber da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2013.

Município de Irineópolis

AUTO POSTO PLANALTO NORTE LTDA

JULIANO POZZI PEREIRA Contratante	JOSIANE APARECIDA MAAS BUZZI Contratada
--------------------------------------	--

Testemunhas:

NOME: ROBSON ROBERTO BINDER
CPF: 780.541.689-34

NOME: GILSON BRAND
CPF: 647.032.749-49

Extrato de Contrato 163/2013

CONTRATO Nº 163/2013

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 17/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2012

PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2012

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato n.º 17/2013 - Processo de Licitação n.º 78/2012, Pregão Presencial n.º 45/2012, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Sétima do

Contrato nº 17/2013, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 02: Gasolina Comum - 12.476,429 litros - valor anterior R\$ 2,973 Total R\$ 37.092,423 - valor reajustado R\$ 3,176 - valor total: R\$ 39.625,138, sendo o valor aditivado de R\$ 2.532,715.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes são os que restam receber da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2013.

Município de Irineópolis

ANESIO BUZZI & CIA LTDA

JULIANO POZZI PEREIRA
Contratante

JOSIANE APARECIDA MAAS BUZZI
Contratada

Testemunhas:

NOME: ROBSON ROBERTO BINDER
CPF: 780.541.689-34

NOME: GILSON BRAND
CPF: 647.032.749-49

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato Ata de Registro de Preços

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013 - OBJETO: registro de preços para aquisição de materiais para fabricação de tubos de concretos e lajotas. PROPONENTES: Artefatos de Cimento Alto Paraguaçu Ltda. ME. - ITEM: 3 (2.000 sc de cimento - saca de 50 Kg) - R\$ 22,50; Porto de Areia Frágosos Ltda. - ITENS: 4 (1.000m³ de pó de brita - pedra basalto), R\$ 35,00 e 5 (500m³ de brita (pedra basalto) nº 1, R\$ 35,00; Comércio de Areia Accordi Ltda. ME, ITENS: 1 (1.000m³ areia média), R\$ 31,00, 2 (1.000m³ de areia fina) - R\$ 34,00.

Itaiópolis, 03 de dezembro de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 52/2013 - Pregão Presencial nº 38/2013. Objeto: aquisição de eixo traseiro, serviços de mão de obra e reboque do caminhão, colocação da carcaça e pequenos reparos na caçamba (funilaria e pintura), no caminhão MB 1524. Contratada: Posto de Molas 55 Ltda. ME. Contrato nº 93/2013. Valor Total: R\$ 9.000,00. Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias consecutivos. Período da Garantia: 03 (três) meses.

Itaiópolis, 02/12/2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal.

Extrato de Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 4º Nº CONTRATO: 15/2013

CONTRATADA: Safra Diesel Ltda.

OBJETO: reajuste de preços: Óleo Diesel S10 de R\$ 2,26 para R\$ 2,40; Óleo Diesel S-500 de R\$ 2,16 para R\$ 2,34 o litro.

Itaiópolis, 03/12/2013,

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Convênio

Convênio nº 001/2013 entre o Município de Itaiópolis e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Comando Geral da Polícia Militar e Delegacia Geral da Polícia Civil. Objeto: cooperação entre o Município e a SSP para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 08 (oito) câmeras de segurança no Município de Itaiópolis. Valor do Repasse pelo Município: R\$ 92.622,50. Prazo de execução: 18 meses. Prazo de vigência do Convênio: 05 (cinco) anos. Itaiópolis, 02 de outubro de 2013. GERVÁSIO UHLMANN Prefeito Municipal. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA Secretário de Estado da Segurança Pública. NAZARENO MARCINEIRO Comandante Geral da Polícia Militar.

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA

Delegado Geral da Polícia Civil.

Itapiranga**PREFEITURA****Lei Municipal Nº 2.885, de 12 de Dezembro de 2013.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.885, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a concessão de abono natalino aos servidores municipais e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de um abono pecuniário natalino a todos os servidores públicos municipais investidos em cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, bem como àqueles admitidos em caráter temporário, empregados públicos e cargos em comissão, exceto aos agentes políticos, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Parágrafo único. O abono de que trata esta Lei será pago em parcela única, em pecúnia, juntamente com os vencimentos dos servidores beneficiados, no mês de dezembro de 2013.

Art. 2º Não terão direito ao recebimento do abono de que trata a presente Lei os servidores públicos municipais nas seguintes situações:

I - que se encontrarem no gozo de licença para tratar de interesses particulares;

II - que se encontrarem em licença especial para atendimento a pessoa de necessidades especiais.

Art. 3º As despesas resultantes da execução financeira da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas no orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 12 de Dezembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Portaria Nº 256/2013

Portaria nº 256 de 11 de dezembro de 2013

O Prefeito em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 11 de dezembro de 2013, Thiago Rohden, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 512, classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 11 de dezembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Instrução Normativa Sci N. 03/2013

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI n. 03/2013

Regulamenta a sistematização, utilização e guarda dos bens públicos de propriedade do Município de Itapiranga e dá outras providências.

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 0047/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar os procedimentos de controle dos bens patrimoniais do município;

Considerando a necessidade de regulamentar o fluxo operacional de movimentação dos bens móveis do município;

Considerando o atendimento dos dispositivos contidos nos Artigos 94, 95, 96 e 106 da Lei Federal nº 4.320/64.

RESOLVE:**I - DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 1º. Ficam estabelecidas como atribuições do Setor de Patrimônio:

- I - manter atualizado os registros do patrimônio, cadastrando de imediato toda e qualquer movimentação de bens móveis;
- II - proceder tempestivamente a qualquer alteração cadastral decorrente de informações dos responsáveis ou por inventários;
- III - organizar a documentação geral dos bens patrimoniais;
- IV - solicitar aos setores a documentação e informações necessárias ao desempenho de sua função, bem como fornecer documentos e informações com os setores que se relaciona;
- V - comunicar a Controle Interno qualquer desvio, irregularidade ou falta de bens;
- VI - providenciar os Termos de Responsabilidade e obter a assinatura do servidor que ficará responsável pelos bens em uso nos setores sob sua chefia;
- VII - regularizar o inventário anual contendo a identificação, avaliação unitária e quantitativa dos bens que constituem o patrimônio;
- VIII - promover a reavaliação de acervo permanente do Município, informando ao Setor de Contabilidade;
- IX - sugerir a substituição alienação ou baixa de bem inservível, obsoleto ou de uso antieconômico.

Art. 2º. Fica estabelecido que a sistematização, utilização e guarda dos bens públicos de propriedade do Município de Itapiranga deve obedecer rigorosamente o estabelecido a seguir:

I - Da Aquisição dos Bens:

- a) Toda a aquisição de bens móveis deverá estar prevista na LDO e no Orçamento Anual no grupo de Despesas de Capital.
- b) O processo de compra deverá obedecer as exigências dispostas na Lei 8.666/93 atualizada e Lei n. 10.520/2002.

II - Do Recebimento do Bem:

- a) Após a verificação da qualidade e quantidade de bens, e estando o bem móvel de acordo com as especificações exigidas, o recebedor deve atestar no documento fiscal apresentado pelo fornecedor que o bem foi devidamente aceito.
- b) No caso de móveis ou equipamentos cujo recebimento implique em um maior conhecimento técnico do bem, a Unidade recebedora deve solicitar à autoridade competente a indicação de servidor habilitado para o respectivo exame técnico.
- c) Deve ser designada comissão técnica para proceder a exames, a fim de determinar se o bem entregue atende às especificações contidas na nota de empenho ou contrato de aquisição segundo o que dispõe o § 1º do artigo 73 da Lei n. 8.666/93.
- d) Quando da chegada do bem, o Setor de Patrimônio deverá ser avisado, para fins de conferência, tombamento e registro.
- e) A 1ª via da Nota Fiscal, depois de conferida e assinada pelo servidor responsável pelo recebimento, deverá ser encaminhada a Secretaria da Fazenda para fins de liquidação do empenho.
- f) O Setor de Contabilidade deverá encaminhar cópia do empenho e da Nota Fiscal do bem para o Setor de Patrimônio para servir de registro.

III - Do Registro no Sistema:

- a) O Setor de Patrimônio de posse da 2ª via ou cópia da nota fiscal e do empenho lançará a entrada no Sistema Patrimonial, inserindo um número de tombamento sobre a Nota Fiscal.
- b) Depois de lançado no Sistema Patrimonial, a 2ª via ou cópia da Nota Fiscal e o empenho serão arquivados em pasta própria, por Secretaria.

IV - Tombamento do Bem:

- a) Depois de lançado no Sistema Patrimonial e gerado a etiqueta de numeração, o Setor de Patrimônio deverá colar a etiqueta ou

plaqueta no bem.

- b) O Setor de Patrimônio deverá certificar-se de que a identificação (plaqueta ou etiqueta de numeração patrimonial) ficou bem colada e de fácil visualização.
- c) Para o registro patrimonial deverão ser utilizadas plaquetas próprias, com a identificação, cujo número dado a um bem é certo e definitivo, não podendo ser reaproveitado, ainda que o mesmo seja baixado do acervo.
- d) No caso de transferência de bem móvel de uma localização para outra, o bem transferido conservará o número de origem e, em hipótese alguma, poderá receber novo tombamento, sob pena de apuração de responsabilidades.
- e) É vedada a emissão de qualquer documento relacionado a bens móveis, sem a citação do tombamento, marca, origem, sobretudo em se tratando de Solicitação de Transferência, Termo de Responsabilidade, Doação e Termo de Cessão de Uso, Guarda e Responsabilidade.
- f) Após a identificação dos bens deverá ser emitido um novo Termo de Responsabilidade e colher a assinatura do responsável pela guarda dos bens.

V - Da responsabilidade pela guarda e conservação dos bens:

- a) A responsabilidade pelos bens patrimoniais passa a existir a partir do momento em que o requerente recebe e assina o Termo de Responsabilidade, conforme modelo identificado como Anexo I a esta Instrução Normativa.
- b) O Termo de Responsabilidade é um documento que especifica o material localizado em um Setor da Prefeitura Municipal, que assinado pelo titular, responsabiliza-o pela guarda e utilização dos bens.
- c) Os responsáveis pelos bens patrimoniais têm que zelar pela guarda e conservação. A responsabilidade é por tempo indeterminado, podendo, no entanto, haver a substituição a qualquer momento.
- d) Aos servidores responsáveis por bens, quando da sua saída por exoneração, troca de cargo, troca de setor e etc., fica obrigatória a prestação de contas dos bens sob sua guarda ao novo servidor que entrar.
- e) A guarda e o zelo pelos bens móveis será sempre de responsabilidade de cada setor que o bem estiver locado. Todo o Servidor Municipal responsável por um setor deverá assinar um Termo de Responsabilidade, contendo a relação dos bens sob sua guarda e afixado em seu local de trabalho.
- f) Ao proceder ato de exoneração, ou troca por qualquer motivo dos Titulares das unidades responsáveis por bens, o Setor de Recursos Humanos exigirá documento que comprove a regularidade da situação patrimonial das Unidades sob sua responsabilidade, expedida pelo responsável pelo Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal.

VI - Da Transferência ou Cedência de Bens:

- a) Nenhum bem patrimonial poderá ser transferido ou deslocado sem o preenchimento do Termo de Movimentação de Bem Patrimonial (TMBP), Anexo II, pelo responsável pela guarda do referido bem e encaminhado ao Setor de Patrimônio.
- b) As cedências ou empréstimos de bens móveis pertencentes ao município para terceiros somente ocorrerão quando autorizados pelo Prefeito, após cumpridas as exigências legais e celebrado Termo de Acordo.
- c) Através do Termo de Movimentação de Bem Patrimonial (TMBP), Anexo II a esta Instrução Normativa, o Setor de Patrimônio deverá alterar no Sistema a responsabilidade pela guarda do bem.
- d) É dever do responsável comunicar, imediatamente ao Setor de Patrimônio, e a chefia imediata qualquer irregularidade ocorrida com os materiais entregues aos seus cuidados.
- e) A comunicação de bem desaparecido ou avariado, deve ser feita de maneira circunstanciada, por escrito, que antecipe a ciência dos fatos ocorridos.
- f) O Setor de Patrimônio deve realizar imediatamente levantamento

de verificação da irregularidade comunicada.

VII - Da Baixa de Bens considerados inservíveis:

- a) Os bens móveis considerados inservíveis, em desuso, obsolescência, ou outra razão, serão recolhidos ao Setor de Patrimônio.
- b) Em caso de desuso por obsolescência e imprestabilidade, deverá ser instaurada comissão de avaliação que emitirá relatório concluindo pela baixa dos bens e sua destinação e, se for o caso, efetuar a baixa contábil.
- c) Como bens em transição de baixa definem-se aqueles que tenham incidido em desuso, obsolescência ou imprestabilidade ou outras formas circunstanciais que tornem os bens inservíveis ao serviço público, sendo por isso considerado disponível.
- d) A constatação da disponibilidade será feita por Comissão de Avaliação e baixa designada pelo titular da unidade orçamentária e composta de 03 (três) servidores.
- e) No termo da Comissão acima referida deverão ser classificados os bens como em desuso ou obsoletos. O bem em transição de baixa deve permanecer sob a guarda e responsabilidade do órgão gestor até sua baixa definitiva.
- f) O Setor de Patrimônio adotará os seguintes procedimentos:
 - a) Retirárá dos bens o código de identificação numeral inutilizando-os;
 - b) Registrará no Sistema, no Campo "Baixa", o motivo, número do processo e data.
 - c) Extrairá do processo cópia da autorização do Prefeito e a relação de bens baixados e arquivará na pasta "Responsáveis pela Guarda de Bens Patrimoniais".
 - d) Colocará no processo carimbo "Tombado" e o enviará para o Setor Contábil para fins de escrituração contábil da desincorporação dos bens.

VIII - Da reavaliação dos Bens Patrimoniais:

- a) A determinação de reavaliar os bens, será solicitada pelo Setor de Patrimônio e será efetuada pela Comissão de Reavaliação de Bens Patrimoniais nomeada pelo Prefeito.
- b) O Setor de Patrimônio relacionará por Unidade Administrativa, no formulário "Relação de Bens Patrimoniais", os bens sob a responsabilidade de cada uma delas, de acordo com a listagem emitida pelo Sistema.
- c) A Comissão de Reavaliação, a vista de cada um dos bens patrimoniais e de acordo com os critérios estabelecidos, determinará o valor da reavaliação.
- d) Depois de efetuado o levantamento de reavaliação, será o processo encaminhado ao Setor de Patrimônio que adotará as seguintes providências:
 - 1) Extrairá cópia das relações de avaliação;
 - 2) Colocará no processo o carimbo de "Tombado" e o enviará para o Setor Contábil para atualizar os registros;
 - 3) Pelas relações de reavaliação atualizará os registros no Sistema;
 - 4) Arquivará as relações de reavaliação na pasta de "Responsáveis pela Guarda de Bens Patrimoniais" da respectiva Unidade Administrativa.

IX - Das providências em caso de extravio e furto de bens:

- a) O responsável pelo departamento que ocorreu o furto ou extravio dos bens deverá comunicar automaticamente ao Setor de Patrimônio, bem como o Secretário pela pasta sobre a ocorrência do fato, para as respectivas providências cabíveis.
- b) No caso de irregularidades envolvendo sinistro ou uso de violência (roubo, arrombamentos, etc.) e ou que venha a colocar em risco a guarda e segurança dos bens móveis devem ser adotadas, de imediato pela chefia do setor, as medidas de preservar o local para análise pericial e manter o local sob guarda até a chegada da polícia.
- c) O servidor será responsabilizado civilmente sempre que constatada sua culpa ou dolo por irregularidades com bens de propriedade ou responsabilidade do Município independentemente das demais sanções administrativas e penais cabíveis.
- d) Caso a investigação preliminar aponte indícios de que a perda,

o furto, o extravio ou dano ocorreu por culpa ou dolo será instaurado processo administrativo, nos termos da lei, visando o restabelecimento, substituição ou indenização do bem móvel do município.

- e) A substituição será feita mediante a entrega de outro bem da mesma característica, acompanhado da respectiva Nota Fiscal ou o pagamento em moeda corrente nacional no valor da avaliação realizada pela Comissão, hipótese em que o Secretário Municipal de Administração, independentemente de processo administrativo para apuração das causas e responsabilidades, determinará o seu registro no acervo patrimonial da instituição.
- f) Em caso de extravio por roubo, furto, e dano, será o fato comunicado ao Prefeito Municipal, para fins de registro em Boletim de ocorrência policial.
- m) Com base na comunicação interna e no boletim de ocorrência policial, será instaurada sindicância para apuração dos fatos.
- g) Concluída a sindicância e apuradas as responsabilidades, caberá ao setor responsável pelo controle patrimonial à abertura de processo visando à baixa dos materiais do controle dos bens e baixa contábil dos bens do ativo, encaminhando-o ao Prefeito Municipal.
- h) Em caso de perda, furto ou extravio, a indenização será estabelecida de acordo com o tempo decorrido desde a aquisição do bem imóvel, segundo critério abaixo:
 - 1 - até um 1 ano: 100% do valor do bem novo;
 - 2 - entre 1 e 2 anos: 90 % do valor do bem novo;
 - 3 - de 2 a 3 anos: 80 % do valor do bem novo;
 - 4 - entre 3 e 4 anos: 70 % do valor do bem novo;
 - 5 - entre 4 e 5 anos: 60 % do valor do bem novo;
 - 6 - de 5 e 6 anos: 50 % do valor do bem novo;
 - 7 - de 6 a 7 anos: 40 % do valor do bem novo;
 - 8 - de 7 a 8 anos: 30 % do valor do bem novo;
 - 9 - acima de 8 anos: 20 % do valor do bem novo;
 - 10 - Em caso de dano, a indenização corresponderá ao valor da reparação.

X- Do levantamento físico e do Inventário:

- a) O levantamento físico é o procedimento administrativo que certifica a existência de um bem em um endereço individual do Município.
- b) No levantamento deve ser verificada a coincidência da descrição do material com os registros de controle patrimonial e se o bem está ocioso ou se apresenta qualquer avaria que o inutilize, o que enseja seu recolhimento ao depósito do Patrimônio.
- c) No levantamento de um bem deve ser verificada a integridade e afixação do número de Patrimônio, cujo comprometimento deve ser imediatamente comunicado ao Setor de Patrimônio.
- d) Um levantamento pode abranger um ou certo conjunto de bens ou a totalidade de bens existentes em um ou mais endereços individuais do Município.
- e) O inventário é o procedimento administrativo realizado por meio de levantamentos físicos, que consiste no arrolamento físico-financeiro de todos os bens existentes:
 - 1 - em um ou mais endereços individuais do Município;
 - 2 - no Depósito de Patrimônio;
 - 3 - em todos os setores da Administração Municipal.
- f) Um inventário tem como objetivos:
 - 1 - verificar a exatidão dos registros de controle patrimonial, mediante a realização de levantamentos físicos em um ou mais endereços individuais dos órgãos municipais;
 - 2 - fornecer subsídios para a avaliação e controles gerenciais de materiais permanentes;
 - 3 - fornecer informações a órgãos fiscalizadores.
- g) Os tipos de inventários são:
 - 1 - de criação (ou inicial): quando criada uma nova unidade gestora, com o objetivo de relacionar os bens que ficarão sob a responsabilidade de seus administrados;
 - 2 - de verificação: realizado a qualquer tempo, com o objetivo de verificar qualquer bem ou conjunto de bens, por iniciativa do Setor

de Patrimônio, das unidades de controle patrimonial. Também podem ser realizados com o intuito de apurar indícios de prejuízos ao órgão, decorrentes de desaparecimentos, mau uso, ou outros fatos danosos, como, por exemplo, os causados por negligência etc. Esta verificação será feita pelo Controle Interno e Responsável pelo Setor de Patrimônio através do Termo de Conferência de Bem Patrimonial, Anexo III a esta Instrução Normativa.

3 - de transferência: realizado quando ocorrer mudança definitiva de titular do órgão ou detentor de carga patrimonial;

4 - de extinção ou transformação: realizado quando determinado órgão for extinto ou transformado em outro. No caso de extinção, esse inventário provocará o armazenamento dos bens patrimoniais em local específico a fim de poder ser utilizado, através de distribuição, por outros órgãos;

5 - de inventário anual: realizado ao final de cada exercício financeiro (que coincide com o ano civil) por comissão de servidores (designada pelo ordenador de despesa do órgão) especialmente para esse fim, e visa comprovar a exatidão dos registros de controle de todo o patrimônio do órgão, demonstrando o acervo de cada detentor de carga de cada unidade gestora, o valor total do ano anterior e as variações patrimoniais ocorridas no exercício, elaborado de acordo com o Plano de Contas da Administração Pública.

h) Durante a realização de qualquer tipo de inventário fica vedada toda e qualquer movimentação física de bens localizados nos endereços individuais abrangidos pelos trabalhos, exceto mediante autorização específica do Responsável pelo Setor de Patrimônio.

i) Os diversos tipos de inventários são realizados pela Unidade de Patrimônio, por iniciativa própria ou a pedido da Administração Municipal, periodicamente ou a qualquer tempo e em quaisquer unidades do Município, excetuando-se o anual, que é realizado por comissão específica:

II - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 3º. Em nenhuma hipótese os bens móveis podem ser transferidos, cedidos, encaminhados para conserto, emprestados ou recolhidos sem a emissão do Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais - TMBP, Anexo II a esta Instrução Normativa.

Art. 4º. Todo e qualquer recebimento de bem móvel deverá ser conferido e identificado pelo Setor de Patrimônio nos termos definidos por esta Norma.

Art. 5º. A guarda e o zelo pelos bens móveis será sempre de responsabilidade do chefe da Unidade Administrativa em que o bem estiver alocado.

Art. 6º. As relações de guarda e responsabilidade de bens emitidos pelo Sistema Patrimonial deverão estar sempre atualizadas.

Parágrafo único. Para que seja atendido na íntegra este artigo, é necessário que seja extraída um novo Termo de Responsabilidade no Sistema de Patrimônio a cada vez que houver movimento naquela Unidade Administrativa.

Art. 7º. O Termo de Responsabilidade deverá ser afixado em lugar visível da Secretaria/Departamento/Setor em que os bens estiverem alocados.

Art. 8º. A cada final de mandato deverá ser feita uma relação completa dos bens e, elaborada uma ata de transmissão de bens que será assinada pelos Prefeitos (o que deixa a gestão e o que inicia nova gestão).

Art. 9º. Todos os bens remetidos para manutenção deverão ser acompanhados de autorização emitida pelo setor competente, contendo especificações mínimas para sua identificação, como: placa do bem, data do envio, motivo e outros elementos que se

julgar necessários.

Art. 10. Toda e qualquer dúvida ou omissão gerada por esta Norma deverá ser solucionada junto ao Setor de Patrimônio e o Controle Interno.

Art. 11. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 12. Integram para todos os fins e efeitos esta Instrução Normativa os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Responsabilidade

Anexo II - Termo de Transferência de Bens Patrimoniais

Anexo III - Termo de Conferência Bem Patrimonial

Itapiranga(SC), 10 de dezembro de 2013.

Nadir Teresinha Etges

Coordenadora do Sistema de Controle Interno

De Acordo:

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício.

ANEXO I

Eu, _____, responsável pelo setor _____, assumo a responsabilidade pelos bens cadastrados e vinculados a este departamento, os quais fazem parte do patrimônio desta municipalidade.

Comprometo-me a comunicar imediatamente para a autoridade superior a ocorrência de roubo, furto, desaparecimento. Também estou ciente que posso ser submetido a inquérito administrativo por conduta culposa ou dolosa que resulte no desaparecimento ou extravio dos bens sob minha responsabilidade, conforme relação a seguir:

Órgão:

Unidade:

Centro de Custo:

Item

Nº Patrimônio

Especificação do Bem

Itapiranga, SC _____/_____/_____

Responsável

Responsável Setor de Patrimônio

ANEXO II

TERMO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS - TMBP nº _____

Unidade Administrativa: _____

Órgão Usuário: _____

Responsável: _____

Para:

Responsável: _____

Assunto:

Transferência Definitiva Transferência com prazo determinado
_____/_____/_____

Transferência para Conserto Solicitação de Baixa

Item
Nº Patrimônio
Especificação do Bem

Remetente:
Data: ____/____/____

Assinatura/Carimbo
Destinatário:
Data: ____/____/____

Assinatura/Carimbo Visto Setor Patrimônio
Data: ____/____/____

Assinatura/Carimbo
Anexo III

TERMO DE CONFERÊNCIA BEM PATRIMÔNIAL

Setor:
Responsável:

Diagnóstico:

Declaro para os devidos fins que nesta data o Controle Interno realizou a fiscalização neste Setor, conforme termo de conferência e sendo que o mesmo foi emitido 03 (três) vias de igual forma e teor tendo o seguinte encaminhamento:

- 1º Via Setor Patrimônio
- 2º Via Setor Fiscalizado
- 3º Arquivo de CI - Controle Interno

Responsável Pelo Setor Fiscalizado

Responsável pela fiscalização - C I

, em ____/____/____

Termo emitido em (03) Três vias de igual forma e teor - Emitente
- Recebedor - Patrimônio.

Itapoá

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº 63/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2013
PROCESSO Nº 133/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09:00 estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09:30 do dia 03 de janeiro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra.

Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de Mobiliários e Equipamentos - Pró-Infância Tipo C do Programa Nacional de reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil conforme especificações constantes no anexo V deste edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 12 de dezembro de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Notificação Convite Nº 20/13 NOTIFICAÇÃO

À
Empresa: SINACOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA

O Município de Itapoá, através do Prefeito Municipal e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade CONVITE Nº 20/2013 - PROCESSO Nº 128/2013, do Objeto da Contratação de empresa de engenharia com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para aquisição e instalação de sistema semafórico, no entroncamento da Av. André Rodrigues de Freitas com a Rua do Príncipe, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, não houve por parte das empresas participantes do pleito licitatório o interesse de apresentação e interposição recursal conforme prazo findo na data 12/12/2013. Portanto a sessão pública para abertura de envelope de proposta será 13/12/2013 às 08h:00min na sede do Município sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Departamento de Licitações e contratos- sala de reuniões.

Itapoá, 12 de dezembro de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Prefeito Municipal

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Constitui Equipe de Auditoria Interna No Âmbito da Câmara de Vereadores de Itapoá, Para o Exercício de 2013 e Dá Outras Providencias.

PORTARIA N.11/2013

Data: 01 de novembro de 2013.

CONSTITUI EQUIPE DE AUDITORIA INTERNA NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

OSNI OCKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com base na Lei Complementar Municipal nº009/2005, Resolução nº17/2010 do Poder Legislativo Municipal, com o fim de dar cumprimento ao estabelecido no Plano de Auditoria Interna previsto na Instrução

Normativa nº01/2013 da Controladoria Interna da Câmara de Vereadores de Itapoá e na Resolução n.05/2013 da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a equipe de auditores que executará Auditoria Interna no âmbito desta Câmara de Vereadores, conforme Plano de Auditoria Interna elaborado pela Controladoria Interna do Poder Legislativo Municipal, o qual segue as determinações da Instrução Normativa nº01/2013 da Controladoria Interna da Câmara de Vereadores de Itapoá ratificada pela Resolução n.05/2013 da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, com a seguinte composição:

1. ANA PAULA KOGG STEPHANI - AUDITORA
2. FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE - AUDITORA
3. FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO - AUDITOR

§ 1º. Os servidores por este ato nomeados, farão jus à verba correspondente a 20% (vinte por cento) do seu salário base, pago junto aos vencimentos do mês de novembro de 2013, a título de gratificação pelos serviços de auditoria prestados.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Câmara Municipal de 01 de novembro de 2013.

OSNI OCKER
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto N° 4.484 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO N° 4.484 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.290 DE 21/12/12 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Município de Joaçaba:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.016 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.075 - BLAFB - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das

seguintes dotações:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.016 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.075 - BLAFB - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto N° 4.483 de 09 de Dezembro de 2013.

DECRETO N° 4.483 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

"NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS, CONFORME PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR N° 31/1997, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela LEI,

DECRETA:

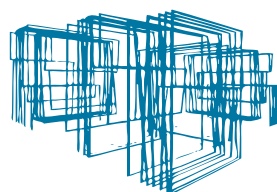
Art. 1º Fica instituída a Comissão responsável pela análise e avaliação da atualização do valor venal dos imóveis, conforme prevê o Parágrafo Único do Art. 17 da Lei Complementar nº 31/1997, a partir dos serviços prestados pela empresa Geomais Geotecnologia Ltda., regidos pelo Contrato nº 123/2013/PMJ, decorrente do processo licitatório nº 105/2013/PMJ - PP19/2013/PMJ, que será constituída pelos seguintes membros:

Ivan Rover - Representante dos Corretores de Imóveis;
Iria Flâmia Rodriguez Torrico - Secretária Municipal de Gestão Financeira;
Fabiano Grando Poletto - Fiscal de Tributos;
Eduardo Barbosa - Chefe do Setor de Cadastro de IPTU;
Cássio Ceconello - Diretor de Engenharia, Obras e Urbanismo;
Kênya Xavier Ferreira - Chefe dos Serviços de Avaliação de Imóveis

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

JOAÇABA (SC), em 09 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito



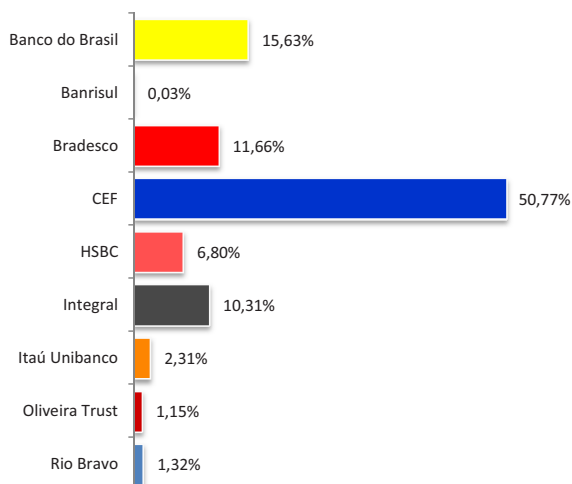
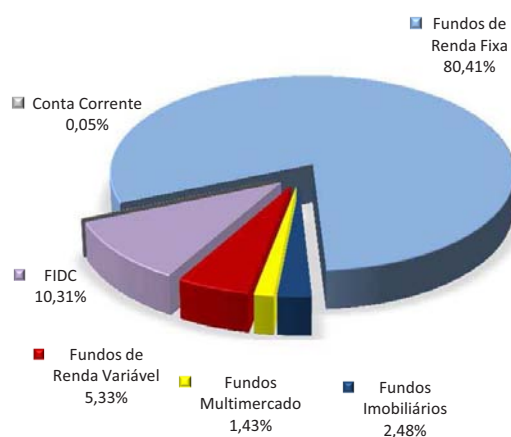
**Programa de
Gestão de Obras**



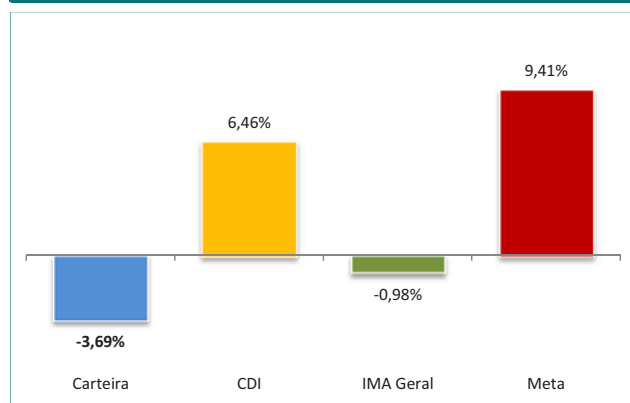
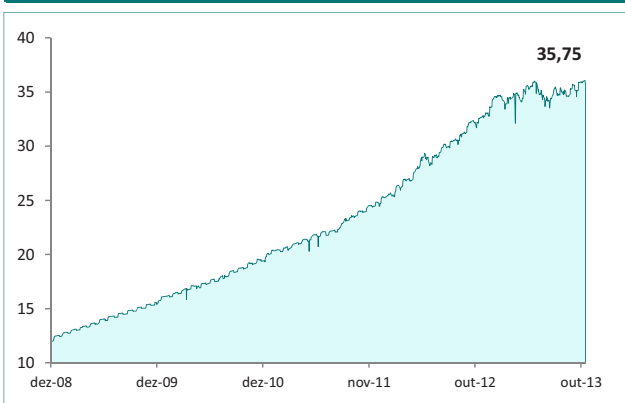
IMPRES**Relatorio Investimento Outubro/2013 IMPRES**
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC
Relatório da Carteira de Investimentos
OUTUBRO

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira

Distribuição da Carteira por Segmento

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	0,83%	-3,69%	-1,37%
CDI	0,80%	6,46%	7,61%
IMA Geral	0,78%	-0,98%	0,73%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	1,10%	9,41%	11,89%

Carteira x Indicadores em 2013

Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)


Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

Análise Macroeconômica

Janet Yellen, a economista que assumirá o Banco Central americano a partir de fevereiro de 2014, vai liderar um evento bastante complexo. A economia americana superou a crise e seu PIB cresce a taxas satisfatórias. No entanto, o mercado de trabalho, embora muito melhor do que 12 meses atrás, ainda precisa fornecer sinais mais robustos de que pode avançar sem a colaboração monetária do Fed. E esta sintonia fina entre a redução dos estímulos e manutenção do mercado de trabalho em expansão é que pautará a decisão do Fed liderado por Yellen. Em nossa visão, a redução dos estímulos se iniciará até o final do primeiro trimestre de 2014.

Na Europa os índices de atividade industrial referentes ao mês de outubro confirmaram que a economia do bloco deve ter mais um trimestre de crescimento, o que fornece mais elementos para nossa convicção de que em 2014 a recessão será superada. Tanto Espanha quanto Portugal, países fragilizados pela crise, já mostram indicadores em expansão - tais como o PIB, no caso espanhol, e produção industrial, no caso de Portugal. Assim, o quadro geral na Europa é positivo.

Na China o crescimento de 7,8% do PIB referente ao terceiro trimestre confirma nossas expectativas de estabilização do crescimento econômico. Evidentemente que existem problemas associados aos excessos, mas não acreditamos que uma bolha imobiliária irá estourar na China - pelo menos não em 2013. Desta forma, a contribuição da economia chinesa para o resto do mundo será positiva este ano.

No Brasil, o conjunto de notícias não sugere um quadro alvissareiro. O desempenho das contas públicas revela que o ajuste fiscal pretendido pelo Governo está longe de ser alcançado, ao passo que a velocidade de recuperação da indústria está bastante aquém do esperado pelas autoridades. Os pontos positivos são o câmbio e a inflação. O programa de intervenções diárias do Bacen conseguiu reduzir a pressão do dólar contra o real ao longo do mês, contribuindo com as expectativas de inflação, especialmente para 2014. Por fim, e mais importante, a sinalização do COPOM de que deve colocar a taxa Selic em um patamar superior a 10% a.a. também ajudou a conter as expectativas inflacionárias no mês de outubro.

Renda Fixa

No mercado de renda fixa, a ata do Copom com a sinalização de um ciclo de aperto monetário mais longo motivou a alta nas taxas dos contratos de DI com vencimentos mais curtos. Outro fato importante, que ocorreu no último dia do mês, foi a divulgação dos dados fiscais de setembro. O péssimo resultado tornou ainda mais difícil para o Governo alcançar o superávit primário de 2,3% do PIB este ano.

Como consequência, durante o mês de outubro, os Índices de Mercado Anbima tiveram rentabilidade positiva. O IMA-B, subíndice da família IMA que expressa a rentabilidade dos ativos atrelados à inflação (NTNs-B), assinalou variação de 0,91% no mês. O IMA-B 5, subíndice que expressa a variação dos títulos com vencimento em menos de 5 anos, assinalou variação de 0,19% no mês, enquanto o IMA B 5+, subíndice que expressa a variação dos títulos longos (com cinco anos ou mais), assinalou variação de 1,20%.

O IRF-M, subíndice da família IMA que expressa o retorno dos ativos prefixados (LTNs e NTNs-F), assinalou variação de 0,74% no mês. O IRF-M 1, subíndice que expressa a variação dos títulos prefixados com menos de um ano, assinalou variação de 0,73%, ao passo que o IRF-M 1+ assinalou variação de 0,74%.

O IMA Geral, índice construído pela média ponderada dos subíndices da família IMA, assinalou variação de 0,78 % no mês de outubro de 2013.

Por fim, o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) assinalou variação de 0,80% no mês de outubro.

Renda Variável

O mês de novembro começa com novas expectativas para a bolsa brasileira. Finalmente, a agonia e a volatilidade que as ações da OGX traziam ao índice fazem parte do passado. O mês de outubro foi mais conturbado e com muitas distorções causadas pelo movimento especulativo sobre a companhia do empresário Eike Batista. Esperamos que agora as demais companhias possam ter suas avaliações fundamentadas, deixando de lado as euforias ou lamentos causados por uma empresa que em dias de maiores oscilações era responsável pelo resultado do Ibovespa. O setor de petróleo, com as especulações sobre novos aumentos nos combustíveis, determinou um mês muito positivo para as ações da Petrobras. Os bancos consistentemente mantiveram bons níveis de rentabilidade, juntamente com siderurgia e metalurgia, que deram sustentação ao desempenho do mercado no mês. O cenário ainda é desafiador para a bolsa brasileira, principalmente se tratando das companhias com maior peso no índice, e estamos mais otimistas com ações ue apresentam expectativas de crescimento mais bem fundamentadas, o que deverá ser observado na temporada de resultados trimestrais que serão divulgados no mês de novembro.

SIMAE**Homologação Pr53-13**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2013 - PR
	Processo Administrativo: 71/2013
	Processo de Licitação: 71/2013 Data do Processo: 19/11/2013

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 71/2013
b) Licitação Nr.: 53/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/12/2013
e) Data da Adjudicação: 11/12/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE BOBINAS PARA IMPRESSÃO DE FATURAS DE LEITURA DE ÁGUA DE CLIENTES DO SIMAE DE JOAÇABA, LUZERNA E HERVAL D'OESTE, PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007299 - REGISPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOBINAS LTDA	1	0,0000	14.160,00
	1		14.160,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (33) Saldo: 61.985,43

Joaçaba, 11 de Dezembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 121/2013 - FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO 121/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos n.º 242, Bairro São Cristovão - Lages/SC - CEP: 88.509-340.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Cestas Básicas para serem utilizadas nos Programas Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 01/2013. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 06/03/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais).

Lages, 10 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 20/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 20/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso ASC 480, 941 - Chapecó/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Fornecimento de combustível Óleo Diesel S-10 e tanque de armazenamento (em regime de comodato), para instalação na estação de recalque de água tratada ERAT2, Estação de água bruta ERAB3, e estação de tratamento de água ETA, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) por litro, perfazendo um total de R\$ 479.600,00 (quatrocentos e setenta e nove mil e seiscentos reais).

2.1- O valor do fornecimento do Óleo Diesel fica readequado, nesta data, passando para R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos), em conformidade com a proposição da empresa protocolada sob ofício em apenso.

Lages, 13 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages, SC

CÂMARA MUNICIPAL

Lei N° 3996

LEI N° 3996

De 13 de novembro de 2013

INSTITUI O DIA 16 DE MAIO COMO DATA COMEMORATIVA DO GARI NO MUNICÍPIO DE LAGES

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, que a edilidade, em sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 69, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de Lages, o dia do Gari, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de maio.

Art. 2º. Ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente à comemoração deste dia no município.

Art. 3º. A homenagem ao Agente de Limpeza Pública contemplará com no máximo 10 (dez) representantes da categoria entre homens e mulheres escolhidos anualmente para Sessão Solene na Câmara de Vereadores, respeitosamente denominados como "gari" e "margarida", respectivamente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

Registre-se. Publique-se.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei N° 1.784/2013

LEI N° 1.784/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Lauro Muller para o exercício financeiro de 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Lauro Muller para o exercício financeiro de 2014, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos e Autarquias, no montante de R\$ 39.793.092,00 (Trinta e Nove Milhões, Setecentos e Noventa e Três Mil e Noventa e Dois Reais).

Art. 2º - As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos demonstrativos da Lei 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS CORRENTES	30.273.439,25
- Receita tributária	3.295.701,00
- Receitas de Contribuições	63.600,00
- Receita Patrimonial	70.900,00
- Receita de Serviços	131.949,75
- Transferências Correntes	25.914.884,00
- Outras Receitas Correntes	796.404,50
2 – RECEITAS DE CAPITAL	9.519.652,75
- Transferências de capital	9.519.652,75
TOTAL	39.793.092,00

Parágrafo único - Integrará esta Lei a estimativa da Receita Orçamentária de cada Unidade Gestora da administração direta e indireta, individualizada, na forma dos demonstrativos da Lei 4.320/64.

Art. 3º - A Despesa fixada, detalhada em anexos à esta Lei conforme determina a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, está assim distribuída por Unidade Gestora e por Grupos de Natureza:

I – DESPESAS POR UNIDADE GESTORA	
1 – PREFEITURA MUNICIPAL	30.639.720,00
2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.363.680,00
3 – HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	2.349.692,00
4 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.440.000,00
TOTAL	39.793.092,00
II – DESPESAS POR GRUPOS DE NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	26.488.481,00
Pessoal e Encargos Sociais	16.040.000,00
Outras Despesas Correntes	10.448.481,00
DESPESAS DE CAPITAL	13.254.611,00
Investimentos	12.494.611,00
Amortização da Dívida	760.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
TOTAL	39.793.092,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo III da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º - Fica o Chefe de cada Poder autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada

projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º - O Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei 4.320/64;

II - o superávit financeiro do exercício anterior na forma do § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64; e

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - As Receitas de convênios, operações de crédito e outras de realização extraordinária, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 - Durante o exercício de 2014 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

LAURO MÜLLER, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei N° 1.785/2013

LEI N° 1.785/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES DO CONTRATO (ESTATUTO) DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica ratificado o novo Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul - CIRSURES, que segue em anexos (estatuto, publicação e ata), com as alterações aprovadas na 2ª Assembléia Geral Extraordinária dos Prefeitos realizada às 14 horas dia 08 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lauro Müller/SC, 11 de dezembro de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Lei N° 1.786/2013

LEI N° 1.786/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E LEI COMPLEMENTAR 128/2006 DE 19 DE DEZEMBRO 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei 128/2008, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, e Lei Complementar Federal nº 128/2008, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a Sociedade Empresária, a Sociedade Simples e o Empresário como definidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Federal nº 128/2008, de 19 de dezembro de 2008.

II - Pequeno Empresário para efeito de aplicação do disposto no artigo 970 e no §2º do artigo 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o empresário individual caracterizado como microempresa da forma da Lei Complementar Federal referida no inciso anterior, que aufera receita bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

III - Micro Empreendedor Individual - MEI, para efeito de aplicação de dispositivos especiais previstos nesta Lei, o Empresário Individual que optar por pertencer a essa categoria, desde que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e atenda todos os requisitos a ele relativos previstos na Lei Complementar Federal referida no inciso

I deste artigo.

Parágrafo Único - Os valores de referência obedecerão às atualizações verificadas mediante Lei Complementar Federal.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES

Art. 3º - Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 4º - Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 5º - Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo Único - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 6º - O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

SEÇÃO II

DA CONSULTA DE VIABILIDADE E DA INSCRIÇÃO

Art. 7º - É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do micro empreendedor individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º - A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de localização e funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º - Os órgãos competentes disporão do prazo de 20 dias, a

contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º - O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º - Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º - A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 8º - O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º - A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º - A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º - O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º - A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 9º - A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

SEÇÃO III DO ALVARÁ

Art. 10 - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou

funcionar sem o Alvará de Licença, que atestará as condições do estabelecimento concernentes à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, à garantia do cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas.

Art. 11 - Fica instituído o alvará de funcionamento provisório que permitirá o início de operações do estabelecimento após o ato de registro exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º - Para efeitos desta lei, considera-se como atividade de alto risco aquelas que assim forem definidas pelo CNAE.

§ 2º - O Alvará de Funcionamento Provisório será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio, vigentes no Município;

§ 3º - As atividades eventuais, tais como, feiras, festas, circos, bem como de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, não estão abrangidos por este artigo, devendo ser aplicada a legislação específica.

§ 4º - É obrigatória a fixação, em local visível e acessível à fiscalização, do Alvará de Licença para Localização.

§ 5º - Para as ME e MEI poderá ser concedido alvarás de funcionamento em residência, desde que não ofereça risco à segurança dos ocupantes.

Art. 12 - O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente cassado quando:

I - No estabelecimento for exercida atividade diversa daquela autorizada;

II - Forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III - Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

IV - For constatada irregularidade não passível de regularização.

§ 1º - Ocorridas uma das situações descritas neste artigo a empresa será notificada para regularizar a situação.

§ 2º - O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação orientadora não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos.

Art. 13 - O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Parágrafo Único - Cumpridas todas as exigências nos prazos estabelecidos será concedido o alvará definitivo.

SEÇÃO IV DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 14 - Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município,

fica criada a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:

I - Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II - Emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;

III - Emissão do "Alvará Digital";

IV - Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

V - Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º - Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Sala do Empreendedor.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal firmará parceria com outras instituições para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

CAPÍTULO IV DO REGIME TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 16 - O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferam receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º - As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º - O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º - O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 17 - A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples

Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 18 - Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS em de acordo com a lei n.º 1.317/2008, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

SEÇÃO II DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - EI

Art. 19 - O Empreendedor Individual - EI de que trata o inciso III do artigo 2º desta Lei poderá recolher os impostos e contribuições abrangidos pelo SIMPLES NACIONAL em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, obedecidas as normas específicas previstas nos artigos 18-A, 18-B e 18-C da Lei Complementar Federal nº 123/2006, na redação da Lei Complementar Federal 128/2008, e na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Parágrafo Único - Em relação ao disposto no caput deste artigo, o valor relativo ao ISS, caso o Empreendedor Individual - EI seja contribuinte desse imposto, será de R\$ 5,00 (cinco reais), independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, não se aplicando a ele qualquer isenção ou redução de base de cálculo relativa ao ISS, prevista na Lei Complementar n.º 123/2006.

SEÇÃO III DOS BENEFÍCIOS

Art. 20 - O Empreendedor Individual, nos termos do inciso III do artigo 4º desta Lei, que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei, fica beneficiado pela redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da Taxa de Licença para Localização.

Art. 21 - A Microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual superior a R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, terá reduzida em 20% (vinte por cento) o valor da Taxa de Licença para Localização.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 22 - Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo Único - Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 23 - Fica autorizado o Município de Lauro Müller a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO VI DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

SEÇÃO I DO FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Subseção I - Do Ambiente de Apoio à Inovação

Art. 24 - O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

§ 1º - A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no caput deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º - As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infraestrutura.

§ 3º - O prazo máximo de permanência no programa é de 2 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 2 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 25 - O Poder Público Municipal poderá criar minidistritos industriais, em local a ser estabelecido por lei, e também indicará as condições para alienação dos lotes a serem ocupados.

Art. 26 - O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.

§ 1º - Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º - O Poder Público Municipal indicará a Secretaria Municipal a quem competirá:

I - zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II - fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

CAPÍTULO VII ACESSO AOS MERCADOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 - Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte objetivando a promoção do Desenvolvimento Econômico e Social no âmbito Municipal, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

§ 1º - Para o cumprimento do disposto neste artigo a Administração Pública poderá realizar processo licitatório:

I - Destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - Em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - Em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 2º - O valor licitado por meio dos incisos I, II e III do parágrafo anterior deste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 4º - Nas hipóteses dos incisos I, II e III do § 1º, a adoção de tais medidas dependerá de informação expressa no edital.

Art. 28 - Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas. (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

§ 1º - Para os efeitos deste artigo poderá ser utilizada a licitação por item;

§ 2º - quando não houver possibilidade de atendimento do disposto nesse, em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

Art. 29 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida pelas Lei 8.666/93 e 10.520/02, conforme o caso, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Art. 30 - A comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

§ 1º - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação.

§ 2º - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 31 - As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas Autarquias e Fundações, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e demais entidades de Direito Privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais. (Lei Complementar n. 123/06, art 47).

Parágrafo Único - As compras poderão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade.

Art. 32 - Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolva produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

Art. 33 - Na especificação de bens ou serviços a serem licitados, salvo razões fundamentadas, a exigência de "Selo de Certificação" poderá ser substituída por atestados de qualidade ou equivalente passados por entidades de idoneidade reconhecida.

Art. 34 - Nos procedimentos de licitação deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

para divulgação em seus veículos de comunicação.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar convênios com as entidades referidas no caput deste artigo para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação.

Art. 35 - No caso da previsão no Art. 22, § 1º, II:

§ 1º - A exigência estar prevista no instrumento convocatório, especificado-se o percentual mínimo do objeto a ser contrato.

§ 2º - a exigência de subcontratação não é aplicável quando:

I - o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - o proponente for consórcio ou sociedade de propósito específico, composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Art. 36 - Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte:

I - O Edital de Licitação estabelecerá que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município e Região de Influência;

II - Deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

III - A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

IV - Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso III deste artigo, a Administração Pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

Art. 37 - As contratações diretas com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município ou região de influência.

SEÇÃO II ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL

Art. 38 - A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros Municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO VIII DO ASSOCIATIVISMO

Art. 39 - O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em cooperativas ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas

atividades.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 40 - A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.

Art. 41 - O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do (a):

I - estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II - estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V - apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI - cessão de bens e imóveis do município

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Caberá ao Poder Público Municipal designar Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nessa Lei Complementar, observadas as especificidades locais.

§ 1º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei e na Lei Complementar 123/2006.

§ 2º - O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área na comunidade que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e

III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º - O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestação suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 43 - Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do

tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 44 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as demais disposições em contrário.

Art. 46 - Fica Revogada "in totum" a Lei nº 1.618/2009 de 10 de dezembro de 2009.

LAURO MÜLLER, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Lei N° 1.787/2013

LEI Nº 1.787/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, O DIA DA EMANCIPAÇÃO ECLESIASTICA DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE LAURO MÜLLER.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica incluído no Calendário Oficial do Município de Lauro Müller, o Dia da Emancipação Eclesiástica da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Lauro Müller, a ser comemorado no dia três de outubro.

Art. 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Lei N° 1.788/2013

LEI Nº 1.788/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE LAURO MÜLLER, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTERRELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei regula no município de Lauro Müller e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a



Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º - A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º - A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Lauro Müller.

Art. 4º - A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Lauro Müller.

Art. 5º - É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Lauro Müller e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º - Cabe ao Poder Público do Município de Lauro Müller planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito

local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º - A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º - A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º - Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10 - Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;

II - o direito à participação na vida cultural, compreendendo: livre criação e expressão; livre acesso; livre difusão; livre participação nas decisões de política cultural.

III - o direito autoral;

IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11 - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura - simbólica, cidadã e econômica - como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12 - A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Lauro Müller, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13 - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14 - A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15 - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16 - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só pode ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Lauro Müller.

Art. 17 - Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21 - O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22 - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23 - O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante

fator de desenvolvimento econômico e social; e

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24 - As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25 - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26 - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Lauro Müller deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27 - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30 - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 31 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32 - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

SEÇÃO I DOS COMPONENTES

Art. 33 - Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Coordenação:

Secretaria Municipal de Urbanismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
Conferência Municipal de Cultura - CMC.

III - Instrumentos de Gestão:

Plano Municipal de Cultura - PMC;
Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;
Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC.

IV - Sistemas Setoriais de Cultura:

Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPC;
Sistema Municipal de Museus - SMM;
Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SM-BLLL;
outros que venham a ser constituídos.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

Art. 34 - A Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 35 - Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I - Eco Museu Serra do Rio do Rastro;

II - outras que venham a ser constituídos.

Art. 36 - São atribuições da Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37 - À Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura - SNC e ao Sistema Estadual de Cultura - SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural - CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura - SNC e do Sistema Estadual de Cultura - SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

SEÇÃO III DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38 - Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

II - Conferência Municipal de Cultura - CMC;

SUBSEÇÃO I CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC

Art. 39 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólicas, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Lauro Müller, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40 - O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretário Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente ou Diretor do Departamento de Cultura, como membro nato;

b) 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

d) 1 (um) representante do Eco Museu Serra do Rio do Rastro;

e) 1(um) representante do Gabinete do Prefeito.

II - 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) 04 (quatro) representantes de entidades ligadas à Cultura, tais como: Folclore, Artesanato, Artes plásticas, Artes cênicas, Artes visuais, Literatura, Dança, Música e Canto;

b) 02 (dois) representantes de entidade/organização não governamental, sem fins lucrativos, que tenham em seu estatuto, como atribuição ou finalidade, o apoio ao desenvolvimento de atividades sociais e/ou culturais;

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 41 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura - CIPOC;

III - Colegiados Setoriais;

IV - Comissões Temáticas;

V - Grupos de Trabalho;

VI - Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 42 - Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura - PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Lauro Müller para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

XII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XIV - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XV - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVI - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC.

XVII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 43 - Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura - CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 44 - Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45 - Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46 - Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 47 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC - territoriais e setoriais - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

SUBSEÇÃO II DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Art. 48 - A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura - CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura - CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura - CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 49 - Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

SUBSEÇÃO I DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA - PMC

Art. 50 - O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 51 - A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC e

dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - objetivos gerais e específicos;

IV - estratégias, metas e ações;

V - prazos de execução;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e

IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

SUBSEÇÃO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA - SMFC

Art. 52 - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Lauro Müller, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Lauro Müller:

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e

IV - outros que venham a ser criados.

SUBSEÇÃO III DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

Art. 53 - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta LEI.

Art. 54 - O Fundo Municipal de Cultura - FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 55 - São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I - as dotações orçamentárias;

II - as subvenções, auxílios, transferências, doações e contribuições oriundas de instituições públicas e privadas;

III - os rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;

IV - o resultado de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

V - quaisquer outros recursos, créditos, rendas adicionais e extraordinárias e outras contribuições financeiras legalmente incorporáveis;

VI - saldo positivo apurado em balanço;

VII - outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo Único - A existência de patrocínio financeiro oriundo de outras entidades ou instituições não poderá ser considerado óbice para o aporte de recursos do FMC a projetos selecionados.

Art. 56 - O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I - Não reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública;

II - e reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 57 - Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 58 - O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 59 - Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 60 - Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 61 - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 2 (dois) membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

§ 2º Os 2 (dois) membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 62 - Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 63 - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

SUBSEÇÃO IV**DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS - SMIIC**

Art. 64 - Cabe à Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º - O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Art. 65 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 66 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

SUBSEÇÃO V DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA - PROMFAC

Art. 68 - Cabe à Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 69 - O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC deve promover:

I - a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II - a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V DOS SISTEMAS SETORIAIS

Art. 70 - Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 71 - Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPC;
II - Sistema Municipal de Museus - SMM;

III - Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;

IV - outros que venham a ser constituídos.

Art. 72 - As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura - CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 73 - Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados, integram o Sistema Municipal de Cultura, - SMC conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo constituídos.

Art. 74 - As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura - SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 75 - As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 76 - Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura - SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I DOS RECURSOS

Art. 77 - O Fundo Municipal da Cultura - FMC e o orçamento da Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e de suas instituições vinculadas são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 78 - O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que

compõem o Fundo Municipal da Cultura - FMC.

Art. 79 - O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º - Os recursos previstos no caput serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º - A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 80 - Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO-II DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 81 - Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º - Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 82 - O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º - O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 83 - O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 84 - O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º - O Plano Municipal de Cultura será à base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 85 - As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86 - O Município de Lauro Müller deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura - SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 87 - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 88 - A presente Lei será regulamentada no que couber por Decreto, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 89 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 90 - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

1ª Errata Pregão Presencial N° 1/2014 - Hmhl 1ª ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N° 1/2014 - HMHL

PROCESSO N° 1/2014
A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Valter Vertterly, 239- Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que, houveram alterações referentes:

Onde lê-se: " horário 14:30 "
Leia-se: "horário 9: 30"

Lauro Müller, 12 de dezembro de 2013.
ALAN CROSETTA
Pregoeiro

1ª Errata Pregão Presencial N° 3/2014 - Hmhl 1ª ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N° 3/2014 - HMHL

PROCESSO N° 3/2014
A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Valter Vertterly, 239- Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que, houveram alterações referentes ao item 1.2 do edital.

Lauro Müller, 12 de dezembro de 2013.
ALAN CROSETTA
Pregoeiro

1ª Errata Pregão Presencial N° 4/2014 - Hmhl
1ª ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N° 4/2014 - HMHL

PROCESSO N° 4/2014

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Valter Vertterly, 239- Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que, houveram alterações referentes:

Onde lê-se: " data e horário "

Leia-se: " data 17/12/2013 e horário 14:30"

Lauro Müller, 12 de dezembro de 2013.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro

Lebon Régis**PREFEITURA****Decreto N° 106/2013**

DECRETO N° 106/2013 de 28 de novembro de 2013

Institui o Comitê Diretor Local para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, e contem outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica criado o Comitê Diretor Local para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, composto por:

Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Reginaldo Rosário da Cruz

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - Valdemir Pedrozo

Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Francisco Jucelino Ribeiro

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - Rosane Regina de Souza

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura - Marcos Antônio Ferreira

Art. 2º. Ao Comitê Diretor Local compete:

- Acompanhar todas as fases do trabalho e decidir sobre as responsabilidades legais inerentes ao processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos- PMGIRS, aprovando tarefas, prazos, diretrizes, e o resultado dos conteúdos dos trabalhos homologando os produtos referentes a cada fase;
- Acompanhar e cooperar no processo de mobilização social;
- Deliberar sobre estratégias e mecanismos que assegurem a implantação do plano;
- Propor e garantir locais para a realização das reuniões Técnicas e audiências públicas;
- Sugerir alternativas sobre o ponto de vista local
- Validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências públicas;
- Participar das audiências públicas

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 11 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal de Lebon Régis

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto N° 107/2013

DECRETO N° 107/2013 de 11 de dezembro de 2013

INSTITUI O GRUPO DE SUSTENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica criado o Grupo de Sustentação para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, composto por:

Representante da Associação Comercial e Industrial - Camilo Guidini

Representante do Sindicato Rural de Lebon Régis (patronal) - Luiz Francisco Tibes

Moreira.

Representante dos Engenheiros Civis - Tito Hurbem de Melo

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Argemiro Marins

Representantes do Poder Público Municipal - Lady Dayana Tibes Farias e Cleuza Maria R Tomacheuski

Representante da Associação de Reciclagem - Dileno Dias

Art. 2º. O Grupo de Sustentação será presidido por um dos membros, escolhido na primeira reunião de trabalho;

Art. 3º. O Grupo de Sustentação serão fórum responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos relacionados a gestão de resíduos sólidos ao longo do processo participativo nas audiências públicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 11 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto N° 111/2013

DECRETO N° 111/2013 de 11 de dezembro de 2013.

Estabelece Período de Recesso nos Órgãos Públicos do Município de Lebon Régis/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado recesso para os órgãos públicos do Município de Lebon Régis/SC no período compreendido entre 20/12/2013 a 31/12/2013, ressalvados os serviços e as atividades consideradas de natureza essencial, cujo atendimento continuará sendo prestado.

Art. 2º. Fica suspenso o atendimento externo na Prefeitura Municipal de Lebon Régis no período de 16/12/2013 a 10/01/2014.

Art. 3º. Os horários especiais fixados anteriormente permanecem inalterados.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto N° 112/2013

DECRETO N° 112/2013 de 11 de dezembro de 2013.

Concede férias coletivas aos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Lebon Régis - SC no período de 2 de janeiro a 31 de janeiro de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104 da Lei Orgânica Municipal; e Considerando os costumes nacionais no sentido da diminuição das atividades econômicas posterior ao Natal, com a coincidência das férias escolares, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

Considerando, assim, a viabilidade de se fazer coincidir aquele decréscimo nas atividades econômicas à contenção de despesas com os serviços públicos, o que será possível com a concessão de férias coletivas aos servidores públicos municipais;

Considerando o princípio da continuidade dos serviços públicos, a exigir a manutenção dos serviços essenciais, assim como a uniformidade na conduta entre os diversos órgãos do Município,

DECRETA

Art. 1º - Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais, suspendendo-se o expediente de trabalho dos órgãos da Administração Direta e Indireta do município de Lebon Régis, no período de 2 de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2014 com exceção dos serviços essenciais que, pelas suas naturezas, não poderão sofrer alterações.

Art. 2º - Consideram-se, neste período, serviços essenciais os relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução.

§ 1º - O funcionamento dos serviços essenciais será disciplinado em escala e números suficientes, por cada órgão, relativamente aos seus servidores e serviços, de forma a não sofrer interrupção.

Art. 3º - Ficam suspensos todos os prazos para o exercício dos direitos dos munícipes bem como aqueles relacionados aos atos administrativos municipais, voltando a correr no dia 1 de fevereiro de 2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA**Decreto N.º 107/2013**

DECRETO N° 107, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.012, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00
Função	12	Educação	6.900,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.900,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.900,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental (60% FUNDEB)	6.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	FUNDEB	6.900,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			6.900,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00
Função	12	Educação	6.900,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	6.900,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.900,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Educação Infantil (60% FUNDEB)	6.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.900,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	FUNDEB	6.900,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			6.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de Dezembro de 2013.

BRUNA PRIM

Prefeita Municipal e.e

Decreto N.º 108/2013

DECRETO Nº 108, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

“ANULA SALDO DE DOTAÇÃO DA PREFEITURA E SUPLEMENTA NO ORÇAMNTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.013, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	177,28
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	177,28
Função	9	Previdência Social	177,28
Sub-função	272	Previdência do regime Estatutário	177,28
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	177,28
Atividade	2.033	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Benefícios	177,28
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	177,28
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	177,28
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	177,28
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	177,28
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			177,28

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial do saldo da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	177,28
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	177,28
Função	4	Administração	177,28
Sub-função	122	Administração Geral	177,28
Programa	12	Fortalecimento do Municipalismo	177,28
Atividade	2.032	Contribuição à Entidades Municipais	177,28

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	177,28
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	177,28
Modalidade Aplicação	50	Transferências as Instituições Privadas sem fins Lucrativos	177,28
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	177,28
TOTAL DA ANULAÇÃO			177,28

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de dezembro de 2013.

BRUNA PRIM

Prefeita Municipal e. e.

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1194 - Republicado por Incorreção

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

LEI Nº 1194 de 10 de dezembro de 2013.

“FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2014, revisão salarial correspondente ao percentual de 3,27% (três vírgula vinte e sete por cento) referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de março de 2013 a 30 de novembro de 2013, incidente sobre os salários do mês de dezembro de 2013, aos servidores públicos municipais ocupantes de empregos públicos efetivos e temporários, comissionados Nível CC-1 a CC4, Prefeito e Vice-Prefeito, e funções gratificadas e de suporte pedagógico.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento do Município.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

ANEXO III

VENCIMENTOS

EMPREGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, DANÇA E XADREZ - 40 HORAS

EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Professor	Prof. II	2348,51	2418,97	2489,43	2559,88	2630,34	2700,79	2771,25	2841,70	2912,16	2982,61	3053,07	3123,52	3193,98
Professor	Prof. III	2512,65	2588,03	2663,41	2738,79	2814,17	2889,55	2964,93	3040,31	3115,69	3191,07	3266,45	3341,83	3417,21
Professor	Prof. IV	2959,60	3048,39	3137,18	3225,97	3314,76	3403,55	3492,33	3581,12	3669,91	3758,70	3847,49	3936,27	4025,06
Professor	Prof. V	3314,74	3414,18	3513,62	3613,07	3712,51	3811,95	3911,39	4010,84	4110,28	4209,72	4309,16	4408,60	4508,05

EMPREGO EM EXTINÇÃO - 20 HORAS

EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Professor	Não Habilitado	537,43	553,55	569,67	585,80	601,92	618,04	634,16	650,29	666,41	682,53	698,66	714,78	730,90

AUXILIARES

EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Auxiliar de Sala 30 h EM EXTINÇÃO	1295,73	1334,60	1373,47	1412,34	1451,22	1490,09	1528,96	1567,83	1606,70	1645,58	1684,45	1723,32	1762,19

EMPREGO/Classe 40 h	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Auxiliar de Laboratório de Informática	1066,88	1098,89	1130,90	1162,90	1194,91	1226,91	1258,92	1290,93	1322,93	1354,94	1386,95	1418,95	1450,96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I ANA	1	827,50	852,33	877,15	901,98	926,80	951,63	976,45	1001,28	1026,10	1050,93	1075,75	1100,58	1125,40
II ANO	1	989,31	1018,99	1048,66	1078,34	1108,02	1137,70	1167,38	1197,06	1226,74	1256,42	1286,10	1315,78	1345,46
	2	1048,19	1079,64	1111,08	1142,53	1173,97	1205,42	1236,86	1268,31	1299,76	1331,20	1362,65	1394,09	1425,54
	3	1060,21	1092,02	1123,82	1155,63	1187,44	1219,24	1251,05	1282,86	1314,66	1346,47	1378,27	1410,08	1441,89
	4	1272,26	1310,42	1348,59	1386,76	1424,93	1463,09	1501,26	1539,43	1577,60	1615,76	1653,93	1692,10	1730,27
	5	1429,81	1472,71	1515,60	1558,50	1601,39	1644,29	1687,18	1730,08	1772,97	1815,86	1858,76	1901,65	1944,55
	6	1441,89	1485,14	1528,40	1571,66	1614,91	1658,17	1701,43	1744,68	1787,94	1831,20	1874,45	1917,71	1960,97
	7	1767,01	1820,02	1873,03	1926,04	1979,05	2032,06	2085,07	2138,08	2191,09	2244,10	2297,12	2350,13	2403,14
III AAG	1	1441,89	1485,14	1528,40	1571,66	1614,91	1658,17	1701,43	1744,68	1787,94	1831,20	1874,45	1917,71	1960,97
	2	2522,44	2598,12	2673,79	2749,46	2825,14	2900,81	2976,48	3052,15	3127,83	3203,50	3279,17	3354,85	3430,52
IV ANS	1	2258,89	2326,65	2394,42	2462,19	2529,95	2597,72	2665,49	2733,25	2801,02	2868,79	2936,55	3004,32	3072,09
	2	2942,27	3030,53	3118,80	3207,07	3295,34	3383,61	3471,87	3560,14	3648,41	3736,68	3824,95	3913,21	4001,48
	3	3179,00	3274,37	3369,74	3465,11	3560,48	3655,85	3751,22	3846,59	3941,96	4037,33	4132,70	4228,07	4323,44
	4	4177,98	4303,32	4428,66	4554,00	4679,34	4804,68	4930,02	5055,36	5180,70	5306,04	5431,38	5556,72	5682,06
	5	4235,07	4362,12	4489,18	4616,23	4743,28	4870,33	4997,38	5124,44	5251,49	5378,54	5505,59	5632,65	5759,70



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 115/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO
DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO III
TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE
COMISSÃO**

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor do Prefeito	01	CC-2	R\$ 3.153,62
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO			
Assessor de Planejamento	01	CC-2	R\$ 3.153,62
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico Sênior	01	CC-1	R\$ 5.058,31
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
Secretário da Fazenda e Administração	01	CC-1	R\$ 5.058,31
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Gestor da Incubadora Tecnológica	01	CC-3	R\$ 2.445,75
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO			
Coordenador de Controle Interno	01	CC-2	R\$ 3.153,62
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL			
Secretário de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Diretor do Departamento de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-2	R\$ 3.153,62
Coordenador do Setor de Saúde	01	CC-4	R\$ 1.859,59
Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais	01	CC-3	R\$ 2.445,75
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS			
Secretário de Obras e Serviços	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Diretor do Departamento de Obras e Serviços	01	CC-2	R\$ 3.153,62
Coordenador do Setor de Manutenção	01	CC-4	R\$ 1.859,59
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Diretor do Departamento de Educação	01	CC-2	R\$ 3.153,62
Chefe do Setor de Cultura	01	CC-3	R\$ 2.445,75
Chefe do Setor de Esportes	01	CC-3	R\$ 2.445,75
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-4	R\$ 1.859,59
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Chefe do Setor de Agricultura	01	CC-3	R\$ 2.445,75



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07, 087/10 e 098/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei Complementar 115/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO IV
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Funções Gratificadas	Título	Valor
FG1	Chefe do Setor de Tesouraria	R\$ 557,24
FG1	Coordenador dos ESF	R\$ 557,24
FG2	Coordenador do CRAS	R\$ 432,17
FG2	Coordenador Executivo do PROCON Municipal	R\$ 432,17
FG2	Assistente de Controle e Distribuição de Merenda Escolar	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Contabilidade	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Compras	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Licitação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Comunicação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Tributação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Tecnologia da Informação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária	R\$ 432,17
FG3	Secretário da Junta do Serviço Militar	R\$ 253,56
FG3	Assistente dos Serviços de Jardinagem	R\$ 253,56
FG3	Assistente dos Serviços de Sinalização Viária	R\$ 253,56



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004, alterada pelas Leis Complementares nºs 037/05, 041/06, 043/06, 058/07, 060/07 e 087/10 e Leis nºs 589/05, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 114/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

ANEXO I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	Temporário	14	R\$ 877,17
Auxiliar de Enfermagem	40 h/s	Temporário	02	R\$ 989,30
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	Temporário	02	R\$ 989,30
Atendente em Farmácia	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.049,58
Técnico de Controle do PSF	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.672,47
Técnico de Enfermagem	40h/s	Temporário	08	R\$ 1.236,63
Psicólogo	40 h/s	Temporário	01	R\$ 2.674,78
Psicólogo	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.337,40
Enfermeira	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.346,52
Odontólogo	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.346,52
Médico Generalista	40 h/s	Temporário	02	R\$ 10.921,90
Médico Ginecologista/Obstetra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.730,46
Médico Pediatra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.730,46
Farmacêutico	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.938,62

EMPREGOS TEMPORÁRIOS EM EXTINÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Médico Clínico Geral*	40 h/s	Temporário	01	R\$ 12804,05

*Em conformidade com a **Lei Complementar nº 100** de 21 de maio de 2011, art.6º, Parágrafo Único - Para os atuais ocupantes dos empregos públicos de provimento temporário em extinção de **Médico Clínico Geral** será concedida apenas a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, até o restabelecimento do vencimento ao limite constitucional fixado na Constituição Federal, art. 37, inciso XI.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nºs
094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08,
835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 116/13, Lei
1109/13 e Lei nº 1194/13.**

**QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

ANEXO IV

FUNÇÕES DE SUPORTE PEDAGÓGICO

FUNÇÃO DE SUPORTE PEDAGÓGICO	TÍTULO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
F.S.P - 01	Diretor de Escola	01	R\$ 827,32
F.S.P - 02	Diretor de Unidade Educacional	02	R\$ 771,76
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico da Educação Infantil	01	R\$ 296,35
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Iniciais	01	R\$ 296,35
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Finais	01	R\$ 296,35
F.S.P - 04	Secretário de Escola	01	R\$ 234,61

Decreto 1727

DECRETO Nº 1727 de 12 de dezembro de 2013.

"FIXA ÍNDICE DE CORREÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art.413 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 072 de 21 de agosto de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Ficam corrigidos monetariamente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE, do período de dezembro de 2012 a novembro de 2013, no percentual de 5,5836% todos os débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias, bem como todos os demais valores utilizados como base de cálculo ou referência de cálculo de valor de tributos ou de penalidades integrantes dos demonstrativos e tabelas integrantes do Código Tributário Municipal, passando a UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ 70,08 (setenta reais e oito centavos) para R\$ 73,99 (setenta e três reais e novena e nove centavos).

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1728

DECRETO Nº 1728 de 12 de dezembro de 2013.

"FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS DO CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CATRIM"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Ficam fixados os prazos para recolhimento de Impostos e Taxas do CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM a vigorar no exercício de 2014, a seguir discriminados:

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM**MARÇO**

IPTU e Taxas - 1ª Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto ou 1ª parcela sem desconto 17/03/2014

ABRIL

IPTU e Taxas - 2ª Cota Única com 5% (cinco por cento) de desconto ou 2ª parcela sem desconto 15/04/2014

ALVARÁ - Renovação do Alvará de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento 30/04/2014

MAIO

IPTU e Taxas - 3ª Cota Única valor sem desconto e sem acréscimo ou 3ª parcela sem desconto 15/05/2014

ISS OFÍCIO - Autônomos e Profissionais Liberais - Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto ou 1ª parcela sem desconto 30/05/2014

JUNHO

IPTU e Taxas - 4ª parcela sem desconto 16/06/2014

JULHO

IPTU e Taxas - 5ª parcela sem desconto15/07/2014

AGOSTO

IPTU e Taxas - 6ª parcela sem desconto 15/08/2014

SETEMBRO

ISS OFÍCIO - Autônomos e Profissionais Liberais - 2ª parcela sem desconto30 /09/2014

ISS HOMOLOGADO – MENSAL – ATRAVÉS DO SISTEMA FLY E-NOTA

Vencimento até o dia 15 do mês subsequente às operações realizadas, em caso da data ocorrer em finais de semana ou feriados considerar o primeiro dia útil.

Art.2º- No caso de descumprimento dos prazos fixados no CATRIM serão aplicados juros e multa em conformidade com a legislação municipal.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PML Nº 135.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.135.13

MODALIDADE: Dispensa de Licitação PML nº.007/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LUZERNA

LOCADORA: ESPORTE CLUBE VITÓRIA

OBJETO: contrato de locação das dependências do Esporte Clube Vitória para eventos e atividades pedagógicas do Ensino Infantil e Fundamental, desenvolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o valor de mercado, conforme Calendário Escolar de Eventos.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2013.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

DOTAÇÃO: despesas provenientes da execução deste Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Despesa	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento despesa	Descrição da dotação
57	08.01	2.030	3.3.90.00.00.00.00.00	Manutenção da Educação Básica - Fundamental
76	08.01	2.028	3.3.90.00.00.00.00.00	Manutenção da Educação Básica - Infantil

Luzerna/SC, 04 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA - SC ESPORTE CLUBE VITÓRIA

LOCATÁRIO
MOISÉS DIERSMANN

LOCADORA
ADÊMIO HOFFELDER



Balancete Financeiro FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	9.309,13	Despesa Orçamentária	65.121,02
RECEITA PATRIMONIAL	809,13	Despesas exceto Intra-orçamentárias	65.121,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.500,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.941,87
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.179,15
Receita Extra - Orçamentária	137.273,88	Despesa Extra - Orçamentária	69.496,51
DEPÓSITOS	4.152,86	DEPÓSITOS	4.375,49
CONSIGNAÇÕES	4.152,86	CONSIGNAÇÕES	4.375,49
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.223,53	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.355,53
TESOURO NACIONAL	762,26	TESOURO NACIONAL	762,26
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	59,79	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	150,42
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	86,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	86,94
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	20,34	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	20,34
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	65.121,02	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	65.121,02
OBRIGAÇÕES A PAGAR	65.121,02	OBRIGAÇÕES A PAGAR	65.121,02
FORNECEDORES	25.642,95	FORNECEDORES	25.642,95
PESSOAL A PAGAR	29.646,83	PESSOAL A PAGAR	29.646,83
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	9.635,24	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	9.635,24
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	196,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	196,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	68.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	68.000,00		
REPASSE RECEBIDO	68.000,00		
Saldos anteriores	194.547,12	Saldos atuais	206.512,60
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.634,15	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	40.463,60
BANCOS C/ VINCULADAS	181.912,97	BANCOS C/ VINCULADAS	166.049,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	341.130,13	Total	341.130,13

Luzerna, 11/12/2013

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA SI

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Balancete Financeiro FMDCAL**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	46,62	Despesa Orçamentária	6.470,40
RECEITA PATRIMONIAL	46,62	Despesas exceto Intra-orçamentárias	6.470,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.470,40
Receita Extra - Orçamentária	11.963,70	Despesa Extra - Orçamentária	6.963,70
DEPÓSITOS	493,30	DEPÓSITOS	493,30
CONSIGNAÇÕES	493,30	CONSIGNAÇÕES	493,30
PREVIDÊNCIA SOCIAL	380,71	PREVIDÊNCIA SOCIAL	380,71
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	112,59	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	112,59
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.470,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.470,40
OBRIGAÇÕES A PAGAR	6.470,40	OBRIGAÇÕES A PAGAR	6.470,40
FORNECEDORES	5.465,00	FORNECEDORES	5.465,00
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	692,20	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	692,20
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	313,20	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	313,20
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	5.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	5.000,00		
REPASSE RECEBIDO	5.000,00		
Saldos anteriores	13.377,31	Saldos atuais	11.953,53
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	13.377,31	BANCO C/ MOVIMENTO	11.953,53
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	25.387,63	Total	25.387,63

Luzerna, 11/12/2013

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AD

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Desdobramento da Receita Em Metas Bimestrais - Cronograma Consolidado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA - PML

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014
Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000
CONSOLIDADO

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	1.212.204,11	1.214.164,05	1.447.299,97	1.268.188,17	1.267.399,17	1.215.349,17	1.219.589,17	1.207.409,17	1.227.249,17	1.236.885,17	1.241.625,17	1.193.637,51	14.951.000,00
Receita Tributária	121.595,45	123.595,45	166.595,00	157.595,00	146.655,00	136.655,00	136.655,00	126.655,00	126.665,00	116.365,00	116.365,00	124.949,46	1.600.345,36
Receita de Contribuição	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,63	278.000,00
Receita Patrimonial	15.976,30	15.976,30	15.976,30	15.986,50	15.987,50	15.987,50	15.927,50	15.927,50	15.927,50	15.928,50	15.938,50	15.928,30	191.468,20
Receita de Serviços	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	24.900,00
Transferências Correntes	1.034.885,69	1.034.845,63	1.224.982,00	1.054.860,00	1.065.010,00	1.022.960,00	1.027.260,00	1.025.080,00	1.044.910,00	1.064.845,00	1.069.575,00	1.013.011,32	12.682.224,64
Outras Receitas Correntes	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.505,00	14.506,80	174.061,80
RECEITAS DE CAPITAL	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	249.000,00
Alienação de Bens	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	249.000,00
TOTAIS	1.232.954,11	1.234.914,05	1.468.049,97	1.288.938,17	1.288.149,17	1.236.099,17	1.240.339,17	1.228.159,17	1.247.999,17	1.257.635,17	1.262.375,17	1.214.387,51	15.200.000,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 05 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA
 Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA - PML

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

CONSOLIDADO

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Gabinete do Prefeito	32.000,00	32.000,00	67.640,00	32.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	45.000,00	30.000,00	418.640,00
Gabinete do Vice-Prefeito	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	11.555,00	7.500,00	91.555,00
Assessoria Jurídica	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	17.158,00	15.000,00	182.158,00
Assessoria de Planejamento	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	21.190,00	11.000,00	142.190,00
Secretaria da Fazenda e Administração	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	193.863,00	145.000,00	1.788.863,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	3.880,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	46.120,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	402.000,00	402.820,00	393.350,00	386.520,00	415.700,00	420.900,00	399.200,00	416.860,00	389.600,00	391.400,00	481.897,50	405.870,00	4.906.117,50
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	45.000,00	49.860,00	145.820,00	92.600,00	43.950,00	54.800,00	66.200,00	67.689,00	64.569,00	64.569,00	87.733,00	78.650,00	861.440,00
Secretaria de Obras e Serviços	203.842,00	202.987,00	201.852,00	209.620,00	212.500,00	249.620,00	262.510,00	205.300,00	210.420,00	208.750,00	285.067,85	233.640,00	2.686.108,85
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.600,00	10.900,00	11.400,00	11.600,00	12.100,00	13.200,00	21.350,00	28.454,00	23.650,00	30.540,00	45.898,00	26.883,38	246.575,38
Fundo de Habitação de Luzerna	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	182.000,00
Soma	875.322,00	880.407,00	1.181.902,00	914.180,00	896.090,00	950.860,00	961.600,00	930.643,00	900.579,00	907.599,00	1.195.202,35	957.383,38	11.551.767,73
Fundo Municipal de Saúde - FMS	205.689,00	203.689,00	211.689,00	208.699,00	208.759,00	209.759,00	203.699,00	203.671,00	213.705,00	218.709,00	331.424,47	249.005,00	2.668.497,47
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	31.000,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	35.000,00	35.000,00	36.000,00	68.300,00	36.000,00	442.300,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	3.050,00	3.050,00	3.050,00	3.050,00	3.050,00	3.050,00	3.050,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	14.230,00	14.262,80	57.492,80
Camara Municipal de Vereadores	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	450.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.942,00	29.942,00
TOTAL	1.152.561,00	1.156.646,00	1.467.141,00	1.197.429,00	1.179.399,00	1.235.169,00	1.239.849,00	1.209.364,00	1.189.334,00	1.202.358,00	1.646.656,82	1.324.093,18	15.200.000,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 05 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA
 Contadora CRC 20394/0-8

Desdobramento da Receita Em Metas Bimestrais - Cronograma FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	5.976,00	5.936,00	5.936,00	5.936,00	5.937,00	5.937,00	5.937,00	5.937,00	5.937,00	5.938,00	5.938,00	5.925,00	71.270,00
Receita Patrimonial	106,00	106,00	106,00	106,00	107,00	107,00	107,00	107,00	107,00	108,00	108,00	95,00	1.270,00
Transferências Correntes	5.870,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	5.830,00	70.000,00
Transferências Financeiras	27.000,00	28.000,00	28.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	30.000,00	30.000,00	31.000,00	31.000,00	48.030,00	31.000,00	371.030,00
TOTAIS	32.976,00	33.936,00	33.936,00	34.936,00	34.936,00	34.937,00	34.937,00	35.937,00	35.937,00	36.938,00	36.938,00	36.925,00	442.300,00

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	31.000,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	35.000,00	35.000,00	36.000,00	68.300,00	36.000,00	442.300,00
TOTAIS	31.000,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	34.000,00	35.000,00	35.000,00	36.000,00	58.300,00	46.000,00	442.300,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 05 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA
Contadora CRC/SC 20394-O/8

Desdobramento da Receita Em Metas Bimestrais - Cronograma Fmdca

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	63.689,50	63.689,50	63.689,50	63.699,50	63.759,50	63.759,50	63.699,50	63.699,50	63.709,50	63.709,50	63.759,50	64.005,50	764.870,00
Receita Tributária	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.450,00	14.000,00
Receita Patrimonial	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.760,00	1.760,00	1.760,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.710,00	1.715,00	20.755,00
Transf. Correntes	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.870,00	60.830,00	730.000,00
Outras Receitas Correntes	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	10,50	115,00
Transferências Financeiras	158.000,00	158.000,00	158.000,00	155.000,00	155.000,00	155.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	155.000,00	204.627,47	155.000,00	1.903.627,47
TOTAIS	221.689,50	221.689,50	221.689,50	218.699,50	218.759,50	218.759,50	213.699,50	213.699,50	213.709,50	218.709,50	268.386,97	219.005,50	2.668.497,47

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 8º, Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal de Saúde FMS	205.689,00	203.689,00	211.689,00	208.699,00	208.759,00	209.759,00	203.699,00	203.671,00	213.705,00	218.709,00	331.424,47	249.005,00	2.668.497,47
TOTAIS	205.689,00	203.689,00	211.689,00	208.699,00	208.759,00	209.759,00	203.699,00	203.671,00	213.705,00	218.709,00	331.424,47	249.005,00	2.668.497,47

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 05 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA
 Contadora CRC/SC 20394-O/8

Desdobramento da Receita Em Metas Bimestrais - Cronograma FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	63.689,50	63.689,50	63.689,50	63.699,50	63.759,50	63.759,50	63.699,50	63.699,50	63.709,50	63.709,50	63.759,50	64.005,50	764.870,00
Receita Tributária	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.160,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	1.450,00	14.000,00
Receita Patrimonial	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.760,00	1.760,00	1.760,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.710,00	1.715,00	20.755,00
Transf. Correntes	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.830,00	60.870,00	60.830,00	730.000,00
Outras Receitas Correntes	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	9,50	10,50	115,00
Transferências Financeiras	158.000,00	158.000,00	158.000,00	155.000,00	155.000,00	155.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	155.000,00	204.627,47	155.000,00	1.903.627,47
TOTAIS	221.689,50	221.689,50	221.689,50	218.699,50	218.759,50	218.759,50	213.699,50	213.699,50	213.709,50	218.709,50	268.386,97	219.005,50	2.668.497,47

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 8º, Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal de Saúde FMS	205.689,00	203.689,00	211.689,00	208.699,00	208.759,00	209.759,00	203.699,00	203.671,00	213.705,00	218.709,00	331.424,47	249.005,00	2.668.497,47
TOTAIS	205.689,00	203.689,00	211.689,00	208.699,00	208.759,00	209.759,00	203.699,00	203.671,00	213.705,00	218.709,00	331.424,47	249.005,00	2.668.497,47

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 05 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA
 Contadora CRC/SC 20394-O/8

Desdobramento da Receita Em Metas Bimestrais - Cronograma PML

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA - PML

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014
Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	1.142.487,31	1.144.487,25	1.377.623,17	1.198.501,17	1.197.651,17	1.145.601,17	1.149.901,17	1.137.721,17	1.157.551,17	1.167.186,17	1.159.876,17	1.111.656,91	14.090.244,00
Receita Tributária	120.495,45	122.495,45	165.495,00	156.495,00	145.495,00	135.495,00	135.495,00	125.495,00	125.495,00	115.195,00	115.195,00	123.499,46	1.586.345,36
Receita de Contribuição	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,67	23.166,63	278.000,00
Receita Patrimonial	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	14.110,00	169.320,00
Receita de Serviços	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	2.075,00	24.900,00
Transferências Correntes	968.185,69	968.185,63	1.158.322,00	988.200,00	998.350,00	956.300,00	960.600,00	958.420,00	978.250,00	998.185,00	990.875,00	934.351,32	11.858.224,64
Outras Receitas Correntes	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	14.454,50	173.454,00
RECEITAS DE CAPITAL	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	249.000,00
Alienação de Bens	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	20.750,00	249.000,00
TOTAIS	1.163.237,31	1.165.237,25	1.398.373,17	1.219.251,17	1.218.401,17	1.166.351,17	1.170.651,17	1.158.471,17	1.178.301,17	1.187.936,17	1.180.626,17	1.132.406,91	14.339.244,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 05 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA
 Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA - PML

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2014
Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Gabinete do Prefeito	32.000,00	32.000,00	67.640,00	32.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	45.000,00	30.000,00	418.640,00
Gabinete do Vice-Prefeito	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	11.555,00	7.500,00	91.555,00
Assessoria Jurídica	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	17.158,00	15.000,00	182.158,00
Assessoria de Planejamento	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	21.190,00	11.000,00	142.190,00
Secretaria da Fazenda e Administração	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	193.863,00	145.000,00	1.788.863,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	3.880,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	46.120,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	402.000,00	402.820,00	393.350,00	386.520,00	415.700,00	420.900,00	399.200,00	416.860,00	389.600,00	391.400,00	481.897,50	405.870,00	4.906.117,50
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	45.000,00	49.860,00	145.820,00	92.600,00	43.950,00	54.800,00	66.200,00	67.689,00	64.569,00	64.569,00	87.733,00	78.650,00	861.440,00
Secretaria de Obras e Serviços	203.842,00	202.987,00	201.852,00	209.620,00	212.500,00	249.620,00	262.510,00	205.300,00	210.420,00	208.750,00	285.067,85	233.640,00	2.686.108,85
Desenvolvimento Econômico	10.600,00	10.900,00	11.400,00	11.600,00	12.100,00	13.200,00	21.350,00	28.454,00	23.650,00	30.540,00	45.898,00	26.883,38	246.575,38
Fundo de Habitação de Luzerna	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	182.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.942,00	29.942,00
TOTAL	875.322,00	880.407,00	1.181.902,00	914.180,00	896.090,00	950.860,00	961.600,00	930.643,00	900.579,00	907.599,00	1.195.202,35	987.325,38	11.581.709,73

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 05 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA
Contadora CRC 20394/0-8

1º Ato de Apostilamento Arps 0096 e 00972013

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Nºs

PML. 096 e 097/2013 de 01/08/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nºs pml.096 e 097/2013 de 01/08/2013, provenientes do Processo Licitatório nº pml.0043/2013, Pregão nº pml.0032/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME e MIRIAN MEDEIROS MEI.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento às Atas de Registro de Preços nºs pml.096 e 097/2013 de 01/08/2013, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0043/2013, Pregão nº pml.0032/2013, na dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.59 - Serviços de áudio, vídeo e foto

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Reduzido: 076

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

Luzerna(SC), 27 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

1º Ato de Apostilamento Arps 110 e 1112013

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Nºs

PML. 110 e 111/2013 de 16/09/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nºs pml.110 e 111/2013 de 16/09/2013, provenientes do Processo Licitatório nº pml.0048/2013, Pregão nº pml.0036/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e FERNANDO IGNACIO ROSSA e MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento às Atas de Registro de Preços nºs pml.110 e 111/2013 de 16/09/2013, provenientes do Processo Licitatório nº pml.0048/2013, Pregão nº pml.0036/2013, na dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.16 - Manutenção e conservação de bens imóveis

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Reduzido: 076

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

Luzerna(SC), 27 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 11.442.578/0001-14

ADVISE DO BRASIL

Nota Fiscal nº. 098 R\$ 1.100,84

Valor Total: R\$ 1.100,84

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos Serviços de Acompanhamento dos Diários da Justiça do Estado de Santa Catarina e União destinados ao Setor de Procuradoria. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 13 de dezembro de 2013

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretario Municipal da Fazenda e Planejamento

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
CNPJ: 00.165.960/0001-01

Nota Fiscal nº. 12159 R\$ 9.802,10

Nota Fiscal nº. 12161 R\$ 538,40

Nota Fiscal nº. 13656 R\$ 1.096,14

Nota Fiscal nº. 13657 R\$ 1.096,14

Nota Fiscal nº. 13664 R\$ 1.096,14

Nota Fiscal nº. 13663 R\$ 10.273,06

Valor Total: R\$ 23.901,98

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, tramite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 13 de dezembro de 2013

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretario da Fazenda e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**Lei Municipal N° 3966/2013**

LEI MUNICIPAL N° 3966, de 11 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a apresentação de relatório à Câmara de Vereadores pelos Conselhos Municipais e dá outras providências.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 52, parágrafo 8º, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º Ficam os Conselhos Municipais obrigados a enviarem periodicamente, à Câmara Municipal de Mafra, informações relativas às suas agendas de atuação.

Parágrafo único. As informações referidas no presente artigo deverão ser enviadas à Câmara Municipal de Mafra, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Art. 2º Além do disposto no art. 1º, os Conselhos Municipais deverão, semestralmente, proceder à apresentação de relatórios circunstanciados das atividades realizadas no âmbito de sua competência à Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo único. O primeiro relatório a ser apresentado deverá ser apresentado dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da presente lei.

Art. 3º A Câmara Municipal de Mafra poderá marcar audiência pública para o recebimento do relatório, ocasião em que os membros dos Conselhos Municipais poderão fazer explanações sobre os relatórios apresentados, bem como poderão ser inquiridos pelos senhores Vereadores.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 11 de dezembro de 2013.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Resolução N° 23/2013

RESOLUÇÃO N° 23/13

11 de dezembro de 2013

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI PAGAMENTO DOS ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Vicente de Paulo Bezerra Saliba, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º - Fica prorrogado até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2013, o prazo para a conclusão dos trabalhos relativos para apreciação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 12 de 11.7.2013, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 10.12.2013.

ART. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 11 de dezembro de 2013.

VER. VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA

Presidente

Resolução N° 24/2013

RESOLUÇÃO N° 24/13

11 de dezembro de 2013

APROVA O RELATÓRIO COM CONCLUSÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DO ALUGUEL DE PEDREIRA.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório com as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 13 de 11 de julho de 2013.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 11 de dezembro de 2013.

VER. VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA

Presidente

Maravilha**PREFEITURA****Lei N° 3.721/2013**

LEI N° 3.721, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.301.399,86 (três milhões, trezentos e um mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - Diretoria Geral do Planejamento

15 - Urbanismo

15.121 - Planejamento Urbano

15.121.0003 - Planejamento Urbano

15.121.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE PLANEJAMENTO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03.02 - Diretoria Geral da Administração

04 - Administração

04.122 - Administração Geral

04.122.0004 - Administração Geral

04.122.0004.2.006 - MODERNIZAÇÃO E MANUT. DOS SERVIÇOS DE ADM. GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

04.122.0005 - Fortalecimento do Municipalismo
04.122.0005.2.009 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPA-
LISTAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$
20.000,00

03.05 - Encargos Gerais do Município
28 - Encargos Especiais
28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna
28.841.0000 - Encargos Especiais
28.841.0000.0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL E ENCARGOS
DA DÍVIDA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida
3.2.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.6.00.00 - Amortização/Refinanciamento da Dívida
4.6.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

28.846 - Outros Encargos Especiais
28.846.000 - Encargos Especiais
28.846.000.0.002 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
28.846.000.0.003 - CONTRIBUIÇÕES AO PASEP
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino
12 - Educação
12.361 - Ensino Fundamental
12.361.0007 - Educação para a Cidadania
12.361.0007.2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino
Básico
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 683.399,86

12.365 - Educação Infantil
12.365.0007 - Educação para a Cidadania
12.365.0007.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino
Básico
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

28 - Encargos Especiais
28.846 - Outros Encargos Especiais
28.846.0000 - Encargos Especiais
28.846.0000.0.005 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP - SEC. MU-
NIC. EDUCAÇÃO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04.04 - Departamento de Esportes
27 - Desporto e lazer

27.812 - Desporto Comunitário
27.812.0008 - Esporte e Lazer
27.812.0008.2.022 - APOIO AO DESPORTO AMADOR
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$
25.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde
10 - Saúde
10.301 - Atenção Básica
10.301.0010 - Saúde para todos
10.301.0010.2.026 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SAÚDE, ASSIST.
MÉDICA, SANITÁRIA E ODONTOLÓGICA
Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
na Saúde
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 580.000,00
10.301.0010.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO SAMU
Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
na Saúde
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
10.301.0010.2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF
(ACS)
Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
na Saúde
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
10.301.0010.2.111 - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
Destinação de Recursos: 0.1.70 - Transf. de Recursos do SUS
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0010 - Saúde para Todos
10.302.0010.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PLAN-
TÃO MÉDICO
Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
na Saúde
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Destinação de Recursos: 0.1.70 - Transf. de Recursos do SUS
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

28 - Encargos Especiais
28.846 - Outros Encargos Especiais
28.846.0000 - Encargos Especiais
28.846.0000.0.006 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - SEC. MUN. SAU-
DE
Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
na Saúde
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO

06.01 - Departamento de Urbanismo
15 - Urbanismo

15.452 - Serviços Urbanos
15.452.0011 - Serviços Urbanos
15.452.0011.2.035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

26 - Transporte
26.782 - Transporte Rodoviário
26.782.0012 - Estradas Vicinais
26.782.0012.1.040 - ABERTURA, PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00
26.782.0012.2.036 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 48.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.01 - Fundo Mun. De Desenvol. Agropecuário
20 - Agricultura
20.606 - Extensão Rural
20.606.0013 - Agricultura Fortalecida
20.606.0013.2.037 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
20.606.0013.2.042 - INCENTIVO A BONIFICAÇÃO FISCAL
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

08.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA, COM. E TURISMO
08.01 - Depto. da Industria e Comércio
22 - Industria
22.661 - Promoção Industrial
22.661.0015 - Apoio a Industria e ao Comércio
22.661.0015.2.050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

23 - Comércio e Serviços
23.691 - Promoção Comercial
23.691.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio
23.691.0015.2.052 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 71.000,00

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.01 - Fundo Mun. de Assistência Social
08 - Assistência Social
08.244 - Assistência Comunitária
08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.060 - AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARÁTER EMERGENCIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
04 - Administração
04.122 - Administração Geral
04.122.0002 - Administração Superior
04.122.0002.1.004 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O GAB. DO PREFEITO, VICE, ASS. JUR. E IMPRENSA
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 34.418,00
04.122.0002.2.003 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
04.122.0002.2.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSES. JURÍDICA E ASSES. DE IMPRENSA
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03.00 - SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA

03.01 - Diretoria Geral do Planejamento
15 - Urbanismo
15.451 - Infra-Estrutura Urbana
15.451.0003 - Planejamento Urbano
15.451.0003.2.075 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
15.451.0003.2.075 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
15.451.0003.2.076 - ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR E CARTOGRAFIA
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

03.02 - Diretoria Geral da Administração

04 - Administração
04.122 - Administração Geral
04.122.0004 - Administração Geral
04.122.0004.1.016 - REFORMA E PINTURA DO CENTRO ADM. MUNICIPAL
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 04.122.0004.2.077 - PROGRAMA DE AÇÃO CONTINUADA AOS SERVIDORES
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

03.03 - Diretoria Geral da Fazenda
 04 - Administração
 04.123 - Administração Financeira
 04.123.0006 - Administração Financeira
 04.123.0006.1.018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
 04.01 - Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino
 12 - Educação
 12.361 - Ensino Fundamental
 12.361.0007 - Educação para a Cidadania
 12.361.0007.1.023 - CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES
 Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.331,00
 12.361.0007.1.070 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL
 Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.185,00
 12.361.0007.1.090 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMÁTICA E CIÊNCIAS
 Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 24.365,00
 12.361.0007.1.091 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
 Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 12.361.0007.2.015 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
 Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00
 12.365 - Educação Infantil
 12.365.0007 - Educação para a Cidadania
 12.365.0007.1.021 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUT. DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
 Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico
 4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

04.02 - Departamento da Educação Geral
 12 - Educação
 12.306 - Alimentação e Nutrição
 12.306.0007 - Educação para a Cidadania
 12.306.0007.2.016 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
 12.306.0007.2.120 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR (Educação Infantil)
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

12.364 - Ensino Superior
 12.364.0007 - Educação para a Cidadania
 12.364.0007.2.020 - APOIO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 2.000,00

04.03 - Departamento da Cultura
 13 - Cultura
 13.391 - Patrimônio Histórico, Artist. e Arqueolog.
 13.391.0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura
 13.391.0009.1.031 - CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 13.391.0009.1.032 - REFORMA DO PRÉDIO DO MUSEU MUNICIPAL
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

13.392 - Difusão Cultural
 13.392.0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura
 13.392.0009.1.029 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.732,00

04.04 - Departamento dos Esportes
 27 - Desporto e Lazer
 27.812 - Desporto Comunitário
 27.812.0008 - Esporte e Lazer
 27.812.0008.1.026 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00
 27.812.0008.1.028 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
 27.812.0008.1.072 - PROGR. APOIO A PRÁTICA ESPORTIVA DE

NECESS. ESPECIAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

27.812.0008.1.073 - AQUISIÇÃO DE MICRO ONIBUS/VEÍCULO DE PASSEIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para Todos

10.301.0010.1.034 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO/VAN

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

10.301.0010.1.123 - IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA VIDA ATIVA NOS BAIRROS

Destinação de Recursos: 0.1.70 - Recursos SUS

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 63.000,00

10.304 - Vigilância Sanitária

10.304.0010 - Saúde para Todos

10.304.0010.2.079 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, BEM COMO O PLANO MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

06.01 - Departamento de Urbanismo

06 - Segurança Pública

06.451 - Infra-estrutura Urbana

06.451.0011 - Serviços Urbanos

06.451.0011.2.031 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E VIAS PÚBLICAS - CONV. MULTAS DE TRÂNSITO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

15 - Urbanismo

15.451 - Infra-estrutura Urbana

15.451.0011 - Serviços Urbanos

15.451.0011.1.105 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.5.00.00 - Inversões Financeiras

4.5.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

15.451.0011.2.102 - PROGRAMA DE INCENTIVO A MELHORIA DA URBANIZAÇÃO - INST. DE LIXEIRAS E PADRONIZAÇÃO

Destinação de Recursos: 0.1.08 - Contribuição de Melhoria

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

15.452 - Serviços Urbanos

15.452.0011.1.039 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.520,00

15.452.0011.1.100 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

15.452.0011.1.101 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

06.03 - Departamento dos transportes e interior

26 - Transporte

26.782 - Transporte Rodoviário

26.782.0012 - Estradas Vicinais

26.782.0012.1.042 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO INTERIOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - Fundo Mun. Desenvolvimento Agropecuário

18 - Gestão Ambiental

18.544 - Recursos Hídricos

18.544.0013 - Agricultura Fortalecida

18.544.0013.1.045 - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.50.00 - Transf. A Inst. Privadas S/ Fins Lucrativos R\$ 10.000,00

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 109.000,00

20 - Agricultura

20.543 - Recuperação de Áreas Degradadas

20.543.0013 - Agricultura Fortalecida

20.543.0013.1.050 - INCENTIVO A CORREÇÃO DO SOLO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

20.602 - Promoção da Produção Animal

20.602.0013 - Agricultura Fortalecida

20.602.0013.1.120 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CIRURGIA EM ANIMAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

20.602.0013.2.043 - INCENTIVOS A INVESTIMENTOS NA AGRO-PECUÁRIA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

20.606 - Extensão Rural

20.606.0013 - Agricultura Fortalecida

20.606.0013.1.044 - INCENTIVO A INSTALAÇÃO E MELHORIA DE AGROINDÚSTRIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

20.606.0013.1.049 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 23.527,00

20.606.0013.2.113 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE PASTAGEM

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

20.606.0013.2.114 - MANUTENÇÃO DA CASA DO AGRICULTOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.02 - Departamento de Meio Ambiente

18 - Gestão Ambiental

18.541 - Preservação e Conservação Ambiental

18.541.0014 - Preservação do Meio-Ambiente

15.541.0014.1.053 - CRIAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.5.00.00 - Inversões Financeiras

4.5.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

18.541.0014.1.113 - INCENTIVO A PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

18.541.0014.2.116 - INCENTIVO AO PLANTIO DE MUDAS NATIVAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.805,00

18.541.0014.2.116 - INCENTIVO AO PLANTIO DE ERVAS MEDICINAIS E PLANTAS ORNAMENTAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

18.544 - Recursos Hídricos

18.544.0014 - Preservação do Meio Ambiente

18.544.0014.1.116 - INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE CISTERNAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00**08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO**

08.01 - Depto. Da Indústria e Comércio

22 - Indústria

22.661 - Promoção Industrial

22.661.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.1.048 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

22.661.0015.1.054 - INCENTIVOS A INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.5.90.00 - Inversões Financeiras

4.5.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

22.661.0015.1.055 - PLANEJAMENTO DA ÁREA INDUSTRIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

23 - Comércio e Serviços

23.691 - Promoção Comercial

23.691.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio

23.691.0015.2.103 - INCENTIVO AOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA EMPRESARIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

08.02 - Depto. Do Turismo

23 - Comércio e Serviços

23.695 - Turismo

23.695.0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal

23.695.0016.2.056 - PROMOÇÃO DE EVENTOS NA ÁREA DE TURISMO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 - Fundo Mun. de Assistência Social

08 - Assistência Social

08.243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

08.243.0017 - Programa Sócio-Educativos

08.243.0017.2.057 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

08.243.0017.2.119 - PROJETO DE INCLUSÃO PRODUTIVA COM CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08.244 - Assistência Comunitária

08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.1.061 - PROMOÇÃO DE CURSOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.940,00
08.244.0018.1.108 - PROGRAMA FOME ZERO
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
08.244.0018.1.124 - INCENTIVO A CENTROS COMUNITÁRIOS
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
08.244.0018.2.062 - APOIO AOS CLUBES DE MÃES
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.50.00 - Transf. a inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 25.600,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

09.02 - Fundo Rotativo de Habitação
16 - Habitação
16.122 - Administração Geral
16.122.0019 - Morar Melhor
16.122.0019.2.069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO F.R.H.
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 17.976,86
16.482 - Habitação Urbana
16.482.0019 - Morar Melhor
16.482.0019.1.064 - HABITAÇÃO URBANA
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
16.482.0019.1.103 - AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO HABITACIONAL
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.5.00.00 - Inversões Financeiras
4.5.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
16.482.0019.1.110 - URBANIZAÇÃO DE LOTES/INFRAESTRUTURA
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 09 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.722/2013

LEI Nº 3.722, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre alteração na redação de cláusulas de destinação de imóveis e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Ficam alteradas as cláusulas de destinações de imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Maravilha, nos termos da presente Lei, com o seguinte teor, Registros e Matrículas do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca:

I - Registro nº 1, da Matrícula nº 12.947, que possui a seguinte redação: "O imóvel desapropriado comporá à área do Parque Industrial do Município de Maravilha".

II - Registros nºs: 1, das Matrículas nºs: 14.501, 14.613 e 14.614, que possuem a seguinte redação: "Imóvel desapropriado destinado à finalidades públicas".

Art. 2º As cláusulas constantes dos Incisos I e II, do artigo 1º, passarão a vigorar com a seguinte redação: "Imóvel destinado à área industrial do Município de Maravilha".

Art. 3º Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a providenciar a Averbação da alteração das cláusulas, nas Matrículas nºs: 12.947, 14.501, 14.613 e 14.614, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta do orçamento do corrente exercício.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revoga-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 10 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.723/2013

LEI Nº 3.723, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a criação da Lei Municipal de acessibilidade visando que o Município se adeque a Lei 10.098/2000 e da outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar as medidas que se fizerem necessárias com o intuito de normatizar a aplicação da lei de acessibilidade 10.098/2000:

Parágrafo único. Que todas as calçadas do município que venham a serem construídas e ou reformadas após a sanção desta Lei se enquadre dentro das normas da ABNT.

Art. 2º Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os novos projetos de edificações de uso público, privados de uso coletivo sejam feitos de forma acessível permitindo o acesso a todas as pessoas obrigando ainda a construção de calçadas acessíveis dentro das

normas da ABNT em toda a construção ou reforma.

Art. 3º Todas as esquinas, nos meios de quadra e nos canteiros divisores de pista, deverão ter as calçadas rebaixadas ou com rampas que devem ter 1m20cm de largura e inclinação da rampa não superior a 8.33%.

Art. 4º Todos os prédios e logradouros públicos, escolas, supermercados, shopping, bancos, parques e praças, hotéis, clubes, rodoviária, bares restaurantes, lojas comerciais e indústrias inclusive seu entorno, entre outros - deverão permitir livre acesso e circulação às pessoas desde a rua e se quiserem entrar neles, garantida a opção por escadas, rampas ou plataformas elevatórias.

Art. 5º Os locais de espetáculos, conferencias, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeiras de rodas, e após a sanção desta Lei todos os novos projetos deverão dispor de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 6º O Desenho Universal de acessibilidade deve ser aplicado em todo o meio urbano e social das cidades, desde as edificações e mobiliário urbano, aos meios de transporte e comunicação, visando atender a maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO

Art. 7º Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I - percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II - percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III - cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 8º Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Todos os estabelecimentos mencionados nesta Lei, em construção que se iniciarem a partir da vigência desta Lei, deverão cumprir as normas estabelecidas a fim de que sejam expedidos os necessários Alvarás.

Art. 10. A inobservância do disposto neste texto legal sujeitará o infrator a pagar uma multa equivalente a 05 (cinco) valores de referência local, no caso de pessoa física. E de 1/5 (um quinto) deste total, na hipótese de pessoa física, por atuação feita, sem prejuízo de demais cominações legais, sendo o prazo, entre uma fiscalização e outra, de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A reincidência da infração levará o comitente ou o omitente a pagar a penalidade em dobro.

Art. 11. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Maravilha - SC, 10 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei N° 3.724/2013

LEI N° 3.724, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Poder Público Municipal a receber por doação bem imóvel e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, POR DOAÇÃO, imóvel localizado na Seção Maravilha, sendo Parte do Lote Colonial Rural nº 196, constante da Matrícula nº 16.288, com área de 1.500,00 m², de propriedade de Mitra Diocesana de Chapécó, com benfeitoria, sendo um barracão de alvenaria, com área construída de 1.084,57 m².

Art. 2º Para efeitos de escritura pública e incorporação ao Patrimônio do Município, o valor atribuído ao terreno é de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 10 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei N° 3.725/2013

LEI N° 3.725, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera o art. 5º da Lei Municipal nº 2.596, de 04 de julho de 2001 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterado o artigo 5º, da Lei 2.596/2001, que dispõe sobre auxílio a estudantes, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O auxílio, na forma de ressarcimento, será concedido até R\$ 600,00 (seiscentos reais) por aluno ao ano.”

Art. 2º As demais disposições da referida Lei permanecem inalteradas.

Art. 3º As despesas decorrente da presente Lei serão consignadas

no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.042, de 29 de novembro de 2005.

Maravilha - SC, 10 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.726/2013

LEI Nº 3.726, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade das Escolas Municipais efetuarem, no início do ano letivo, Seminário Antidrogas para os alunos da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Educação realizará no primeiro semestre do ano letivo, através de seus estabelecimentos de ensino, Seminário Antidrogas, objetivando transmitir aos alunos da rede municipal, ensinamentos sobre a nocividade e as consequências do uso de entorpecentes.

Art. 2º Além das palestras, aulas ou debates, deverão ser divulgados através de painéis e cartazes os prejuízos causados à pessoa, à família e à sociedade.

Art. 3º O seminário contará com a participação de professores, médicos da Secretaria Municipal de Saúde e componentes da Polícia Militar, como palestrantes.

Parágrafo Único. Outras autoridades ou pessoas entendidas do assunto poderão ser convidadas.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados partir de sua publicação.

Art. 5º As despesas com a execução ficará por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.727/2013

LEI Nº 3.727, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Institui e inclui no Calendário Oficial do Município de Maravilha/SC o Mês da Criança e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores

aprovou e eu sanciono e promulgo a presente LEI:

Art. 1º Fica instituído e incluído no calendário oficial do Município de Maravilha - SC, o "Mês da Criança" que será comemorado anualmente no decorrer do mês de outubro.

§1º Fica instituído oficialmente o dia 12 de outubro, como Dia Municipal da Criança.

§2º Na semana que contemplar o dia 12 de outubro, será considerada a "Semana da Criança", durante a qual as instituições educacionais e similares desenvolverão atividades de promoção da infância e do bem estar das crianças do município.

Art. 2º O Mês da Criança passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Maravilha.

Art. 3º Durante o Mês da Criança fica o Município de Maravilha autorizado a destinar recursos públicos para ornamentar praças, ruas, espaços públicos com decoração que caracterize e destaque o tema CRIANÇA, respeitando a legislação pertinente.

Art. 4º Neste mês poderão ser realizadas apresentações de teatro, com temas relacionados ao meio ambiente, trânsito, saúde, filmes educativos para crianças, shows com artistas locais, contação de história, música, atividades esportivas e culturais que contemplem e valorizem a diversidade comportamental das crianças e espaço com instalação de brinquedos (Parque).

Art. 5º Ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Município e do Departamento de Esporte e Cultura a organização dos eventos relativos a comemoração deste mês sendo que a programação deverá ser elaborada juntamente com o calendário escolar.

Art. 6º Para a realização do Mês da Criança o Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas.

Art. 7º O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias para regulamentar a presente, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º As eventuais despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e suplementadas quando necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 136/2013

DECRETO Nº 136, 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

PRORROGA PRAZO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL Nº 001/2013 E DÁ PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o Edital de Processo Seletivo nº 001/2013, da Secretaria Municipal de Educação Cultura

e Desporto, conforme prevê item 8, letra "q" do referido edital.

Art. 2º O prazo a que se refere o artigo 1º, será pelo período de 1 (um) ano, a contar a partir da presente data.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 02 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto N° 137/2013

DECRETO N° 137, 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS PARA FINS DE UNIFICAÇÃO E ANEXAÇÃO À IMÓVEIS LINDEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desmembramento de imóvel urbano, de propriedade de Jalusa Roselle Giusti, brasileira, solteira, maior, advogada, portadora da CI RG n° 3.690.521-SSP/SC, inscrita no CPF sob n° 981.016.509-97, domiciliada e residente na Rua Presidente Juscelino n° 48, Maravilha-SC, objeto da Matrícula 13.699, do ORI desta Comarca, com a área de 86,25 m², restando uma área remanescente de 2.359,72 m², para fins de unificação e anexação à imóvel lindeiro, objeto da Matrícula n° 4.099, de propriedade de Cooperativa Regional Auriverde.

Art. 2º Ficam igualmente aprovados os desmembramentos de imóveis urbanos, de propriedade de Cooperativa Regional Auriverde, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 83.731.927/0001-29, com sede na Rua Moura Brasil n° 791, Cunha Porã-SC, objetos das Matrículas n°s: 4.099, com a área de 83,96 m², restando uma área remanescente de 5.566,04 m², para fins de unificação e anexação à imóvel lindeiro, de propriedade de Jalusa Roselle Giusti, objeto da Matrícula n° 13.699; Matrícula 7.753, com a área de 758,97 m², restando uma área remanescente de 6.414,03 m², para fins de anexação e unificação à imóvel lindeiro, de propriedade de Jalusa Roselle Giusti, objeto da Matrícula n° 13.699; conforme planta, memorial descritivo e ART, assinados pelo Engenheiro Civil senhor Jorge Luiz Dummer, CREA/SC - 43.926-0, nas dimensões, denominações e confrontações a seguir discriminadas:

I - ÁREA À DESMEMBRAR (M 13.699) para alienação à Cooperativa Regional Auriverde

Parte da Fração n° (1), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16 e 42 a 46), da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com área de "Oitenta e seis metros e vinte e cinco centímetros quadrados" (86,25 m²), em forma triangular, sem edificações, confrontando: ao Nordeste, com parte da mesma Fração n° (1), de Jalusa Roselle Giusti, M. 13.699; ao Sudeste, com a Avenida Maravilha; ao Oeste,

com parte da fração n° (12), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.099.

II - ÁREA REMANESCENTE (M. 13.699), de Propriedade de Jalusa Roselle Giusti

Parte da Fração n° (1), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16 e 42 a 46), da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com área de "Dois mil, trezentos e cinquenta e nove metros e setenta e dois centímetros quadrados" (2.359,72 m²); confrontando: ao Noroeste, com parte das frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753;- ao Sudeste, com a Avenida Maravilha; ao Nordeste, com a Canalização da Sanga Ibicuy;- ao Oeste, com parte da fração n° (12), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.099;- ao Sudoeste, com parte da mesma fração n° (1), de Jalusa Roselle Gisusti, M. 13.699. Com edificações, sendo: Um barracão de alvenaria, com a área construída de (480,00 m²), que recebeu o n° 1.250, coberto de telhas de fibrocimento; e, Um barracão de alvenaria, com a área construída de (144,00 m²), que recebeu o n° 1.284, coberto de telhas de fibrocimento.

Imóvel integrado ao Perímetro Urbano desta Cidade, conforme Lei Municipal n° 766/77, de 15-05-1977. O imóvel não possui características agrícolas, conforme AV.2/13.699. Cadastro Municipal n° 521000-0, conforme AV. 5/13.699.

III - ÁREA À DESMEMBRAR (M. 4.099) para alienação à Jalusa Roselle Giusti

Parte da Fração n° (12), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16 e 42 a 46), da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com área de "Oitenta e três metros e noventa e seis centímetros quadrados" (83,96 m²); em forma triangular, sem edificações; confrontando: ao Noroeste, com parte das frações n°s: (13, 14 e 15), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16, 42 a 66), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753; ao Leste, com parte da fração n° (1), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16, 42 a 46), de Jalusa Roselle Giusti, M. 13.699; ao Sudoeste, com parte da mesma fração n° (12), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.099.

IV - ÁREA REMANESCENTE (M. 4.099), de Cooperativa Regional Auriverde

Parte das Frações n°s: (12), com a área de (3.316,04 m²) e (2), com a área de (2.250,00 m²), perfazendo a área total de "Cinco mil, quinhentos e sessenta e seis metros e quatro centímetros quadrados" (5.566,04 m²), ambas da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s: (16 e 42 à 46), da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, sem edificações;- Confrontando em conjunto: ao Noroeste, com partes das frações n°s: (13, 14 e 15), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s: (16, 42 à 66), de Cooperativa Regional Auriverde - M. 2.856, M. 4.293 e M. 7.753, respectivamente;- ao Sudeste, com a Avenida Maravilha, por linha curva;- ao Leste, com parte da fração n° (1), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s: (16, 42 à 46), de Jalusa Roselle Giusti - M. 13.699;- ao Nordeste, com parte da mesma fração n° (12), de Cooperativa Regional Auriverde - M. 4.099;- ao Sudoeste, com a Avenida Entre Rios;- Dito imóvel encontra-se localizado no lado par da Avenida Maravilha, esquina com a Avenida Entre Rios.

Imóvel integrado ao Perímetro Urbano desta Cidade, perdendo sua característica agrícola, conforme AV.44/4.099. Cadastro Municipal n° 520908-0, conforme AV. 47/4.099.

V- ÁREA À DESMEMBRAR (Matrícula n° 7.753) para alienação à Jalusa Roselle Giusti

Parte das Frações n°s: (13, 14 e 15), da subdivisão dos lotes

coloniais rurais n°s (16, 42 a 66), da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com área de “Setecentos e cinquenta e oito metros e noventa e sete centímetros quadrados” (758,97 m²); sem edificações; confrontando: ao Nordeste, com a Canalização da Sanga Ibicuy; ao Sudoeste, com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753; ao Sudeste, com parte das frações n°s: (1), de Jalusa Roselle Giusti, M. 13.699 e (12), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.099, ambas da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s: (16, 42 à 46);- ao Noroeste, por duas linhas, com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753.

VI - ÁREA REMANESCENTE (Matrícula n° 7.753), de Propriedade de Cooperativa Regional Auriverde

Parte das Frações n°s: (13, 14 e 15), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16, 42 a 66), da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com área de “Seis mil, quatrocentos e quatorze metros e três centímetros quadrados” (6.414,03 m²); sem edificações; confrontando: ao Nordeste, por duas linhas, uma com a Canalização da Sanga Ibicuy, e outra, com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753;- ao Sudoeste, com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16, 42 a 66), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.293; ao Sudeste, por duas linhas, uma com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753, e outra, com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753 e com parte da fração n° (12), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s: (16, 42 à 46), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.099;- ao Noroeste, com a Rua Egidio Breda e com o lote urbano n° (2), da quadra n° (2), do Loteamento do Parque, de Prefeitura Municipal de Maravilha, M. 11.787. Imóvel integrado ao Perímetro Urbano desta Cidade, perdendo sua característica agrícola, conforme AV.41/7.753. Imóvel não se destina mais à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, conforme AV.42/7.753. Cadastro Municipal n° 520908-0, conforme AV. 43/7.753.

VII - ÁREAS UNIFICADAS (para Jalusa Roselle Giusti)

Parte das Frações n°s (1 e 12), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16 e 42 a 46) e, Parte das Frações n°s: (13, 14 e 15), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s (16, 42 a 66), tudo da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com as áreas respectivas de: (2.359,72 m², 83,96 m² e 758,97), perfazendo a área total de “Três mil, duzentos e dois metros e sessenta e cinco centímetros quadrados” (3.202,65 m²); confrontando em conjunto: Noroeste, por duas linhas, com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753;- ao Sudeste, com a Avenida Maravilha;- ao Nordeste, com a Canalização da Sanga Ibicuy;- ao Sudoeste, por duas linhas, uma com parte das mesmas frações n°s: (1 e 12), de Jalusa Roselle Gisusti, M. 13.699 e Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.099, respectivamente; e outra, com parte das mesmas frações n°s: (13, 14 e 15), de Cooperativa Regional Auriverde, M. 7.753. Com edificações, sendo: Um barracão de alvenaria, com a área construída de (480,00 m²), que recebeu o n° 1.250, coberto de telhas de fibrocimento; e, Um barracão de alvenaria, com a área construída de (144,00 m²), que recebeu o n° 1.284, coberto de telhas de fibrocimento.

VIII - ÁREAS UNIFICADAS (para Cooperativa Regional Auriverde)

Parte das Frações n°s: (12), com a área de (3.316,04 m²); (2), com a área de (2.250,00 m²) e (1) com a área de (86,25 m²), perfazendo a área total de “Cinco mil, seiscentos e cinquenta e

dois metros e vinte e nove centímetros quadrados” (5.652,29 m²), tudo da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s: (16 e 42 à 46), da Seção Maravilha, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, sem edificações;- Confrontando em conjunto: ao Noroeste, com partes das frações n°s: (13, 14 e 15), da subdivisão dos lotes coloniais rurais n°s: (16, 42 à 66), de Cooperativa Regional Auriverde - 2.856, M. 4.293 e M. 7.753, respectivamente; ao Sudeste, com a Avenida Maravilha, por linha curva;- ao Nordeste, com parte das mesmas frações n°s: (1 e 12), de Jalusa Roselle Giusti - M. 13.699 e Cooperativa Regional Auriverde, M. 4.099, respectivamente;- ao Sudoeste, com a Avenida Entre Rios. Dito imóvel encontra-se localizado no lado par da Avenida Maravilha, esquina com a Avenida Entre Rios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se a disposições em contrário.

Maravilha - SC, 02 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto N° 138/2013

DECRETO N° 138, 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO PROGRAMA HORTAS ESCOLARES E GASTRONOMIA E DÁ PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados o Coordenador Municipal e os Multiplicadores do Projeto Hortas Escolares e Gastronomia, denominados a seguir:

Coordenadora Municipal do Projeto:

- Cristiane Maria Chitolina Tremea - Nutricionista do Setor de Alimentação Escolar

Multiplicadores Municipais:

- Angela Vicari - Pedagoga CE Monteiro Lobato
- Humberto Trebien - Agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura
- Roselei Ninow Capelli - Diretora Setor de Alimentação Escolar
- Dirnai Siclara Pilger - CAE (Conselho de Alimentação Escolar)

Multiplicadores nas Escolas Participantes:

- Raquel Rollwagen - Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
- Dércio Hermann - Diretor do CE Monteiro Lobato
- Leonice Castanha - Serviços Gerais do CE Monteiro Lobato
- Vera Selli - Coordenadora Pedagógica do CE Mundo Infantil - Caic
- Alessandro Huve - Coordenador Pedagógico do CE Mundo Infantil - Caic
- Marinês Miorando - Merendeira do CEI Criança Feliz
- Sirlei Fátima Morin Werner - Diretora do CEI Criança Feliz
- Classi Lucca - Diretora do CEI Érica Maldaner
- Márcia Jacobsen - Serviços Gerais do CEI Érica Maldaner
- Salete Brambila Cibulski - Diretora do CE Vereador Raymundo Veit
- Neide Gaelzer Graiczky - Coordenadora Pedagógica do CE Vereador Raymundo Veit

- Márcia Campana - Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 04 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 139/2013

DECRETO Nº 139, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

INSTITUI NOVO VALOR DA UNIDADE FISCAL NO MUNICÍPIO DE MARAVILHA-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto instituído novo valor da UNIDADE FISCAL no Município de Maravilha-SC, destinada a atualização dos Tributos Municipais, baseado na variação do IGPM de dezembro/2012 a novembro/2013, no percentual de 5,6096%, servindo a mesma para atualização da planta genérica de valores do Município de Maravilha e dos Tributos Municipais.

Art. 2º A Unidade Fiscal no Município de Maravilha corresponde à importância de R\$ 90,04 (noventa reais e quatro centavos) para o exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 05 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 140/2013

DECRETO Nº 140, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA-SC PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal para o exercício de 2014, definindo os Tributos, seu parcelamento, as datas de vencimento e outras disposições correlatas para o processamento e a efetivação da arrecadação dos Tributos Municipais, em conformidade com o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal

para satisfação do Crédito Fiscal, objeto deste Decreto, ficam automaticamente sujeitos às penalidades previstas na Legislação Tributária, bem como a inscrição do Crédito Tributário em dívida ativa, os contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Será concedido desconto de 10% da taxa de vistoria anual e ISS fixo, para pagamento em cota única.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 5º As despesas decorrentes com a realização deste decreto correrão por conta do orçamento municipal.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 05 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

IPTU	PARCELA ÚNICA
VENCIMENTO	17.03.2014

PARA PAGAMENTO PARCELADO

IPTU	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA	4ª PARCELA
VENCIMENTO	17.03.2014	15.05.2014	15.07.2014	15.09.2014

TRIB.	ISS											
COMP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
VENC.	25/F	25/M	25/A	26/M	25/J	25/J	26/A	25/S	27/O	25/N	26/D	26.01.15

ISS FIXO - COTA ÚNICA = 10% DESCONTO (28/02/2014)

TAXA DE VISTORIA PARA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA.	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
CATEGORIA: AUTÔNOMO	28.02.2014	28.03.2014	30.04.2014

TAXA DE VISTORIA - COTA ÚNICA = 10% DESCONTO (28/02/2014)

1 - LEGENDA:
IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

2 - OBSERVAÇÃO:
OS TRIBUTOS NÃO CONSTANTES DESTES CALENDÁRIO SERÃO PAGOS POR OCASIÃO DA ENTRADA DOS RESPECTIVOS REQUERIMENTOS OU QUANDO DA PRÁTICA DO ATO DE ORIGEM DO SEU PAGAMENTO, OU AINDA A CRITÉRIO DO ÓRGÃO FAZENDÁRIO.

Decreto Nº 141/2013

DECRETO Nº 141, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

FIXA ZONA DE ABSORÇÃO PARA A COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇOS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso

VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado zona de absorção para a cobrança de taxa de coleta, transporte e deposição final do lixo urbano para o exercício de 2014, de acordo com o artigo 100, da Lei Municipal nº 1.942 de 16 de dezembro de 1993 e artigo 1º da Lei nº 2.345 de 17 de dezembro de 1997.

ZONA	COLETA DE LIXO
Zona 1	R\$ 190,47
Zona 2	R\$ 164,70
Zona 3	R\$ 138,96
Zona 4	R\$ 113,21
Zona 5	R\$ 97,78
Zona 6	R\$ 82,29
Zona 7	R\$ 70,05

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 157, de 03 de dezembro de 2012.

Maravilha - SC, 05 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 142/2013

DECRETO Nº 142, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DE VALORES DAS TAXAS DE COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores das taxas de comércio eventual ou ambulante, os quais passam a vigorar nos seguintes termos: I - R\$ 156,68 (cento e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos) por dia de comércio ambulante, sem a utilização de veículo automotor;

II - R\$ 313,38 (trezentos e treze reais e trinta e oito centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga de até duas toneladas;

III - R\$ 479,08 (quatrocentos setenta e nove reais e oito centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga acima de duas toneladas.

Parágrafo único. Os valores das taxas especificadas nos incisos II e III, do presente artigo, serão cobrados do ambulante independentemente se o veículo automotor utilizado para o comércio estiver rodando pelas vias públicas ou possuir ponto fixo de venda.

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização do presente decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 156, de 03 de dezembro de 2012.

Maravilha - SC, 05 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 143/2013

DECRETO Nº 143, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DOS MOTORISTAS DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 8.080/90 e o Decreto nº 7.508/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado o Sr. VALMIR SARTORI - Motorista, Servidor Público Municipal, Matrícula 2386-8 - para exercer a função de COORDENADOR DOS MOTORISTAS DA SAÚDE do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As atribuições inerentes à função de coordenador, estão descritas no Anexo Único do presente Decreto.

Art. 3º A função de Coordenador fundamenta-se no Organograma da Secretaria Municipal da Saúde e está subordinada diretamente à gestão municipal da saúde.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2013.

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário.

Maravilha - SC, 06 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

ATRIBUIÇÕES GERAIS DE COORDENAÇÃO

- Coordenar a equipe e/ou grupo sob sua responsabilidade buscando a harmonização do mesmo através da valorização de todas as pessoas que o integram, apoiando-as, questionando-as e incentivando a comunicação e participação.

- Ajudar o grupo a integrar-se, unir-se, entender-se, perseverar e realizar seus projetos e objetivos.

- Auxiliar a Gestão Central, através da resolução de problemas individuais ou do grupo, evitando que assuntos de pequena importância cheguem ao Gestor Municipal, ou que ganhe proporções incompatíveis com a magnitude do problema.

- Estabelecer a comunicação entre os subordinados e a coordenação e entre a coordenação e o Gestor Municipal de forma ordenada, respeitando a hierarquia seja na área técnica, administrativa ou funcional.

- Estabelecer rotinas de trabalho e elaborar um calendário de reuniões periódicas com o grupo ou parte deste, com a finalidade de discutir problemas, definir prioridades e definir responsabilidade na execução de tarefas.

- Participar de reuniões, seminários, cursos etc. representando o município e/ou o setor em eventos específicos de cada área, buscando informações e servindo como multiplicador aos demais servidores, com vistas e implantação/implementação de novos métodos e práticas inovadoras e resolutivas.
- Excetua-se da atribuições/competências das coordenações, demandas relativas a questões de ordem administrativas/financeiras como: aumento salarial, gratificações, pagamento de horas extras ou outros benefícios trabalhistas, sem o consentimento do Gestor. Pode entando, discutir com o grupo e levar as demandas do setor, para discussão e avaliação com o Gestor municipal.

COORDENAÇÃO DOS MOTORISTAS DA SAÚDE

- Organizar a agenda de viagens, juntamente com o Setor de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e Setor de Agendamento, para planejamento das viagens de média longa distância com antecedência e prover os recursos financeiros necessários junto ao setor competente.
- Elaborar Planilha de Custos individual de cada veículo, onde conste a manutenção preventiva/corretiva, abastecimentos, média de quilometragem e elaboração de Relatórios Mensais com a quilometragem percorrida e os custos de cada veículo.
- Manter em dia e em ordem, guardando em local adequado, bem como providenciar junto ao setor competente, a documentação dos veículos - licenciamento, recibo de quitação, seguro e outros
- evitando multas ou prejuízos ao erário público, pela falta ou fora de prazo, de documentos de uso obrigatório dos veículos.
- Zelar pelo Patrimônio Público verificando e identificado os responsáveis por danos aos veículos próprios e/ou de terceiros, sejam mecânicos ou de outra ordem, quando do uso dos veículos a trabalho e com a devida autorização para circulação.

Decreto Nº 144/2013

DECRETO Nº 144, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE ATENÇÃO BÁSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 8.080/90 e o Decreto nº 7.508/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada a Sra. SANDRA MARA BORTOLANZA -Enfermeira, Servidora Pública Municipal, Matrícula 3592-8 - para exercer a função de COORDENADORA DE ATENÇÃO BÁSICA, do Município de Maravilha,, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As atribuições inerentes à função de coordenador, estão descritas no Anexo Único do presente Decreto.

Art. 3º A função de Coordenador fundamenta-se no Organograma da Secretaria Municipal da Saúde e está subordinada diretamente à gestão municipal da saúde.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2013.

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário.

Maravilha - SC, 06 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

ATRIBUIÇÕES GERAIS DE COORDENAÇÃO

- Coordenar a equipe e/ou grupo sob sua responsabilidade buscando a harmonização do mesmo através da valorização de todas as pessoas que o integram, apoiando-as, questionando-as e incentivando a comunicação e participação.
- Ajudar o grupo a integrar-se, unir-se, entender-se, perseverar e realizar seus projetos e objetivos.
- Auxiliar a Gestão Central, através da resolução de problemas individuais ou do grupo, evitando que assuntos de pequena importância cheguem ao Gestor Municipal, ou que ganhe proporções incompatíveis com a magnitude do problema.
- Estabelecer a comunicação entre os subordinados e a coordenação e entre a coordenação e o Gestor Municipal de forma ordenada, respeitando a hierarquia seja na área técnica, administrativa ou funcional.
- Estabelecer rotinas de trabalho e elaborar um calendário de reuniões periódicas com o grupo ou parte deste, com a finalidade de discutir problemas, definir prioridades e definir responsabilidade na execução de tarefas.
- Participar de reuniões, seminários, cursos etc. representando o município e/ou o setor em eventos específicos de cada área, buscando informações e servindo como multiplicador aos demais servidores, com vistas e implantação/implementação de novos métodos e práticas inovadoras e resolutivas.
- Excetua-se da atribuições/competências das coordenações, demandas relativas a questões de ordem administrativas/financeiras como: aumento salarial, gratificações, pagamento de horas extras ou outros benefícios trabalhistas, sem o consentimento do Gestor. Pode entando, discutir com o grupo e levar as demandas do setor, para discussão e avaliação com o Gestor municipal.

COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA

- Coordenar as equipes de Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família (ESF) - buscando o aprimoramento e a participação de todos com vistas a ampliar e organizar a oferta de serviços através de instrumentos capazes de garantir a evolução contínua dos indivíduos e da equipe na busca do maior grau de satisfação da equipe e usuários.
- Fortalecer a implantação/implementação da Rede de Atenção Básica, contribuindo para a reorientação do modelo de atenção à saúde por meio da adoção da Estratégia Saúde da Família (ESF) como estruturante e ordenador do Sistema Municipal de Saúde no Município de Maravilha/SC.
- Prestar cooperação técnica e apoio às equipes de ESF, disponibilizando instrumentos técnicos que facilitem a organização da Atenção Básica/Saúde da Família em nível local e que possa também contribuir com o processo de capacitação e educação permanente dos profissionais das equipes.
- Avaliar atuação da rede básica de saúde no município e a partir dessa avaliação, planejar em todos os detalhes o processo de trabalho das Equipes de Saúde da Família, considerando as responsabilidades da Atenção Básica como ordenadora dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção.
- Auxiliar no desenvolvimento de estratégias que compatibilizem a prática das equipes de Atenção Básica/Saúde da Família às necessidades da população e dos grupos prioritários assim como os que estão em maior vulnerabilidade.
- Acompanhar, discutir e avaliar junto com as equipes de ESF/SB, o processo de trabalho - rotinas fluxos, acesso - aos serviços, intervindo, quando for o caso, no sentido de organizar (re-organizar) o acesso, priorizando o agendamento prévio e assegurando a integralidade da assistência.
- Acordar com as ESF suas responsabilidades em relação às ações de saúde da criança, saúde da mulher, saúde do homem, saúde do idoso e saúde bucal; ao controle da tuberculose, da hipertensão

e da diabete, e à eliminação da hanseníase, de acordo com as prioridades definidas para a atenção básica e as outras prioridades levantadas pelo diagnóstico da realidade local.

- Monitorar os indicadores de saúde da população, avaliando, discutindo e elaborando estratégias de ação para alcance dos objetivos propostos, atingindo as metas pactuadas e a consequente melhoria da qualidade de vida da população.

Decreto N° 145/2013

DECRETO N° 145, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei n° 8.080/90 e o Decreto n° 7.508/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado o Sr. VANDERLEI VENDRAME - Cirurgião Dentista, Servidor Público Municipal, Matrícula 866-4 - para exercer a função de COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL do município de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As atribuições inerentes à função de coordenador, estão descritas no Anexo Único do presente Decreto.

Art. 3º A função de Coordenador fundamenta-se no Organograma da Secretaria Municipal da Saúde e está subordinada diretamente à gestão municipal da saúde.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2013.

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário.

Maravilha - SC, 06 de dezembro 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

ATRIBUIÇÕES GERAIS DE COORDENAÇÃO

- Coordenar a equipe e/ou grupo sob sua responsabilidade buscando a harmonização do mesmo através da valorização de todas as pessoas que o integram, apoiando-as, questionando-as e incentivando a comunicação e participação.

- Ajudar o grupo a integrar-se, unir-se, entender-se, perseverar e realizar seus projetos e objetivos.

- Auxiliar a Gestão Central, através da resolução de problemas individuais ou do grupo, evitando que assuntos de pequena importância cheguem ao Gestor Municipal, ou que ganhe proporções incompatíveis com a magnitude do problema.

- Estabelecer a comunicação entre os subordinados e a coordenação e entre a coordenação e o Gestor Municipal de forma ordenada, respeitando a hierarquia seja na área técnica, administrativa ou funcional.

- Estabelecer rotinas de trabalho e elaborar um calendário de reuniões periódicas com o grupo ou parte deste, com a finalidade de discutir problemas, definir prioridades e definir responsabilidade na execução de tarefas.

- Participar de reuniões, seminários, cursos etc. representando

o município e/ou o setor em eventos específicos de cada área, buscando informações e servindo como multiplicador aos demais servidores, com vistas e implantação/implementação de novos métodos e práticas inovadoras e resolutivas.

- Excetua-se da atribuições/competências das coordenações, demandas relativas a questões de ordem administrativas/financeiras como: aumento salarial, gratificações, pagamento de horas extras ou outros benefícios trabalhistas, sem o consentimento do Gestor. Pode entanto, discutir com o grupo e levar as demandas do setor, para discussão e avaliação com o Gestor municipal.

COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL

- Coordenar as Ações de Saúde Bucal do município na Atenção Básica, vinculadas ou não à Estratégia Saúde da Família, buscando estabelecer rotinas de trabalho que contemplem o acesso dos usuários ao serviço, a continuidade do tratamento, o número de pessoas e procedimentos médios por turno de atendimento.

- Definir juntamente com os demais servidores, critérios técnicos/clínicos de prioridade no atendimento, em todos os níveis de atenção, com vistas a garantir a integralidade da assistência com equidade e resolutividade.

- Estabelecer mecanismos de regulação do acesso, controle da produção e avaliação da qualidade dos serviços prestados, visando o maior grau de satisfação de profissionais e usuários.

- Identificar possíveis problemas e buscar estratégias de resolução para que os profissionais prestem os serviços e usuários sejam atendidos de forma equânime em relação as áreas de atuação em que o número de habitantes versus a quantidade de profissionais seja diretamente proporcional à produção.

- Discutir com a equipe as rotinas de trabalho que contemplem todos os pontos de atenção, desde a promoção de saúde bucal em escolas, creches, APAE, idosos, gestantes e outros. O tratamento clínico ambulatorial e a protetização. Ainda o encaminhamento, quando for o caso, para os Centros e Especialidades Odontológicas (CEOs) de acordo com os protocolos clínicos estabelecidos.

- Elaborar, implantar e/ou implementar os Protocolos Clínicos existentes, a fim de permitir a padronização das ações e serviços de saúde bucal, respeitando as individualidades técnicas, evitando desvios padrão da parte operacional e administrativa.

- Ser o elo entre o Setor de Saúde Bucal, a gestão municipal e a comunidade, representando o município, quando for o caso, em reuniões, cursos, seminários e demais eventos da Saúde Bucal.

Decreto N° 146/2013

DECRETO N° 146, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

RESTABELECE APOSENTADORIA À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto restabelecida a aposentadoria por tempo de serviço, concedida ao servidor municipal GILLIO ZARDO, ocupante do cargo de serviços gerais, conforme já concedida no Decreto Municipal n° 155/99.

§1º O restabelecimento da aposentadoria dá-se em razão de decisão constante no Processo n° 2011049133-9.

§2º O restabelecimento da aposentadoria é assegurado até o devido processo legal que garanta ao servidor o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário, especialmente o Decreto n° 155, de 27 de junho de 2006.

Maravilha - SC, 10 de dezembro 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Sec. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

Portaria N° 323/2013

Portaria n°323/2013

De 22/11/2013

CONCEDE FÉRIAS POR UM PERÍODO DE DEZ DIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal DAIANE CERATTO, por um período de 10 dias, de 09 de dezembro a 18 de dezembro de 2013, os restantes 20 dias serão postergados para uma data futura a ser marcada em acordo com o departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 12 de abril de 2012 a 11 de abril de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de novembro de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 324/2013

Portaria n°324/2013

De 22/11/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE AGNOLINE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos

Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILENE AGNOLINE, por um período de 30 dias, de 20 de janeiro a 18 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de novembro de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 325/2013

Portaria n°325/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CREUZA MARAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CREUZA MARAN, por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2012 a 25 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 326/2013

Portaria n°326/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALDIVA ROMANINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ALDIVA ROMANINI, por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de dezembro de 2012 a 30 de novembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 327/2013

Portaria n°327/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA TONIAZZO MORO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDREIA TONIAZZO MORO, por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2012 a 25 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 328/2013

Portaria n°328/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ cod 224 e 613, por um período de 30 dias e 24 dias respectivamente, de 06 de janeiro de 2014 a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 02 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 e 08 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 329/2013

Portaria n°329/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CELSO PEROTTO, por um período de 30 dias, de 06 de janeiro de 2014 a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 02 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 330/2013

Portaria n°330/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCELIA CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal LUCELIA CAREGNATTO cod 542, por um período de 30 dias, de 06 de janeiro de 2014 a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 331/2013

Portaria n°331/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCELIA CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal LUCELIA CAREGNATTO cod 568, por um período de 30 dias, de 06 de janeiro de 2014 a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 332/2013

Portaria n°332/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALDIVA ROMANINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ALDIVA ROMANINI, cod 235 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de dezembro de 2012 a 30 de novembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 333/2013

Portaria n°333/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUZA TOME FOPPA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CLEUZA TOME FOPPA cod 16 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a

mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 334/2013

Portaria nº334/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDIANE NARCISA TESTON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal EDIANE NARCISA TESTON cod .609 por um período de 22 dias, de 06 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 16 de abril a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 335/2013

Portaria nº335/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IZABETE PRATI BINDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal IZABETE PRATI BINDA cod .225 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 20 de novembro de 2012 a 19 novembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 336/2013

Portaria nº 336/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANGELA MASCARELLO DONZELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ROSANGELA MASCARELLO DONZELLI cod .593 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 09 de janeiro de 2013 a 08 de janeiro de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 337/2013

Portaria nº337/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANI BUSSOLARO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ROSANI BUSSOLARO cod .323 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 338/2013

Portaria nº338/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANI BUSSOLARO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ROSANI BUSSOLARO cod .556 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 339/2013

Portaria nº339/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISTELLA RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARISTELLA RAMPAZZO cod .544 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 340/2013

Portaria nº340/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISTELLA RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARISTELLA RAMPAZZO cod .612 por um período de 22 dias, de 06 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 18 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 341/2013

Portaria nº341/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZETE MOREIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELIZETE MOREIRA cod .596 por um período de 27 dias, de 06 de janeiro a 01 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 342/2013

Portaria nº342/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELIX CARENATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal FELIX CARENATTO cod .240 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 06 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 06 de maio de 2012 05 de maio a 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 343/2013

Portaria nº343/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMERSON LUIZ BODANESE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EMERSON LUIZ BODANESE cod .599 por um período de 15 dias, de 06 de janeiro a 20 de janeiro de 2014. Os restantes 15 dias serão postergados para um data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de março a 02 de março de 2013

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 344/2013

Portaria nº344/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELICLEI CASARIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ELICLEI CASARIL cod .610 por um período de 22 dias, de 06 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 03 de

abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 345/2013

Portaria nº345/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDEMIR LUIZ NOSSAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CLAUDEMIR LUIZ NOSSAL cod .146 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 02 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 346/2013

Portaria nº346/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANE MULINARI SQUARIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CRISTIANE MULINARI SQUARIO cod .349 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 02 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 347/2013

Portaria nº347/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILETE RAMPAZZO MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILETE RAMPAZZO MAROSTICA cod .160 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 348/2013

Portaria nº348/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILETE RAMPAZZO MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILETE RAMPAZZO MAROSTICA cod .237 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 349/2013

Portaria nº349/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROVANIR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ROVANIR PERUZZO cod .437 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 16 de julho de 2012 a 15 de julho de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 350/2013

Portaria nº350/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ANTONIO MAROSTICA cod .331 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 27 agosto de 2012 a 26 de agosto de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 351/2013

Portaria nº351/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUZA PELEGRINI SINISKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NEUZA PELEGRINI SINISKI cod .370 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2012 a 25 de dezembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 352/2013

Portaria nº352/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA PAULA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDREIA PAULA CERATTO cod .577 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 14 de maio de 2012 a 13 de maio de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 353/2013

Portaria nº353/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILUCIA CARBONERA DONZELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILUCIA CARBONERA DONZELLI cod .52 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 354/2013

Portaria nº354/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILUCIA CARBONERA DONZELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILUCIA CARBONERA DONZELLI cod .565 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 355/2013

Portaria nº355/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLI LUNARDI cod .35 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 356/2013

Portaria nº356/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLI LUNARDI cod .325 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 357/2013

Portaria nº357/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NANDRIA NERVIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NANDRIA NERVIS cod .325 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 358/2013

Portaria nº358/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NANDRIA NERVIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NANDRIA NERVIS cod .541 por um período de 30 dias, de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Portaria N° 359/2013

Portaria nº359/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA PERCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal PATRICIA PERCIO cod .606 por um período de 22 dias, de 06 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a

mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 07 de abril de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 360/2013

Portaria nº360/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA PERCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal PATRICIA PERCIO cod .607 por um período de 22 dias, de 06 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 08 de abril de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 361/2013

Portaria nº361/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A PROPORCIONAIS SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANE SINISKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias proporcionais a Servidora Pública Municipal TATIANE SINISKI cod .604 por um período de 22 dias, de 06 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 08 de abril de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Portaria N° 362/2013

Portaria nº362/2013

De 04/12/2013

CONCEDE FÉRIAS A PROPORCIONAIS SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANE SINISKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias proporcionais a Servidora Pública Municipal TATIANE SINISKI cod .605 por um período de 22 dias, de 06 de janeiro a 27 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 08 de abril de 2013 a 31 de dezembro 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº 1565/2013

LEI Nº 1565/2013

Dispõe sobre o pagamento dos honorários de sucumbência aos Procuradores Municipais, fixa critérios para o rateio desses valores e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Os honorários pagos pela parte vencida em virtude de cobrança judicial da Dívida Ativa e nas demais Ações Judiciais, a título de sucumbência, pertencem aos Procuradores Municipais vinculados a Procuradoria do Município, e que nesta desempenham suas atribuições.

§ 1º O disposto no caput deste artigo tem validade inclusive para ações já ajuizadas e em andamento ou não.

§ 2º Não será devido qualquer pagamento a título de honorários, quando efetuado acordo ou pagamento de débito pela via administrativa, desde que não tenha sido ajuizada a respectiva ação.

§ 3º Os honorários não constituem encargo do Tesouro Municipal, e serão pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora, adversa ao Município nos feitos judiciais.

Art. 2º Considera-se em efetivo exercício, o Procurador que, na data do rateio, esteja:

I - em gozo de férias regulamentares;

II - em gozo de licença para tratamento de saúde;

III - licença à gestante;

Art. 3º Não se considera em efetivo exercício, o Procurador que, na data do rateio, esteja:

I - licenciado para tratamento de interesses particulares;

II - licenciado para campanha eleitoral;

III - licenciado para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - afastado para exercício de mandato eletivo;

V - afastado da função para cumprimento de punição após regular Processo Administrativo;

VI - aposentado.

Art. 4º Compõem o conjunto dos Procuradores Municipais, os ocupantes do cargo efetivo de Advogado e do cargo comissionado de Procurador Geral do Município, desde que estejam no efetivo exercício.

Parágrafo Único Os advogados efetivos, aprovados por concurso público, que estejam ocupando cargos de confiança ou comissionados junto ao Poder Executivo Municipal também terão direito ao rateio das verbas previstas nesta lei.

Art. 5º Os honorários advocatícios de que trata o art.1º desta Lei serão distribuídos entre os Procuradores Municipais, na proporção abaixo especificada:

I - oitenta e cinco por cento aos Procuradores Municipais da ativa, por rateio mensal equitativo;

III - quinze por cento a Procuradoria do Município de Massaranduba.

Parágrafo 1º Os valores recebidos a título de honorários advocatícios pelos servidores vinculados a Procuradoria Municipal somente integrarão a remuneração do servidor para cálculo do teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, in finis, da Constituição Federal.

Parágrafo 2º Não havendo Procurador Municipal em exercício no momento do recebimento dos honorários de sucumbência, o valor percebido com base no artigo 1º desta LEI

será remetido à conta específica da Procuradoria Municipal, bem como, se o valor a ser recebido pelo Procurador Municipal exceder ao teto remuneratório previsto no parágrafo anterior, o valor adicional será remetido à conta específica da Procuradoria Municipal.

Art. 6º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire dos procuradores municipais o direito ao recebimento de honorários processuais de que trata esta LEI.

Art. 7º Os valores provenientes da arrecadação dos honorários de sucumbência previsto no art. 1º desta lei serão depositados em conta aberta especialmente para receber recursos desta natureza, denominada "PMM - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Art. 8º Os honorários advocatícios depositados na conta bancária pública denominada PMM - Honorários Advocatícios serão controlados pela Secretaria de Administração e Finanças, e os valores serão repassados na proporção estabelecida no artigo 5º desta Lei, sendo:

I - Aos Procuradores Municipais, através de crédito em folha pela Gerência de Pessoal, a título de "gratificação variável", na mesma data do pagamento geral do funcionalismo municipal.

II - A Procuradoria Municipal, através da abertura de uma conta bancária pública com exclusiva finalidade de receber recurso gerado pelo recebimento de honorário de sucumbência, denominada "PMM - PRGR", controlada pela Secretaria de Administração e Finanças, e utilizada no pagamento de despesas, previamente aprovadas pelo Procurador Geral, que visem o aperfeiçoamento dos trabalhos da Procuradoria Municipal.

§ 1º O rateio dos honorários será feito mensalmente, sendo que os valores apurados até o dia 20 do mês em referência serão pagos através das formas estabelecidas nos incisos I e II.

§ 2º O saldo remanescente no final do exercício financeiro relativo à conta estabelecida no inciso II permanecerá na conta especial para o exercício subsequente, de forma a assegurar a destinação prevista nesta LEI.

§ 3º - A identificação dos beneficiados, na forma da referida Lei, é de responsabilidade do Procurador Geral do Município, que deverá encaminhar à Gerência de Pessoal uma relação contendo o nome e o percentual do valor que deverá ser repassado a cada um dos Servidores beneficiados, bem como, informar eventuais alterações.

Art. 9º Com a finalidade de permitir o acompanhamento, pelos beneficiados, das determinações constantes na presente Lei, a Secretaria de Administração e Finanças deverá encaminhar ao Procurador Geral, mensalmente, cópia dos extratos de movimentação dos recursos depositados nas referidas contas bancárias públicas.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 12 de Dezembro de 2013.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto N°. 2825 de 06 de Dezembro de 2013

DECRETO N°. 2825 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012,

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde

R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde

R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Lei N° 1616/2013

LEI N° 1616/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A SOCIEDADE DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO DE POÇO VERDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a SOCIEDADE DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO DE POÇO VERDE, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.871.293/0001-00, com sede na Estrada Geral, s/n.º, Poço Verde, Meleiro/SC.

Art. 2.º Ficam asseguradas à entidade de que trata o artigo 1.º da presente Lei, todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 12 de dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 467/2013

PORTARIA n.º 467/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITOR DE MÚSICA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor HENRIQUE GOMES, ocupante do cargo de Monitor de Música, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo, em virtude do término das atividades.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 26/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 445/2013.

Meleiro, 03 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



Portaria N.º 468/2013

PORTARIA n.º 468/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITOR DE MÚSICA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor FERNANDO LUIZ MATIOLA ocupante do cargo de Monitor de Música, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo, em virtude do término das atividades.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 23/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 446/2013.

Meleiro, 03 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Termo Aditivo n. 001/2013

Contrato Administrativo n. 033/2013

Contratada: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER torna público para conhecimento dos interessados, que realizou termo aditivo referente ao contrato administrativo n.033/2013, objetivando a alteração da cláusula quarta do contrato supra citado, prorrogando o prazo de vigência por mais 12(doze) meses. Sendo mantidas as demais cláusulas contratuais.

Prazo de Vigência: 1º de janeiro de 2014 e termino em 31 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 11 de Dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Termo Aditivo n. 001/2013

Contrato Administrativo n. 033/2013

Contratada: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER torna público para conhecimento dos interessados, que realizou termo

aditivo referente ao contrato administrativo n.033/2013, objetivando a alteração da cláusula quarta do contrato supra citado, prorrogando o prazo de vigência por mais 12(doze) meses. Sendo mantidas as demais cláusulas contratuais.

Prazo de Vigência: 1º de janeiro de 2014 e termino em 31 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 11 de Dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Portaria Licença Maternidade

PORTARIA Nº. 3590 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. KARLA FABIENNE DE ANDRADE MURARA, matrícula nº. 2376/15, que exerce a função Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 01/12/2013 a 29/05/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01/12/2013 a 29/05/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3591 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. FRIMAM KLIMKE NAZÁRIO, matrícula nº. 16429/02, que exerce a função Professora,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 02/12/2013 a 30/05/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02/12/2013 a 30/05/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3592 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUANA LACERDA, matrícula nº. 62240/04, que exerce a função Monitora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 03/12/2013 a 31/05/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03/12/2013 a 31/05/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3593 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. SUZELE BENTA DO NASCIMENTO, matrícula nº. 53470/10, que exerce a função Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 05/12/2013 a 02/06/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05/12/2013 a 02/06/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3594 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. SUZELE BENTA DO NASCIMENTO, matrícula nº. 53470/11, que exerce a função Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 05/12/2013 a 02/06/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05/12/2013 a 02/06/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

Portaria Licença Saúde

PORTARIA Nº. 3580 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SUELI MARIA TRIMMER S. CUNHA, sob matrícula nº 1067/19, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 22/09/2013 à 03/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de setembro de 2013 à 03 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 22 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de dezembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Logística Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3587 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SUELI MARIA TRIMMER S. CUNHA, sob matrícula nº 1067/20, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 22/09/2013 à 03/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de setembro de 2013 à 03 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 22 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3588 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a GILMARA ROCHA, sob matrícula nº 1168/10, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 12/09/2013 à 30/11/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de setembro de 2013 à 30 de novembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 12 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3589 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a GILMARA ROCHA, sob matrícula nº 1168/11, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 12/09/2013 à 30/11/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de setembro de 2013 à 30 de novembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 12 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 06 de dezembro de 2013.

Extrato Homologação Dispensa Licitação N° 195/2013 PMN

Extrato de Homologação n° 195/2013.
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 195/2013
PROCESSO N° 195/2013
HOMOLOGAÇÃO: 06/12/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
CONTRATADO: MARCELO HERMENEGILDO

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR MARIO JUNIOR PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2014, EM PRAÇA PÚBLICA, DURANTE AS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 06 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei Complementar 044

Lei Complementar nº 044 de 20 de novembro de 2013
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 26 DE 30 DE JUNHO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar nº 26, de 30 de junho de 2003, no que se refere a quantidade de vagas para Professor de Educação Infantil e Professor de Educação Especial com carga horária de 20 horas, passa a vigorar com as seguinte alterações:

I - Professor de Educação Infantil, carga horária de 20 horas, de 03 para 07 vagas;
II - Professor de Educação Especial, carga horária de 20 horas, de 02 para 04 vagas;

Art. 2º O Anexo II da Lei Complementar nº 26, de 30 de junho de 2003, no que se refere a denominação do cargo de Professor de Ensino Fundamental - 1º a 4º e 5º ao 8º, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Professor de Ensino Fundamental - 1a ao 5a
II - Professor de Ensino Fundamental - 6a ao 9a

Art.3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar por Decreto a adequação do ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 026, de 30 de junho de 2003, tendo em vista as alterações contidas nos artigos 1º e 2º desta LEI.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrente da execução da presente Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte - SC, 20de novembro de 2013.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 045

Lei Complementar nº 045 de 20 de novembro de 2013
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO II E III DA LEI COMPLEMENTAR Nº025, DE 30 DE JUNHO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que

a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, do anexo II, da Lei Complementar nº 25, de 30 de junho de 2003, passa a vigorar com os vencimentos constante no anexo I desta Lei Complementar.

Art. 2º Fica alterada a quantidade de vagas para os cargos a seguir relacionados que passa a vigorar com as seguintes alterações:
I - Código 20.06 - Motorista de Veículos leves, de 03 para 06 vagas;
II - Código 20.07 - Operador de máquinas, de 13 para 15 vagas;
III - Código 40.03 - Técnico em agropecuária, de 03 para 04 vagas;
IV - Código 40.05 - Técnico em vigilância sanitária, de 01 para 02 vagas;
V - Código 50.03 - Assistente Social, de 01 para 02 vagas;
VI - Código 50.10 - Psicólogo, de 01 para 02 vagas;

Art. 3º Fica criado o seguinte cargo de provimento efetivo, vinculado à estrutura administrativa da Lei Complementar nº 25, de 30 de junho de 2003:

I - Código 40.06 - Técnico de enfermagem, com 03 (três) vagas de 40 horas semanais, com vencimentos de R\$1.997,00.

Parágrafo único. As atribuições e demais condições para ingresso, relativamente ao cargo criado nos termos deste artigo, constam no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º O Anexo III, da Lei Complementar nº 25, de 30 de junho de 2003, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

I - Gestor Municipal de Projetos e Convênios, código CC-7, vencimentos R\$ 3.700,00

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar por Decreto a adequação do ANEXO II e ANEXO III, da Lei Complementar Municipal nº 25, de 30 de junho de 2003, tendo em vista às alterações contidas nos artigos 1º a 4º desta Lei Complementar.

Art. 6º Para cobrir as despesas decorrente da execução da presente Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, exceto o art. 1º desta Lei, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 8º - Revoga-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, 20 de novembro de 2013.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Resultado TA 01/2013

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2013 - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO seleção de propostas para a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção segunda etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m² (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados), conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital, em regime de execução de empreitada por preços unitários e critério de julgamento do menor preço global. QUE no dia marcado para abertura dos envelopes da documentação dia 09/12/2013, às 14:00 horas, houve a participação das seguintes empresas: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA e VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP, após análise pela Comissão e pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento da proposta, que se dará nesta mesma data, pela apresentação de desistência de recurso por parte das empresas desta fase.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2013 - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO seleção de propostas para a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção segunda etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m² (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados), conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital, regime de execução de empreitada por preços unitários e critério de julgamento do menor preço global. QUE na abertura dos envelopes das propostas, quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA, a empresa VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP com o valor de R\$ 68.945,74 (sessenta e oito mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) estando o preço de acordo com o orçamento da Câmara.

Novo Horizonte (SC), em 09 de dezembro de 2013

Orleans

PREFEITURA

Extratos de Licitações

CONVITE Nº 44/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/13

HOMOLOGAÇÃO: 09/12/13

CONTRATADO: MARIA DOS REMEDIOS ABREU MARTINS ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: REFORMA DO POSTO DE SAUDE DE RIO BELO, PSF SANTA LUZIA, COM UMA AREA DE 210,86M²

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.092,12 (trinta e quatro mil e noventa e dois reais e doze centavos)

DATA: 02/12/13

HIRANIA MARIA CASCAES NAZARIO

Secretaria De Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 45/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada: MARIA DOS REMEDIOS ABREU MARTINS ME

Valor: 34.092,12 (trinta e quatro mil e noventa e dois reais e doze centavos)

Vigência: Início: 09/12/2013 Término: 28/02/2014

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 44/2013

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (35) Saldo: 66.263,96

Objeto: REFORMA DO POSTO DE SAUDE DE RIO BELO, PSF SANTA LUZIA, COM UMA AREA DE 210,86M²

Orleans, 2 de Dezembro de 2013

Extratos de Licitações

CONVITE Nº 125/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/13

HOMOLOGAÇÃO: 28/11/13

CONTRATADO: VEDAT IMPERMEABILIZACAO LTDA (ME).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE CONTENÇÃO NA RUA RUI PFTZENREUTER, NO BAIRRO ALTO PARANA EM ORLEANS DE ACORDO COM O PROJETO ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.453,00 (vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e três reais)

DATA: 11/12/13

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/13

HOMOLOGAÇÃO: 04/12/13

CONTRATADO: UNITÁ VEÍCULOS LTDA - CRICIUMA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO 0KM ANO 2013 MODELO 2014 PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE ORLEANS

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais)

DATA: 11/12/13

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito De Orleans.

Extratos de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 154/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: VEDAT IMPERMEABILIZACAO LTDA (ME).

Valor: 23.453,00 (vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e três reais)

Vigência: Início: 28/11/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 125/2013

Recursos: Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (91) Saldo: 30.213,43

Objeto: CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE CONTENÇÃO NA RUA RUI PFTZENREUTER, NO BAIRRO ALTO PARANA EM ORLEANS DE ACORDO COM O PROJETO ANEXO.

Orleans, 11 de Dezembro de 2013

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Ouro Verde**PREFEITURA****Lei Complementar N.052/2013**

LEI COMPLEMENTAR N°. 052/2013

"Dispõe sobre a extinção de cargos públicos e dá outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica extinto o cargo de operador de britador com 02 (duas) vagas, constante do Anexo I, item II, letra "r", da Lei Complementar n. 042, de 01 de março de 2011, declarados desnecessários, conforme processo administrativo aberto através da Portaria n. 257/2013.

Art. 2º Os servidores ocupantes do cargo referido no artigo anterior ficam realocados da seguinte forma:

I - O Servidor Roque Ancelmo Kosinski em uma das vagas de operador de rolo compactador - nível 81-A, com salário de R\$ 1.978,07 constante do Anexo I, item II, letra "q", da Lei Complementar n. 042, de 01 de março de 2011.

II - O Servidor Sidnei Antonio Sobcsik em uma das vagas de operador de motoniveladora - nível 81-A, com salário de R\$ 1.978,07 constante do Anexo I, item II, letra "n", da Lei Complementar n. 036, de 28 de abril de 2009.

Parágrafo único. A capacitação para o exercício das novas funções correrá por conta dos servidores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Decreto N.2415

DECRETO N.º 2415/2013

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. LETICIA MARIA RODIGHIERI DE QUADRA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Copa e Limpeza, a contar de 01 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 12 de dezembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Resolução N° 56, de 06 de Novembro de 2013**

RESOLUÇÃO N° 56, de 06 de novembro de 2013.

Altera a Resolução N° 11/2012 em seu art. 4º e Institui as Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social, estabelece diretrizes para o seu funcionamento, nomeia os membros para a gestão 2013-2015 e da outras providências.

Art. 1º. A Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições tem por finalidade oferecer subsídios na regulação de ações da gestão do Sistema Único de Assistência social - SUAS, na perspectiva da defesa de direitos que visa a garantir o pleno acesso as aquisições no conjunto das provisões socioassistenciais.

I) A Comissão de Normas da Assistência Social tem as seguintes competências:

a) Formular e atualizar as Leis que dispõem sobre a Política de Assistência Social em consonância com a Lei Federal n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

b) Acompanhar e controlar as inscrições de entidades ou organizações de assistência social, mantendo cadastro atualizado, com o objetivo de intervir em defesa dos seus direitos;

c) Proceder á regulamentação da concessão e valor dos benefícios eventuais, na forma determinada pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

d) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

f) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, complementando as decisões do Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Estadual de Assistência Social;

g) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a Política de Assistência Social;

h) Estabelecer meios de denúncias e procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Municipal de Assistência Social;

- i) Realizar estudos e desenvolver ações para auxiliar o CMAS na normatização de suas competências;
- j) Acompanhar os atos normativos afetos à assistência social e ao CNAS, propondo alterações para adequação das normas internas à legislação atual;
- k) Acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais normativas referentes à assistência social;
- l) Elaborar minutas de resoluções para normatizar as ações da assistência social de competência da Comissão de Normas da Assistência Social;
- m) Acompanhar publicações no Diário Oficial da União, no que se refere aos assuntos de interesse do CMAS;

II) São membros da Comissão de Normas, regulamentos e Inscrições:

- a) Daniela da Silva Bombazzaro;
- b) Mirian de Lourdes Fonseca;
- c) Rogério Enoch Rech;
- d) Marcelo Heck;
- e) Ana Cristina Faber.

Art. 2º A Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução físico-financeira dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, gastos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na perspectiva do controle social e a garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Orçamento e Financiamento da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Apreçar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social;
- b) Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social.
- c) Aprovar critérios da transferência de recursos para as entidades de assistência social;
- d) Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.
- e) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.
- f) Apreçar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios, do município, quanto os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC e estabelecer estratégias de articulação junto a Secretaria de Finanças e ao Poder Legislativo, no sentido de manter ou ampliar a proposta orçamentária;
- g) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-PBF, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;
- h) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;
- i) Apreçar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e apreciar os Relatórios de Execução Orçamentária, mensalmente;
- j) Apreçar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social;
- k) Acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.
- l) Apreçar o Relatório Anual de Gestão;

II) São membros da Comissão de Financiamento e Orçamento:

- a) Ana Paula Luna M. de Melo;
- b) Gean Karlo Medeiros;
- c) Angela Maria Wagner;
- d) José Virgílio da Silva Junior;
- e) Marcelo Heck.

Art. 3º A Comissão de Política da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução, da Política de Assistência Social, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Política da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Aprovar a Política e o Plano Municipal de Assistência Social, observados os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- b) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.
- c) Avaliar o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como seus ganhos sociais;
- d) Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social.
- e) Estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidos na prestação de serviços de assistência social.
- f) Discussão intersetorial de políticas públicas, em articulação com o MDS, conselhos setoriais e os conselhos de defesa de direitos;
- g) Elaborar materiais técnicos que visem subsidiar o CMAS em suas atribuições;
- h) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a Política de Assistência Social.
- i) Apreçar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, realizadas em âmbito estadual e, outras normativas da área, devendo contribuir em diferentes estágios de sua formulação;
- j) Apreçar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Plurianual e Anual de Assistência Social e suas adequações, por meio do monitoramento semestral e da avaliação e revisão anual;
- k) Apreçar o Relatório Anual de Gestão - execução física;
- l) Apreçar, sempre em que houver, o monitoramento por parte do estado dos serviços socioassistenciais e equipamentos sociais, para superação do não alcance de metas de pactuação nacional e de indicadores de gestão e não observância das normativas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, quando couber;
- m) Avaliar e fiscalizar os Serviços Socioassistenciais prestados pelos Órgãos Governamentais e não Governamentais, especialmente as condições de acesso da população a esses serviços e, indicar as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;
- n) Apreçar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;
- o) Levantar dados e informações que subsidiem a Comissão de Política da Assistência Social no acompanhamento da efetivação do SUAS;

II) São membros da Comissão de Políticas:

- a) Zilmar Lenita Gervasi;
- b) Rafael Arns Stobbe;
- c) Lore Roedel Westphal;
- d) Mirian de Lourdes Fonseca;
- e) Divanir Candido Veloso Fagundes.

Art. 4º A Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios para a publicação das

deliberações, informativos das atividades e divulgar as ações realizadas pelo CMAS.

I)A Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social tem as seguintes competências:

- Propor a criação de instrumentos para a divulgação, interna e externa, das políticas de assistência social;
- Propor a edição de publicações periódicas, de natureza técnica ou de divulgação de atividades do setor;
- Elaborar anualmente, um informativo das atividades do Conselho e das entidades assistenciais registradas no Conselho Municipal de Assistência Social;
- Opinar sobre as matérias relativas à Comunicação Social, de interesse do Conselho e das entidades assistenciais.
- Promover a divulgação adequada e permanente das atividades do CMAS;
- Utilizar os canais de comunicação do Município para divulgar amplamente as ações e políticas públicas que o Conselho formular.

II)São membros da Comissão de Divulgação e Comunicação:

- Sabrina Francisco
- Ana Cristina Faber
- Rogério Enoch Rech
- Daniela da Silva Bombazaro
- Joice lane Silva

Art. 5º As Comissões Temáticas se reunirão por convocação do (a) Presidente do CMAS/SC, mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário.

Art. 6º As Comissões Temáticas compõe-se de no mínimo 04 (quatro) membros, preferencialmente com representação paritária, eleitos pela Plenária do CMAS/SC, dentre eles 1 (um) deverá exercer a função de Coordenador e 1 (um) de Secretário, devendo registrar em livro próprio todos os pareceres da comissão em relação a matérias estudadas;

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução N°. 59 / 2013

RESOLUÇÃO N°. 59 / 2013

Nomeia a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 06 de novembro de 2013, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes conselheiros para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social:

- Presidente - Zilmar Lenita Gervasi
- Vice-Presidente - Francelise da Fonseca Schneider
- 1º Secretário - Jaqueline Severino Amaral
- 2º Secretário - Carin Fabiana Becker

Art. 2º Conforme Capítulo IV, Sessão II, Art. 24º do Regimento Interno a Mesa Diretora eleita terá mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução no mesmo cargo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução N°. 60 / 2013

RESOLUÇÃO N°. 60 / 2013

Institui e Regulamenta a Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 06 de novembro de 2013, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Institui e Regulamenta a Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e nomear os membros.

Art.2º A Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil têm por finalidade oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução do Programa Bolsa Família, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem as seguintes competências:

- Monitorar e acompanhar a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família no cumprimento do Art. 2º da Portaria/MDS/nº 256, de 19 de março de 2010;
- Acompanhar a Coordenação e Comitê Gestor do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- Acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras Políticas Públicas Sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Acompanhar a oferta por parte do Governo Municipal dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;
- Apreciar o Plano de Aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD PBF;
- Apreciar o Relatório Anual de Gestão do Programa Bolsa Família;
- Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, por meio do Índice de Gestão Descentralizada Municipal para o

Programa Bolsa Família;

- i) Acompanhar a listagem dos beneficiários, principalmente se as estimativas do município estão sendo atendidas;
- j) Criar canal de denúncias, acompanha-las e apura-las junto com a coordenação do Programa Bolsa Família;
- k) Acompanhar os indicadores referentes ao trabalho infantil no município;
- l) Fiscalizar e acompanhar se o fluxo de identificação e atendimento ao trabalho infantil estão ocorrendo no município, integrando os atendimentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- m) Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
- n) Acionar, por meio do CMAS/SC, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

II- São membros da Comissão de Acompanhamento ao Programa Bolsa Família - PBF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI:

- a) Bruna Schweitzer Delduque Melo
- b) Sabrina Francisco
- c) Francelise da Fonseca Schneider
- d) Luciana Maria da Silva
- e) Nanci Cecília de Oliveira Veras

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Pregão Presencial 242-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N°. 242/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial n°. 242/2013, no dia 16 de janeiro de 2014, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto a aquisição de aparelhos de Ponto Biométrico para registro de ponto dos funcionários públicos (efetivos e comissionados), a serem instalados em postos de trabalho localizados fora do Centro Administrativo Municipal, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 10 de dezembro de 2013.
PREGOEIRO (A).

Resultado Pregão Presencial 218/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N°. 218/2013

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO N°. 218/2013, na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Servidores de Hack devidamente instalado para Secretaria da Receita e Regularização Fundiária e Diretoria de Informática, de acordo com as especificações contidas nos anexos do edital convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

- SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA CNPJ 76.366.285/0001-40, venceu em primeiro lugar o item 01. Totalizando a importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Palhoça, 12 de dezembro de 2013.
SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira - Portaria 1027/2013

Convênio de Cooperação Técnica N° 043, de 11 de Dezembro de 2013.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 043, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n°. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, através do Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, com participação da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representado pelo seu gestor, Senhor NILSON JOÃO ESPÍNDOLA, doravante denominada de SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e de outro lado a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pela sua gestora, Senhora SHIRLEY NOBRE SCHARF, doravante denominada SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA OFERTA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-PETI, em conformidade com o interesse social, seguindo as normas da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a conjunção de esforços, das Secretarias de Educação e Assistência Social para ofertar às crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - PETI, onde a Secretaria de Educação se compromete em fornecer a cessão e o pagamento de profissionais da área de educação, bem como, o fornecimento de vales transportes às crianças e adolescentes atendidas neste serviço, e a Secretaria de Assistência Social, o gerenciamento do serviço proposto, a disponibilização de um profissional assistente social, bem como, o fornecimento de alimentação, material de expediente, material de higiene e limpeza e a disponibilização do local para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV - PETI, atualmente localizado no Colégio Dom Jaime Câmara, no Município de Palhoça, com previsão de atendimento de 300 (trezentas) crianças e adolescentes inseridos num contexto de vulnerabilidade social, encaminhados pela rede socioassistencial, conselho tutelar e ministério público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CESSÃO DE PROFISSIONAIS

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ficará responsável pela cessão de profissionais da educação para atender as crianças e adolescentes, na seguinte quantidade:

I - Em Colônia de Férias: 10 (dez) professores, 02 (duas) merendeiras e 02 (duas) Auxiliar de Serviços Operacionais (ASO), com previsão de início no dia 15 de dezembro de 2013 e término em 07 de fevereiro de 2014, com encerramento contratual na data do término da Colônia de Férias;

II - Em Ano Letivo: com início dia 10 de fevereiro de 2014, constituído por 16 (dezesseis) professores para trabalharem em sala de aula, como orientadores sociais e 07 (sete) professores para atuarem como facilitadores de oficinas, sendo oficinas distribuídas, nas seguintes modalidades: oficina de vôlei e futebol, oficina de recreação e horta, oficina de artes manuais, oficina de música e violino, oficina de artes e arte em EVA, oficina de recreação e oficina de dança e ginástica; 04 (quatro) merendeiras e 04 Auxiliar de Serviços Operacionais (ASO), com início em 10 de fevereiro de 2014 e término em 12 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 100 % (cem por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pelo objeto do presente instrumento, relativos ao período de permanência dos mesmos no PETI.

I - O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas no serviço, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

II - A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento, com observância das seguintes obrigações:

I - COMPETE À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

a) Fornecer os profissionais da educação na forma prevista na Cláusula Segunda deste instrumento;

b) Arcar com a remuneração dos profissionais cedidos;

c) Fornecer vale transportes às crianças e adolescentes devidamente matriculados.

II - COMPETE À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Fornecer os gêneros alimentícios constantes na Cláusula Quarta do presente convênio;

b) Fornecer material de higiene, limpeza e expediente para o serviço;

c) Fornecer material didático para as atividades inerentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo PETI;

d) Acompanhar os servidores e fornecedores quando do descarregamento dos gêneros alimentícios;

e) Orientar os profissionais da educação para prestar serviços e atendimentos às crianças e adolescentes;

f) Fornecer todo o suporte necessário para as atividades a serem desenvolvidas;

g) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

h) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional adequada;

i) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos;

j) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

k) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

l) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários; e

m) Realizar demais atos indispensáveis ao fiel cumprimento do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete à SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por ato próprio ou por comissão designada.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2014.

I - Fica autorizada a realização de Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de realizar alterações no presente instrumento, que não importem também em alteração no objeto, exceto para readequação, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

II - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de Cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por meio do Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLAUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 11 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Vice-Prefeito Municipal
Secretário Municipal de Assistência Social

SHIRLEI NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

FUNDAÇÕES

Errata do Pregão Presencial 51/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL N°. 51/2013

O Município de Palhoça, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que houve alteração no Anexo I do edital convocatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N°. 51/2013, ficando apazado nova data para o dia 26 de dezembro de 2013, às 13:30 horas, recebimento e abertura dos envelopes das propostas e documentações e efetuação de lances na Sala da CPL da Secretaria de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 11 de dezembro de 2013.
ROSIMÉRI HILDA COELHO
Presidenta da CPL Sec. de Saúde.

Extrato de Ata de Registro de Preços N°17/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º017/2013 -

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CETEC COMERCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde. Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Global
2	20	UN	Agenda telefônica comercial, com espaço para endereço, telefone, celular, local e e-mail .	INDEXTEL	R\$10,60	R\$212,00
						R\$212,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º015/2013 - Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.

OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
7	400	Un	Borracha branca escolar 40/40 (01-22-0138)	ZAP	R\$0,08	R\$32,00
9	120	Cx	Caneta esferográfica azul, corpo transparente ponta fina, com tampa provida de clips, caixa com 50 Un (01-12-0012)	BIC	R\$16,99	R\$2.038,80
10	80	Cx	Caneta esferográfica preta, corpo transparente, ponta fina com tampa provida de clips, caixa com 50 Un (01-22-0014)	BIC	R\$16,99	R\$1.359,20
11	40	Cx	Caneta esferográfica vermelho, corpo transparente , ponta fina com tampa provida de clips, caixa com 50 Un (01-22-0015)	BIC	R\$16,99	R\$679,60
12	600	Un	Caneta marca texto, carga na cor amarela (01-22-0114)	FOSKA	R\$0,41	R\$246,00
21	300	Tb	Cola branca escolar, não tóxica, 40 gr, (01-12-0008)	ALMAFLEX	R\$0,34	R\$102,00
26	300	Un	Extrator de grampo em aço inoxidável, tam. 15x1,8x1,8 cm (01-22-0201)	MARCARI	R\$0,66	R\$198,00
28	700	RI	Fita adesiva de polipropileno, transparente 12mmx30m. (01-22-0106)	EMBALANDO	R\$0,29	R\$203,00
32	300	Cx	Grampo trilho 80mm, de latão caixa com 50 unidades. (01-22-0040)	FOSKA	R\$3,36	R\$1.008,00
39	1300	Rm	Papel a4 210x297mm, resma com 500 fls, 75 gr (01-22-0128)	ONE	R\$9,50	R\$12.350,00
43	400	Un	Pasta az lombo estreito 05 cm com visor. (01-22-0028)	MARCARI	R\$3,45	R\$1.380,00
44	600	Un	Pasta az lombo largo 08 cm com visor. (01-22-0029)	MARCARI	R\$3,45	R\$2.070,00

47	500	Un	Pasta plástica com aba elástica, transparente cristal, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm (01-22-0030)	ALAPLAST	R\$1,99	R\$995,00
48	500	Un	Pasta plástica com aba elástica, transparente fumê, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm (01-22-0151)	ALAPLAST	R\$1,99	R\$995,00
54	50	Un	Perfurador de papel para no mínimo 20 folhas de 75g/m², diâmetro do furo de 6mm, trava de segurança, estrutura interna em metal, distância entre os furos 80mm, dimensões aprox. 5,3x12,1x12,1 cm. (01-22-0203)	FOSKA	R\$6,36	R\$318,00
60	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor azul (01-22-0009)	FOSKA	R\$0,50	R\$100,00
61	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor preto (01-22-0010)	FOSKA	R\$0,53	R\$106,00
62	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor verde (01-22-0012)	FOSKA	R\$0,53	R\$106,00
63	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor vermelho (01-22-0011)	FOSKA	R\$0,53	R\$106,00
68	100	Un	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 18 cm, com 07 polegadas, com cabo em pvc. (01-12-0009)	AQUINPEL	R\$1,74	R\$174,00
71	1500	Un	Papel recado, tipo: autoadesivo (Post It), Dimensão (LXC): 76 X 102 mm, Cor: Amarelo. Bloco c/ 100 fls (01-22-0233)	AQUINPEL	R\$1,07	R\$1.605,00
72	1500	Un	Papel recado, tipo: autoadesivo (Post It), Dimensão (LXC): 38 X 51 mm, Cor: Amarelo. Bloco c/ 100 fls (01-22-0234)	AQUINPEL	R\$0,35	R\$525,00
						26.696,60

Extrato de Ata de Registro de Preços N°16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º16/2013 -

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
57	50 50	Pct	Pilha alcalina média, pacote com 02 unidades.	ALFACELL	R\$3,90	R\$195,00
						R\$195,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°18/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º18/2013 -

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde. Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
1	150	UN	Agenda diária com capa dura, medidas aprox. 13,8x20,0cm, miolo em papel branco off-set aprox. 56g/m² (01-22-0148)	MASTER	R\$6,48	R\$972,00
4	250	Un	Apontador para lápis, em plástico com coletor. (01-22-0035)	LEO E LEO	R\$0,36	R\$90,00
5	20	Un	Arquivo de mesa para fichário, com aproximadamente 60x60 cm. (01-22-0146)	ACRIMET	R\$31,07	R\$621,40
6	2200	Un	Arquivo morto de polionda, formato aprox. 350x130x245mm cor vermelha. (01-22-0037)	ALAPLAST	R\$1,79	R\$3.938,00
18	80	Cx	Clips n.º 6/0, cromado, cx. C/ 50 unid. (01-22-0127)	JOCAR	R\$0,78	R\$62,40
20	100	Un	Cola bastão, blister c/ 10 gr. (01-12-0035)	TRIZ	R\$0,36	R\$36,00
22	500	Frs	Corretivo líquido a base de água, frasco com 18ml. (01-22-0018)	ART MAX	R\$0,56	R\$280,00
23	80	Cx	Elástico circular (dinhaireiro), em látex, cor amarela, caixa pequena com 25 gramas (01-22-0199)	MAMUTH	R\$0,65	R\$52,00
24	50	Un	Estilete grande lamina larga (01-22-0043)	MASTER	R\$0,44	R\$22,00

25	30	Un	Estilete pequeno corpo em pvc. (01-22-0036)	MASTER	R\$0,31	R\$9,30
27	600	RI	Fita adesiva de papel kraft 50mmx50m (01-22-0020)	EURO-CELL	R\$6,14	R\$3.684,00
29	400	RI	Fita adesiva de poli-propileno, transparente aprox. 50mmx50m. (01-22-0062)	FLAX	R\$1,50	R\$600,00
31	1000	Cx	Grampo para grampeador 26x6, cobreado cx c/ 1000un. (01-22-0024)	IARA	R\$0,60	R\$600,00
40	40	Cx	Papel carbono filme, para lápis e esferográfica, preta, formato a4, cx c/ 100 folhas. (01-22-0069)	GOLLER	R\$13,00	R\$520,00
41	5	Cx	Papel verge, formato a4 210x297mm, gramatura 180gr/m2, bege, (01-22-0219)	OFF PAPER	R\$5,98	R\$29,90
42	5	Cx	Papel verge, formato a4 210x297mm, gramatura 180gr/m2, branco. (01-22-0218)	OFF PAPER	R\$5,98	R\$29,90
45	30	Un	Pasta catálogo, tipo fichário, capa dura revestida em pvc, lombada de 05 cm, na cor preta, c/ visor, com 50 plásticos. (01-22-0150)	DAC	R\$4,32	R\$129,60
46	400	Un	Pasta de papelão plastificado com aba elástica, cor branca e preta. (01-22-0071)	ICL	R\$0,65	R\$260,00
49	200	Un	Pasta plástica em l, transparente, texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm. (01-22-0072)	DAC	R\$0,33	R\$66,00
52	200	Un	Pasta plástica transparente (40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm. (01-22-0124)	ALAPLAST	R\$1,68	R\$336,00
55	20	Un	Perfurador de papel, todo em ferro fundido, inclusive a base, com pintura martelada, com alta capacidade de perfuração. (01-22-0086)	CAVIA	R\$31,20	R\$624,00
64	50	Un	Porta caneta, clips e cartão, em acrílico cristal. (01-22-0089)	WALEU	R\$3,86	R\$193,00
65	30	Un	Porta carimbo em metal, com capacidade para 08 carimbos (01-22-0204)	CARBRINK	R\$10,60	R\$318,00
						R\$13.473,50

Extrato de Ata de Registro de Preços N°19/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º019/2013 -

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a Empresa L. MOHR LTDA ME. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
59	100	Un	Pilha tipo palito alcalina	CORUJA	R\$1,15	R\$115,00
73	30	Un	Pen Drive 8GB	KINGS-TON	R\$20,80	R\$624,00
74	15	Un	Pen Drive 16GB	SANDISK	R\$34,70	R\$520,50
75	4	Un	HD USB Externo 500GB	SEAGATE	R\$233,00	R\$ 932,00
						R\$2.191,50

Extrato de Ata de Registro de Preços N°20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º020/2013 -

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a Empresa PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP.

OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Global
3	50	UN	Almofada para carimbo tinta preta N° 03 (01-22-0104)	JAPAN	R\$1,38	R\$69,00
8	20	Un	Caixa p/ correspondência tripla, em acrílico, transparente, com suporte de ferro. (01-22-0088)	WALEU	R\$20,90	R\$418,00
13	170	Un	Caneta para retroprojetor transparência, cor vermelha (01-22-0159)	JOCAR	R\$0,69	R\$117,30
14	170	Un	Caneta para retroprojetor transparência, cor azul (01-22-0198)	JOCAR	R\$0,69	R\$117,30
15	170	Un	Caneta para retroprojetor transparência, cor preta (01-22-0117)	JOCAR	R\$0,69	R\$117,30
16	50	Un	Cd-r gravável, capacidade para 700mb/80 min. (01-33-0071)	MULTILASER	R\$0,56	R\$28,00
17	50	Un	Cd-rw regravável, capacidade 700mb/80min. (01-33-0072)	MULTILASER	R\$0,95	R\$47,50
19	100	Cx	Clips n° 02, cromado, cx c/ 100 unidades. (01-22-0064)	JOCAR	R\$0,71	R\$71,00
30	10	Cx	Grampo para grampeador 23/13, cx 1000 unid. (01-22-0202)	JOCAR	R\$1,68	R\$16,80
33	20	Cx	Lâmina para estilete grande, cx. C/ 10 unid. (01-22-0139)	JOCAR	R\$1,05	R\$21,00

34	20	Cx	Lâmina para estilete pequeno, cx. C/ 10 unid (01-22-0140)	JOCAR	R\$0,76	R\$15,20
35	2500	Un	Lápis preto nº 02 (01-22-0112)	SLIM	R\$0,09	R\$225,00
36	200	Un	Livro ata capa dura com 100 folhas. (01-22-0025)	MAGLIFE	R\$4,29	R\$858,00
37	150	Un	Livro ata capa dura com 200 folhas. (01-22-0026)	MAGLIFE	R\$8,00	R\$1.200,00
38	400	Un	Livro protocolo, capa dura com 50 folhas. (01-22-0103)	FORONI	R\$2,58	R\$1.032,00
50	300	Un	Pasta plástica em polipropileno, texturizada transparente com grampo trilho em pvc. (01-22-0031)	FRAMA	R\$0,73	R\$219,00
51	200	Un	Pasta plástica fumê(40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm. (01-22-0123)	ALAPLAST	R\$1,57	R\$314,00
53	4000	Un	Pasta suspensa marmorizada, com visor e ponteiros em pvc, (01-22-0073)	FRAMA	R\$0,70	R\$2.800,00
56	150	Pct	Pilha alcalina grande, pacote com 02 unidades. (01-01-0049)	GOLD	R\$7,79	R\$1.168,50
58	50	Pct	Pilha alcalina pequena alcalina, pct c/ 04 unidades. (01-06-0305)	GOLD	R\$3,30	R\$165,00
66	400	Un	Pranchetas em acrílico, pegador em eucatex, tamanho ofício (01-22-0116)	WALEU	R\$4,30	R\$1.720,00
67	200	Un	Régua plástica cristal 30cm. (01-22-0034)	WALEU	R\$0,26	R\$52,00
69	150	Un	Tinta p/almofada de carimbo, sem óleo, preta, frs c/ 40 a 45ml (01-22-0105)	JAPAN	R\$1,13	R\$169,50
70	1000	Un	Cartolina branca 180gr/m2, 50X66cm (01-12-0012)	REIPEL	R\$0,21	R\$210,00
						R\$11.171,40

Extrato de Ata de Registro de Preços N°21/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º21/2013 -

Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde.	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	40	Un	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.01-01-0303)	PLASUTIL	R\$48,75	R\$1.950,00
16	400	Un	Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01-01-0312)	ZAVASKI	R\$0,75	R\$300,00
27	200	Pct	Fósforo caixa com 40 palitos, pacote com 10 caixas. (01-01-0016)	GABO-ARDI	R\$1,23	R\$246,00
						R\$2.496,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º22/2013 -

Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	200	Pct	Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia (01-01-0205)	HARACEM	R\$1,30	R\$260,00
19	1000	Pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0315)	LIMPA BRASIL	R\$1,48	R\$1.480,00
20	2000	Pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0316)	LIMPA BRASIL	R\$1,10	R\$2.200,00

21	4000	Pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0317)	LIMPA BRASIL	R\$1,75	R\$7.000,00
22	500	Un	Saponáceo em pó, embalagem c/ 300 gr, com aplicador econômico, embalados em caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01-01-0318)	SANY BRIL	R\$0,91	R\$455,00
29	3400	Pct	Guardanapo de papel, cor branca, macio, 30 x 33 cm pacote com no mínimo 50 unidades. (01-01-0334)	DALMATA	R\$0,86	R\$2.924,00
30	1300	Un	Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha. (01-01-0050)	MARTINS	R\$1,43	R\$1.859,00
						R\$16.178,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°23/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º23/2013 -

Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	100	Un	Escova para limpeza tipo oval, fio nylon, em madeira, tamanho pequeno. (01-01-0297)	TANK	R\$2,00	R\$200,00
2	200	Un	Escova para limpeza vaso sanitário, tipo bola, cerda e cabo longo em polipropileno. (01-01-0298)	VALENTINA	R\$2,60	R\$520,00
6	50	Un	Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca. (01-01-0304)	PLASVALE	R\$25,00	R\$1.250,00

7	500	Par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393(01-01-0305)	NOBRE	R\$1,57	R\$785,00
8	700	Par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394 (01-01-0306)	NOBRE	R\$1,59	R\$1.113,00
9	500	Par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395 (01-01-0307)	NOBRE	R\$1,59	R\$795,00
10	40	Un	Pá coletora lixo automático, plástico resistente, cabo longo. (cata cata) (01-01-0339)	BETTANIN	R\$20,90	R\$836,00
11	1000	Pct	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo c/ no mínimo 30mx-10cm, pct c/ 04 rolos. (01-01-0309)	TENDERLY	R\$3,10	R\$3.100,00

23	200	Un	Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico. (01-01-0320)	NOVIÇA	R\$7,50	R\$1.500,00
						R\$10.099,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°24/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º24/2013 -

Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
15	1000	Cx/Pc	Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr. (01-01-0324)	FLASCH	R\$2,50	R\$2.500,00
17	50	Un	Saboneteira em plástico especial com alta resistência ao impacto para sabonete líquido. Cor: Branco. (01-01-0329)	PRE-MISSE	R\$12,50	R\$625,00
18	1200	Un	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade. (01-01-0314)	MARTIM	R\$2,50	R\$3.000,00
28	50	Un	Garrafa térmica, com alça tipo serve a jato capacidade de 01 litro. (01-24-0001)	INVICTAR	R\$30,00	R\$1.500,00
						R\$7.625,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°25/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º25/2013 -

Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	700	Pct	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades. (01-01-0299)	MEGA BRILHO	R\$0,75	R\$525,00
4	600	Un	Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01-01-0281)	WORKER	R\$1,20	R\$720,00
24	220	Un	Sabonete líquido perolado, diversas fragrâncias, frasco com 5000 ml.	MAX	R\$12,91	R\$2.840,20
25	400	Un	Lustra móveis 200ml. (01-01-0009)	WORKER	R\$1,15	R\$460,00
						R\$4.545,20

Extrato de Ata de Registro de Preços N°26/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º26/2013 -

Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	2500	Pct	Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, formato de aproximadamente 22x26cm, pct com 1000 folhas. (01-01-0311)	NOBRE	R\$9,92	R\$24.800,00
						R\$24.800,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°27/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º27/2013 -

Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
26	1000	Kg	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde. Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses. (01-23-0001)	CARAVELAS	R\$1,93	R\$1.930,00
						R\$1.930,00

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

Pregão Presencial N° 0012013 - Ata de Recebimento e Abertura de Documentação Nr. 2/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2013 - PR

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA Processo Administrativo: CNPJ: 83.493.726/0001-30 Processo de Licitação: 1/2013 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 Data do Processo: 26/11/2013 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

OBJETO DA LICITAÇÃO: IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO MENSAL DE

SOFTWARE DE PROPRIEDADE DO PROPONENTE DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INPI (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL) DESTINADO AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS; PUBLICAÇÃO E HOSPEDAGEM DA LEGISLAÇÃO; E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 2/2013 (Sequência: 2)

Ao(s) 10 de Dezembro de 2013, às 14:15 horas, na sede da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 15/2013, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 1/2013, Licitação nº. 1/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TEC. P/ GESTÃO DOC. LTDA - ME

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

A ÚNICA EMPRESA PARTICIPANTE DO CERTAME FOI A INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TEC. P/ GESTÃO DOC. LTDA -ME, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO JEAN CARLO DAMASIO A QUAL APRESENTOU TODA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL 001/2013. SENDO ASSIM, VISTO QUE A EMPRESA APRESENTOU NA 1ª FAZE DO PROCESSO A PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, A ÚNICA PARTICIPANTE FOI DECLARADA COMO VENCEDORA.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Papanduva, 10 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

JAMES MICHEL CERNAK - Presidente da Comissão de Licitação
 JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA - MEMBRO
 ROSINHA SAVITSKI - MEMBRO
 NOELI CRISTINA DA SILVA - MEMBRO
 SANDRA MARIA DE MORAES - MEMBRO
 ANA PAULA FRANÇA KOMUCHENA - MEMBRO

Pregão Presencial N° 0012013 - Ata de Reunião de Julgamento de Propostas Nr. 1/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2013 - PR

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA Processo Administrativo:

CNPJ: 83.493.726/0001-30 Processo de Licitação: 1/2013

RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 Data do Processo: 26/11/2013

C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

OBJETO DA LICITAÇÃO: IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE DE PROPRIEDADE DO PROPONENTE DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INPI (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL) DESTINADO AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS; PUBLICAÇÃO E HOSPEDAGEM DA LEGISLAÇÃO; E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2013

(Sequência: 1)

Ao(s) 10 de Dezembro de 2013, às 14:15 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 15/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 1/2013, Licitação nº 1/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A ÚNICA EMPRESA PARTICIPANTE DO CERTAME FOI A INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TEC. P/ GESTÃO DOC. LTDA - ME, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO JEAN CARLO DAMASIO, A QUAL APRESENTOU A PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO PROCESSO. NÃO HOUVE O PROCEDIMENTO DE LANCES, ONDE O VALOR APRESENTADO PELO ÚNICO PARTICIPANTE PERMANECER CONFORME A PROPOSTA, VISTO QUE O PARTICIPANTE NÃO QUIZ NEGOCIAR OS VALORES COM O PREGOEIRO.

Participante: 6317 - INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TEC. P/ GESTÃO DOC. LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Un.	Preço Total
1	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS	UN	1		0,0000	100,00	100,00
2	LOCAÇÃO MENSAL	MES	12		0,0000	269,00	3.228,00
3	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E HOSPEDAGEM DA LEGISLAÇÃO	MES	12		0,0000	55,00	660,00
4	ASSISTÊNCIA TÉCNICA, APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS, QUANDO SOLICITADO.	HOR	100		0,0000	77,00	7.700,00
5	DESLOCAMENTO NOS SERVIÇOS DE SUPORTE, QUANDO EXIGIDA A PRESENÇA DO TÉCNICO IN LOCO	KM	2.000		0,0000	0,85	1.700,00
6	ESTADA E ALIMENTAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SUPORTE, QUANDO EXIGIDA A PRESENÇA DO TÉCNICO IN LOCO	UN	10		0,0000	100,00	1.000,00
Total do Participante ----->						14.388,00	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Papanduva, 10 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

JAMES MICHEL CERNAK- - Presidente da Comissão de Licitação

JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA- - MEMBRO

ROSINHA SAVITSKI - - MEMBRO

NOELI CRISTINA DA SILVA- - MEMBRO

SANDRA MARIA DE MORAES- - MEMBRO

ANA PAULA FRANÇA KOMUCHENA - - MEMBRO

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 903/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 903 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

INSTITUI O SISTEMA DE FICHAS DE AVALIAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL E NA UNIDADE DE BELLA TORRES NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, DENOMINADO "FALA CIDADÃO: SAÚDE EM 1º LUGAR".

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído por esta Lei o sistema de avaliação, através de Ficha de Avaliação, denominado "FALA CIDADÃO: SAÚDE EM 1º LUGAR", a ser disponibilizadas na Unidade Básica de Saúde Central - UBS e na Unidade de Bella Torres, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Passo de Torres.

Art. 2º A Ficha de Avaliação deverá seguir o seguinte padrão, conforme modelo definido no anexo I, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. Cada Ficha de Avaliação deverá receber um número e o conjunto de Fichas de Avaliação terá numeração crescente e sem exclusão de quaisquer números.

Art. 3º Será disponibilizado Fichas de Avaliação para preenchimento e urna, lacrada, para que os pacientes ou responsáveis depositem sua Ficha de Avaliação.

Art. 4º As fichas deverão ser recolhidas e conferidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O recolhimento das Fichas de Avaliação deverão ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento de cada bimestre.

§ 2º As Fichas de Avaliação recolhidas devem ser arquivadas, sendo possibilitada sua consulta por qualquer cidadão.

§ 3º O resultado da análise das Fichas de Avaliação deverá ser registrado em relatório bimestral em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada bimestre.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 5º Esta Lei será implementada pelo Poder Executivo Municipal em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da implantação e execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo Municipal.

Passo de Torres (SC), 27 de novembro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 27 de novembro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO

Secretária Municipal de Administração e Finanças



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ANEXO I

FICHA DE AVALIAÇÃO Nº 001

Nome do Médico (a) _____

Nome do (a) Atendente _____

Data do atendimento ____/____/____

O atendimento realizado foi:

() ótimo () bom () regular () ruim

Crítica:

Elogio:

Sugestão:

(Assinatura não obrigatória)

Lei Nº 904/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 904 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2013, no valor de R\$ 99.000,00 (Noventa e nove mil reais)), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Proj./Atividade 2.001 Manutenção do Processo Legislativo

3.3.90.00.00.00.00 0080(03) Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Atividade 1.052 Pavim. E Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas

4.4.90.00.00.00.00 0100(133) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Proj./Atividade 2.048 Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

3.3.90.00.00.00.00 0100(111) Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 99.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Órgão: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Proj./Atividade 1.002 Equipamentos Funcionais para o Legislativo

4.4.90.00.00.00.00 0080(01) Aplicações Diretas

R\$ 99.000,00

TOTAL R\$ 99.000,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal Nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal Nº. 832/2012 de 12 de julho de 2012, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei Nº 860/2012 de 14 de dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres (SC), 27 de novembro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria de Administração e Finanças, em 27 de novembro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 905/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 905 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DE SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art.1º Fica Instituído o Conselho Municipal de Educação a quem compete estimular e propor a formulação da Política de Educação Municipal.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação terá caráter deliberativo, normativo, propositivo, mobilizador, consultivo, fiscalizador e controlador da implementação das Políticas de Educação Municipal.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I - Elaborar, aprovar e publicar seu Regimento Interno, normatizando o exercício de suas atribuições, condições de funcionamento e constituição de comissões;

II - Estabelecer normas e medidas para a organização e o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

III - Emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus Conselheiros ou quando solicitado;

IV - Acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre planos de aplicação dos recursos destinados à educação;

V - Analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional;

VI - Promover diligência, por meio de comissões especiais, em qualquer dos estabelecimentos de ensino sujeitos à jurisdição desta Lei, propondo as medidas cabíveis e, quando necessário, encaminhar a questão à Secretaria Municipal de Educação para a abertura do respectivo processo administrativo;

VII - Manter intercâmbio com os conselhos nacional, estaduais e municipais de educação, bem como, com conselhos e instituições afins;

VIII - Divulgar, anualmente, o planejamento e o relatório de suas atividades;

IX - Emitir parecer sobre a autorização de funcionamento de estabelecimentos de educação e ensino do Sistema Municipal de Ensino; e

X - Estimular a participação da comunidade nas discussões referentes às políticas públicas para o Sistema Municipal de Ensino.

Art.3º O Secretário Municipal de Educação deverá apreciar as decisões do Conselho Municipal de Educação, em um prazo máximo de trinta dias, ou devolvê-las ao Conselho, acompanhadas das solicitações das alterações com as devidas justificativas.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Parágrafo único. Vencido o prazo previsto no caput as decisões do Conselho Municipal de Educação serão consideradas aprovadas.

Art.4º O Conselho Municipal de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, será composto por no máximo de treze e no mínimo de nove membros e seus respectivos suplentes, divididos em:

I - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - Um representante dos diretores das unidades ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino;

III - Um representante dos diretores das unidades de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino;

IV - Um representante dos diretores das unidades de Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública Municipal de Ensino, quando houver;

V - Um professor do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino;

VI - Um professor da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino;

VII - Um professor da Educação de Jovens e adultos da Rede Pública de Ensino, quando houver;

VIII - Um representante dos profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino;

IX - Um representante das unidades de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino;

X - Um representante vinculado ao Conselho Deliberativo e/ou Conselho Escolar e/ou Associação de Pais e Professores do Sistema Municipal de Ensino;

XI - Um representante de instituições vinculadas aos portadores de necessidades educativas especiais, com sede no Município;

XII - Um representante das escolas particulares do Sistema Municipal de Ensino, quando houver;

XIII - Um representante das entidades comunitárias, com sede município, quando houver;

Parágrafo único. A forma de escolha e indicação das representações no Conselho será definida em edital aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, publicado com antecedência mínima de quinze dias antes da eleição.

Art.5º Os representantes das entidades somente poderão ser substituídos após o término de seu mandato no Conselho, salvo se sobreviver sua renúncia ou destituição na forma prevista no Regimento Interno.

Art.6º Nos casos de afastamento definitivo do membro titular e do respectivo suplente, o Conselho Municipal de Educação, no prazo de trinta dias, a contar do primeiro dia de vacância, organizará a eleição para a escolha

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

do novo representante para conclusão do mandato, salvo se faltarem menos de cento e oitenta dias para a realização de novas eleições.

Parágrafo único - Será considerado como afastamento definitivo a ausência não justificada do conselheiro a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas.

Art.7º Os membros do Conselho Municipal de Educação terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual.

Art.8º O Conselho será presidido por Presidente e Vice-Presidente todos eleitos em sessão plenária do Conselho Municipal de

Educação.

Art.9º Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, escolhidos dentre os conselheiros nomeados, serão eleitos por um período de um ano, podendo ser reeleitos para outro período consecutivo.

Art.10º O Conselho Municipal de Educação funcionará em Sessão do Plenário e em reunião de Comissões Permanentes na forma regimental.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Educação poderá criar Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho para execução de tarefas indicadas no ato de sua criação.

Art.11 O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á e deliberará com a presença da maioria simples de seus membros.

Parágrafo único - Caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Educação o voto de desempate.

Art.12 As reuniões do Conselho serão:

I - Ordinárias, realizadas mensalmente;

II - Extraordinárias, sempre que convocadas pelo seu Presidente ou por um terço de seus conselheiros.

Art.13 As decisões do Conselho Municipal de Educação serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora e terão a forma de resoluções e parecer, conforme o caso.

Art.14 O desempenho das funções de Conselheiro Municipal de Educação não será remunerado, sendo considerado de caráter relevante os serviços prestados e seu exercício terá prioridade sobre quaisquer cargos ou função pública e/ou privada.

Art.15 Os membros do Conselho Municipal de Educação terão direito à inscrição, passagem e estadia para participarem de encontros voltados à

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

função de Conselheiro, quando assim for definido em sessão plenária, condicionada à dotação orçamentária própria.

Art.16 As decisões do Conselho Municipal de Educação, no âmbito de sua competência, deverão ser cumpridas pelas autoridades competentes, sob pena de responsabilidade a ser apurada na forma da Lei, por iniciativa do próprio Conselho Municipal de Educação.

Art.17 Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão oriundos de dotação orçamentária própria consignados no orçamento do Município.

Art.18 O Conselho não contará com estrutura administrativa própria, caberá à Secretaria Municipal de Educação garantir condições necessárias para o funcionamento do Conselho, incluída a infra-estrutura necessária ao atendimento de seus serviços técnicos e administrativos e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho um servidor do quadro para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art.19 Para a devida adequação, será instituída uma comissão provisória de eleição, serão nomeados para a comissão de eleição do Conselho Municipal de Educação os seguintes representantes:

I - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - Um representante dos profissionais da educação da Rede

Pública Municipal de Ensino;

III - Um representante dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino;

Parágrafo único. Os representantes de que trata este artigo terão o mandato de sessenta dias, para a devida eleição, sendo estes nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.20 A organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão disciplinados em regimento a ser elaborado no prazo de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, o qual deverá ser aprovado por maioria simples de seus membros e homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art.21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Leis Municipais nº 250 de 05 de novembro de 19978, lei 359 de 07 de março de 2001 e Lei 745 de 27 de maio de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Passo de Torres (SC), 27 de novembro de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria de Administração e Finanças, em 27 de novembro de 2013

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Paulo Lopes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pe 58/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PREGÃO ELETRÔNICO 58 /2013

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega única, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de preços para aquisição de veículo tipo ônibus para uso da Secretaria Municipal de Educação. As propostas deverão se entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 09h00min do dia 27/12/2013. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 27/12/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou site www.paulo-lobes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos anexos.

Paulo Lopes, 12 de dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe 59/2013
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 59/2013

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços,

pretendendo a aquisição de Combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 10h00min do dia 13/12/2013. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 27/12/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 12 de dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto N° 3.918 de 09 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3.918 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPOE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Orçamentária Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 5.783,31 (Cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo
0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 Educação
0203.12.361 Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 Ensino para Todos
0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental
3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.783,31
Fonte de Recursos 0119

Art. 2º Fica anulada a seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$5.783,31 (Cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos):

02 Poder Executivo
0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 Educação
0203.12.361 Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 Ensino para Todos
0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental
3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.783,31
Fonte de Recursos 0118

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 059/2013

- Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 120/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 27/12/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 27/12/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode SC, 12 de Dezembro de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

1º Termo Aditivo do Contrato N° 014/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 014/2013

Processo Administrativo n.º 018/2013. Pregão Presencial n.º 009/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: BLUFORRO SERVIÇOS AUXILIARES A CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, PORTAS E FORRO DE PVC NO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA LUIZ ABRY, NR. 259 - CENTRO, POMERODE/SC, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PELA UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ E SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL. Valor Total Aditivado - 0,68% - R\$375,00 (trezentos e setenta e cinco reais). Justificativa: Na planilha orçamentária licitada houve um equívoco no levantamento de quantitativos com relação item 1.2, referente as ferragens completas para porta, sendo necessária para o integral cumprimento do projeto, a colocação de mais 03 ferragens completas para porta. Pomerode/SC, 22 de Outubro de 2013.

KELLY REGINA SCHWENGBER ZIMMER DALLMANN

Secretária Municipal de Saúde

1º Termo Aditivo do Contrato N° 051/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 051/2013

Processo Administrativo n.º 092/2013. Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 003/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL. Valor Total Aditivado - 25% - R\$16.421,90 (dezesseis mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa centavos). Justificativa: Excesso de chuvas no mês de Novembro/2013, ocasionando grande quantidade de buracos nas vias públicas municipais, acarretando aumento de quantitativos ao item recuperação de pavimentação asfáltica.

Pomerode/SC, 18 de Novembro de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto N° 1.169/2013

DECRETO N° 1.169/2013

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DO DECRETO MUNICIPAL N° 1.156, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013, CONFORME ESPECIFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.498, de 4 de abril de 2007, bem como a Lei Municipal nº 1.802, de 6 de abril de 2010,

Decreta:

Art. 1º Altera o Parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 1.156, de 7 de novembro de 2013, que regulamenta os procedimentos a serem adotados durante a temporada de receptivos de navios de cruzeiro e dá outras providências, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo único: É proibida a participação de servidores públicos ativos de Porto Belo ou de parentes até 1º grau em linha reta ou colateral direta ou por afinidade, como proprietários de agências credenciadas, ou de vans que vierem a prestar o serviço como transportadores turísticos."

Art. 2º Os demais artigos do Decreto nº 1.156, de 7 de novembro de 2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, 26 de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo



Porto União

PREFEITURA

Decreto N° 354/2013

DECRETO N° 354, de 10 de dezembro de 2013.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ARTUR DEL CLARO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor da Divisão de Fiscalização, Tráfego e Administração, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Contrato 058/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 058/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e a empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para manutenção do ACESSUAS / PRONATEC.

Valor total de R\$ 24.850,50 (Vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 021/2013 Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP.

Contratada.

Extrato de Contrato 059/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 059/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e a empresa Mercado Kosera Ltda - ME.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para manutenção do ACESSUAS / PRONATEC.

Valor total de R\$ 25.330,00 (Vinte e cinco mil e trezentos e trinta reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 021/2013 Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.

Contratada.

Extrato de Contrato 060/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 060/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e Joice Aparecida Gonçalves

Objeto: a contratação de 01 uma assistente social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, os serviços deverão ser prestados junto ao FAS, com recursos PROJOVEM.

Valor: valor mensal de R\$ 1.197,53 (Hum mil cento e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos) totalizando R\$14.370,36 (Quatorze mil e trezentos e setenta reais e trinta e seis centavos.).

Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período se assim houver interesse de ambas as partes.

Base legal: Tomada de Preços 006/2013 Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

JOICE APARECIDA GONÇALVES

Contratada.

Extrato de Contrato 119/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 119/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.

Objeto: a aquisição de 02 (dois) veículos 0 (zero) KM, ano 2013 e modelo 2014, KOMBI, marca Volkswagen para a Secretaria Municipal de Educação

Valor de R\$ 48.384,00 (Quarenta e oito mil e trezentos e oitenta e quatro reais) por veículo, totalizando R\$ 96.768,00 (Noventa e seis mil e setecentos e sessenta e oito reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 027/2013 EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 10 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Contratada.

Extrato de Contrato 182/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 182/2013

Partes: Município de Porto União e o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União - IMPRESS.

Objeto: locação de imóvel (sala) com área útil de 11,60 x 5,90 m2,

localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 228, Centro, Porto União, SC, matriculado sob o nº 19.015 do Registro de Imóveis.
Valor Mensal: R\$ 500,00 (quinhentos reais)
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período se for de interesse da municipalidade.
Base legal: Dispensa de Licitação 012/2013, Lei 10520/02 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de Dezembro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União - IMPRESS.
Contratado.

Termo de Homologação da Tomada de Preço 006/2013 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 027/2013 - FAS
Tomada de Preço 006/2013 - FAS
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico
Joice Aparecida Gonçalves

Porto União SC, 09 de Dezembro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 021/2013 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 032/2013 - FAS
Pregão Presencial 021/2013
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Mercado Kosera Ltda - ME.

Porto União SC, 09 de Dezembro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 027/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 048/2013 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 027/2013 - EDUCAÇÃO
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.

Porto União SC, 10 de Dezembro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 1456/RH

PORTARIA N. 1456/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora ROSANGELA BELTRAMINI NOGAS, matrícula n. 11134/06, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "B", promovendo-o para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação, especialização em Psicopedagogia Institucional e Inclusão, através do protocolo n. 142844/2013, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 22 de outubro de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N. 1457/RH

PORTARIA N. 1457/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora NOELI TEREZINHA MARCELINO SCHWEITZER, matrícula n. 22411/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "B", promovendo-o para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia, através do protocolo n. 143066/2013, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 04 de novembro de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N. 1464/RH
PORTARIA N. 1464/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora LEONITA BERLANDA, matrícula n. 8761/01, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de setembro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N. 1465/RH
PORTARIA N. 1465/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora ROSEMARI MENSEN, matrícula n. 17639/01, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de julho de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N. 1466/RH
PORTARIA N. 1466/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aos servidores abaixo identificados, a Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de

28 de setembro de 2010.

Nome	Matrícula	Cargo	N. Progressão
ANTONIO FERREIRA	5550/01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO	3ª
LUIS CARLOS MACHADO	5630/01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO	4ª
VALDONIR DOLZAN	5665/01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO	4ª

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de fevereiro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N. 1467/RH
PORTARIA N. 1467/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, à servidora JULIANA BATISTI matrícula n. 29807/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Serviço Social - Bacharelado, com fundamento ao disposto nos Arts. 73 ao 83, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 18(dezoito) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de novembro de 2013, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N° 1463/RH
PORTARIA N°. 1463/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir, a partir de 05 de agosto de 2013, em conformidade com o Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, os servidores abaixo relacionados, de acordo com o Memorando SME/GAB n. 588/2013,

em virtude da nucleação de Unidades Educacionais:

Professor	Atuação	Carga Horária	Unidade de Origem	Unidade de Destino
Daniely Demarchi	Artes	20h	CE Guilherme Butzke	Escola Modelo Ella Kurt
Tiara Carolina Koerich	Educação Física	20h	CE Guilherme Butzke	CEPLAS
Rosane de Fátima Moreira	Inglês	20h	CE Guilherme Butzke	Escola Modelo Ella Kurt
Raquel Aparecida Wessner Froehlich	Artes	10h	CE Ribeirão Cobras Norte	Escola Modelo Ella Kurt
Patricia Regina Mendes	Educação Infantil	40h	CEI Maria José Stramoski	CEPLAS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/08/2013.

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Contrato 47/2013 FMS

CONTRATO Nº. 047/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, FABIANA CAMUCI, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 03/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na rua Tuiuti, nº 154, centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Fabiana Camuci, inscrita no CPF sob nº 299.609.718-13, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços técnicos especializados em CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor
03.01.01.004-8	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada	6,30

Parágrafo Único – O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, não devendo exceder a 342 atendimentos por mês e o valor de R\$ 2.154,60 (dois mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira será executado pela profissional FABIANA CAMUCI, inscrita no CPF sob nº. 299.609.718-13, com registro no conselho respectivo sob o

nº. CRP/SC 12/12407, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica, CAPS e nos Postos de Saúde da Rede Pública do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizadas por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário constante na cláusula primeira.

Parágrafo Único – A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: BLMAC – MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro – O Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto n°. 1.232, de 30/08/1994, Portaria/MS/GM n°. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM n°. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo – nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I – O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III – As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV – O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independarão de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da

Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo – A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito à multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo – Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro – Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação

dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro – Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 10 de Dezembro de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS	FABIANA CAMUCI
Secretário Municipal de Saúde	Contratada

Testemunhas:

LUCIANE ARAUJO MATTANA
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 882.569.600-00

DAYANE PEREIRA DE ANDRADE
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 058.954.146-30

Contrato 48/2013 FMS

CONTRATO Nº. 048 /2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) JEFERSON MARLON PIERITZ VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Jeferson Marlon Pieritz inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 004.108.929-47, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010072	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único – O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico Jeferson Marlon Pieritz inscrito (a) no CPF sob nº 004.108.929-47 com registro no conselho CREMESC sob o nº. 10902, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se

obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei n°.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único – A alteração do limite financeiro poderá ser efetuada, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.080 - BLMAC – Manutenção da Gestão Plena (MAC)

Parágrafo Primeiro – O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial n°. 2.801/98, Portaria/GM n°. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM n°. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo – nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I – O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III – As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV – O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo – A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços

e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo – Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro – Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro – Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2013, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 11 de Dezembro de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS Secretário Municipal de Saúde	DR. JEFERSON MARLON PIERITZ
--	-----------------------------

Testemunhas:

LUCIANE ARAUJO MATTANA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30



www.ciga.sc.gov.br

Demonstrativo da Política de Investimentos 2014**DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS****1. NOME DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: FAP-FUNDO DE APOSENT. PENSOES**

1.1 CNPJ: 95.951.950/0001-08

2. Exercício: 2014

3. Responsável pela elaboração da Política de Investimentos: GILMAR BLEMMER Data elaboração: 20/11/2013

4. Órgão superior competente: Conselho de Administração

Data da aprovação: 11/12/2013

5. Meta de rentabilidade dos investimentos: Indexador (INPC)

Taxa de Juros (6% a.a)

6. Divulgação/Publicação: (XX) Meio Eletrônico (XX) Impresso

7. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 3.922/2010

Alocação dos Recursos/Diversificação	7. 1. Alocação dos recursos		Diversificação
	Limite Resolução %	Limite Alocação %	
a. Renda Fixa	100	100	
a.1 – Títulos Públicos emissão do Tesouro Nacional – Art. 7º - I – “a”	100	100	
a.2. FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, “b”	100	100	No máximo 25% do PL do fundo investido.
a.3. FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80	80	No máximo 20% do total das aplicações do RPPS, observado o limite máximo de 25% do PL do fundo investido.
a.4. FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30	30	No máximo 20% do total das aplicações do RPPS, observado o limite máximo de 25% do PL do fundo investido.
a.5. Poupança com baixo risco de crédito e classificação agência “Rating”.	20	20	No máximo 20% do total das aplicações do RPPS.
a.6. FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	15	05	No máximo 25% do PL do fundo investido.
a.7. FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, “a”	05	05	No máximo 25% do PL do fundo investido.
a.8. FI Renda Fixa “Crédito Privado”- Art. 7º, VII, “b”	05	05	No máximo 25% do PL do fundo investido.
b. Renda Variável	30	30	
b.1. FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30	30	No máximo 20% do total das aplicações do RPPS, observado o limite máximo de 25% do PL do fundo investido.
b.2. FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	20	No máximo 25% do PL do fundo investido.
b.3. FI em Ações - Art. 8º, III	15	15	No máximo 25% do PL do fundo investido.
b.4. FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	05	05	No máximo 25% do PL do fundo investido.
b.5. FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	05	05	No máximo 25% do PL do fundo investido.
b.6. FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	05	05	No máximo 25% do PL do fundo investido.

8. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos: O exercício de 2013, repetindo boa parte do que ocorreu em 2012, chega ao fim, marcado pela crise de credibilidade em relação atuação do governo na condução da política monetária, fiscal, pelos indicadores econômicos, pela elevada volatilidade dos ativos do mercado financeiro e, sobretudo, pelas manifestações públicas que ocorreram no país a partir do mês de junho por melhor utilização dos recursos públicos, maior segurança, pelo fim da impunidade e melhores práticas de política e gestão. No cenário doméstico, por sinais de baixo da economia e aumento da inflação, o governo e o Banco Central tiveram sua atuação pela retomada da elevação da taxa de juros. Em resumo, o cenário para 2014, não é menos desafiador do que o observado em 2013, entretanto, surpresas positivas como crescimento mais robusto da economia EUA e a capacidade de solução para os problemas financeiros dos países da Europa, são indicadores robustos para a recuperação do otimismo do mercado financeiro, com perspectivas positivas de recuperação da Economia Mundial em 2014.

PREVISÃO: A previsão da taxa câmbio segundo pesquisa FOCUS do BACEN (14 novembro) em relação final 2013 é de R\$ 2,27 por U\$ e para o final de 2014, de R\$ 2,40 por U\$; Crescimento do PIB 2013 de 2,50% e 2014 de 2,10%; Inflação medida pelo IPCA 2013 de 5,84% e para 2014 de 5,91%; Taxa de juros (Selic) em 2014 de 10,25%;

ANÁLISE PARA ESCOLHA SEGMENTO: Pelo amadurecimento das instituições fiscalizadoras do SFN e das instituições financeiras, aliada, a manutenção da condição de “investment grade” das agências de RATING, as aplicações do FAP no segmento de RF e RV devem procurar replicar o desempenho da meta atuarial, dentre as opções de fundos IMA, FIDCs, “crédito privado” e através de Fundos tipo multimercados, participações, imobiliários e dos fundos em ações referenciados em IBOVESPA, IBRX, IGC, dentre outros índices, da Bovespa.

9. Objetivos da gestão: O objetivo desejável de retorno das aplicações a ser perseguida é a meta atuarial composta da taxa de juros anual de 6% a.a, mais a variação do INPC anual.

Tolerância de risco-segmento renda fixa e renda variável: Nível de Risco Admitido: VaR O risco de mercado máximo admitido para os fundos de renda fixa onde o FAP efetua suas aplicações, exceto para FIDC e FICFIDC, está associado ao seguinte Valor em Risco (confiabilidade de 95%). No caso de aplicação em poupança e nos FIDC o fundo de investimentos deverá ter grau de RATING de baixo risco de crédito, com nota mínima “A” ou equivalente dada por agência de classificação de RATING em funcionamento no país.

Prazo Valor em Risco 21 dias úteis – 1,10% do PL

Tolerância de risco-segmento renda variável: Controle de Risco de Mercado “Tracking Error”(fundos de ações).

10. Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos - Critérios para orientação quando das aplicações: Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo FAP em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo

de 24 meses. A seleção de um fundo deve se basear em seu desempenho medido em bases de retorno ajustado por risco, na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos do FAP, na análise da composição de sua carteira e na taxa de administração cobrada.

ORIENTAÇÃO PARA OS RESGATES (DESINVESTIMENTOS): O FAP efetuará resgate imediato de fundos que tenham seu regulamento alterado de forma a ficar em desacordo com a Política de Investimentos, bem como de qualquer fundo cuja carteira, embora em conformidade, passe a manter ativos considerados inadequados pela gestão do FAP. O critério principal para resgate de recursos de um fundo da carteira do FAP é o desempenho, sendo que será resgatado o investimento de qualquer fundo que, sem que as condições de mercado tenham se alterado drasticamente, apresente retorno inferior à meta de desempenho (benchmark) em períodos significativos (12 meses) de acordo com as análises do FAP. Deverá ser efetuado resgate de recursos de fundo cujo gestor ou grupo financeiro do qual faça parte passe a ser considerado como de comportamento ético duvidoso. Neste caso, os recursos não poderão ser transferidos para outro fundo do mesmo gestor, devendo este ser considerado inapto para gerir recursos do FAP.

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO EXTERNA (FUNDOS DE INVESTIMENTOS): Através dos relatórios de gestão emitidos pelos gestores, do recebimento da carteira aberta dos fundos onde o RPPS é cotista, do acompanhamento da aplicação através da internet, como: www.cvm.gov.br; www.bacen.gov.br; www.tesourodireto.gov.br; www.andima.com.br; dentre outros. Todas as decisões de investimentos que envolvam aplicações ou resgates dos recursos do FAP deverão ser devidamente registradas no formulário APR - Autorização de Aplicação e Resgate, que deverão ser publicadas em conjunto com a carteira de investimentos do FAP, conforme exigências definidas em lei.

Forma acompanhamento: Diariamente/ Mensalmente.

11. Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

CRITÉRIOS QUALITATIVOS: Segurança – Rentabilidade – Solvência – Liquidez – Transparência – Solidez e imagem da instituição – Volume de recursos administrados – Experiência na gestão de recursos – Qualidade da equipe – Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

CRITÉRIOS QUANTITATIVOS: Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo FAP em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 24 meses, exceto os novos produtos financeiros lançados pelo Mercado Financeiro voltados para os RPPS. O FAP efetuará seus investimentos financeiros através de fundos mútuos de investimentos abertos e fechados quando for o caso.

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITOR INDEPENDENTE: O FAP poderá se utilizar dos serviços de Auditor Independente externo, com reconhecida experiência, capacitação técnica, relação de clientes, comprometido com o cumprimento de normas e prazos dos trabalhos exigidos, escolhido dentro dos procedimentos legais dos Regimes Próprios de Previdência Social.

12. Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos: Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo FAP em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 24 meses, exceto os novos produtos financeiros lançados pelo Mercado Financeiro voltados para os RPPS. A seleção dos fundos que deverão abrigar os investimentos do FAP será feita sempre com base em análises quantitativas de desempenho, contemplando desempenho mensal, semestral e também histórico mínimo de 24 meses, observados ainda o histórico da empresa gestora de recursos, de pelo menos, 24 meses de existência.

MARCAÇÃO A MERCADO: Todos os ativos dos fundos que recebem investimentos do FAP devem ser valorizados a mercado, sendo aceito pelo FAP que os gestores estabeleçam critérios específicos, desde que tais critérios sejam adequadamente embasados e

aceitos pelo mercado financeiro.

13. Observações: O número de fundos e gestores na carteira de investimentos do FAP dependerá da diversificação de ativos que possa ser atingida e dos custos associados à contratação de mais de um gestor, ficando, entretanto, limitado a oito (08) instituições financeiras, sendo que nenhum gestor poderá receber mais do que 25% (vinte e cinco por cento) do total dos recursos financeiros do FAP, à exceção do BB e da CEF, os quais poderão receber até 100% dos recursos do FAP. Os limites da política de investimentos serão iguais aos limites estabelecidos pela Resolução CMN 3922/10, mesmo que no somatório das opções de aplicações, o número exceda a 100%.

14. Entidade certificadora/validade da certificação: AMBIMA – Validade: 07/11/2016

15. Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes.

Responsável: THAYSE H. MROWSKOWSKI

CPF 065.415.209-84

Data: 11/12/2013 Assinatura:

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Simóveis Ltda	xx.887.120/0001-xx	142138
João Nunes Ferreira	xxx.616.439-xx	142933
Osvaldo Schmidt		141113
Ivanio Ferrari	xxx.015.209-xx	115081
Gertrudes Manerich	xxx.593.639-xx	139671
Julio Galvão Soares	xxx.175.349-xx	119020
Albertina Hinckel Kochansky	xxx.698.329-xx	142842
Ademir Marcelino Domingos	xxx.009.109-xx	142740
Elenir Nunes	xxx.040.169-xx	142992

Rio do Sul, 12 de Dezembro de 2013.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN

Secretário Municipal da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 738/2013

PORTARIA No 738, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Luis Fernando Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 15 de janeiro de 2014, em complemento ao período remanescente referente a 2012 - 2013, de acordo com a Portaria n° 671, de 06 de dezembro de 2012, ao servidor Luis Fernando Schweder, Técnico Legislativo



- Área Informática da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2o Fica autorizado o gozo de férias do dia 16 a 25 de janeiro de 2014, referente ao período 2013- 2014, ao servidor Luis Fernando Schweder, Técnico Legislativo - Área Informática da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Parágrafo único. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 26 de janeiro a 04 de fevereiro de 2014 em abono pecuniário.

Art. 3º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Portaria N° 739/2013

PORTARIA No 739, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Zilmo Pedro de Souza

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 20 a 29 de dezembro de 2013, em complemento ao período remanescente referente a 2012 - 2013, de acordo com a Portaria nº 685, de 16 de janeiro de 2013, ao servidor Zilmo Pedro de Souza, Assessor Administrativo / Contábil e Financeiro da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 13 de janeiro a 01 de fevereiro de 2014, referente ao período 2013 - 2014, ao servidor Zilmo Pedro de Souza, Assessor Administrativo / Contábil e Financeiro da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Portaria N° 740/2013

PORTARIA No 740, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Jenifer Aline Passing

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 20 de janeiro de 2014, à servidora Jenifer Aline Passing, Atendente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013 - 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o O remanescente do período de gozo de férias (15 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento da servidora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Portaria N° 741/2013

PORTARIA No 741, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Ivone Wolter Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1o Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 15 de janeiro de 2014, a servidora Ivone Wolter Schweder, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013- 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 16 a 25 de janeiro de 2014 em abono pecuniário.

Art. 3º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4o O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7o, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Portaria N° 742/2013

PORTARIA No 742, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Giovani Nascimento

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 15 de janeiro de 2014, ao servidor Giovani Nascimento, Procurador Legislativo Especial / Diretor Geral da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013- 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 16 a 25 de janeiro de 2014 em abono pecuniário.

Art. 3º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 dezembro de 2013.

DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Portaria N° 743/2013

PORTARIA No 743, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Amauri Abe

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 15 de janeiro de 2014, em complemento ao período remanescente referente a 2012 - 2013, de acordo com a Portaria nº 686, de 16 de dezembro de 2013, ao servidor Amauri Abe, Analista Legislativo de Comunicação Social da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º Fica autorizado o gozo de férias do dia 27 de janeiro a 05 de fevereiro de 2014, referente ao período 2013- 2014, ao servidor Amauri Abe, Analista Legislativo de Comunicação Social da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 06 a 15 de fevereiro de 2014 em abono pecuniário.

Art. 3º O remanescente do período de gozo de férias (10 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Portaria N° 744/2013

PORTARIA No 744, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias remanescentes a Servidora Juliana Eleutério Carvalho

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 08 a 17 de janeiro de 2014, a servidora Juliana Eleutério Carvalho, Técnica Legislativa - Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2012 - 2013, de acordo com a Portaria nº 732, de 14 de novembro de 2013.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013

DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Portaria N° 745/2013

PORTARIA No 745, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Heliana Duarte Prim

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 15 de janeiro de 2014, à servidora Heliana Duarte Prim, Agente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2013 - 2014, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento da servidora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal N°. 95/2013

DECRETO N°. 95/2013, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.470/2013 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 11.995,47 (Onze Mil Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Quarenta e Sete Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3.0 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.995,47

RED: 39

Fonte: 01.19.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.995,47

RED: 34

Fonte: 01.18.00000

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Decreto Municipal N°. 96/2013

DECRETO N°. 96/2013, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.470/2013 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.028 - MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria Econômica: 3.0 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

RED: 52

Fonte: 01.19.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.028 - MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

RED: 49

Fonte: 01.18.00000

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0370/2013

PORTARIA N°. DP0370/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. ALEXANDRE DE BORTOLI, da função de Auxiliar de Biblioteca - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0371/2013

PORTARIA N°. DP0371/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. IVETE TOMAZI CORDEIRO, da função de Professora - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0372/2013

PORTARIA N°. DP0372/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. JAQUELINE APARECIDA LEGNANI FAVARIN, da função de Professora Séries Iniciais - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0373/2013

PORTARIA N°. DP0373/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. JESSICA CAMARGO DOS SANTOS, da função de Auxiliar de Alimentação e Nutrição - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0374/2013

PORTARIA N°. DP0374/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. JULIANA PAULA CAMÍCIA BARBOZA, da função de Auxiliar de Biblioteca - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0375/2013

PORTARIA N°. DP0375/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARINES APARECIDA DE FREITAS PATEL, da função de Professora II (Yoga Escolar), - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0376/2013

PORTARIA N°. DP0376/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. SEBASTIANA ALVES PERÃO PEDROSO, da função de Auxiliar de Alimentação e Nutrição - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria N°. Dp0377/2013

PORTARIA N°. DP0377/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. SIBELE TASCÁ, da função de Agente de Saúde, 40 horas, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 14 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Edital de Cientificação dos Resultados - PP N° 45/2013

EXTRATO DE CONTRATO E

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM

PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI N° 10.520

DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS

DA LEI N° 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial

Número : 45/2013
Data Início Processo: 10/11/2013
Abertura Propostas.: 22/11/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE ITENS PARA FESTA DO HAMBURGUER
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- ZILIO EVENTOS, com um valor total de R\$ 26.775,00 (Vinte e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais);

-ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA, com um valor de 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

- VALE VISARE EDITORA GRÁFICA E PROPAGANDA LTDA, com um valor de 40.594,00 (Quarenta mil, quinhentos e noventa e quatro reais)

SALTO VELOSO, 12 de dezembro de 2013.

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei N° 937, de 10 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

LEI N° 937, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Uso de imóvel pertencente ao Município com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e da outras providências..

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder pelo prazo de 20 (vinte) anos mediante celebração de Termo de Cessão de Uso, um imóvel urbano de propriedade do Município, localizado junto Av. 4 de Janeiro, Loteamento Parque Rosita, Matrícula nº 63.096, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio, com área ideal de 450,00M2, dentro da área geral de 4.698,00M2, medindo 15x30m.

Parágrafo único. O bem cedido terá como finalidade à construção pelo Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, da Sede do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com recursos oriundos de financiamento realizado junto à instituição financeira.

Art. 2º Fica a cessionária proibida de locar os bens objeto desta cessão de uso para terceiros.

Art. 3º Fica revogada na íntegra a Lei nº 924, de 03 de setembro de 2013.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de dezembro de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER
Secretário de Administração e Finanças

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO N° 71/2013 - TP nº 71/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada no ramo pertinente para construção de Cobertura de uma Quadra poliesportiva, com área de 627,00m², na localidade de Peroba no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro. Com recebimento da documentação e proposta até às 13:45 Hs do dia 30/12/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, N° 400, Centro, Santa Rosa do Sul. Fone:(0xx48)3534-1113, e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 12 de dezembro de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 72/2013- PR 72/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de Aparelhos de Ar condicionado a Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 13:45 horas do dia 26/12/2013, com abertura dos envelopes prevista para às 14:00 horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, N° 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113 e E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO N° 73/2013 - PR N° 73/2013

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Combustíveis, Lubrificantes e Material de Limpeza pesada para uso nos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício 2014, com recebimento da documentação e proposta até às 16:00h do dia 26/12/2013, com abertura dos envelopes prevista

para às 16:15h do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, N° 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 384/2013

DECRETO N° 0384, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil
(150) 3.3.91.39.00.00.00.00.0001- Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 1.500,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras
(243) 3.3.91.39.00.00.00.00.0100- Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 1.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município
(393) 3.3.91.39.00.00.00.00.0100- Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 2.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil
(148) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001- Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 1.500,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras
(240) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 1.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município
Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município
(392) 3.3.90.93.00.00.00.00.0100- Indenizações e Restituições R\$ 2.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 386/2013

DECRETO N° 0386, DE 10 DE DEZEMBRO 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos
(2) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 15.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos
(4) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Prop R\$ 15.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 3890, de 06 de dezembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Elisangela Rodrigues Pomocene. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 3891, de 06 de dezembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Ivani Alves de Carvalho Oliveira. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 3892, de 06 de dezembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Jaime Luis de Oliveira. Professor Anos

Iniciais. SEMED.

Portaria nº 3893, de 06 de dezembro de 2013. Declara Vago Cargo de Operador de Máquina I, ocupado pelo servidor Landivio Ronschka, a partir de 02 de dezembro de 2013, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 3894, de 06 de dezembro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Liliane Dias Viliczinski. Professor Anos Finais. SECAD.

Portaria nº 3895, de 06 de dezembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Orlando Lietz. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 3896, de 06 de dezembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Paula Juliane da Silva. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 3897, de 06 de dezembro de 2013. Declara Vago cargo de Assistente Administrativo, ocupado pela servidora Seliana Chapiewski Pontes, a partir de 11 de novembro de 2013, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 3898, de 06 de dezembro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Solange Ehresmann Grossl. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 3899, de 06 de dezembro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Wanderleia Furtado Barabach. Atendente Educativo. SEMAS.

Portaria nº 3900, de 06 de dezembro de 2013. Prorroga, no período de 09/11/2013 a 08/02/2014, o Auxílio Doença INSS concedido ao servidor Adilson Carlos de Lima, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 3901, de 06 de dezembro de 2013. Concede Auxílio Maternidade, período 24/11/2013 a 23/03/2014. Grasielle Aparecida Fendrich. Chefe de Divisão de Suporte ao Usuário. SECAD.

Portaria nº 3902, de 06 de dezembro de 2013. Prorroga Licença Maternidade, período 24/03/2014 a 22/05/2014. Grasielle Aparecida Fendrich. Chefe de Divisão de Suporte ao Usuário. SECAD.

Portaria nº 3903, de 06 de dezembro de 2013. Concede Licença Maternidade, período 09/10/2013 a 05/02/2014. Thais Rodrigues Zanatta. Médico Ginecologista/Obstetra. SEMUS.

Portaria nº 3904, de 06 de dezembro de 2013. Prorroga Licença Maternidade, período 06/02/2014 a 06/04/2014. Thais Rodrigues Zanatta. Médico Ginecologista/Obstetra. SEMUS.

Portaria nº 3908, de 10 de dezembro de 2013. Concede auxílio escolar, a partir de 01 de novembro de 2013, nos termos do Processo nº 7757/2013. Francisco Nivaldo Hack. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria nº 3909, de 10 de dezembro de 2013. Concede Licença Prêmio, período 06/12/2014 a 04/01/2014. Ivanilde Grosskopf Bassani. Instrutor de Recriação. SEMAS.

Portaria nº 3910, de 10 de dezembro de 2013. Prorroga Licença para Tratar de Assuntos Particulares, período de 04/12/2013 a 01/02/2014. Sabrina Bollmann Garcia Schwingel. Médico Pneumologista. SEMUS.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2013.
FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria N° 3906/2013

PORTARIA N° 3906, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ANA MARCIA MOROSCKO ROHRBACHER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00125/13-8, de 04 anos, 08 mês e 02 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8296, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria N° 3907/2013

PORTARIA N° 3907, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 23 de janeiro de 2011, Abono de Permanência à servidora MARIA SALETE GAUZISKI BAPTISTA FRAGOSO, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, conforme consta no Processo nº 7764, de 13 de novembro de 2013.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Dispensa de Licitação N° 369/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 369/2013

OBJETO: Locação de imóvel localizado na rua Alfredo Klimmek nº 368, Centro, para a formatura de alunos do PRONATEC, a ser realizada no dia 10/12/2013, conforme Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Sociedade Desportiva Bandeirantes
Valor: R\$ 1.670,00

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aviso de Inexigibilidade de Licitação N° 277/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 277/2013

OBJETO: Contratação de hospedagem para os idosos, Elzira Hanel, João Carlos Monteiro e Antônio Belinski pelo período de (quatro) meses, idosos referenciados no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social".

CONTRATADO: INSTITUTO SANTÉ
Valor: R\$ 18.484,95.

SÃO BENTO DO SUL, 16 de setembro de 2013.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aviso de Licitação - Pregão N° 89/2013 FMS
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 89/2013
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 10:30 horas do dia 07 de janeiro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2013.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeira

Justificativa Dispensa de Licitação N° 369/2013
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA ALFREDO KLIMMEK N° 168, BAIRRO CENTRO, PARA A FORMATURA DE ALUNOS DO PRONATEC NO DIA 10/12/2013.

II - Contratado: SOCIEDADE DESPORTIVA BANDEIRANTES.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: no dia 10 de dezembro do mês corrente acontecerá uma Formatura dos alunos do PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego) com parceria entre SENAI e a Secretaria Municipal de Assistência Social. O governo Federal repassa recursos ao município para custear estas mobilizações. Para este evento precisamos dispor de um espaço para 600 pessoas sentadas. Serão aproximadamente 240 formandos com direito a levar três familiares. Teremos que oferecer no mesmo espaço toda a estrutura de acessibilidade e o serviço de coquetel, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Sociedade Desportiva Bandeirantes foi quem ofereceu um dos melhores imóveis e que melhor se adequou às necessidades do Departamento, pelos motivos abaixo elencados.

Depois de fazermos uma busca estas características, temos em mãos o seguinte resultado:

1- Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento (não cobrará aluguel, mas o valor do coquetel superior aos outros orçamentos);
2- Sociedade Guarani (cobrará aluguel porém não tem interesse em servir o coquetel);

3- Sociedade Esportiva e Recreativa São Bento (não dispõe de espaço para 600 pessoas e também não serve coquetel);

4- Sociedade Desportiva Bandeirantes (possui espaço para 600 pessoas e serve coquetel com menor preço e atende todas as necessidades do evento)

4.1 - O aluguel será pago à Sociedade Desportiva Bandeirantes.

4.2 - O serviço de coquetel será executado pela empresa KS Gastronomia Ltda, sendo que a mesma é a única autorizada a servir alimentação neste local pois o proprietário é o ecônomo da Sociedade.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário de Administração, Alcionei França da Silva.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Diretor Departamento de Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

RITA MARIA DUMS
Secretário de Assistência Social

Justificativa Inexigibilidade de Licitação N° 277/2013
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Contratação de hospedagem para os idosos, Elzira Hanel, João Carlos Monteiro e Antônio Belinski pelo período de (quatro) meses, idosos referenciados no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social".

II - Contratado: INSTITUTO SANTÉ.

2 - JUSTIFICATIVA: Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A Inexigibilidade de licitação para os referidos serviços se funda no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente na contratação. Trata-se de uma Instituição de Longa Permanência - ILPI, estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público alvo é pessoas acima de 60 anos, que não dispõe de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. A ILPI contratada é a única da região com vaga disponível para atender os senhores, Elzira Hanel, João Carlos Monteiro, e Antônio Belinski.

Razão da Escolha do Fornecedor: A instituição é receptível a prestação dos referidos serviços, a idosos encaminhados por órgãos, a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família. Ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a referida contratação.

Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado, para o referido tipo de serviço.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS
Secretária de Assistência Social

Extrato da Rescisão de Contrato N° 158/2013
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 158/2013

DA ESPÉCIE: Fica RESCINDIDO o Contrato nº 158/2013, que tem por objeto prestação de serviços de manutenção na área de informática para licença de uso dos softwares para gestão pública dos sistemas de: CONTABILIDADE PÚBLICA, PLANEJAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FORTAS, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, CONTROLE DE PROTOCOLO DE PROCESSOS, TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE VIA WEB E ESCRITURAÇÃO FISCAL VIA WEB PARA PREFEITURA MUNICIPAL, tendo em vista que o novo Processo Licitatório em andamento já ter sido devidamente concluído, conforme previsão da Cláusula Décima Quarta do referido instrumento contratual, a partir de 29 de setembro de 2013.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2013.

Ass: ALCIONE FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 305/2013
EXTRATO DO CONTRATO N° 305/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa POSTO PÉROLA DO VALE LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de combustível Diesel S10 conforme especificações em Anexo I - Termo de Referência, para veículos de transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação, constante do item 2 e conforme Convite nº 261/2013.

DO VALOR: R\$ 580,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 8 (oito) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

POSTO PÉROLA DO VALE LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 306/2013
EXTRATO DO CONTRATO N° 306/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de combustível Diesel S10 conforme especificações em Anexo I - Termo de Referência, para veículos de transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação, conforme Convite nº 261/2013.

DO VALOR: R\$ 10.660,50 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 8 (oito) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 127/2013 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 127/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 037/2013, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa COMÉRCIO DE VEÍCULOS BAPTISTA LTDA, em 08 de MARÇO de 2013, conforme Convite nº 024/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 037/2013, que consiste na prestação de serviços de lavagem dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme projeto básico em anexo, que fica fazendo parte integrante deste contrato como se estivesse aqui integral e expressamente escrito;

Considerando que a quantidade estimada do serviço de lavagens não foram suficientes em virtude do aumento na procura de transportes pelos veículos da Secretaria Municipal de Saúde, faz-se necessário aditar o referido Contrato conforme Cláusula Nona - Das Alterações, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica aditivado no Contrato o valor total de R\$ 4.235,00 (quatro mil duzentos e trinta e cinco reais);

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

COMÉRCIO DE VEÍCULOS BAPTISTA LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 128/2013 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 128/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2013, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 25 de ABRIL de 2013, conforme Convite nº 028/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 078/2013, que consiste na contratação de empresa para serviços de pedreiro, carpinteiro e encanador para manutenção geral de diversos setores e postos no Fundo Municipal de Saúde;

Considerando que durante o contrato foram feitos vários reparos e a quantidade de horas previstas inicialmente não são suficiente até o término do contrato, faz-se necessário aditar o referido contrato em 25% (vinte e cinco por cento) conforme Cláusula Décima - das Alterações, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) referente às horas conforme abaixo para pagamentos de acordo com o Contrato Original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de abril de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 272/2013
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 272/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de nº 183/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, em 11 de

JUNHO de 2013, conforme Dispensa de Licitação nº 156/2013. Considerando o objeto do Contrato nº 183/2013 que consiste na contratação de empresa para realização de curso de Operador de Computador para 18 jovens, totalizando 168 horas/aula, conforme anexos da Dispensa de Licitação 156/2013 de 11 de junho de 2013;

Considerando que entre o fechamento do projeto e a emissão/execução do contrato, houve atualização do Plano de Curso de Operador de Computador alterando a carga horária para 175 horas/aula, faz-se necessário alterar o referido contrato nos seguintes termos:

Fica alterado a partir de 19 de agosto de 2013, a carga horária do Curso de Operador de Computador de 168 horas/aula para 175 horas/aula, resultando no aumento de 07 (sete) horas/aula, sem nenhum ônus financeiro ao Município até o término do contrato em 12 de dezembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de junho de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2013.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretária de Assistência Social do Município.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 337/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 337/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 237/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, em 03 de JULHO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 221/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 237/2012, que consiste na revitalização da sinalização viária na Avenida Augusto Wunderwald e implantação de passeios e ciclovia, no Município de São Bento do Sul/SC, constante do Plano de Trabalho com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme Processo nº SDR25 00004672/2011, Convênio nº 4.532/2012-2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra e de acordo com o memorial descritivo e projetos;

Considerando que a Contratada ingressou com processo administrativo requerendo prorrogação do Contrato nº 237/2012, deferese o pedido de acordo com o Processo nº 7317/2013, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25 de outubro de 2013 e a terminar em 21 de fevereiro de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25 de novembro de 2013 e com término em 24 de março de 2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 03 de julho de 2012, Termo Aditivo nº 400/2012 de 13 de novembro de 2012, Termo Aditivo nº 075/2013 de 26 de fevereiro de 2013 e Termo Aditivo nº 189/2013 de 14 de junho de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal e CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, como Secretário de Planejamento e Urbanismo do Município.

EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, como Contratada.

Termo de Cessão de Uso 012/2013

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 012/2013. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de São Bento do Sul-SC. OBJETO: Cessão do veículo marca Ford, modelo Cargo 3132, tipo CN 6X4, combustível diesel, ano/modelo 2011/2012, cor vermelha, chassi nº 9BFZEA3Y1CBS90926, placa MKS 6855. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA:

São Bento do Sul-SC, 10 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Fernando Tureck, pelo Município.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 057, de 11 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 057, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Declara Ponto Facultativo."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica declarado ponto facultativo na Câmara Municipal de São Bento do Sul, ressalvadas as necessidades de serviço de cada setor, nos dias 30 e 31 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2013.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Ata de Reunião da Comissão de Licitações

No dia 10 de dezembro de 2013, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 061/2013, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 014/2013 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC, objeto do Contrato de Repasse n. 400.648-99/2012/MDS/CAIXA, conforme designado em comunicado datado de 02 de dezembro de 2013. Todas as participantes foram comunicadas, porém nenhuma encaminhou representante. Passou-se à abertura do envelope n. 02 - Proposta de Preços da licitante Winck Engenharia e Construções Ltda, CNPJ n. 09.544.243/0001-65, já que as demais participantes foram declaradas inabilitadas. A proponente habilitada apresentou o valor global de R\$ 302.612,13 (trezentos e dois mil, seiscentos e doze reais e treze centavos), sendo esta declarada válida por cumprir com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012, restando esta VENCEDORA do presente certame. A participante receberá, via e-mail, cópia da presente ata, ficando ciente de que se declara aberto o prazo

recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para conhecimento de todos os interessados. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 10 de dezembro de 2013.

Ana Claudia B. F. da Luz - Presidente da Comissão de Licitações

Paula Natana Comachio- Membro da Comissão

Adriana Lúcia Pretto- Membro da Comissão

Lenize Klein Latreille - Membro da Comissão

Ata do Pregoeiro e Equipe de Apoio

Reuniram-se na data de 05 de dezembro de 2013, às 08:30 horas, o Pregoeiro e Equipe de Apoio para Sessão Pública referente ao Processo de Licitação PREFE 075/2013, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços n. 031/2013 que visa eventuais futuras AQUISIÇÕES DE BRITA para a manutenção das vias públicas municipais. O processo teve ampla divulgação, conforme extratos anexados ao processo, porém participou do certame, apresentando envelopes n. 01 e n. 02 e credenciamento, somente a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28; credenciado o Sr. Anderson Colombo, CPF n. 043.828.859-90. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes n. 01- Proposta de Preços e n. 02 - Habilitação, da empresa participante, sendo os mesmos rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e credenciado. Passou-se para a abertura do envelope n. 01 - Proposta de Preços, sendo constatado pelo pregoeiro e equipe de apoio que a proposta da licitante cumpriu integralmente aos requisitos exigidos no edital. Ainda, a participante credenciada não ofertou lances, restando vencedora do certame com o valor unitário de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), totalizando, a proposta da licitante, a importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope n. 02 - Documentos de Habilitação, sendo aferido que os documentos necessários encontravam-se no envelope, porém, quando da apresentação dos documentos de habilitação, a licitante deixou de apresentar contrato social, todavia, verifica-se que este foi devidamente apresentado quando do credenciamento, sendo este suprido pelo Pregoeiro de acordo com o item 9.2 do instrumento convocatório, restando assim, cumpridos, todos os requisitos do Edital. O presente processo será remetido ao setor jurídico para elaboração de parecer e após, à autoridade competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios para conhecimento de todos os interessados. Nada mais.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro

Paula Natana Comachio- Membro da Comissão

Adriana Lúcia Pretto- Membro da Comissão

Processo Licitatório Prefe N. 082/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 082/2013

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 032/2013

O Pregoeiro Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 27 de dezembro de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO, COM SINAL DE TRANSMISSÃO ABERTO EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E PEÇAS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone

(049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 06 de dezembro de 2013.

FLAVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial.

Concurso Público Para Provimento de Cargos

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

EDITAL Nº 007/2013

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

TORNA PÚBLICO o resultado dos Recursos da Prova de Títulos e a HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO regido pelo Edital nº 001/2013, para provimento dos cargos de Agente Administrativo, Agente de Construção e Conservação, Agente Educativo, Assistente Administrativo, Assistente Social, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Saúde Bucal, Eletricista, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Mecânico, Motorista, Operador de Máquinas, Professor de Educação Infantil, Professor Ensino Fundamental (Artes e Educação Física), Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais, Técnico de Saúde Bucal e Vigia. Edital na íntegra, contendo relatório de classificação final, está divulgado no Mural Público Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.objetivas.com.br e ww.saodomingos.sc.gov.br.

De Brasília/DF para São Domingos/SC, 13 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais No Período Compreendido Entre Os Dias 05 e 11 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 12/11/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		410.807,94
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	479.815,02
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	467.008,17
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	466.974,92
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	139.726,30
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - Educação	58.219,30
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - Saúde	34.931,58
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	175.573,30
4.1.7.2.1.01.02.20.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	58.524,44
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	33,25
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte IPTR - Ordinário	19,95
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte IPTR - Educação	8,31
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte IPTR - Saúde	4,99
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	12.000,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.15.01.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	806,85
4.1.7.2.1.34.07.00.00	IGDBF - IGD	806,85
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	-22.425,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	-22.425,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-46.582,08
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-46.582,08
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-46.575,43
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-6,65

SAO DOMINGOS, 12/12/2013

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



São João do Sul

PREFEITURA

Extrato dos Contratos Administrativos de Serviço Temporário

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO MÊS DE JUNHO DE 2013.

CONTRATO Nº 154/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ELIZABETE BIANCHINI SALVADOR

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/06/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.006/2012

CONTRATO Nº 155/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: DION LENO DE CARVALHO DE QUADROS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na Secretaria Municipal de Saúde, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/06/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.006/2012

CONTRATO Nº 156/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ALEXANDRE DE CANDIDO SALLA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 05/06/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 913,04

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.006/2012

CONTRATO Nº 157/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIA DAS GRAÇAS ROCHO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e CRAS, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/06/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.006/2012

São José

PREFEITURA

Carta Convite Nº 011/2013

CARTA CONVITE Nº 011/2013 - Processo nº 354/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de pavimentação em asfalto e/ou lajotas de diversas ruas do Município de São José, com execução de levantamento topográfico cadastral, projeto de terraplenagem, drenagem, pavimentação, sinalização viária e detalhamentos necessários incluso projeto de acessibilidade para pedestres de acordo com NBR9050/2004, bem como memoriais descritivos, orçamentos e cronogramas executivos. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 20 de dezembro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 20 de dezembro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0100.

Pregão Presencial 130/2013

PREGÃO PRESENCIAL 130/2013 - Processo nº 349/2013:

Objeto: Contratação de empresa para locação de ônibus, tipo urbano, com motorista e monitor, para realizar o transporte escolar de alunos da rede estadual e municipal de ensino de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 02/01/2014 às 14h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 02/01/2013 às 15h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 134/2013

PREGÃO PRESENCIAL 134/2013 - Processo nº 357/2013:

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de tablet's para atender diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 02/01/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 02/01/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Resultado de Habilitação - Tomada de Preço Nº 014/2013

RESULTADO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 014/2013 - Processo nº 257/2013.

Objeto: Contratação de empresa para realização de reforma no Centro de Vigilância em Saúde. EMPRESAS HABILITADAS: De Faria Construções LTDA; WAR Construtora e Incorporadora LTDA - EPP; Construtora De Angelo LTDA - EPP; Mundial Serviços LTDA - EPP; HANG Empreiteira de Mão de Obra na Construção Civil LTDA - EPP; Abrix Construções LTDA ME. A abertura das propostas de preços ocorrerá dia 27 de dezembro de 2013, às 14h e 30min no Centro Administrativo da PMSJ. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Resultado do Pregão Eletrônico 038/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2013 - Processo nº 246/2013:

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de mobiliário, materiais permanentes, materiais de consumo e brinquedos pedagógicos para atender os Centros de Educação Infantil e Rede Municipal de Ensino de São José/SC. Contratados: Racine Comercial ME (R\$ 14.394,15 - quatorze mil, trezentos e noventa e quatro reais e quinze centavos); Movesco Ind. Com. Moveis Escolares LTDA (R\$ 293.899,44 - duzentos e noventa e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos); Marconi Kirch EPP (R\$ 1.170,00 - um mil, cento e setenta reais); HP & E Comercial LTDA EPP (R\$ 119.263,30 - cento e dezenove mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta centavos); e Elisvandia Matos Donini ME (R\$ 17.176,00 - dezessete mil, cento e setenta e seis reais). Valor Total: R\$ 445.902,89 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e dois reais e oitenta e nove centavos). Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico 051/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 051/2013 - Processo nº 303/2013:

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário para ser utilizado pela defesa civil do Município de São José. Contratado: Elisvandia Matos Donini ME Valor Total: R\$ 10.445,00 (dez mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais). Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial 102/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 102/2013 - Processo nº 255/2013:

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de estações hidrométricas, com a produção de termo de referência para aquisição futura de equipamentos de monitoramento para Defesa Civil do Município de São José/SC. Contratado: FRACTAL Engenharia - Meio Ambiente e Inovação LTDA. Valor Total: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais). Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial 112/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 112/2013 - Processo nº 295/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nos ginásios municipais de esportes, praças esportivas e sede da Fundação Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de São José/SC. Contratado: Mundial Serviços LTDA EPP. Valor Total: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais). Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Presencial 120/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 120/2013 - Processo nº 321/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de refeições (almoço e lanche) para atender as unidades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em eventos destinados aos idosos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José/SC. Contratado: S.T Gastronomia LTDA EPP. Valor Total: R\$ 139.100,00 (cento e trinta e nove mil e cem reais). Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

Contrato/Ct: N° 227/2013

Contrato/CT: nº 227/2013 - DL 058/2013 - Processo 219/2013 - Contratado: Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos. Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de medicamentos para serem distribuídos pela farmácia especializada mediante a solicitação advinda de processos judiciais, sendo estes itens desertos para o processo 132/2013, modalidade Pregão Presenciais nº 067/2013. Valor Global: R\$ 144.663,46 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos). Prazo: O prazo de vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da Assinatura do Contrato: 02 de setembro de 2013.

Contrato/Ct: N° 300/2013

Contrato/CT: nº 300/2013 - PE 020/2013 - Processo 198/2013 - Contratado: Mundial Serviços LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de limpeza, lavagem e manutenção com o fornecimento de materiais, nos abrigos de passageiros do Município de São José/SC. Valor Global: R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil, e quinhentos reais). Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 01 de novembro de 2013.

Contrato/Ct: N° 303/2013

Contrato/CT: nº 303/2013 - TP 011/2013 - Processo 225/2013 - Contratado: Mundial Serviços LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para realização de demolição de edificações em área invadida (área verde) e de risco, incluindo limpeza posterior e na ocorrência de possíveis sinistros, calamidade pública e situações de emergência. Valor Global: R\$ 116.690,00 (cento e dezesseis mil, seiscentos e noventa reais). Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura e o início dos serviços deverão começar até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Data da Assinatura do Contrato: 01 de novembro de 2013.

Contrato/Ct: N° 307/2013

Contrato/CT: nº 307/2013 - PE 033/2013 - Processo 239/2013 - Contratado: CONSESC & Nacional Elevadores Ltda.. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção técnica preventiva e corretiva com fornecimento de peças, nos elevadores da marca Otis, instalados no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Global: R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais). Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua. Data da Assinatura do Contrato: 05 de novembro de 2013.

Termo Aditivo/TA N° 044/2011-03

Termo Aditivo/TA nº 044/2011-03 - TP 043/2010 - Processo 364/2010 - Contratado: Empreiteira PAVICON LTDA. Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de serviços de reconstrução e redimensionamento da rede de drenagem nas ruas Felipe Domingos Petry, Otávio B. de Souza, Saturnino Dechamps e Leo Augusto Petry, bairro Praia Comprida, em São José/SC, com fornecimento de materiais. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato 044/2011 por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 22/08/2013. Valor: A partir deste termo passará a vigorar a importância total do Contrato Original em R\$ 1.498.189,11 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e nove reais e onze centavos). Data da assinatura: 12 de novembro de 2013.

Termo Aditivo/TA N° 710/2011-02

Termo Aditivo/TA n° 710/2011-02 - DL 034/2011 - Processo 254/2011 - Contratado: Vida Nova Imóveis LTDA. Objeto: Locação de imóvel, situado na Rua Delamar José da Silva, n° 95, sobreloja, Kobrasol - São José/SC, para abrigar o Conselho Municipal de Educação, de acordo com as especificações e condições constantes no Processo Administrativo. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato 710/2011 por mais 12 (doze) meses, retroagindo seus efeitos ao dia 10/11/2013. Data da assinatura: 21 de novembro de 2013.

Extrato do Convênio N° 099/Pmsj/Semas/FIA/2013
EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio n° 099/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social de Barreiros. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados à "aquisição de forno elétrico para a cozinha da Creche Nossa Senhora de Lourdes". VALOR: R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: trinta (30) dias após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Alceoni Berkenbrock, pela Ação Social de Barreiros.

Extrato do Convênio N° 100/Pmsj/Semas/FIA/2013

Convênio n° 100/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social de Barreiros. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "iniciação esportiva para crianças e adolescentes com deficiência". VALOR: R\$ 9.768,00 (nove mil, setecentos e sessenta e oito reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: trinta (30) dias após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Alceoni Berkenbrock, pela Ação Social de Barreiros.

Extrato do Convênio N° 101/Pmsj/Semas/FIA/2013

Convênio n° 101/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "dança, esporte e capoeira". VALOR: R\$ 9.990,57 (nove mil, novecentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: onze (11) meses após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Denise Aparecida Michelute Gerardi, pela Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade.

Extrato do Convênio N° 102/Pmsj/Semas/FIA/2013

Convênio n° 102/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Moradores do Jardim Amodelar. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "melhorias". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: trinta (30) dias após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05

de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Aurea Corina Valério, pela Associação dos Moradores do Jardim Amodelar.

Extrato do Convênio N° 103/Pmsj/Semas/FIA/2013

Convênio n° 103/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação Beneficiente Nossa Senhora de Azambuja. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "equipando para atender melhor". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: trinta (30) dias após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Maria Clotildes Daniel Joaquim, pela Associação Beneficiente Nossa Senhora de Azambuja.

Extrato do Convênio N° 104/Pmsj/Semas/FIA/2013

Convênio n° 104/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e União Catarinense de Educação - Centro Educacional Marista São José. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "pratique gentileza: gentileza gera gentileza". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte dias) após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Lucilene Cimardi, pela União Catarinense de Educação - Centro Educacional Marista São José.

Extrato do Convênio N° 105/Pmsj/Semas/FIA/2013

Convênio n° 105/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Educação e Treinamento Esperança. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "música e vida". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: cento e oitenta (180) dias após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Jonas Edison da Silva, pelo Centro de Educação e Treinamento Esperança.

Extrato do Convênio N° 106/Pmsj/Semas/FIA/2013

Convênio n° 106/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação Dos Portadores Da Síndrome De Down - Amigo Down. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "adaptação da entidade para melhoria no atendimento aos usuários". VALOR: R\$ 9.304,00 (nove mil, trezentos e quatro reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: trinta (30) dias após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Renata Trilha Avila, pela Associação Dos Portadores Da Síndrome De Down - Amigo Down.

Extrato do Convênio N° 107/Pmsj/Semas/FIA/2013
Convênio nº 107/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "aquisição de elementos fundamentais - luminária e forro para salas de atividades infantis". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: (90) dias após o recebimento da parcela. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Marly Ziliotto Gomes, pela Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina.

Extrato do Convênio N° 108/Pmsj/Semas/FIA/2013
Convênio nº 108/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Creche Vinde a Mim as Criancinhas. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "inclusão digital". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: cento e cinquenta (150) dias. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Fernando da Costa, pela Creche Vinde a Mim as Criancinhas.

Extrato do Convênio N° 109/Pmsj/Semas/FIA/2013
Convênio nº 109/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "preservando o ambiente". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: cento e cinquenta (150) dias. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Amélia Inácia Medeiros Ludwig, pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José.

Extrato do Convênio N° 110/Pmsj/Semas/FIA/2013
Convênio nº 110/PMSJ/SEMAS/FIA/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Serviço de Ação Solidária e Cidadã - ONG TRAVESSIA. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados ao cofinanciamento do projeto "preservando o ambiente". VALOR: R\$ 9.319,00 (nove mil, trezentos e dezenove reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: trinta (30) dias. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e José Augusto Melo Correa, pelo Serviço de Ação Solidária e Cidadã - ONG TRAVESSIA.

Termo de Cooperação Técnico-Financeira (Tctf), Referente a Resolução N° 032/2013

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA (TCTF), referente a Resolução nº 032/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação. OBJETO: Descentralização do orçamento programado, observados os limites por elementos de

despesas e funcionais programáticas, direcionado à consecução das ações estabelecidas pela Resolução CMDCA nº 032/2013, que serão realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, para execução do Projeto "Coral Novo Amanhecer". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: 6 (seis) meses, a partir da publicação. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José (órgão titular do crédito) e Meri Terezinha de Melo Hang, pela Secretaria Municipal de Educação (órgão gerenciador).

Termo de Cooperação Técnico-Financeira (Tctf), Referente a Resolução N° 033/2013

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA (TCTF), referente a Resolução nº 033/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação. OBJETO: Descentralização do orçamento programado, observados os limites por elementos de despesas e funcionais programáticas, direcionado à consecução das ações estabelecidas pela Resolução CMDCA nº 033/2013, que serão realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, para execução do Projeto "orientação profissional a adolescentes da educação de jovens e adultos". VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a partir da publicação. LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de dezembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José (órgão titular do crédito) e Meri Terezinha de Melo Hang, pela Secretaria Municipal de Educação (órgão gerenciador).

Extrato de Edital Concurso Público de Arquitetura
EXTRATO DE EDITAL CONCURSO PÚBLICO DE ARQUITETURA
CONCURSO PÚBLICO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.892.274/0001-05, sediada na Av. Acioni Souza Filho, s/nº(Beira Mar de São José), Praia Comprida, São José - SC, CEP 88103-790, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC neste ato promove e torna público o Concurso Público de Estudo Preliminar de Arquitetura para Requalificação Urbana do Centro Histórico de São José. O referido Concurso é organizado pelo INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.813.477/0001-13, situada na Rua Bocaiuva, 1913 sl. 15 - CEP 88015-530, Centro, Florianópolis, Santa Catarina.

DO OBJETO: O presente Concurso Público de Estudo Preliminar de Arquitetura para Requalificação Urbana do Centro Histórico de São José tem por objetivo selecionar o melhor estudo preliminar, desde que obedecidas às indicações e determinações do Regulamento do Concurso, dos Termos de Referência e seus Anexos que em conjunto constituem as Bases do Concurso. O primeiro colocado, além da premiação, contratará, nos termos da Lei 8.666/93, com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC PROMOTOR, o desenvolvimento do Projeto Executivo de Arquitetura, Memorial Descritivo e Coordenação e os Projetos Complementares de Engenharia, conforme disposto na minuta de contrato. PARTICIPAÇÃO: Poderão participar deste Concurso Público Nacional pessoas físicas ou jurídicas, individualmente, bem como equipes formadas por pessoas físicas, as quais devem ter atribuição em projeto de arquitetura e urbanismo, além das habilitações exigidas para o desenvolvimento dos projetos executivos dispostos na minuta contrato.

PREMIAÇÃO:

1º colocado, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

2º colocado, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

3º colocado, R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

VALOR DO CONTRATO: R\$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais), do qual serão descontados o valor da premiação, as despesas legais, fiscais, de formalização e convencionais, conforme Minuta do Contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.01 2062.3.3.90.34 00.00.00.00.0080

CRONOGRAMA: 12 de DEZEMBRO de 2013: Lançamento oficial do Concurso;

12 de DEZEMBRO de 2013 a 31 de JANEIRO de 2014: divulgação e inscrições;

10 de MARÇO de 2014: Prazo limite para envio dos trabalhos;

18 de MARÇO de 2014: Data limite para recebimento dos trabalhos (18 h);

20 de MARÇO de 2014 a 22 de MARÇO de 2014: Julgamento;

25 de MARÇO de 2014: Divulgação oficial do resultado do concurso.

DOCUMENTOS: www.iab-sc.org.br/concursocentrohistoricosj

São José, 12 de Dezembro de 2013.

ASSINAM:

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal de São José

ELENITA GERLACH KOERICH

Superintendente da FMCT

RAEL BELLI

Presidente IAB-SC

Extrato de Edital Concurso Público de Arquitetura

EXTRATO DE EDITAL CONCURSO PÚBLICO DE ARQUITETURA
CONCURSO PÚBLICO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.892.274/0001-05, sediada na Av. Acioni Souza Filho, s/nº(Beira Mar de São José), Praia Comprida, São José - SC, CEP 88103-790, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC neste ato promove e torna público o Concurso Público de Estudo Preliminar de Arquitetura para Requalificação Urbana do Centro Histórico de São José. O referido Concurso é organizado pelo INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.813.477/0001-13, situada na Rua Bocaiuva, 1913 sl. 15 - CEP 88015-530, Centro, Florianópolis, Santa Catarina.

DO OBJETO: O presente Concurso Público de Estudo Preliminar de Arquitetura para Requalificação Urbana do Centro Histórico de São José tem por objetivo selecionar o melhor estudo preliminar, desde que obedecidas às indicações e determinações do Regulamento do Concurso, dos Termos de Referência e seus Anexos que em conjunto constituem as Bases do Concurso. O primeiro colocado, além da premiação, contratará, nos termos da Lei 8.666/93, com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC PROMOTOR, o desenvolvimento do Projeto Executivo de Arquitetura, Memorial Descritivo e Coordenação dos Projetos Complementares de Engenharia, conforme disposto na minuta de contrato.

PARTICIPAÇÃO: Poderão participar deste Concurso Público Nacional pessoas físicas ou jurídicas, individualmente, bem como equipes formadas por pessoas físicas, as quais devem ter atribuição

em projeto de arquitetura e urbanismo, além das habilitações exigidas para o desenvolvimento dos projetos executivos dispostos na minuta contrato.

PREMIAÇÃO:

1º colocado, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

2º colocado, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

3º colocado, R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

VALOR DO CONTRATO: R\$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais), do qual serão descontados o valor da premiação, as despesas legais, fiscais, de formalização e convencionais, conforme Minuta do Contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.01 2062.3.3.90.34 00.00.00.00.0080

CRONOGRAMA: 12 de DEZEMBRO de 2013: Lançamento oficial do Concurso;

12 de DEZEMBRO de 2013 a 31 de JANEIRO de 2014: divulgação e inscrições;

10 de MARÇO de 2014: Prazo limite para envio dos trabalhos;

18 de MARÇO de 2014: Data limite para recebimento dos trabalhos (18 h);

20 de MARÇO de 2014 a 22 de MARÇO de 2014: Julgamento;

25 de MARÇO de 2014: Divulgação oficial do resultado do concurso.

DOCUMENTOS: www.iab-sc.org.br/concursocentrohistoricosj

São José, 12 de Dezembro de 2013.

ASSINAM:

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal de São José

ELENITA GERLACH KOERICH

Superintendente da FMCT

RAEL BELLI

Presidente IAB-SC

Ata de Registro de Preços N° 061/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 061/2013 - PR 072/2013 - Processo 145/2013 - Fornecedores: Domingos Martins Auto Center Peças e Mecânica Ltda ME (Lote 01 e 02); e Martins Philippi Peças e Serviços Ltda (Lote 03 e 04). Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, nos veículos que compõe a frota municipal da 1ª CIA de Bombeiros de São José/SC. Valor por Lote (para peças / para mão de obra): Lote 01 - 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) / 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais); Lote 02 - 100.000,00 (cem mil reais) / 80.000,00 (oitenta mil reais); Lote 03 - 32.000,00 (trinta e dois mil reais) / 20.000,00 (vinte mil reais); e Lote 04 - 8.000,00 (oito mil reais) / 6.000,00 (seis mil reais). Percentual de Desconto (peças): Lote 01 - 28,00% (vinte e oito por cento); Lote 02 - 32,00% (trinta e dois por cento); Lote 03 e 04 - 28,10% (vinte e oito vírgula dez por cento). Valor global: R\$ 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 12 de setembro de 2013. Vera Sueli de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços N° 081/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2013 - PE 017/2013 - Processo 190/2013 - Fornecedores: Racine Comercial ME (R\$ 12.162,50 - doze mil, cento e sessenta e dois mil e cinquenta centavos); e Elisvandia Matos Donini ME (R\$ 11.126,70 - onze mil, cento e vinte e seis reais e setenta centavos). Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) eventual fornecimento de



materiais de consumo para realizar pequenos reparos nos equipamentos odontológicos dos Centros de Saúde e do CEO (Centro de especialidades Odontológicas) da Rede Municipal de Saúde de São José/SC. Valor global: R\$ 23.289,20 (vinte e três mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 01 de novembro de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços N° 082/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 082/2013 - PR 086/2013 - Processo 180/2013 - Fornecedores: Dentaria e Distribuidora Hospitalar Porto Alegre Ltda. (R\$ 94.526,50 - noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos); Olimed Material Hospitalar Ltda. (R\$ 105.185,00 - cento e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais); PRHODENT Com. E Repr. De Prod. Hosp. E Dentários Ltda. (R\$ 115.351,65 - cento e quinze mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos); Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda. (R\$ 208.627,30 - duzentos e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta centavos); Produvale Produtos Hospitalares Ltda. (R\$ 36.179,00 - trinta e seis mil, cento e setenta e nove reais); e Cirurgica Bela Vista Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. (R\$ 41.316,54 - quarenta e um mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos). Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo de odontologia para serem utilizados nos centros de saúde no Município de São José/SC. Valor global: R\$ 601.185,99 (seiscentos e um mil, cento e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de novembro de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços N° 087/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 087/2013 - PE 039/2013 - Processo 274/2013 - Fornecedor: Racine Comercial ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de software tipo AUTOCAD LT 2014 para atender a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor global: R\$ 80.325,00 (oitenta mil, trezentos e vinte e cinco reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 20 de novembro de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços N° 090/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 090/2013 - PE 029/2013 - Processo 213/2013 - Fornecedor: Racine Comercial ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de livros para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município de São José/SC. Valor global: R\$ 14.880,73 (quatorze mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e três centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 26 de novembro de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Ata de Registro de Preços

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 008/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA FORNECEDORA: OFC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de arquivos deslizantes destinados a Câmara Municipal de São José/SC.

Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.34.00.00.00

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 145.000,00

VIGÊNCIA: 21/10/2013 à 21/10/2014

Ata da Octagésima Segunda Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina

ATA DA OCTAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almeci de Jesus - PMDB

1º Secretário Ad Hoc : Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente convidou os Vereadores Telmo Pedro Vieira - PSDB e Moacir da Silva - PMDB, para ocuparem Ad Hoc, a Primeira e a Segunda Secretarias. Pelo Livro de Registro de Presença, foi constatada a presença de todos Senhores Edis. A seguir o Senhor Primeiro Secretário proferiu a leitura da ata da Octogésima Primeira Sessão Ordinária, que posta em votação foi aprovada por nove votos favoráveis, sem restrições. A seguir foi lida a relação das matérias da presente sessão e em continuidade o Senhor Presidente solicitou que todos desconsiderassem o comunicado constante da Pauta. A seguir foi declarada livre a palavra no Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Adriano de Brito - PR, comentou sobre as vagas de estacionamento para idosos, explicando que estes devem fazer um cadastro na Prefeitura do seu município, para obterem a credencial, que os permitirá estacionar nas vagas especiais em todo o Brasil. Continuando o orador alertou a todos de que no município de São José a credencial é expedida com validade para um ano, o que não ocorre em outros municípios, por isto, apelou às autoridades que emitem as credenciais para que no item validade conste, em todo o território nacional. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Moacir da Silva - PMDB, que inicialmente comunicou o falecimento do Ex-Vereador desta Casa Aldo Antonio de Souza. Em aparte o Vereador Orvino coelho de Ávila registrou sua amizade com o Ex-Vereador que, no seu entendimento, foi o melhor líder de governo que esta Casa já teve. Sugeriu que a Câmara encaminhe votos de condolência à família enlutada. Retomando a palavra o Vereador Moacir registrou que deu entrada nesta Casa, dos Projetos de Leis do Plano Plurianual de Investimentos - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária, para o próximo Exercício. Continuando o orador explicou cada uma das leis, dizendo que os Membros da Comissão de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento terão bastante trabalho nesta semana. Continuando o orador discorreu sobre a manifestação do Vereador Wallace a respeito das cores dos prédios públicos, dizendo que fará, em acordo com o autor do projeto, vereador Michel Shlemper, uma emenda dando um tratamento diferenciado aos prédios Históricos. Finalizando disse estarmos a duas semanas das festas natalinas, e

desejou a todos um natal cheio de alegrias e um próspero ano novo. Ocupou a seguir a tribuna o vereador Neri Osvaldo do Amaral - PMDB, que comentou o episódio de violência ocorrido em Joinville, no Jogo de futebol, entre o Atlético Paranaense e o Vasco da Gama ressaltando que a cidade catarinense ficou perante a opinião pública mundial, com a alcunha de violenta, quando apenas cedeu seu estádio para a realização do evento, marcado pela CBF. Continuou dizendo ser torcedor do Figueirense, que apesar de ter classificado para a Série A, do Campeonato Brasileiro, seu elenco tem muito a melhorar e buscar jogadores formados nas bases. Parabenizou ao atleta Rafael Costa, que sempre trata a torcida com cordialidade e humildade. Destacou o ato deste jogador que ofertou a um garoto as chuteiras que usou no jogo. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, que inicialmente comentou ter assistido ao programa da RBS, com a entrevista da Prefeita Adeliara Dal Pont, em que esta falava dos prazos de conclusão das Policlínicas, e que será construída uma Unidade no Loteamento Vista Alegre. Disse o orador serem estranho os investimentos em construção, quando a Policlínica do Bairro Bela Vista, falta materiais de uso diário, como gaze e gás de cozinha. Continuando comentou a fala do Vereador Geraldo Swiech, quando disse estar apresentando proposta de Lei para definir regras para a realização de Audiências Públicas, e lembrou que no Estatuto das Cidades estas regras estão definidas com clareza. Continuando sugeriu que a Prefeitura adquira motocicletas para fazer a entrega em domicílio dos remédios de uso contínuo. Continuando o orador comentou o arquivamento por parte da Comissão de Justiça, de projeto de sua autoria, que denomina via pública e que irá fazer uma carta com a foto dos vereadores que assinaram o parecer para o arquivamento do Projeto. Lamentou que a prefeitura cobra imposto predial dos moradores daquele loteamento, mas a Comissão de Justiça entende que a rua não pode ser denominada, por isto as correspondências não chegam até as casas. Disse que isto os vereadores que não gostam do Vereador Amauri, não podem deixar de atender a uma solicitação da comunidade. Manifestou-se pela ordem o Senhor Presidente, que colocou em votação a realização de Sessão Extraordinária, após o término da presente, para que sejam votados em Segunda Discussão as matérias constantes da pauta da presente, uma vez que de verão entrar em pauta nas próximas Sessões, a LOA, LDO e o Orçamento do Município para 2014. Estando esgotado o tempo do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Em Redação Final, foi aprovado por doze votos favoráveis o Parecer de Redação Final da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei Ordinária nº 114/2013, da Prefeita Municipal, que cria a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de São José e dá outras providências. Em Discussão Única, foram discutidas e votadas as seguintes matérias: 1) Rejeitado por oito votos contrários e quatro votos favoráveis, dos Vereadores Adriano de Brito, Amauri Valdemar da Silva, Francisco Bento da Costa e Wallace Avanir de Souza, o Requerimento do Vereador Wallace Avanir de Souza, à Prefeita Municipal, para de que Remeta a esta Casa cópia, na íntegra, dos processos que tratam da locação de veículos para uso da Prefeitura, que especifica; 2) Aprovado por onze votos, o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 163/2013, do Vereador Orvino Coelho de Ávila e Sanderson Almeici de Jesus, que denomina de Vereador Osni Costa, o Centro Social Urbano, localizado no Bairro Bela Vista, neste Município; 3) Aprovado por doze votos, o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 164/2013, do Vereador Orvino Coelho de Ávila, que denomina de Benjamin Gerlach Filho, o ginásio de esportes localizado no Bairro Forquilha, neste Município. Em Segunda Discussão, foram deliberadas as seguintes matérias, como segue: 1) Aprovado por doze votos, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2013, da Prefeita Municipal, que cria a classe 3-A no Anexo I-A da Lei Complementar nº 053/2011 e dá outras providências;

2) Aprovado por doze votos, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Ordinária nº 159/2013, do Executivo, que altera a Lei nº 4.620, de 25 de fevereiro de 2008, que autoriza a chefe do Poder executivo a firmar convênio entre o Município de São José-SC, através da Secretaria Municipal da Educação e as Entidades e Organizações de Assistência Social sem fins lucrativos do Município visando a manutenção da Educação e das outras providências. 3) Aprovado por onze votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei Ordinária nº 167/2013, do Vereador Telmo Pedro Vieira, que altera dispositivo e Anexo I, da Lei nº 3.731, de 24 de outubro de 2001 e alterações, que dispõe sobre ruídos urbanos nocivos à saúde e proteção do bem estar e do sossego público, e dá outras providências. Em Primeira Discussão, foram votadas as seguintes matérias, como segue: 1) Aprovado por onze votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Complementar nº 002/2013, da Prefeita Municipal, que acrescenta artigos ao Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar nº 21, de 26 de dezembro de 2005, para dispor sobre redução de alíquotas do imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis no âmbito de programas da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, bem como para estabelecer isenção do imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis objetos de programas de regularização fundiária; 2) Aprovado por doze votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 079/2013, da Prefeita Municipal, que altera a redação do inciso I do artigo 127, da Lei nº 2.248, de 21 de março de 1991, referente à concessão de licença para desempenho de mandato classista. 3) Aprovado por oito votos favoráveis, o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 156/2013, do Vereador Sanderson Almeici de Jesus, que institui a Semana Municipal de valorização da família. 4) Aprovado por doze votos favoráveis, o Pedido de Vistas do Vereador Adriano de Brito, ao Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 160/2013, da Prefeita Municipal, que autoriza a concessão de uso de espaços físicos nos ginásios de esportes municipais e dá outras providências; 5) Aprovado por doze votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 172/2013, da Mesa Diretora com apoio dos Vereadores: Adriano de Brito, Amauri Valdemar da Silva, Francisco Bento Costa Silvy, Matson Luis Cé, Moacir da Silva, Neri Osvaldo do Amaral, Orvino Coelho de Ávila, Sandra Pereira Alves Martins, Telmo Pedro Vieira, Túlio Márcio Salles Maciel e Wallace Avanir de Souza, que altera o caput do artigo 49, da Lei nº 4.696/2008, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José e respectivo quadro de pessoal e dá outras providências. Não havendo mais matérias a serem deliberadas e estando esgotado o tempo regimental da presente sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando uma próxima Extraordinária a ser iniciada em dez minutos, para votação em segunda Discussão de Discussão Única, das matérias constantes da Pauta da Presente Sessão.

São José (SC), 09 de dezembro de 2013.

SANDERSON ALMEICI DE JESUS GERALDO SWIECH
Presidente Vice-Presidente

TELMO PEDRO VIEIRA MOACIR DA SILVA.
Primeiro Secretário Ad Hoc Segundo Secretário Ad Hoc

Ata da Octogésima Primeira Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, SC.

ATA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almeci de Jesus - PMDB

1º Secretário Ad Hoc : Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente convidou os Vereadores Telmo Pedro Vieira - PSDB e Moacir da Silva - PMDB, para ocuparem Ad Hoc, a Primeira e a Segunda Secretarias. Pelo Livro de Registro de Presença, foi constatada a presença de todos Senhores Edis. A seguir o Senhor Primeiro Secretário proferiu a leitura da ata da Octogésima Sessão Ordinária, que posta em votação foi aprovada por nove votos favoráveis, sem restrições. A seguir foi lida a relação das matérias da presente sessão e em continuidade manifestou-se pela ordem o Vereador Wallace Avanir de Souza - PDT, que solicitou que fosse deliberada a inclusão de requerimento de sua autoria que solicita à Prefeitura cópia dos processos que tratam da locação de veículos para uso da Administração Municipal, o que foi aprovado por unanimidade. Tendo em vista terem dado entrada nesta Casa projetos importantes vindos do Executivo, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos por dez minutos para uma reunião com os vereadores. Decorrido o Prazo suspensivo, foi declarada livre a palavra na hora do Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Geraldo Swiech - PT, que deu continuidade ao debate iniciado pelo Vereador Wallace, sobre o Hospital Regional, lembrando que na legislatura anterior foi composta comissão, da qual participavam os Vereadores Lédio Coelho e Meri Terezinha de Melo Hang, que perceberam que a saúde no Estado está sendo precariamente gerenciada. Disse que a Pedra Fundamental do Instituto de Cardiologia está sendo tratada da mesma forma que as obras da SC 407. Disse que a questão do Hospital Regional, demonstra como está sendo planejada a saúde no Estado. Disse que o problema da saúde se dá por não termos a estrutura de apoio das Unidades de Pronto Atendimento, fazendo com que o Hospital Regional, seja a única porta aberta que o povo encontra. Ressaltou que o Prédio que está sendo construído em Forquilha, dificilmente poderá ser utilizado como Unidade de Pronto Atendimento, dentro das normas da ANVISA. Disse que estamos acompanhando a contratação de serviços de alta complexidade, que são caros e as demandas vão aumentando. Quanto a questão salarial disse que ouviu comparativos entre médicos e professores, e entende que os salários deverão ser nivelados por cima. Ressaltou a dificuldade do médico para se formar tanto em escolas públicas como particulares. Disse que estamos pagando o tributo pelo mal planejamento. Disse ser favorável a contratação de alguns serviços, como o de rádio imagem, que não justifica a cidade ter uma estrutura. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Orvino Coelho de Ávila - PSD, que inicialmente dirigiu-se aos funcionários da prefeitura presentes, dizendo esperar que nesta noite se faça justiça para com os servidores efetivos, que ficaram prejudicados no Plano de Cargos. Continuando comentou ter participado de reunião sobre a BR 101, e disse ser difícil explicar ao município que o Vereador ou o município não tem ingerência daquela rodovia, que a gestão foi entregue à Empresa concessionária. Disse que em todas as situações o trata para com São José é diferente e nossa cidade acaba recebendo o que não é bom para Florianópolis. Isto se dá por não termos representatividade política. É evidente esta diferença, quando vemos os cargos dos órgãos públicos Federal e Estadual serem ocupados por pessoas de outras cidades, o que faz com que não tenhamos ninguém para brigar por nossas causas. Lembrou que foi prometido que seria aberta uma entrada e uma saída em trinta dias, e ao que tudo indica chegaremos ao verão ser isto ser feito. Continuando comentou

novamente sobre o Abrigo de passageiros nas proximidades do Continente Shopping, que já deveria ter sido executado. Em aparte o Vereador Geraldo Swiech ressaltou a importância de que, além do ponto de ônibus sejam instaladas as faixas de pedestres. Continuando comentou o que levantou o Vereador Wallace, sobre o Barco Escola, que está abandonado. Disse ter levantado que o Barco foi depositado naquele local, sem contrato e o cidadão que receber os valores acertados. Com relação a Lei 5.302, disse que precisamos fazer uma alteração na Lei, porque o Patrimônio Histórico deverá ser tratado de forma diferenciada. Em aparte, o Vereador Moacir da Silva disse que pretende propor alteração na Lei, pois não acha legal que todos os prédios públicos sejam pintados nas cores vermelho e branco. Continuando registrou o empenho do Secretário Pedro Francisco para obtenção da licença da Beira Mar, que deverá ser conseguida ainda este ano. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Adriano de Brito - PR, dizendo ter a satisfação de ver resolvido na noite de hoje a demanda dos funcionários efetivos da Prefeitura. Continuando comentou a fala do Vereador Telmo quando disse que muitas leis se tornam letras mortas. Ressaltou que é muito frustrante, que o Vereador pesquise, estude e veja o seu Projeto, não ser colocado em prática. Disse concordar com o Vereador Moacir sobre a Pintura dos prédios históricos. Continuando comentou sobre o dia dois, que é o Dia Nacional do Samba. Lembrou que esta Lei foi proposta por um vereador de Salvador, e agora foi consagrado como dia nacional do samba. Comentou a importância das leis discutidas nesta Casa, como a de autoria da Vereadora Sandra que trata da Alimentação diferenciadas ao Celiacos, que também são letras mortas. Estando esgotado o tempo do Expediente, passou-se à Ordem do dia. Em Discussão Única foram aprovadas as seguintes matérias: 1) por onze votos favoráveis, o Requerimento nº 94/2013 do Vereador Telmo Pedro Vieira, à Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito para que forneça as seguintes informações que especifica à Comissão Especial desta Casa, de "Combate à Violência no Município de São José. 2) por onze votos favoráveis o Requerimento nº 95/2013 do Vereador Francisco Bento Costa Silvy, ao Secretário de Infraestrutura, requerendo que o mesmo encaminhe a esta Casa, cópia do contrato da Prefeitura de São José com todas as empresas de coleta e destinação de lixo comum, reciclável, inservível e resíduos sólidos. Em Segunda Discussão, foi aprovado por doze votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Obras e Serviços Públicos e Defesa do Meio Ambiente e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Ordinária nº 114/2013, da Prefeitura Municipal, que cria a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de São José e dá outras providências. Em Primeira Discussão, foram deliberadas as seguintes matérias, como segue: 1) Aprovado por onze votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2013, da Prefeitura Municipal, que cria a classe 3-A no Anexo I-A da Lei Complementar n.º 053/2011 e dá outras providências; 2) Retirado de pauta a pedido da autora, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Ordinária nº 155/2013, dos Vereadores Sandra Pereira Alves Martins e Geraldo Swiech, que dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição de merenda escolar diferenciada para alunos matriculados nas unidades de ensino da Rede Municipal com diabetes, doença celiaca e/ou intolerância a lactose; 3) Aprovado por dez votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 159/2013, da Prefeitura Municipal, que altera a Lei n.º 4.620, de 25 de fevereiro de 2008, que autoriza a chefe do Poder executivo a firmar convênio entre o Município de São José-SC, através da Secretaria Municipal da Educação e as Entidades e Organizações

de Assistência Social sem fins lucrativos do Município visando a manutenção da Educação e da outras providências; 4) Aprovado por dez votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 161/2013, da Prefeita Municipal, que acrescenta o inciso VII ao artigo 2º- e altera o artigo 5º-, ambos da Lei n.º- 4.243, de 20 de dezembro de 2004; 5) Aprovado, também por dez votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei Ordinária nº 167/2013, do Vereador Telmo Pedro Vieira, que altera dispositivo e Anexo I, da Lei n.º- 3.731, de 24 de outubro de 2001 e alterações, que dispõe sobre ruídos urbanos nocivos à saúde e proteção do bem estar e do sossego público, e dá outras providências. Não havendo mais matérias a serem deliberadas e estando esgotado o tempo regimental da presente sessão, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando uma próxima ordinária, segunda feira, em horário regimental.

São José (SC), 04 de dezembro de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

GERALDO SWIECH
Vice-Presidente





TELMO PEDRO VIEIRA
Primeiro Secretário Ad Hoc

MOACIR DA SILVA.
Segundo Secretário Ad Hoc

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



-  Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
-  Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
-  Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
-  Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 424, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 424, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 424, de 05 de junho de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SJ6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9863, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato do Contrato N° 026/2013, de 04 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO N° 026/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 010/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: TRANSLOVERA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 80.445.505/0001-07.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 015/2013, de 04/03/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços de transporte para o ano de 2014.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará a Contratada o valor total de R\$ 50.800,00 (cinquenta mil e oitocentos reais), referente a 40.000 km (quarenta mil quilômetros), até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Celso Pedro Lovera - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 027/2013, de 04 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2013.

Origem: Processo nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 013/2013, de 1º/03/2013, até a data de 14/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: A Contratante pagará à Contratada, o valor R\$ 24.095,39



(vinte e quatro mil, noventa e cinco reais e trinta e nove centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 289.144,68 (duzentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 14/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 028/2013, de 04 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO N° 028/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 020/2013.

Origem: Processo n° 001/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ n° 11.359.214/0001-75.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ n° 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato n° 020/2013, de 04/04/2013, até a data de 14/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: A Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 5.204,60 (cinco mil, duzentos e quatro reais e sessenta centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 62.455,20 (sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 14/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 029/2013, de 04 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO N° 029/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 019/2013.

Origem: Processo Licitatório n° 013/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 010/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ n° 11.359.214/0001-75.

Contratada: GBV CONSULTÓRIO MÉDICO S/S, CNPJ n° 11.914.466/0001-19.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato n° 019/2013, de 1º/04/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: A Contratante pagará à Contratada, o valor R\$ 4.750,00 (quarto mil, setecentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela

contratante e Giancarlo Bergamini Vannuchi - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 030/2013, de 04 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO N° 030/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 018/2013.

Origem: Processo Licitatório n° 013/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 010/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ n° 11.359.214/0001-75.

Contratada: SAMUEL CORREA CLINICA MÉDICA LTDA, CNPJ n° 07.872.878/0001-66.

Objeto: Aditar o item 2 e prorrogar a vigência do Contrato n° 018/2013, de 1º/04/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados; além de prorrogar a vigência, se faz necessário aditar o item 2, do lote 1, do Contrato n° 018/2013, de 1º/04/2013, em 1 (um) profissional médico, 40 (quarenta) horas semanais, a fim de preencher vaga existente no ESF do Bairro Cruzeiro, até a data de 31 de março de 2014;

Valor do Contrato Originário: A Contratante pagará à Contratada, o valor R\$ 124.520,00 (cento e vinte e quarto mil, quinhentos e vinte reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.494.240,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e quarto mil, duzentos e quarenta reais) até 31/12/2014.

Valor Aditivado: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) até 31 de março de 2014, o que corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) ao valor inicial do item contratado.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Samuel Correa - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 031/2013, de 04 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO N° 031/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 012/2013.

Origem: Processo Licitatório n° 011/2013, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços n° 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ n° 11.359.214/0001-75.

Contratada: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA, CNPJ n° 02.792.912/0001-79.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato n° 012/2013, de 1º/03/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: Pela prestação dos serviços contratados, a Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Francisco Antonio Abatti - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 310/2013, de 04 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 310/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n° 263/2012.

Origem: Processo Licitatório n° 113/2012, Modalidade Pregão Presencial n° 074/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: ADRIANA SILVEIRA MONITORAMENTO ME, CNPJ n° 15.675.875/0001-60.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato n° 263/2012, de 30/07/2012, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços contratados para o ano de 2014.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais) até 31/12/2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Adriana Silveira - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 311/2013, de 04 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 311/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato n° 064/2010.

Origem: Processo Licitatório n° 21/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 13/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: SILVEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ n° 05.830.358/0001-65.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato n° 064/2010, de 22/03/2010, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços contratados para o ano de 2014.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 273,00 (duzentos e setenta e três reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 3.276,00 (três mil, duzentos e setenta e seis reais) até 31/12/2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Terezinha Altina Silveira - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 312/2013, de 04 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 312/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 052/2013.

Origem: inciso II, do art. 24, da Lei n° 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: BIBLIOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ n° 04.770.051/0001-53.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato n° 052/2013, de 18/04/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços contratados para o ano de 2014.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais) até 31/12/2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rafael de Melo Lima Santini - pela Contratada.

Extrato do Contrato N° 313/2013, de 04 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 313/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n° 280/2012.

Origem: Processo Licitatório n° 129/2012, Modalidade Dispensa de Licitação n° 06/2012,.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: CÉLIO ARMANDO JANCZESKI EIRELI, CNPJ n° 15.718.568/0001-10.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n° 280/2012, de 08/08/2012, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel para o ano de 2014.

Valor: O Locatário pagará ao Locador, o valor de R\$ 4.830,63 (quatro mil, oitocentos e trinta reais e sessenta e três centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 57.967,56 (cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) até 31/12/2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Célio Armando Janczeski - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 314/2013, de 04 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 281/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 156/2013, Modalidade Dispensa de Licitação nº 004/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CÉLIO ARMANDO JANCZESKI EIRELI, CNPJ nº 15.718.568/0001-10.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 281/2013, de 10/10/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel para o ano de 2014.

Valor: O Locatário pagará ao Locador, o valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 7.150,00 (sete mil, cento e cinquenta reais) até 31/12/2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Célio Armando Janczeski - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 315/2013, de 06 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2013, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

Origem: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA, CNPJ nº 02.089.950/0001-60.

Objeto: IMPRESSÃO DUPLEX, PRÉ-NOMINADOS E ENVELOPADOS INDIVIDUALMENTE, PAPEL OFF-SET 75 G/M2, 1X1 CORES, FORMATO A5 (148 X 210 MM).

Valor: O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira é de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) por documento impresso, sendo que a quantidade estimada é de 650 (seiscentos e cinquenta) documentos por mês.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 06/12/2013.

Vigência: de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antônio Paulo Póvoas Dias - pela Contratada.

Anulação de Publicação do Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 1155, de 25 de Junho de 2012.

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1155, DE 25 DE JUNHO DE 2012.

Publicado no DOM/SC - Edição nº 1384 - Pág. 479-480, datada de 09/12/2013.

Fica anulada a publicação do extrato da rescisão do termo de cessão de uso nº 1155, de 25 de junho de 2012, contendo os dados abaixo, em razão de não ter sido assinado pelo responsável legal do usuário-aluno, fato este que impede a produção de seus efeitos:

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1155,

DE 25 DE JUNHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 401010376, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: MARLI GONÇALVES, CPF nº 051.404.499-35.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1155, de 25/11/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645W7E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10563, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e MARLI GONÇALVES - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Anulação de Publicação do Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 413, de 22 de Setembro de 2011.

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 413, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Publicado no DOM/SC - Edição nº 1384 - Pág. 481, datada de 09/12/2013.

Fica anulada a publicação do extrato da rescisão do termo de cessão de uso nº 413, de 22 de setembro de 2011, contendo os dados abaixo, em razão de não ter sido assinado pelo responsável legal do usuário-aluno, fato este que impede a produção de seus efeitos:

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 413, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300395981, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: ELENIR MILAN, CPF nº 063.589.279-06.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 413, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KY2X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7456, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e ELENIR MILAN - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 1007, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1007, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 200772040, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lourenço Otowicz, CPF nº 313.748.080-91.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1007, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570W110, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10214, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lourenço Otowicz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1009, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1009, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300396040, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ademir José Romann, CPF nº 593.943.409-63.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1009, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XB80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10216, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura:

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ademir José Romann - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1010, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1010, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300396058, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jocimar Antonio Romann, CPF nº 665.017.689-34.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1010, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XC6T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10217, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jocimar Antonio Romann - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1013, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1013, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302237534, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elizangela Nezzi Comin, CPF nº 050.737.349-98.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1013, de 12/07/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VS81, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10220, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Elizangela Nezzi Comin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1015, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1015, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503688339, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivani Paiano, CPF nº 025.657.349-21.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1015, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VS6R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10222, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivani Paiano - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1017, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1017, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500410577, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdoino Bortoli, CPF nº 386.862.289-68.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1017, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VT4K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10224, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdoino Bortoli - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1018, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1018, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302275401, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jocimar Antonio Romann, CPF nº 665.017.689-34.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1018, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V3TF, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10225, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jocimar Antonio Romann - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1019, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1019, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500410461, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliziane Zilio, CPF nº 028.637.569-90.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1019, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VT5P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10226, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliziane Zilio - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1020, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1020, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500410429, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lourenço Otowicz, CPF nº 313.748.080-91.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1020, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VT2A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10227, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lourenço Otowicz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1022, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1022, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500410496, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivete Valentini Lorenzet, CPF nº 020.844.429-74.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1022, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570Y163, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10229, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivete Valentini Lorenzet - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1023, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1023, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 200653296, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Alzira Graciola, CPF nº 026.158.939-39.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1023, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YQ7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10230, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Alzira Graciola - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1025, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1025, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500410437, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Élcio Testa, CPF nº 770.689.989-68.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1025, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XF62, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10232, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Élcio Testa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1027, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1027, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 201833751, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Solange Vial Bergozza, CPF nº 029.500.449-56.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1027, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XN26, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10234, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Solange Vial Bergozza - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1028 de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1028 DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 300396090, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivani Hoffman Nogueira, CPF n° 023.229.239-66.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1028, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XK7M, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10235, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivani Hoffman Nogueira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1029, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1029, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500410453, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Idevilce Pianta, CPF n° 051.596.679-70.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1029, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YR54, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10236, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Idevilce Pianta - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1030, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1030, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500423881, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marilandes Valentini Casagrande, CPF n° 690.798.469-53.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1030, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XF4S, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10237, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marilandes Valentini Casagrande - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1031, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1031, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500416419, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Leocir Vitorio Radeski, CPF n° 030.508.719-38.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1031, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570379Z, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10238, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Leocir Vitorio Radeski - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1032, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1032, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 401484866, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdir Fernandes de Lara, CPF n° 793.452.399-87.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1032, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570357J, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10239, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdir Fernandes de Lara - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1033, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1033, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 201833662, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivani Comin, CPF n° 477.406.809-82.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1033, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703M50, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10240, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivani Comin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1035, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1035, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 401006182, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Doralina Pereira, CPF n° 937.884.369-72.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1035, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703S1M, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10242, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Doralina Pereira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1036, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1036, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 300395868, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Soeli dos Santos Ramos, CPF n° 973.428.079-15.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1036, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570400C, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10.243, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Soeli dos Santos Ramos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1037, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1037, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 201833670, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Joceli Monteiro Pelegrini, CPF n° 058.865.949-57.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1037, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704448, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10244, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Joceli Monteiro Pelegrini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1038, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1038, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 102637776, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdir Antonio Mazzochi, CPF n° 347.011.099-91.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1038, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703J5F, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10245, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdir Antonio Mazzochi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1039, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1039, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500410402, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Nerci Leite Bortoli, CPF n° 022.877.239-78.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1039, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703M7Y, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10246, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Nerci Leite Bortoli - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1040, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1040, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 201833786, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdecir Francisco Camelo, CPF n° 052.161.549-65.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1040, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703V1V, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10247, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdecir Francisco Camelo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1041, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1041, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302273670, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Ventura Kalfels, CPF nº 861.991.101-53.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1041, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703Z3H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10248, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Ventura Kalfels - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1042, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1042, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1691490, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivania Calegari, CPF nº 015.575.509-99.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1042, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703Y98, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10249, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivania Calegari - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1044, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1044, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300396430, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliane Carvalho de Paula, CPF nº 054.090.859-22.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1044, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570476R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10251, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliane Carvalho de Paula - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1045, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1045, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300396066, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Desulina Soares da Silva Padilha, CPF nº 058.503.519-90.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1045, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703M6T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10252, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Desulina Soares da Silva Padilha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1046, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1046, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 4500442900, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Loeci Vidal da Silva, CPF nº 034.541.829-80.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1046, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703R3T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10253, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Loeci Vidal da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1047, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1047, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300396449, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Aldinei Teresinha Remus Slaviero, CPF nº 034.906.439-33.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1047, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703Z02, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10254, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Aldinei Teresinha Remus Slaviero - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1048, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1048, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500423890, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Nilce Vanzin Consoli, CPF n° 025.479.672-60.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1048, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703P08, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10255, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Nilce Vanzin Consoli - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1049, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1049, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500410470, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Volnei Bruel, CPF n° 809.070.249-04.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1049, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703R53, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10256, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Volnei Bruel - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1050, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1050, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 300396031, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Solange Mezomo Milan, CPF n° 045.744.509-24.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1050, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703Q9K, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10257, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Solange Mezomo Milan - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1051, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1051, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500410445, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Loreci Lovera Bonatto, CPF n° 029.076.069-05.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1051, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570396W, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10258, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Loreci Lovera Bonatto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1052, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1052, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 500410534, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neiva Bonatto, CPF n° 051.326.219-96.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1052, de 12/07/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570367M, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10259, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neiva Bonatto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1053, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1053, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula n° 300396082, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rogério Antonio Lira, CPF n° 654.450.409-25.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso n° 1053, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703T59, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10260, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rogério Antonio Lira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1101, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1101, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500410410, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maximino Villa, CPF nº 543.759.759-20.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1101, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VS7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10218, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maximino Villa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 1204, de 02 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1204, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1100134600035, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Olimpia Padilha Pereira, CPF nº 048.014.709-47.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1204, de 02 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V775, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10284, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Olimpia Padilha Pereira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 221, de 02 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 221, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300395868, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Soeli dos Santos Ramos, CPF nº 973.428.079-15.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 221, de 02/04/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645N5D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10262, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Soeli dos Santos Ramos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso N° 233, de 02 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 233, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1556231, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Julcemar Pelinson, CPF nº 716.148.269-00.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 233, de 02 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V62D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10281, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Julcemar Pelinson - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 1.210, de 17 de Setembro de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1.210, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1.210, de 17 de setembro de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726W80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10123, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 1048, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1048, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1048, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VN42, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10048, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 1196, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1196, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1196, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V25G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10038, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 1198, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1198, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1198, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703X80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9932, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 262, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 262, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 262, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Z6N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9642, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 362, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 362, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 362, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570377P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9773, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 363, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 363, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 363, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 9923, com registro no patrimônio do Município sob o nº 1A570ST69, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 365, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 365, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 365, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570T007, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9913, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 367, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 367, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 367, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703F9N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9787, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 368, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 368, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 368, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703K1Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9813, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 371, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 371, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 371, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726H0B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9721, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 372, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 372, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 372, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572715V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9716, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 374, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 374, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 374, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572715V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9999, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 388, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 388, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 388, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703N17, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10111, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 389, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 389, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 389, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703S6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10112, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 390, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 390, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 390, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726X7M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10113, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 391, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 391, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 391, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 10114, com registro no patrimônio do Município sob o nº 1A5726Y20, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 393, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 393, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 393, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572751N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10116, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 394, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 394, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 394, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572761Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10117, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 395, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 395, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 395, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y0Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10118, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 396, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 396, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 396, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572676K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10119, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 397, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 397, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 397, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y9Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10120, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 398, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 398, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 398, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5727542, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10121, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 399, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 399, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 399, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572765A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10122, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 401, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 401, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 401, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Z38, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10124, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 403, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 403, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 403, de 12 de julho de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V41, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10126, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 405, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 405, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 405, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y7P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10128, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 414, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 414, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 414, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704T21, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10137, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 415, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 415, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 415, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704P8J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10138, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 416, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 416, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 416, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704R0L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10139, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 417, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 417, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 417, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704F45, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10140, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 419, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 419, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 419, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704899, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10142, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 421, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 421, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 421, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703Z4M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10145, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 422, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 422, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 422, de 05 de junho de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726B92, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9638, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 422, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 422, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 422, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703Z5R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10146, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 423, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 423, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 423, de 05 de junho de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SF2J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9926, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 429, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 429, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 429, de 05 de junho de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SG8G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9911, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 454, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 454, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 454, de 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XR62, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10074, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 457, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 457, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 457, de 02 de setembro de 2013 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703S41, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9636, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 460, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 460, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 460, de 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y4A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9575, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 461, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 461, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 461, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703X0W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10143, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 462, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 462, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 462, de 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TP4H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9847, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 464, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 464, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 464, de 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V8L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9713, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 467, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 467, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 467, 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VP1T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10073, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 468, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 468, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 468, de 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V341, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9846, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 469, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 469, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 469, de 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703720, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9778, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 473, de 02 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 473, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 473, de 02 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SH54, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10039, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 480, de 11 de Setembro de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 480, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 480, de 11 de setembro de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TW57, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9831, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 483, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 483, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 483, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y8U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10131, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 483, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 483, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 483, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y8U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10131, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 483, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 483, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 483, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y8U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10131, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 483, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 483, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 483, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Y8U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10131, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 508, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 508, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 508, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5727700, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9729, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 509, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 509, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 509, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726X5C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9730, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 511, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 511, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 511, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726X1S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9732, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 512, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 512, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 512, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572758M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9733, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 513, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 513, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 513, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572748J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9734, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 514, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 514, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 514, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5727630, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9735, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 516, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 516, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 516, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TH6G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9737, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 517, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 517, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 517, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TQ99, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9738, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 519, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 519, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 519, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V85L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9740, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 520, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 520, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 520, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569W67W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9741, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 521, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 521, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 521, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V97Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9742, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 522, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 522, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 522, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569VD9K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9743, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 523, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 523, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 523, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569VC77, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9744, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 524, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 524, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 524, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V914, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9745, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 525, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 525, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 525, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V71Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9746, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 526, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 526, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 526, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TR03, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9747, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 528, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 528, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 528, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YZ9C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9749, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 530, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 530, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 530, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YF7E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9751, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 531, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 531, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 531, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YF1K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9752, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 532, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 532, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 532, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YF54, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9753, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 533, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 533, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 533, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YG1N,, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9754, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 533, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 533, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 533, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703177, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9774,, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 534, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 534, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 534, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YG57, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9755, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 535, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 535, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 535, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YG01, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9756, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 536, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 536, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 536, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YF8J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9757, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 538, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 538, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 538, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703R7D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9759, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 539, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 539, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 539, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703Y14, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9760, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 540, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 540, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 540, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703W5I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9761, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 541, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 541, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 541, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570360N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9761, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 542, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 542, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 542, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5702Z3A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9763, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 543, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 543, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 543, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703V9Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9764, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 544, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 544, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 544, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703W38, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9765, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 545, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 545, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 545, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570374A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9766, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 546, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 546, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 546, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703P2I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9767, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 547, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 547, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 547, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: N/S: 1A5703G9Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9768, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 548, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 548, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 548, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703M3E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9769, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 551, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 551, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 551, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703L3B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9772, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 554, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 554, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 554, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570408G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9775, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 556, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 556, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 556, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703H6E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9776, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 557, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 557, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 557, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703H80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9777, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 559, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 559, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 559, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5702X6J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9779, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 560, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 560, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 560, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570368R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9780, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 561, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 561, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 561, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570370Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9781, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 562, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 562, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 562, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570371V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9782, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 563, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 563, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 563, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5702R4R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9783, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 564, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 564, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 564, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703265, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9784, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 565, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 565, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 565, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5702W9V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9785, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 566, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 566, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 566, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570431Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9786, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 568, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 568, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 568, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SC99, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9788, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 569, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 569, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 569, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SN5M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9789, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 570, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 570, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 570, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TF40, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9790, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 571, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 571, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 571, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SC5P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9791, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 572, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 572, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 572, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SC7Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9792, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 574, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 574, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 574, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SC15, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9794, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 575, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 575, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 575, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SC84, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9795, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 580, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 580, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 580, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SN3C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9800, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 581, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 581, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 581, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SM93, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9801, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 582, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 582, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 582, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SM8Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9802, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 583, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 583, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 583, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SN81, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9803, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 584, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 584, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 584, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S67H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9805, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 585, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 585, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 585, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SN6R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9806, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 586, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 586, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 586, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SN7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9807, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 587, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 587, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 587, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703K5I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9808, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 588, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 588, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 588, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703L6Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9809, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 589, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 589, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 589, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SP03, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9804,, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 591, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 591, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 591, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703J35, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9811, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 592, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 592, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 592, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703KOT, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9812,, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 594, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 594, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 594, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703K23, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9814, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 595, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 595, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 595, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703L4G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9815, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 596, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 596, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 596, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703J20, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9816, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 596, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 596, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 596, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703J20, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9816, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 598, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 598, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 598, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SR09, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9818, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 599, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 599, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 599, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SR4T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9819, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 600, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 600, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 600, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SQ8A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9820, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 601, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 601, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 601, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SQ9F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9821, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 602, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 602, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 602, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SS7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9822, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 603, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 603, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 603, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SQ4Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9823, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 604 de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 604 DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 604, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SR2J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9824, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 605, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 605, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 605, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570ST3U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9825, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 768, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 768, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 768, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V28V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10036, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 785, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 785, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 785, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703W92, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9947, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 786, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 786, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 786, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704796, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9948, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 801, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 801, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 801, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703K4D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9963, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 809, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 809, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 809, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SD87,, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9858, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 810, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 810, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 810, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SD9C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9859, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 811, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 811, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 811, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SD72, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9860, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 814, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 814, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 814, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SJ6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9863, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 816, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 816, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 816, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SJ7K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9865, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 818, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 818, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 818, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK48, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9867, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 819, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 819, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 819, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SP5S,, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9868, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 820, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 820, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 820, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SP6X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9869, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 821, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 821, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 821, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SP3I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9870, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 823, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 823, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 823, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SM0U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9872, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 825, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 825, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 825, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SQ1B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9874, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 826, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 826, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 826, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SQ2G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9875, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 829, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 829, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 829, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570WZ0P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9878, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 833, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 833, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 833, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570W25N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9882, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 834, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 834, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 834, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570X95F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9883, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 835, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 835, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 835, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570WT76, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9884, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 837, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 837, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 837, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570WW9P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9886, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 839, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 839, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 839, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SF91, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9888, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 841, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 841, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 841, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SF5Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9890, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 844, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 844, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 844, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SB96, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9894, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 846, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 846, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 846, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SB5M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9896, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 847, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 847, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 847, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SB81, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9897, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 847, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 847, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 847, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SB5M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9896, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 848, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 848, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 848, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK5D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9898, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 848, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 848, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 848, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK5D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9898, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 850, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 850, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 850, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK7N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9900, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 851, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 851, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 851, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK9X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9901, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 853, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 853, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 853, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S96L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9903, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 854, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 854, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 854, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S97Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9904, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 857, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 857, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 857, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S94B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9907, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 859, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 859, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 859, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SH3U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9910, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 863, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 863, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 863, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SH90, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9914, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 865, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 865, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 865, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SH7E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9916, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 865, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 865, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 865, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S96G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9906, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 871, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 871, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 871, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TT8D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9832, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 872, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 872, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 872, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V31M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9833, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 874, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 874, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 874, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569W48V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9835, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 875, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 875, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 875, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V75I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9836, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 877, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 877, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 877, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TW1N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9838, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 878, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 878, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 878, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569W63C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9839, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 880, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 880, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 880, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A573QW43, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9841, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 880, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 880, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 880, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A573QW43, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9841, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 881 de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 881 DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 881, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V09H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9842, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 882, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 882, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 882, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569VB1A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9843, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 887, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 887, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 887, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SR5Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9849, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 888, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 888, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 888, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SN12, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9850, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 889, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 889, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 889, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SP9C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9851, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 891, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 891, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 891, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S71Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9853, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 892, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 892, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 892, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SH4Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9855, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 893, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 893, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 893, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SD5S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9856, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 947, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 947, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 947, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SG4W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9818, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 951, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 951, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 951, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S75A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9922, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 954, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 954, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 954, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SF30, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9925, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 956, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 956, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 956, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SF4T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9927, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 957, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 957, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 957, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SF1E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9928,, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 958, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 958, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 958, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703X7V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9929, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 962, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 962, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 962, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703N4M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9934, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 964, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 964, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 964, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703S2R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9936, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 966, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 966, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 966, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703P8C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9938, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 967, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 967, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 967, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703G3W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9939, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 968, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 968, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 968, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5702Z94, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9940, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 969, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 969, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 969, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703G6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9941, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de dezembro de 2012.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 487, de 07 de Novembro de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 487, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.

Origem: Lei Municipal nº 2.126, de 29 de outubro de 2013.

Cedente: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cessionário: ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 06.096.391/0001-76.

Objeto: CESSÃO DE USO PELO CEDENTE EM FAVOR DO CESSIONÁRIO, A TÍTULO GRATUITO, DE 01 (UM) CAMINHÃO, MARCA VW/17.180, MODELO EURO3 WORKER, ESPÉCIE CAMINHÃO/BOMBEIRO, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO 2007, ANO DO MODELO 2007, CHASSI Nº 9BWC-182T27R727250, RENAVAL Nº 951398520, COM REGISTRO

PATRIMONIAL Nº 4925, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Data da assinatura: 07 de novembro de 2013.

Vigência: da data da assinatura a 31 de dezembro de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Coronel BM Marcos de Oliveira - Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto 158/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

Decreto 158/2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 808/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.054 - Funcionamento e Manutenção do PSF	R\$ 12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1.0002 - Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00

11.01.10.301.12.2.051 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde	R\$ 28.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.002 - Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.050 - Programa de Qualidade da Água	R\$ 30.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.1.0.0002 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

11.01.10.301.12.2.042 - Manutenção de Programas - Bioinseticida Rodenticida	R\$ 2.675,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.0002 - Aplicações Diretas	R\$ 2.675,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4.2.005 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar	R\$ 4.325,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas	R\$ 2.325,00

05.01.12.361.4.2.006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

05.01.12.365.4.2.008 - Func. e Manutenção da Educação Infantil	R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto 159/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001-

Centro CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219

Decreto 159/2013

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 804/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) na dotação abaixo identificada:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.26.782.22.1.071 - Construção de Pontes R\$ 34.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) na dotação abaixo identificada:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.1.041 - Aquisição de Caminhão do Lixo R\$ 34.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto 160/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001-

Centro CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219

Decreto 160/2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 807/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 50.500,00 (Cinquenta mil e quinhentos reais) na dotação abaixo identificada:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.26.782.22.1.012- Pavimentação de Ruas

R\$ 50.500,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 50.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 50.500,00 (Cinquenta mil reais e quinhentos reais) na dotação abaixo identificada:

03 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

03.01.4.122.2.2.002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito

E do Vice-Prefeito

R\$ 5.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

03.02.5.182.2.2.060 - Func. e Manutenção da Defesa Civil R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4.2.0008- Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$ 15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1.081.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

06 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02.8.241.9.2.012 - Apoio ao Idoso R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
06.02.8.243.9.2.011 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
07.01.13.392.6.2.014- Func. e Manutenção da Cultura R\$ 3.230,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.230,00

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.01.6.182.22.2.019 - Segurança no Trânsito R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
10.01.18.541.10.2.025 - Funcionamento e Manutenção do Meio Ambiente R\$ 5.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.10.20.606.16.2.023 - Func. e Manutenção do Fundo Agro-Pecuario R\$ 3.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

10.10.20.606.16.2.024 - Realização de Eventos Promocionais R\$ 2.670,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.670,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 99/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 99.2013 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

OBJETO: Aquisição parcelada e estimada de combustíveis para abastecimento de veículos e máquinas municipais, por um período de 12 (doze meses) com fornecimento diário conforme demanda, quando estiverem na sede municipal, para os veículos das seguintes frotas: Secretaria de Administração, finanças e planejamento, Secretaria de Saúde e Assistência social, Secretaria de Obras e transporte, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Coordenadoria de Serviços Públicos e Gabinete do Prefeito. TIPO: Menor Preço Por Item. DATA DE ABERTURA: 14/01/2014 às 08:45h (entrega dos envelopes) RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 12/12/2013
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Homologação de Incrições Processo Seletivo 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Fone/ Fax: (048)3277-0122

São Pedro de Alcântara - SC

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de São Pedro de Alcântara torna público a lista de Homologação dos candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo nº 01/2013. As provas escritas serão realizadas às 14:00 horas do dia 30/11/2013, nas dependências da Escola Básica



**Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, Bairro Santa Tereza
- São Pedro de Alcântara**

01 - TRABALHADOR BRAÇAL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
30	ALDO ERHARDT	DEFERIDO
19	ANTONIO CARLOS ELIAS	DEFERIDO
70	JAISON SOARES DA SILVA	DEFERIDO
18	TEREZINHA KUHN HAMES	DEFERIDO

02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
77	ALINE APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
62	ELAINE CRISTINA ALVES	DEFERIDO
85	FABIANNE ISRAEL WILLAIM FRANCISCO	DEFERIDO
74	MARIA GENI VELHO	DEFERIDO
41	RENATA PORTES	DEFERIDO

04 - MOTORISTA II - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
67	ANDERSON DA SILVA LAURINDO	DEFERIDO
99	FERNANDO LUIZ SCHMITT	DEFERIDO
51	IDEL PAULO AMARAL	INDEFERIDO
37	JOSÉ LINO NAU	DEFERIDO
95	JOSE MARIO DE CASTRO	DEFERIDO
1	JOSIAS DE OLIVEIRA MACHADO	DEFERIDO
73	JOVANE PIRES	DEFERIDO
93	GLORIA MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA DOLBERTH	DEFERIDO
56	TOMAZ LUIZ VIEIRA NETO	DEFERIDO
59	VALCIR JOSE KRETZER JUNIOR	DEFERIDO
53	VALÉRIO LUIZ PAULI	DEFERIDO

04 - OPERADOR DE MAQUINA II - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
75	JOSE FRANCISCO COELHO	DEFERIDO
35	VALMIR GARCIA COELHO	DEFERIDO

05 - OPERADOR DE MAQUINA III - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
20	RICARDO KRETZER	DEFERIDO

06 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
3	EDITE HACK - OPÇÃO 1	DEFERIDO
90	JULIA MARIA SILVEIRA - OPÇÃO 1	DEFERIDO
4	MARIA DA GRAÇA RAICHE - OPÇÃO 1	DEFERIDO
14	TAINARA PITZ - OPÇÃO 2	INDEFERIDO

07- TELEFONISTA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
42	AMANDA MELO VIEIRA	DEFERIDO
84	BRUNA LOHN DA ROCHA	DEFERIDO
66	DANIELA DA GAMA	DEFERIDO
23	FRANCIANE MARIA SCHMITZ	DEFERIDO

08 - FISCAL DE TRIBUTOS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
78	ANDERSON DENIS PERIN	DEFERIDO
57	CAROLINA SARDA ESTUQUI	DEFERIDO
40	CASSIANO SCHMITZ	DEFERIDO
49	RONALDO ALVES DA SILVA	DEFERIDO

09- AGENTE ADMINISTRATIVO - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
71	BRUNA SCARLETT ALVES	DEFERIDO
82	EDILSON CRISTOVÃO MATIAS	DEFERIDO
25	GABRIELLA SILVESTRE QUARESSESMIN	DEFERIDO
22	JOSIANE SCHMITZ	DEFERIDO
50	KAREN MANOELLE CARNEIRO DA SILVA	DEFERIDO
98	LILIANA DO AMARAL	DEFERIDO
26	MAYKON JOSE STAHELIN	DEFERIDO
97	MERCIA SIMONE RACHADEL	DEFERIDO
46	NELSON VICENTE DE SOUZA NETO	DEFERIDO
60	SAMANTA MOREIRA	DEFERIDO

10 - TECNICO EM EDIFICAÇÕES - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
63	GIANE DA SILVA	DEFERIDO

12 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM ESF - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
10	FLÁVIO AUGUSTO VIEIRA CARDOSO	DEFERIDO

13 - TECNICO EM ENFERMAGEM - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
89	ASEULI SEIDLER	DEFERIDO
94	JESSICA GUERRILHA SUENSON	DEFERIDO
2	PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO	DEFERIDO
92	TIAGO LOHN	DEFERIDO
52	VERA LUCIA KUHNEN	DEFERIDO

14 - POFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
21	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	DEFERIDO
54	ADRIANA LEIA JUNCES	DEFERIDO
15	AMELIA GUETTEN LOHN	DEFERIDO
32	ANA CAROLINA JUNCES	DEFERIDO
65	ANGELICA DEYSE DA SILVA	DEFERIDO
39	BRUNA DE SOUZA	DEFERIDO
5	BRUNA HOFFAMANN VENTURA	DEFERIDO
87	FRANCIELLE SCHUTZ	DEFERIDO
34	GISELE MATIAS JUNKES	DEFERIDO
38	LUCIANA MATOS CORDEIRO	DEFERIDO
9	MAYARA MAFRA BONDAVALLE	DEFERIDO
64	MARINA KOERICH	DEFERIDO
72	SCHEILA DUTRA	DEFERIDO
79	SEZIANE TURATTO	DEFERIDO

15 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
6	DANIELA DA ROCHA THEISIES	DEFERIDO
11	DIÉLI HOFFMANN	DEFERIDO
31	IVETE FATIMA JACOBOSKI BADALOTTI	DEFERIDO
29	KARINA SILVANO	DEFERIDO
48	NATHALIA REITZ FRANCENER	DEFERIDO

16 - PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
12	FERNANDA BENTA NUNES GAMA	DEFERIDO
76	RAQUEL PETRY LOHN LOHN	DEFERIDO
7	SÍLVIA MARIA MENDES BARNABÉ	DEFERIDO

17 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
17	CRISTIANE HOFFMANN	DEFERIDO
68	DEIZE REGINA NASCIMENTO	DEFERIDO
18- PROFESSOR HORISTA HABILITADO - PORTUGUÊS - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
47	NELIZE DE ROCCO PAIVA	DEFERIDO
28	PAULO HENRIQUE LOHN	DEFERIDO
27	PEDRO HENRIQUE LOHN	DEFERIDO
22 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - CIÊNCIAS - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
88	CAROLINA MANGA MARCONDES DE MOURA	DEFERIDO
8	GISELLE MARQUES GOES	DEFERIDO
16	SCHEILA MAGALI SEGALIN NASCIMENTO	DEFERIDO
23 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
80	CARLOS JORGE ARNAUT SICILIANO	DEFERIDO
69	LUIS FERNANDO DO NASCIMENTO	DEFERIDO
58	THIAGO RODRIGUES	DEFERIDO
33 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	SITUAÇÃO
36	EVANDRO NANDI	DEFERIDO
96	FILIPPE LOHN	DEFERIDO
13	THUANY STAHELIN KUHN	DEFERIDO
38 - ENFERMEIRO ESF - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
24	ANDRE DE SOUZA HILARIO	DEFERIDO
91	DANIELA MEURER	DEFERIDO
61	DUANI SANTOS	DEFERIDO
86	FABIANE MENDES DE MELO	DEFERIDO
55	FRANCINE TEREZINHA DE SOUZA	DEFERIDO
81	HUIANA CRISTINE LUCCA	DEFERIDO
43	MARILEIA ESPINDOLA	DEFERIDO
33	MARISA ANDREIA REINSTEIN	DEFERIDO
45	NICOLLE SOARES BRASIL	DEFERIDO
44	SANDRA REGINA PORTES	DEFERIDO
39- MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF - 2 VAGAS CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
83	OTAVIO CAMPOS	DEFERIDO
41 - MÉDICO PEDIATRA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
100	CHRISTIANE MARRERO CATALÃO	DEFERIDO

JUCELIO KREMER
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto N° 2.827/2013 de 10 de Dezembro de 2013

DECRETO N° 2.827/2013 de 10 de dezembro de 2013
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DO-
TAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Material de Consumo R\$ 700,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

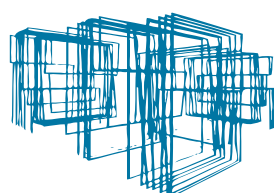
MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



Programa de
Gestão de Obras



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Decreto Nº 2.828/2013 de 10 de Dezembro de 2013
DECRETO Nº 2.828/2013 de 10 de dezembro de 2013
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Material de Consumo R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.829/2013, de 11 de Dezembro de 2013
DECRETO Nº 2.829/2013, de 11 de dezembro de 2013
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

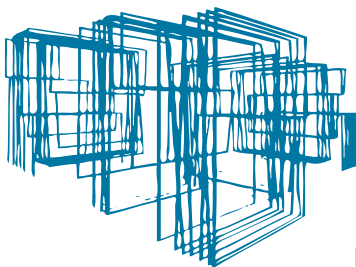
Art. 1º Ficam decretados como Ponto Facultativo os dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2013, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º O horário de funcionamento dos serviços de todas as Secretarias Municipais, PROCON, Conselho Tutelar e do Gabinete do Prefeito Municipal, no dia 20 de dezembro de 2013, será das 7h30min às 12h.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

Portaria Nº 5.321/2013, de 11 de Dezembro de 2013
PORTARIA Nº 5.321/2013, de 11 de dezembro de 2013
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 019/2013, de 11 de dezembro de 2013, os servidores Senhores Paulo Roberto Ferreira, Tereza Stefan Harmel e Valério de Oliveira Onofre, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de sindicância, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº88/2013-SECEL, de 11 de dezembro de 2013, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, através do qual solicita providências para averiguar a possibilidade de pagamento de serviços de monitoramento eletrônico realizado pela empresa CASVIG - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda., à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 11 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.322/2013, de 12 de Dezembro de 2013
PORTARIA Nº 5.322/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora Fabieli Pilatti, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº044.593.891-66, CREA-SC nº.093.485-5-SC E o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução de serviços para execução de ampliação (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo uma sala com 73,93m² de área, na Escola Municipal Professor Emílio da Silva, no Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 290/2013 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 08/2013-PMS, Processo nº. 199/2013-PMS - empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 12 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Dispensa N° 61/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 61/2013 - DL
	Processo Nr.: 108/2013 Data: 11/12/2013
Folha: 1/2	

Fornecedor: FARMACIA DE MANIPULACAO RECEITUARIO LTDA - EPP Endereço: R REINOLDO RAU,220 - Cidade: JARAGUA DO SUL - SC CNPJ: 01.950.134/0001-36	Código: 6800 Inscrição Estadual: 253.472.636
Objeto da Compra: Aquisição de medicamento fornecido para paciente através de Ação Civil Pública nº 500251755920114047209, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	NITROFURANTOÍNA 5MG/ML FRASCO 240ML	FR	30,00	90,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Decisão judicial condenando o Município a fornecer o medicamento para a paciente. O fornecimento já ocorre desde 2011.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 11 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 61/2013 - DL**

Processo Nr.: 108/2013
Data: 11/12/2013

Folha: 2/2

11/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 90,00 (noventa reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Ato de Contrato N° 149/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato n°. 149/2013–FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS n°. 33/2013-FMS - Processo Licitatório n°. 100/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: QUALYMEDIC – COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 10.763.524/0001-98, estabelecida Rua Antônio Brasil Schroeder, n° 960, loja 03, Bairro Bela Vista, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.110-401.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de aparelhos odontológico e hospitalar para os consultórios dos postos de Saúde para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Amalgamador digital para cápsulas pré-dosadas.Painel de comando, de fácil acesso e visualização de todas as funções do aparelho. Variação do tempo de preparo de 0 a 30 segundos, com precisão e repetibilidade do tempo selecionado. A perfeita homogeneidade e consistência da mistura do amálgama são garantidas pelo movimento em forma elíptica, com amplitude de 25mm e frequência de 4.000 oscilações por minuto. O movimento é interrompido, instantaneamente, nos casos de abertura acidental da tampa de proteção. Com cantos arredondados, confeccionado com material resistente.Ajuste do tempo de trituração.Ao selecionar a opção 220V, o aparelho poderá trabalhar normalmente na faixa de alimentação de 198 a 242V~.Sistema eletrônico de baixa tensão.Baixo nível de ruído.	3	Unidade	430,00	1.290,00
07	Aparelho de RX (Aquisição e instalação) Raios x odontológico para radiografias periapicais e interproximais. Tipo coluna móvel com rodízios; base com rodízios sendo dois diagonais com duas travas painel de comando com display digital, que permite a seleção do tempo de exposição, com regulador eletrônico de tensão, garantindo radiografias uniformes com boa qualidade. Tensão no tubo de 70 kvp ; corrente no tubo de 8 mA, área focal de 60 mm e ponto focal de 0,8 x 0,8. Ampola com gerador imerso em óleo isolante termoeletrico; cabeçote blindado em chumbo, com câmara de expansão e dispositivo de segurança de proteção térmica interna do cabeçote e cone limitador do campo de radiação. Chave Liga/Desliga, Timer Digital. Bip sonoro conjugado a emissão de raios x. Tempo de Exposição de 0,05 a 3,00 seg. (Tempo Centesimal), Disparador à distancia com cabo espiralado com comprimento de 05 metros. Sistema de segurança que impede o disparo em caso de sub e sobretensão; alimentação elétrica 220V – 60 Hz.	1	Unidade	3.620,00	3.620,00
VALOR R\$					4.910,00

Valor do contrato: R\$ 4.910,00 (quatro mil novecentos e dez reais),

Data da Assinatura: 11/12/2013 – Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato de Contrato N° 146/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato n°. 146/2013-FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS n°. 33/2013-FMS - Processo Licitatório n°. 100/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.101.480/0001-01, estabelecida na Rua das carmelitas, nº 634, Hauer, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.610-070.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de aparelhos odontológico e hospitalar para os consultórios dos postos de Saúde para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Autoclave para esterilização a vapor, design e moderno, adequada para consultórios odontológicos (inclusive Implantodontia e Cirurgia). Fácil manuseio. 02 anos de garantia. Modelo: Horizontal; display com indicação das fases do ciclo disposto em painel frontal com três teclas; Capacidade: 21 litros; Câmara: Inox; Desaceração: Automática; Despressurização: Automático; Ciclo de Secagem: Secagem eficiente; Tempo Total Esterilização: 55 min; Secagem realizada: Porta entre aberta; Potência: 1600 Watts; Voltagem: 127 ou 220 Volts; Acessórios: 03 Bandejas, 01 Suporte, Copo Graduado, Fusível, Braçadeira, Amostra de Mangueira e Manual de Instrução; Dimensão da câmara: Diâmetro 25cm x Profundidade 46,5cm; Medidas Externas: Largura 39,5cm x Altura 38cm x Profundidade 61cm; Consumo de energia: 500 watts a cada ciclo; Especialidade: Implantodontia, Cirurgia, Dermatologia, Cirurgia Plástica e Ginecologia. Uso Pretendido do Equipamento: "Esterilização de artigos odonto-médicos hospitalares termoresistentes ao processo de autoclavagem" Registro no Ministério da Saúde;	9	Unidade	2.300,00	20.700,00
VALOR R\$					20.700,00

Valor do contrato: R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais)

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 147/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato n°. 147/2013-FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS n°. 33/2013-FMS - Processo Licitatório n°. 100/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: RUBENS WALMORBIDA NETO, inscrita no CNPJ sob o nº 17.419.122/0001-10, estabelecida Rua Bernardo Welter, nº 391, Bairro Costa e Silva, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.220-230.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de aparelhos odontológico e hospitalar para os consultórios dos postos de Saúde para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	Seladora de mesa compacta: largura de selagem 13mm; largura máxima da empalagem 250mm(25cm); controle de temperatura microprocessado até 300 °C; Controle eletrônico do tempo de selagem com bip sonoro; alavanca de selagem macia; suporte e cortador de bobinas com faca de duplo corte; potência de 150 Watts; tensão de alimentação de 220V/60 Hz; Dimensões 380mmx380mmx180mm	7	Unidade	545,00	3.815,00
08	Compressor Odontológico com 2 HP de potência e isento de óleo, fluxo de ar 210 L/min, 220V, 60 HZ monofásico. Tanque L 40. Pressão máxima 120 PSI 10%. Válvula de segurança opera quando a pressão excede 0,90Mpa. Taxa operação/stand by 70/30 (%) 30min de operação contínua em > 5.5 bar. Consumo (watts) 1496. Peso Líquido 42 Kg. Dimensões: 45 cm X 45 cm X 72 cm.	1	Unidade	1.520,00	1.520,00
VALOR R\$					5.335,00

Valor do contrato: R\$ 5.335,00 (cinco mil trezentos e trinta e cinco reais)

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°. 148/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 148/2013–FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 33/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 100/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: JACQUES BRIÃO MOREIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.941.818/0001-74, estabelecida Rua 1822, nº 525, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.330-484.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de aparelhos odontológico e hospitalar para os consultórios dos postos de Saúde para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Destilador de água Para cada 4 litros de água comum o destilador produz 3,8 litros de água destilada. Não necessita instalação hidráulica. Baixo consumo de energia. Especificações Técnicas Capacidade do reservatório de água destilada: 3,8 Litros. Capacidade do reservatório de água comum: 4 Litros Duração do ciclo completo: 5 horas Peso líquido: 3,4 kg. Peso bruto: 4 kg Dimensões externas: 27 cm x 33 cm x 27,6 cm Voltagem: 220v Frequência: 60hz Consumo elétrico: 600 Watts. Temperatura de trabalho adequada: 15° C a 40° C Cor: branca	5	Unidade	435,55	2.177,75

06	Fotopolimerizador uso odontológico desenvolvido para realizar procedimentos de clareamento dental, restaurações diretas e indiretas, colagem de brackets e acessórios ortodônticos. O sistema de LED deste aparelho possui longa vida útil, equivalente a 36 milhões de ciclos de 10 segundos, sem perda de potência e eficiência na fotoativação. Caneta leve e resistente, que propicia conforto no manuseio. Assegura perfeita isolamento elétrica entre partes energizadas e o operador. Controle de operação com botões na própria caneta, botão para acionamento/interrupção do LED, botão para ajuste do tempo de ativação. Tempo de operação programável 10, 20, 40, 60, 80 e 90 segundos com sinalizador sonoro (bip) a cada 10 segundos, indica o tempo decorrido e o fim da operação. Display Padrão numérico 7 segmentos, indica o tempo selecionado, permite o total controle visual do tempo transcorrido. LED de alta potência com eficiente acoplamento e distribuição óptica, proporciona rapidez e segurança aos procedimentos, garante a foto-ativação adequada dos materiais sem desperdício de luz. Luz LED com comprimento de onda da luz na faixa entre 440 e 460nm, não necessita de filtros ópticos especiais, baixo consumo de energia, baixo custo de substituição. Possibilita a aplicação nos mais diversos procedimentos clínicos, como: Restaurações diretas (resinas compostas, ionômeros e adesivos) • Restaurações indiretas (cimentação adesiva de laminados, inlays, pinos e coroas estéticas) • Colagem de brackets e acessórios ortodônticos • Fotoativação de materiais (selantes, cimentos cirúrgicos e bases de forramento) Não emite calor como as lâmpadas convencionais, a baixa temperatura da luz polimeriza a resina sem prejudicar a polpa do dente e evita problemas de dilatação térmica, não é necessário o sistema de ventilação forçada, que emite o ruído desagradável, peça de alta resistência. Ponteira condutora de luz para clareamento, indicada para clareamento unitário ou de até três dentes, protetor ocular, assegura total proteção, sem comprometer o campo visual. Acompanha suporte de pontas. Fonte de alimentação chaveada. Permite utilizar o equipamento em qualquer tensão de alimentação entre 93 e 260V – 50 e 60Hz. Sistema Stand-by Desliga automaticamente o sistema após 10 minutos sem utilização.	3	Unidade	434,00	1.302,00
VALOR R\$					3.479,75

Valor do contrato: R\$ 3.479,75 (três mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 11/12/2013 – Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 154/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 154/2013-FMS

Dispensa nº. 61/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 108/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO RECEITUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.950.134/0001-36, estabelecida Rua Reinoldo Rau, nº. 220, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-600

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de medicamento fornecido para paciente através de Ação Civil Pública nº 500251755920114047209, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	NITROFURANTOÍNA 5MG/ML FRASCO 240ML	3	Frascos	30,00	90,00
VALOR R\$ TOTAL					90,00

Valor do contrato: R\$ 90,00 (noventa reais)

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preços N° 150/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preços n°. 150/2013-FMS

Processo de licitação n°. 92/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 29/2013- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: CM HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 12.420.164/0003-19, estabelecida na Rua Kaveffes Abrão, n° 365, Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, CEP: 75707-230.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal n° 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL. Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contem glúten. Isento de lactose. Sabor: chocolate ou baunilha. Embalagem: lata com 400g.	70	LATAS	37,50	2.625,00
VALOR R\$ TOTAL					2.625,00

Valor do contrato: R\$ 2.625,00 (Dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preços N° 151/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preços n°. 151/2013-FMS

Processo de licitação n°. 92/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 29/2013- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.612.312/0004-97, estabelecida na Avenida das Universidades, quadra A/01, Lote 19, cidade Universitária, na cidade de Palhoça, CEP: 88137-280.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal n° 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fórmula em pó destinada a atender às necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/ML, 14 a 16% de proteínas; 49 a 57% de carboidratos; 28 a 35% de lipídeos, NÃO deve conter glúten. Isento de lactose e sacarose, sem sabor. Lata de 300g ou 400g.	300	LATAS	37,00	11.100,00
03	Módulo de glutamina em pó (100%), destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: lata com 250 a 400g.	20	LATAS	170,00	3.400,00



06	Suplemento, líquido oral hiperprotéico, destinado à cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calórica: 1.0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Deve conter em sua formulação arginina e micronutrientes relacionados à cicatrização: zinco, selênio, vitaminas "A" e "C", podendo conter outros nutrientes. Osmolalidade: 350 a 750 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabores: diversos. Embalagem com 200ml.	400	FRASCOS	15,90	6.360,00
10	Fórmula infantil de seguimento, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 50 a 80% lactose e 20 a 50% maltodextrina. Perfil de proteínas: 60 a 80 % de caseína e 20 a 40% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 29 a 97% vegetal e 03 a 71% de gordura láctea. Osmolaridade: 253 a 295 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 285 a 335 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	50	LATAS	10,09	504,50
11	Fórmula infantil de partida, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 100% lactose . Perfil de proteínas: 30 a 40 % de caseína e 60 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 97 a 98% vegetal e 02 a 03% de gordura láctea. Osmolaridade: 246 a 295 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 274 a 331 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	20	LATAS	8,74	174,80
12	Fórmula em pó destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, em TNE por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 14 a 16% de proteínas; 49 a 56% de carboidratos; 28 a 35% de lipídeos. Deve conter triglicerídeos de cadeia média (TCM) na formulação. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha. Lata com 800g.	150	LATAS	48,00	7.200,00
VALOR R\$ TOTAL					28.739,30

Valor do contrato: R\$ 28.739,30 (Vinte e oito mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preços N°. 152/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preços n°. 152/2013-FMS

Processo de licitação n°. 92/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 29/2013- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 07.909.536./0001-73, estabelecida Rua Frei Gaspar Madre de Deus, nº 830, B18, Novo Mundo, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.050-590.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contém lactose, sabor: Baunilha ou morango ou chocolate, lata com 350 a 450g.	40	LATAS	12,30	492,00
08	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose e sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	30	LATAS	12,50	375,00



09	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes a partir de 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose e sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	50	LATAS	12,55	627,50
VALOR R\$ TOTAL					1.494,50

Valor do contrato: R\$ 1.494,50 (Um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preços N°. 153/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preços nº. 153/2013-FMS

Processo de licitação nº. 92/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2013- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: ROSSANE SERAFIM MATOS EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.302.477/0001-10, estabelecido na Rua Caçador, nº 29, Borba do Campo, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83.075-120.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
07	ALBUMINA EM PÓ, PARA USO ENTERAL. Sabor: natural, pacote com 500g.	20	LATAS	18,70	374,00
VALOR R\$ TOTAL					374,00

Valor do contrato: R\$ 374,00 (trezentos e setenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 283/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 283/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 221/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 102/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: COMERCIAL STORINNY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.977.480/0001-19, estabelecida na Rua Otavio Quinholi, nº 180, Perequê, na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, CEP: 88210-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria



de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	11,78	1.178,00
06	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	350	Unidade	3,28	1.148,00
07	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	2,80	840,00
08	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	12,60	6.300,00
35	CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	2,80	700,00
47	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,74	548,00
48	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	11,90	2.142,00
49	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	3,98	398,00
52	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	500	Unidade	6,52	3.260,00
53	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	900	Unidade	4,25	3.825,00

58	FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	3,15	1.575,00
68	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	2000	Unidade	9,52	19.040,00
73	MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	650	Unidade	2,92	1.898,00
74	MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	700	Unidade	2,39	1.673,00
75	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	1200	Unidade	2,20	2.640,00
76	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo duro (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	600	Unidade	4,79	2.874,00
77	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	1200	Unidade	2,30	2.760,00
92	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	1,35	675,00
93	VINAGRE DE ÁLCOOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	350	Unidade	1,95	682,50
VALOR TOTAL R\$					54.156,50

Valor do contrato: R\$ 54.156,50 (cinquenta e quatro mil, centos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 284/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 284/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 221/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço n°. 102/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, n°. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89202-300.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
12	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	650	Unidade	3,70	2.405,00
13	BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	650	Unidade	3,68	2.392,00
15	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	800	Unidade	3,75	3.000,00
17	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	650	Unidade	4,48	2.912,00

38	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	3,10	1.240,00
41	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	2,84	1.136,00
42	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	2,70	1.080,00
46	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	1600	Unidade	2,30	3.680,00
71	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem materia terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	600	Unidade	4,70	2.820,00
85	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	8,85	4.425,00
VALOR TOTAL R\$					25.090,00

Valor do contrato: R\$ 25.090,00 (vinte e cinco mil e noventa reais).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 285/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 285/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 221/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço n°. 102/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: L & E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.915.456/0001-68, estabelecida na Rua Edgar Linhares, nº 770, Nova Esperança, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.336-210.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,35	470,00
03	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	600	Unidade	12,39	7.434,00
19	CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	6,97	1.254,60
37	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício com no mínimo 30% de cacau, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adocicado). Não deve conter leite ou derivados de leite entre os ingredientes. Produto sem lactose e sem glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	1000	Unidade	11,89	11.890,00
69	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	4500	Unidade	2,90	13.050,00
70	LEITE INTEGRAL COM BAIXO TEOR DE LACTOSE (MENOS DE 90% DE LACTOSE) - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite integral, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	200	Unidade	3,91	782,00
82	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	350	Unidade	9,74	3.409,00
83	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (isento de lactose). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	13000	Unidade	0,77	10.010,00
84	PÃO MASSINHA DE LEITE - UNIDADE DE 50 G. Deve apresentar massa fresca e macia, de coloração clara. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	20000	Unidade	0,67	13.400,00
VALOR TOTAL R\$					61.699,60

Valor do contrato: de R\$ 61.699,60 (sessenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 286/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 286/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 221/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço n°. 102/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 04.470877/0001-05, estabelecida na Rua Itacolomi, n° 377, Centro, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP: 85.505-050.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
24	CEREAL DE ARROZ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	70	Unidade	6,50	455,00
25	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	70	Unidade	6,50	325,00
26	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	6,50	3.250,00
59	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Desde o nascimento até os 6 meses. Ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2 e B6, ácido fólico, iodato de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	9,65	1.930,00
VALOR TOTAL R\$					5.960,00

Valor do contrato: R\$ 5.960,00 (Cinco mil, novecentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 287/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 287/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 221/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço n°. 102/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: MJK COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 10.934.709/0001-18, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, n° 3068, sala 01, na cidade de Schroeder, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	600	Unidade	1,99	1.194,00
29	CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	2,60	520,00
33	CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,85	570,00
116	BATATA INGLESA SUJA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	5000	kg	3,00	15.000,00
118	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamaho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	600	Unidade	2,72	1.632,00
122	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	600	kg	1,68	1.008,00
124	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento (escuros), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	600	Unidade	2,69	1.614,00
143	RÚCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	250	Unidade	1,99	497,50

146	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	2000	kg	3,25	6.500,00
VALOR TOTAL R\$					28.535,50

Valor do contrato: R\$ 28.535,50 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 288/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 288/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 221/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço n°. 102/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.612.312/0004-97, estabelecida na Avenida das Universidades, quadra A/01, Lote 19, cidade Universitária, na cidade de Palhoça, CEP: 88137-280.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
60	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Desde o nascimento até os 6 meses. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, sais minerais, vitaminas e regulador de acidez. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	12,96	648,00
61	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Dos 6 aos 12 meses. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, sais minerais, vitaminas e regulador de acidez. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	13,66	683,00
VALOR TOTAL R\$					1.331,00

Valor do contrato: R\$ 1.331,00 (um mil trezentos e trinta e um reais).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços N°. 289/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços n°. 289/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 221/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço n°. 102/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, n° 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	7,36	1.324,80
09	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	2,79	697,50
10	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	6,90	345,00
11	BEBIDA DE SOJA SABOR PÊSSEGO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de pêssego, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	5,90	295,00
14	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. PRODUTO SEM GLÚTEN. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	5,97	477,60

16	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina desoja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	650	Unidade	4,52	2.938,00
20	CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	1,25	500,00
21	CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	1,23	492,00
22	CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, cúrcuma, alho poró, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, aipo, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	1,23	246,00
23	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	1,20	96,00
27	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	6,77	3.385,00
28	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	6,50	1.625,00
30	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,25	450,00
31	CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,05	512,50
32	CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	1,85	370,00

34	CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,50	500,00
36	CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	3,00	600,00
39	CREME DE ARROZ - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: amido de arroz, vitaminas e minerais. Não contém glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,70	540,00
40	CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leitelho, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	5,95	178,50
43	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPA ABRE FÁCIL, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	2000	Unidade	2,88	5.760,00
44	FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da trituração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	3,55	177,50
45	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	4,27	1.281,00
50	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	60	Unidade	3,75	225,00
51	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	5,43	1.357,50
54	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	500	Unidade	7,66	3.830,00
55	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	4,20	336,00

56	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	1,85	925,00
57	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 500 G. Fibra de trigo moída. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	5,25	157,50
62	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	150	Unidade	0,84	126,00
63	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	10	Unidade	7,40	74,00
64	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	7,35	220,50
65	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	10	Unidade	7,35	73,50
66	GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	20	Unidade	7,35	147,00
67	GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	2,25	225,00
72	MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLÚTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	2,38	119,00
78	MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	600	Unidade	5,15	3.090,00

79	MELADO DE CANA-DE-AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bisnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	4,80	2.400,00
80	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	900	Unidade	1,55	1.395,00
81	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	1000	Unidade	6,40	6.400,00
86	PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	1,65	495,00
87	PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	120	Unidade	7,70	924,00
88	PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	120	Unidade	7,70	924,00
89	PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	120	Unidade	7,70	924,00
90	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizadas naturais. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	6,50	650,00
91	SAGU - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Sem sabor. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	350	Unidade	3,90	1.365,00
94	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne bovina, água, especiarias, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, sal refinado, tripolifosfato de sódio (estabilizante), corante caramelo (corante), eritorbato de sódio (antioxidante). Contém Glúten. Peso médio entre 15 e 25 g por unidade. Deverá estar congelada em embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1000	kg	16,80	16.800,00

95	CALDO DE PEIXE TILÁPIA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápia), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	2200	kg	8,85	19.470,00
96	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta ou acém dianteiros. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1800	kg	11,00	19.800,00
97	CARNE SUÍNA PALETA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1000	kg	9,95	9.950,00
98	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1500	kg	6,55	9.825,00
99	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	600	kg	7,30	4.380,00
100	FÍGADO DE FRANGO DE 1 QUALIDADE CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	100	kg	5,40	540,00
101	FILÉ DE PEIXE TIPO PESCADA SEM PELE E SEM ESPINHOS, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve ser CONGELADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	700	kg	13,50	9.450,00

102	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Sabores variados (morango, côco, pêssego e abacaxi). Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	5000	Unidade	3,72	18.600,00
103	IOGURTE DE SOJA SABOR FRUTAS - BANDEJA COM 400 G. Alimento com soja sabor iogurte - frutas. Ingredientes: água, açúcar pedaços de frutas, extrato de soja, amido, fosfato tricálcico, fermentos, aromatizantes, corante natural e conservante. NÃO CONTÉM LACTOSE e não contém glúten. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e de odor ou sabor azedo. Embalado em bandeja plástica contendo 4 unidades de 100 g (peso total da bandeja de 400 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	100	Unidade	3,99	399,00
104	PALETA BOVINA CONGELADA CUBOS MÉDIOS DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1500	kg	13,50	20.250,00
105	PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI CONGELADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1400	kg	8,95	12.530,00
106	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1 qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1300	Unidade	7,75	10.075,00
107	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	600	kg	6,60	3.960,00
108	ABACAXI TIPO PÉROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	2000	Unidade	3,80	7.600,00
109	ABOBRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	600	kg	2,35	1.410,00
110	AGRIÃO - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	Unidade	1,50	450,00
111	AIPIM CRU DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	kg	1,96	980,00

112	ALFACE TIPO CRESPA - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1000	Unidade	0,94	940,00
113	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças íntegras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	60	kg	15,00	900,00
114	BANANA CATURRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	2000	kg	1,50	3.000,00
115	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1500	kg	1,75	2.625,00
117	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	kg	2,30	1.150,00
119	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1000	kg	5,00	5.000,00
120	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Branca, classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1100	kg	2,65	2.915,00
121	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	Unidade	1,50	750,00
123	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde) . Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	kg	1,75	875,00
125	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	Unidade	1,50	450,00
126	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	Unidade	2,40	480,00
127	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	750	kg	3,30	2.475,00
128	LARANJA PÊRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	4500	kg	1,90	8.550,00
129	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	kg	3,90	780,00
130	MAÇÃ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	kg	7,00	3.500,00
131	MAÇÃ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	3500	kg	2,75	9.625,00
132	MAMÃO TIPO FORMOSA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	2500	kg	2,10	5.250,00

133	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1800	kg	2,17	3.906,00
134	MELANCIA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	5500	Kg	1,20	6.600,00
135	MELÃO TIPO ESPANHOL - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1200	kg	2,30	2.760,00
136	MORANGA (ABÓBORA) - KG. Vegetal com cor característica (alaranjada). Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	kg	2,80	840,00
137	OVO DE GALINHA TIPO GRANDE VERMELHO - DÚZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.	700	Unidade	3,75	2.625,00
138	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	kg	2,85	1.425,00
139	PÊRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	kg	7,30	2.190,00
140	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	kg	6,50	1.950,00
141	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	400	Unidade	2,40	960,00
142	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	Unidade	2,65	530,00
144	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	Unidade	1,96	980,00
145	TANGERINA TIPO PONKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1800	kg	4,30	7.740,00
147	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	kg	5,00	2.500,00
TOTAL R\$					299.914,40

Valor do contrato: R\$ 299.914,40 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e quatorze reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo N°. A66/2013 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A66/2013 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 273/2013-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 82.887.829/0001-12, estabelecida na Rua Leopoldo Sprenger, n° 280, Itapema do Norte, na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.249-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Januário Luiz Nunes, inscrito no CPF sob o no 378.917.319-34, portador da carteira de identidade n° 2/R 823.332-SSP/SC,.

Considerando o Contrato n°. 273/2013-PMS, celebrado em 06 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação n°. 2012013-PMS, Tomada de Preço n°. 09/2013-PMS, para contratação de empresa especializada para reforma parcial da cobertura da Escola Frida Hein Krause, (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo uma área de 375,63m², localizada na Rua Marechal Castelo Branco, do Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para aditar o prazo de vigência do contrato e da execução da obra até 30 de julho de 2014.

Considerando o disposto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª -- Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda "do prazo de entrega e do local" no item 2.1 e Cláusula Décima "das obrigações da empresa vencedora" no item 10.1.4 do contrato nº 273/2013-PMS, prorrogando-se o prazo para execução da obra até dia 30 de julho de 2014.

Cláusula 2ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta "Da Vigência" no item 16.1 do contrato nº 273/2013-PMS, prorrogando-se o a vigência do contrato até 30 de julho de 2014.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 273/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 11 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:

DOCA CASA E JARDIM LTDA ME
JANUÁRIO LUIZ NUNES

CPF no 378.917.319-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF n°. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF n°. 053.350.739-18

Termo Aditivo N°. A67/2013 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A67/2013 - PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 258/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Bairro Andorinha, na cidade de Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 258/2010-PMS, celebrado em 30 de novembro de 2010, proveniente do Processo nº. 187/2010 - PMS, Inexigibilidade de Licitação nº. 10/2010 - PMS, para a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o disposto no Artigo 57, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como expressa disposição contratual, prevista nos termos da cláusula 5ª do respectivo contrato, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita de aditivo pela Procuradoria Municipal frente à prorrogação da vigência do contrato para o ano de 2014, justificando a referida prorrogação do respectivo contrato administrativo para manter a publicidade dos atos oficiais, com a importante ferramenta de busca de leis por termos de forma a garantir a transparência e acesso à informação pela população de Schroeder.

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Procuradoria Municipal o valor trimestral atual é de R\$ 2.706,06, devendo haver a revisão do IGPM no período, conforme cálculo apresentado, importando num acréscimo de 4,89% no valor trimestral, que passa a ser de R\$ 2.838,56, para o ano de 2014.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Quarta - do prazo do contrato, prorrogando-se a vigência do contrato para 01 de janeiro de 2014 até dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 2ª - Fica alterada a partir deste, a Cláusula Quinta - do pagamento, encargos e reajustes, passando a vigorar com o valor global de R\$ 11.354,24 (onze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), pagos trimestralmente o valor de R\$ 2.838,56 (dois mil oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), repassados no período de vigência desse contrato.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 258/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CARLITO MELLO DE LIZ

Sócio-Administrador

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 29/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/4

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 26/2013****Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 11/12/2013****Válido até: 11/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fórmula em pó destinada a atender às necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/ML, 14 a 16% de proteínas; 49 a 57% de carboidratos; 28 a 35% de lipídeos, NÃO deve conter glúten. Isento de lactose e sacarose, sem sabor. Lata de 300g ou 400g.	LATA	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)		0	37,0000	1
2	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contém lactose, sabor: Baunilha ou morango ou chocolate, lata com 350 a 450g.	LATA	ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (11544)		0	12,3000	1
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)		0	12,4000	2
			CM HOSPITALAR LTDA (12169)		0	25,0000	3
			ROSSANE SERAFIM MATOS EPP (12228)		0	30,2700	4
3	Módulo de glutamina em pó (100%), destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrointestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: lata com 250 a 400g.	LATA	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)		0	170,0000	1
			CM HOSPITALAR LTDA (12169)		0	175,0000	2
4	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL. Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contem glúten. Isento de lactose. Sabor: chocolate ou baunilha. Embalagem: lata com 400g.	LATA	CM HOSPITALAR LTDA (12169)		0	37,5000	1
6	Suplemento, líquido oral hiperprotéico, destinado à cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calórica: 1.0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Deve conter em sua formulação arginina e micronutrientes relacionados à cicatrização: zinco, selênio, vitaminas "A" e "C", podendo conter outros nutrientes. Osmolalidade: 350 a 750 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabores: diversos. Embalagem com 200ml.	FR	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)		0	15,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013**Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 11/12/2013****Válido até: 11/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	ALBUMINA EM PÓ, PARA USO ENTERAL. Sabor: natural, pacote com 500g.	LATA	ROSSANE SERAFIM MATOS EPP (12228)		0	18,7000	1
8	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose e sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	LATA	ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (11544)		0	12,5000	1
9	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes a partir de 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose e sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	LATA	ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (11544)		0	12,5500	1
10	Fórmula infantil de seguimento, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 50 a 80% lactose e 20 a 50% maltodextrina. Perfil de proteínas: 60 a 80 % de caseína e 20 a 40% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 29 a 97% vegetal e 03 a 71% de gordura láctea. Osmolaridade: 253 a 295 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 285 a 335 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	LATA	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)		0	10,0900	1
11	Fórmula infantil de partida, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 100% lactose . Perfil de proteínas: 30 a 40 % de caseína e 60 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 97 a 98% vegetal e 02 a 03% de gordura láctea. Osmolaridade: 246 a 295 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 274 a 331 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	LATA	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)		0	8,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013**Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 11/12/2013****Válido até: 11/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Fórmula em pó destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, em TNE por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 14 a 16% de proteínas; 49 a 56% de carboidratos; 28 a 35% de lipídeos. Deve conter triglicerídeos de cadeia média (TCM) na formulação. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha. Lata com 800g.	LATA	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)		0	48,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013**Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 11/12/2013****Válido até: 11/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos e complementos alimentares estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 para suprir as demandas da Secretaria de Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2013****PROCESSO Nº 92/2013**

(11544) - ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

(12169) - CM HOSPITALAR LTDA

(12228) - ROSSANE SERAFIM MATOS EPP

(12740) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Schroeder, 11 de Dezembro de 2013.

Ata de Tomada de Preços N° 03/2013-FMS, Sequencia 03

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2013 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 94/2013 Data do Processo: 07/11/2013</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 57/2013 (Sequência: 3)

Ao(s) 11 de Dezembro de 2013, às 15:05 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 5098/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 94/2013, Licitação nº 3/2013 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do envelope de proposta comercial da empresa OMVS CONTRUTORA LTDA, dentro do prazo estabelecido em ata anteriormente. Sendo aberto o envelope de proposta comercial da empresa OMVS CONTRUTORA LTDA. Constatou-se vencedora a empresa OMVS CONTRUTORA LTDA, como valor total de R\$ 423.119,75. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata as empresas participantes.

Participante: 12632 - OMVS CONTRUTORA LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	423.119,75	423.119,75
Total do Participante ----->							423.119,75
Total Geral ----->							423.119,75

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 11 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

ORLANDO TECILLA - - Presidente da Comissão de Licitação

Daniela Samulescki - - Membro

Gelson Stein - - Membro

Nádia Cristiane Hefter Tambosi - - Membro

Ivandra de Souza - - Secretária

Suzana Pereira Lopes - - Membro Suplente

Cheila Adriane Klitzke - - Membro Suplente

Ata Tomada de Preços N° 03/2013-FAS Sequencia 01**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****CNPJ: 83.102.491/0001-09**
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Nr.: 3/2013 - TP****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 20/2013
Data do Processo: 14/11/2013

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 14/2013 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação empresa especializada em prestação de serviço em Assessoria Técnica na Política de Assistência Social, da Secretaria da Saúde e Assistência Social com objetivo de treinar e supervisionar as equipes do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Gestão, Programa Bolsa Família, Conselho Tutelar, CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, da S

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. As empresas CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLITICAS PÚBL. SS LTDA e VIVER - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME enviaram pelo correio, um envelope cada, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa QUELI FLACH ANSCHAU- ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, foram abertos os envelopes enviados pelo correio das empresas CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLITICAS PÚBL. SS LTDA e VIVER - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME, os quais possuíam um envelope de habilitação e outro de proposta comercial. As empresas CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLITICAS PÚBL. SS LTDA e VIVER - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME não possuem representantes presentes. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa QUELI FLACH ANSCHAU- ME, esta credenciados para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLITICAS PÚBL. SS LTDA, VIVER - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME e QUELI FLACH ANSCHAU- ME participantes, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLITICAS PÚBL. SS LTDA, apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial, a qual deveria ser apresentada certidão emitida por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, sendo que a empresa é registrada no Registro de Títulos e Documentos Pessoas jurídicas, conforme consta na alteração contratual apresentada, documento exigido no item 8.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados; (Dispensado quando apresentado na fase do Credenciamento)", não atendendo as exigências do edital, resultando inabilitada. Constatou-se que a empresa QUELI FLACH ANSCHAU- ME apresentou certidão Federal vencida, documento exigido no edital no item 8.1.2 "Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual", sendo uma microempresa de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no seu artigo 43 traz que "As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação". Sendo concedido o prazo de 4 dias úteis para apresentação de nova certidão Federal válida, caso contrario será considerada inabilitada. Constatou-se que a empresa VIVER - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME apresentou alteração do contrato social sem autenticação, documento exigido no item 8.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado quando apresentado na fase do Credenciamento)", apresentou documento para comprovar a prestação do serviço de capacitação e assessoramento com conhecimento técnico nas áreas públicas em copia simples documento exigido no item 8.1.15 "Para a prestação do serviço de capacitação e assessoramento o proponente deverá comprovar conhecimento técnico nas áreas públicas conforme segue: Profissional técnico com formação superior e pós graduação de Serviço Social e/ou Psicologia ou áreas a fins; Experiência em realização de treinamentos/capacitações/assessoria a entidades ou organizações de assistência social envolvendo a temática, objeto deste documento", apresentou também documento para comprovação do quadro técnico profissional com qualificação para execução do proposta de capacitação sem autenticação documento exigido no item 8.1.16 A proponente deverá ter em seu quadro técnico profissional com qualificação para

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 3/2013 - TP

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 20/2013
 Data do Processo: 14/11/2013

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 14/2013 (Sequência: 1)

execução do proposta de capacitação, devendo apresentar: Diploma de curso superior e pós graduação em Serviço Social e/ou Psicologia ou áreas a fins; Comprovação da realização de treinamentos/capacitações/assessoria de entidades ou organizações de assistência social envolvendo a temática, objeto deste documento, através de declarações/certificados/certidões/atestados, em papel timbrado e assinado pelo responsável pela instituição /organização", e item 8.5 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data 17/10/2013 superior ao exigido no edital, documento exigido no item 8.1.12 CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados; (Dispensado quando apresentado na fase do Credenciamento)", não atendendo as exigências do edital, resultando inabilitada. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata a empresa participante e entregue cópia a participante presente. □

Schroeder, 11 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

Orlando Tecilla	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Membro
Nádia Cristiane Hefter	- - Membro
Ivandra de Souza	- - Secretaira
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Maria Aparecida de Souza Reis - - Representante

Serra Alta**PREFEITURA****Decreto N° 172/2013**

DECRETO N° 172 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Dispõe sobre exoneração do Servidor CLÉDER ANTÔNIO JOHANN para o Cargo de Fiscal Sanitário e Ambiental e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a as Leis Municipais n.º 692/2006 de 13/04/2006 e 684/2005 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o Servidor CLÉDER ANTÔNIO JOHANN, para o cargo de Fiscal Sanitário e Ambiental, Nível 32 do grupo 2- SOP, com lotação na Secretaria de Saúde e Assistência Social, percebendo o vencimento constante na lei n°684/2005 de 13/12/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando o Decreto n° 047 de 19 de Março de 2007 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 11 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto N° 173/2013

DECRETO N° 173 de 11 de dezembro de 2013.

"Dispõe sobre a Atualização Monetária dos Tributos Fiscais para com a Fazenda Municipal e dá outras providências."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais n° 405/98 de 21/12/1998 e n° 678/2005 de 09/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º A Planta Genérica de Valores para fins de cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transmissão Intervivos por Ato Oneroso de Bens Imóveis), será o seguinte:

IPTU**I - Edificações:**

a)	Edificações em Alvenaria	R\$ 263,20
b)	Edificações Mistas	R\$ 226,70
c)	Edificações em Madeira	R\$ 174,84
d)	Barracões em Alvenaria	R\$ 194,38
e)	Barracões Mistos	R\$ 157,78

f) Barracões em Madeira R\$ 101,12

II - Terrenos - Zona 1

a)	Setor 1	R\$ 15,27
b)	Setor 2	R\$ 12,33
c)	Setor 3	R\$ 10,97
d)	Setor 4	R\$ 8,53

ITBI**I - Edificações:**

a)	Edificações em Alvenaria	R\$ 263,20
b)	Edificações Mistas	R\$ 226,70
c)	Edificações em Madeira	R\$ 174,84
d)	Galpões	R\$ 114,66
e)	Pocilgas e Estábulos	R\$ 80,01

II - Terrenos - Zona 1

a)	Setor 1	R\$ 15,27
b)	Setor 2	R\$ 12,33
c)	Setor 3	R\$ 10,97
d)	Setor 4	R\$ 8,53

III - Chácaras

a)	Mecanizada	R\$ 2,17
b)	Mista	R\$ 0,97

IV - Área Rural

a)	Mecanizada	R\$ 0,97
b)	Mista	R\$ 0,64
c)	Não Mecanizada	R\$ 0,31
d)	Dobrada	R\$ 0,23

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º/01/2014, revogando o Decreto n° 170/2012 de 19/12/2012 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto N° 174/2013

DECRETO N° 174/2013 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

Prorroga o Decreto n° 130/2013 de 21 de Setembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta/SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 40 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual n°. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual n° 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO a continuidade dos efeitos da chuva de granizo que atingiram o nosso município, na madrugada do dia 21 de setembro de 2013, que resultou em enxurradas, principalmente a destruição de estradas, sendo necessária a reposição de tubos de concreto em diversos pontos das rodovias no interior do Município, resultando em danos e prejuízos constantes.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto n° 130/2013 de 21 de Setembro de 2013 que declarou em Situação

de Emergência as áreas do Município de Serra Alta afetadas por a chuva de granizo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Serra Alta/SC, 11 de DEZEMBRO de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Decreto N°166/2013

DECRETO N° 166/2013, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

“Dispõe sobre a nomeação de Conselheira Tutelar CRISTIANE FUZINATO após eleições municipais e Lei 961-2013”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 53 da lei Orgânica, o Art. 9º e 10º do Estatuto dos Servidores Públicos, Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005 e Lei Complementar nº 007/2010 e de Lei 961-2013. DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada como Conselheira Tutelar CRISTIANE FUZINATO, designado para atender as necessidades e atribuições do cargo, Nível 11, com carga horária de vinte (20) horas semanais, percebendo o vencimento constante na Lei nº 961-2013, Plano de Cargos e Salários Municipal.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e condicionado até o dia 09 de janeiro de 2016, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria N° 052/2013

PORTARIA N° 052/2013 DE 04/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, PATRICIA JAIVANE MEZZONO DE SOUZA PINTO do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível 11 do Grupo 1- SEG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal

de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário. Revogando PORTARIA N° 042/2013 DE 12/09/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria N° 053/2013

PORTARIA N° 053/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de SANDRA FACIOCHI KRIESER, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA N° 004/2013 DE 18/02/2013. e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria N° 054/2013

PORTARIA N° 054/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIG-NAN, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 005/2013 DE 25/02/2013. e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria Nº 055/2013

PORTARIA Nº 055/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de IVANI TOMAZELLI GERMINIANI, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 012/2013 DE 25/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria Nº 056/2013

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de ELIZANDRA KOMINKIEWICZ, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 024/2013 DE 03/04/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Portaria Nº 057/2013

PORTARIA Nº 057/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de MARINÊS ROJAHN, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a 021/2013 DE 14/03/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria N° 058/2013

PORTARIA N° 058/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar n° 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de SALETE TEREZINHA WOLSKI BRUGNERA, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal n°958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA N° 028/2013 DE 03/06/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria N° 059/2013

PORTARIA N° 059/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar n° 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de NILDA SALETE CUOCHINSKI, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal n°958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA N° 047/2013 DE 16/10/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria N° 060/2013

PORTARIA N° 060/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar n° 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de TATIANA APARECIDA SPEROTTO BRESOLIN, para o Cargo de Professora DE Língua Inglesa, nível 62 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal n°958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA N° 006/2013 DE 18/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria N° 061/2013

PORTARIA N° 061/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar n° 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de KARINE ENGEL DA CUNHA, para o Cargo de Professora de Educação Física, nível 62 do Grupo 6- MAG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal n° 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal n°958/2013 de 22 de Maio de 2013,

revogando a PORTARIA Nº 007/2013 DE 18/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 062/2013

PORTARIA Nº 062/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de CINARA MICHELS CARNEIRO, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 001/2013 DE 18/02/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 063/2013

PORTARIA Nº 063/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de JAQUELINE NOAL DONIDA, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO

ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 002/2013 DE 18/02/2013. e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 064/2013

PORTARIA Nº 064/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de ELAINE LUFT, para o Cargo de Professora de Educação Física, nível 62 do Grupo 6- MAG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 008/2013 DE 18/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 065/2013

PORTARIA Nº 065/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de CARLA SENHOR, para o Cargo de Professora III de Artes, nível 62 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e

Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 010/2013 DE 18/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 066/2013

PORTARIA Nº 066/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de ELIANE LAUERMANN MARMITT, para o Cargo de Professora III de Língua Portuguesa, nível 62 do Grupo 6- MAG, 15 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 011/2013 DE 18/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 067/2013

PORTARIA Nº 067/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de VANESSA FICAGNA em caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, para o Cargo de Coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 013/2013 DE 25/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria Nº 068/2013

PORTARIA Nº 067/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de MARCIANE RODRIGUES DA SILVA em caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, para o Cargo de Professor De Artesanato, no programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 40 horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA Nº 016/2013 DE 25/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria N° 069/2013

PORTARIA N° 069/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de SIMPLICIA MARIA DA CUNHA, para o Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA N° 017/2013 DE 25/02/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Portaria N° 070/2013

PORTARIA N° 070/2013 DE 12/12/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de ELENICE CRESTANI DE CARLI, para o Cargo de Professora III de Artes, nível 62 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a PORTARIA N° 018/2013 DE 01/03/2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração



Programa de Gestão Tributária



Sombrio

PREFEITURA

Lei .2111/2013

LEI Nº. 2111, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Sombrio para o exercício financeiro de 2014, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos e Autarquias, no montante de R\$ 86.229.952,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e onze mil e duzentos e trinta e nove reais).

Art. 2º As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos demonstrativos da Lei 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	47.927.437,00
- Receita tributária	4.971.064,00
- Receitas de Contribuições	778.694,00
- Receita Patrimonial	44.447,00
- Receita de Serviços	2.280.451,00
- Transferências Correntes	38.584.977,00
- Outras Receitas Correntes	1.267.804,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	38.302.515,00
- Operações de Crédito	11.155.530,00
- Transferências de capital	27.146.985,00
TOTAL	86.229.952,00

Parágrafo único. Integrará esta Lei a estimativa da Receita Orçamentária de cada Unidade Gestora da administração direta e indireta, individualizada, na forma dos demonstrativos da Lei 4.320/64.

Art. 3º A Despesa fixada, detalhada em anexos à esta Lei conforme determina a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, está assim distribuída por Unidade Gestora e por Grupos de Natureza:

I - DESPESAS POR UNIDADE GESTORA	
1 - PREFEITURA MUNICIPAL	70.752.562,00
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.275.258,00
3 - SAMAE - SERV. AUT. MUNIC. DE ÁGUA E ESGOTO	2.002.132,00
4 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.200.000,00
TOTAL	86.229.952,00
II - DESPESAS POR GRUPOS DE NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	43.635.153,00
Pessoal e Encargos Sociais	27.293.226,00
Juros e Encargos da Dívida	520.000,00
Outras Despesas Correntes	15.821.927,00
DESPESAS DE CAPITAL	42.553.249,00
Investimentos	40.103.249,00
Amortização da Dívida	2.450.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.550,00
TOTAL	86.229.952,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros

riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo III da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º Fica o Chefe de cada Poder autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, de um Grupo de Natureza de Despesa para outro, de uma Modalidade de Aplicação para outra e de uma fonte de recursos para outra, observado e equilíbrio financeiro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º O Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei 4.320/64;

II - o superávit financeiro do exercício anterior na forma do § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64; e

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º As Receitas de convênios, operações de crédito e outras de realização extraordinária, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 Durante o exercício de 2014 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

Município de Sombrio, 10 de dezembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Complementar 029/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº. 029, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTABELECE NORMAS SOBRE A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DESTINADAS A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A realização de feiras e eventos comerciais, de vendas a varejo, de caráter temporário, somente poderão funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei Complementar e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º. Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei Complementar, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

§ 2º. Para efeitos desta Lei Complementar, cada "stand" deverá ter área mínima de 20 m² (vinte metros quadrados), o que deverá ser comprovado mediante a apresentação de "lay-out" e planta do local onde será realizada a feira ou o evento.

§ 3º. O disposto no § 1º, não se aplica às feiras anexas ou realizadas em função de eventos patrocinados, incentivados ou estimulados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento, bem como às feiras de artesanato e agrícolas, devidamente autorizadas pela Prefeitura Municipal e aquelas promovidas por entidades de caráter filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 4º. Para efeitos de enquadramento no § 3º deste artigo, caracteriza-se como evento qualquer acontecimento de especial interesse, como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Sombrio, através de parecer da Secretaria de Turismo.

Art. 2º. As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, só poderão ser realizadas em espaços privados com autorização prévia do proprietário do imóvel, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º. A feira ou evento comercial somente poderá ser realizado por empresa promotora de eventos, devidamente registrado junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, a qual será responsável direto pela feira ou evento.

§ 2º. Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na feira ou eventos comerciais, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Sombrio, independente daquela obtida pela promotora da feira ou do evento a ser realizado, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei Complementar, sendo vedada a licença à pessoa física.

Art. 3º. Para obter a licença de funcionamento e localização, toda unidade comercial, além da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Fiscalização do Município, com sede neste

prefeitura, instruído com os seguintes documentos e providências:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembléia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - cartão de inscrição municipal do Município de Sombrio, assim como a comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

V - certidão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa e se seus representantes legais, comprovando a regularidade fiscal do INSS e FGTS;

VII - o pagamento da respectiva taxa para a concessão da licença requerida, que será de 1.000 (um mil) UFM - Unidade Fiscal Municipal para a empresa promotora e de 100 (cem) UFM - Unidade Fiscal Municipal, para cada empresa participante;

VIII - havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma do local, quando providas pela feira ou evento, deverá ser entregue comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva;

IX - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

X - comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área edificada.

XI - alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros, acompanhado de Laudo Técnico

XII - sanitários fixos, para o sexo masculino e feminino, dentro do local destinado ao público consumidor, em número suficiente e que atenda aos fins de ocupação pela feira ou evento.

XIV - alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto a Polícia Militar;

XV - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

XVI - comprovantes de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados;

XVII - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir.

§ 1º. Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresas

especializadas, exigir-se-á a comprovação do recolhimento de Imposto Sobre Serviço - ISS relativos aos serviços prestados.

§ 2º. A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 3º. a licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 4º. Quando da realização de feiras ou eventos comerciais, além das exigências elencadas no art. 3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada, com no máximo de 15 (quinze) dias, da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade e demais taxas municipais;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 5º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, de acordo com o estabelecido pelas entidades representativas de classe.

Art. 6º. O horário de funcionamento da feira ou eventos comerciais deverá ser igual ao do comércio do município, salvo acordo prévio firmado entre os promotores da feira com a Câmara de Dirigentes Lojistas, o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Empregados do Comércio.

Art. 7º. O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial.

Art. 8º. O funcionamento de feiras e eventos, que não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou realizados em desacordo com esta Lei Complementar, sujeitará o infrator, ou seja, a empresa promotora, e, ou, as unidades comerciais participantes, à imediata interdição do local, apreensão dos bens e ao pagamento de multa no valor de 3.000 (três mil) UFM - Unidade Fiscal Municipal, ficando ainda, impedido para realização de novos eventos pelo prazo de 02 anos, contados a partir da constatação da infração.

Art. 9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 10 de dezembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

Lei 1.702/2013

LEI Nº 1.702, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 11 de dezembro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.703/2013

LEI Nº 1.703, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO DE 2.013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 145.700,00 (cento e quarenta e cinco mil e setecentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/ Departamento de Educação

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental



3.1.90.00.00.00.00.00.01.0087(14)- Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 2.009 - Manutenção do Ensino Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0087(30) - Aplicações Diretas R\$ 45.700,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial e ou total da seguintes dotações:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(7) - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080(8) - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

04.02 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/ Departamento de Cultura
 2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura
 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080(38)- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes/ Departamento de Obras
 2.024- Manutenção da Rede Viária do Município
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(51)- Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/ Departamento de Agricultura
 2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(70)- Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação/ Depto de Assistência Social e Habitação
 2.013 - Manutenção do Depto de Promoção Social
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(92)- Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080(93)- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 2.014 - Auxílios Eventuais a Pessoas Carentes
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(94) - Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

2.015 - Apoio a Clube de Mães
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(95) - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

11.02 - Secretaria de Assistência Social e Habitação/ Serviços da Criança, Adolescente e Idoso
 2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(105) - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

14.01 - Encargos Gerais do Município
 0.001 - Amortização da dívida Fundada
 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0080(110) - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de dezembro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 191/2013

DECRETO Nº 191, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO DE 2.013

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.703 de 11/12/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 145.700,00 (cento e quarenta e cinco mil e setecentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/ Departamento de Educação

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0087(14)- Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.009 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0087(30) - Aplicações Diretas R\$ 45.700,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial e ou total da seguintes dotações:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(7) - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080(8) - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

04.02 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/ Departamento de Cultura

2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080(38)- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes/ Departamento de Obras

2.024- Manutenção da Rede Viária do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(51)- Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/ Departamento de Agricultura

2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(70)- Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação/ Depto de Assistência Social e Habitação

2.013 - Manutenção do Depto de Promoção Social

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(92)- Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080(93)- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

2.014 - Auxílios Eventuais a Pessoas Carentes

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(94) - Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

2.015 - Apoio a Clube de Mães

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(95) - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

11.02 - Secretaria de Assistência Social e Habitação/ Serviços da Criança, Adolescente e Idoso

2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080(105) - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

14.01 - Encargos Gerais do Município
0.001 - Amortização da dívida Fundada
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0080(110) - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de dezembro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 192/2013

DECRETO Nº 192, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.008 - Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0086 (134) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na Fonte de Recursos 86 - Salário Educação, conta corrente nº 8.508-1, Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, de 11 de dezembro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 193/2013

DECRETO Nº 193, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), na seguinte dotação:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Mac Ambulatorial e Hospitalar
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 (9) - Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Mac Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 (17) - Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, de 11 de dezembro de 2013.

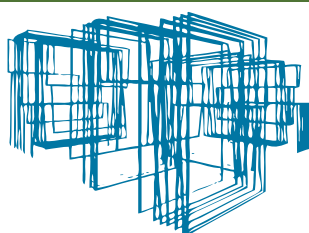
ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Timbó

PREFEITURA

Lei N° 2688, de 13 de Dezembro de 2013

LEI N° 2688, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Lei nº 2654, de 12 de agosto de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.654, de 12 de agosto de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos dos anexos respectivos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I

PROGRAMAS DE GOVERNO – GERENTES DOS PROGRAMAS – DIAGNÓSTICOS –
DIRETRIZES – OBJETIVOS
AÇÕES DOS PROGRAMAS
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

PROGRAMA DE GOVERNO:**0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar a credibilidade do município em relação a outras esferas governamentais.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
4	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP PMT.	Parcela Mensal	Unidade	48,0000	4.000.000,00	0
5	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMS.	Parcela Mensal	UN	48,0000	250.000,00	0
6	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMAS.	Parcela Mensal	UN	48,0000	30.000,00	0
7	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FIA.	Parcela Mensal	UN	48,0000	6.000,00	0
8	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTUR.	Parcela Mensal	UN	48,0000	12.000,00	0
9	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUNTRAM.	Parcela Mensal	UN	48,0000	50.000,00	0
10	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMREBOMPOM.	Parcela Mensal	UN	48,0000	13.000,00	0
11	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FME.	Parcela Mensal	und	48,0000	70.000,00	0
12	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT.	Parcela Mensal	UN	48,0000	90.000,00	0
13	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP SAMAE.	Parcela Mensal	Unidade	4,0000	350.000,00	0
14	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMMA.	Parcela Mensal	UN	48,0000	10.000,00	0
15	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMDDD.	Parcela Mensal	UN	48,0000	20.000,00	0

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

16	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP - FUMDEC	Parcela Mensal	UN	48,0000	17.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0007					4.918.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0007**AÇÃO: 4**

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da PMT.

AÇÃO: 5

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMS

AÇÃO: 6

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMAS.

AÇÃO: 7

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FIA.

AÇÃO: 8

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMTUR.

AÇÃO: 9

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMTRAN.

AÇÃO: 10

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMREBOMPOM.

AÇÃO: 11

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da FME, que como Fundação é 1% sobre a folha de pagamento.

AÇÃO: 12

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da FCT.

AÇÃO: 13

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do SAMAE.

AÇÃO: 14

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMMA.

AÇÃO: 15

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMDDD.

AÇÃO: 16

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMDEC.
--



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

PROGRAMA DE GOVERNO:

0048- GESTÃO DO FUNREPOM

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, visa manter a corporação com equipamentos modernos e em condições de uso. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Fundo, adaptando os recursos a programação do respectivo Conselho, em conformidade com a Lei Complementar nº 439, de 14/11/2013.

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUMREPOM, para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1213	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - BOMBEIROS				0,00	
1215	FROTA DE VEÍCULOS - BOMBEIROS				0,00	
1217	OBRAS E CONSTRUÇÕES - BOMBEIROS				0,00	
1219	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA INSTALAÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA - POL. MILITAR				0,00	
1221	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR				0,00	
1223	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR				0,00	
1225	OBRAS E INSTALAÇÕES - POL. MILITAR				0,00	
1401	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA INSTALAÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA - FUMREPOM	Unidade Gestora	UN	4,0000	150.000,00	0
1403	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	4,0000	100.000,00	0
1405	FROTA DE VEÍCULOS - FUNREPOM	Veiculo	UN	3,0000	150.000,00	0
1407	OBRAS E INSTALAÇÕES - FUNREPOM	Área	M2	100,0000	100.000,00	0
2204	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS				0,00	
2206	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR				0,00	
2208	MANUTENÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA				0,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

2400	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	4,0000	210.000,00	0
2402	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA ELETRONICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	150.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0048					860.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0048

AÇÃO: 1213

.....

AÇÃO: 1215

.....

AÇÃO: 1217

.....

AÇÃO: 1219

.....

AÇÃO: 1221

.....

AÇÃO: 1223

.....

AÇÃO: 1225

.....

AÇÃO: 1401

Equipar a Policia Militar com instalações físicas e equipamentos para vigilancia eletronica municipal.

AÇÃO: 1403

Equipar a Policia Militar com 08 micro computadores e impressoras, mobiliarios, 03 equipamentos de dispositivos luminosos e sonoros (giroflex) para veiculos, 05 condicionadores de ar, 10 camaras de vigilancia, 2 porteiros eletronicos, 1 central de monitoramento, 1 monóculo visão noturna, equipamentos eletronicos para desenvolvimento de investigação e policiamento ostensivo, eletrodomésticos e eletronicos em geral, entre outros.

AÇÃO: 1405

Adquirir 03 veiculos.

AÇÃO: 1407

Ampliar e reformar as instalações físicas da policia militar.

AÇÃO: 2204

.....

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

AÇÃO: 2206

.....

AÇÃO: 2208

.....

AÇÃO: 2400

Manter as atividades da Polícia Militar, bem como, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÃO: 2402

Criar e manter atividades de manutenção de equipamento e rede para vigilância eletrônica, bem como contratação de pessoal para treinamento e qualificação para desenvolvimento do serviço de vigilância eletrônica.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

PROGRAMA DE GOVERNO:

0049- MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Convênio, adaptando os recursos as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó..

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	4,0000	400.000,00	0
1291	FROTA DE VEICULOS - CONVENIO BM	Veiculo	UN	2,0000	248.000,00	0
1293	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CONVENIO BM	Área	M2	300,0000	300.000,00	0
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	692.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0049					1.640.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0049

AÇÃO: 1289

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo 15 micros computadores ou laptops e 4 impressoras multifuncionais, 9 equipamentos de ar-condicionador, 4 máquina de fotografia digital, 20 equipamentos para proteção individual, 5 equipamentos de proteção respiratória com 7 cilindros de reserva, 1 bote inflável, 1 canhão monitor de solo, 1 ventilador de pressão positiva, 01 motogerador, 01 desencarcerador com equipamentos, 08 câmeras de vigilância para as instalações físicas do quartel, 1 compressor de alta pressão, 1 gerador de energia, 2 ferramentas de corte e perfuração de concreto, 3 esguichos para combate a incêndios, 2 divisores de linhas de combate, mobiliário completo e eletrodomésticos para refeitório, alojamentos e repartições administrativas, contratação de serviços de arquitetura e engenharia, entre outros.

AÇÃO: 1291

Adquirir 1 (um) veículo do tipo ambulância e 1 (um) veículo tração 4x4 para utilização operacional.

AÇÃO: 1293

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2**

Ampliar e adequar as instalações do Corpo de Bombeiros, construindo piscina, cobertura metálica e demais dependências da estrutura a ser construída nas novas instalações do Corpo de Bombeiros, através de termo de convenio com o Estado.

AÇÃO: 2298

Manter as atividades do Corpo de Bombeiros, bem como eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade organizada ou seus representantes legais nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

PROGRAMA DE GOVERNO:

9999- RESERVA DE CONTINGÊNCIA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Os orçamentos e planos plurianuais encerram as previsões de arrecadação e despesa, estando sujeitos a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

DIRETRIZES:

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência FUNPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

OBJETIVOS:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, possibilitando o suplemento de dotações no orçamento programa anual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	5.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	1.200.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	200.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	20.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	3.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	25.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	18.000.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	15.000,00	0
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	100.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA		19.612.000,00				

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 9999

AÇÃO: 9999

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência TIMBOPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

Lei N° 2689, de 13 de Dezembro de 2013

LEI N° 2689, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir todo o patrimônio e recursos relativos ao Corpo de Bombeiros existentes no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar e Melhoria da Polícia Militar - FUNREBOMPOM para o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir até 31/12/2013 a integralidade dos recursos financeiros, patrimônio, passivo e demais obrigações (inclusive as contratuais) inerentes ao montante correspondente ao Corpo de Bombeiros Militar de Timbó existente no Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar - FUNREBOMPOM (Lei Complementar nº 125 de 22 de dezembro de 1997), para o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC (Leis Municipais nº 2.572 de 11 de abril de 2012 e 2.649, de 28 de junho de 2013).

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar Termo de Cessão de Uso para disponibilizar materiais, equipamentos e viaturas, inclusive os adquiridos por força do Convênio a ser celebrado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 13 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Resolução - N° 02/2013, de 06 de Dezembro de 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ

Criada pela Lei Municipal nº 2425, DE 28 DE JULHO DE 2009

Resolução - nº 02/2013, De 06 De Dezembro De 2013.

Aprova os critérios para
Programa Minha Casa Minha Vida

O Conselho Municipal de Habitação de Timbó, no uso de suas atribuições legais estabelecidas, na Lei 2425, de 28 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os critérios adicionais Municipais para a seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.

- Famílias que residam no Município cinco anos, continuamente/ininterruptamente;

- Famílias com no máximo seis membros.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Município de Timbó, 06 de dezembro de 2013.

JUCINEIDE MENGARDA LONGO

Presidente do Conselho Municipal de Habitação

Homologo a Resolução nº 01/2013, nos termos da Portaria nº 475 de 15 de julho de 2013

WALDEMAR GEBAUER

Secretário da Assistência Social

Ata Tomada de Preço N.º 09 2013 Cimvi

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

ATA DA LICITAÇÃO

Tomada de Preços N°. 09/2013

Às nove horas do décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 32, alterada pela nº. 338, de 03 de maio de 2013, sob a presidência da Sra. Deise A. N. Mendes, estando presentes os membros Bárbara Hochheim e Aline Burger. Entregaram, tempestivamente, o envelope de Documentação/Habilitação e Proposta, as seguintes empresas: AGREMIX COM. DE AGREGADOS LTDA, JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA ME, OBER S/A IND. E COM. E ENGEPOL GEOSSINTÉTICOS LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Documentação/habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Dá análise dos documentos verificou-se que estavam todos em acordo com o edital, dessa forma as empresas restaram habilitadas. Os representantes declararam desistir do direito de recurso da fase de habilitação.

A Comissão deu prosseguimento a sessão iniciando a abertura do envelope de proposta. O valor total da proposta apresentada pela empresa AGREMIX COM. DE AGREGADOS LTDA foi de R\$ 575.000,00 cotando somente o item 4, a empresa JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA ME apresentou proposta no valor de R\$ 31.374,00 para o item 2, a empresa OBER S/A IND. E COM. apresentou proposta no valor de R\$ 29.506,50 para o item 2, e a empresa ENGEPOL GEOSSINTÉTICOS LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 36.105,00 para o item 2. Os representantes declararam de forma expressa, desistir do direito de recurso quanto a fase de proposta.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente declarou vencedora a empresa AGREMIX COM. DE AGREGADOS LTDA para o item 4 e a empresa OBER S/A IND. E COM. para o item 2 e encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Timbó, 12 de dezembro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEISE A. N. MENDES

Presidente

BARBARA HOCHHEIM

Secretária

ALINE BURGER

Membro

AGREMIX COM. DE AGREGADOS LTDA,
JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA ME,
OBER S/A IND. E COM. ENGEPOL GEOSSINTÉTICOS LTDA

Extrato Contrato 2013.171 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/171

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: GTA Prestadora de Serviços LTDA.

OBJETO: Execução do passeio frontal da Escola Municipal Tirole-
ses, compreendendo material e mão de obra.VALOR: R\$ 62.512,28 (sessenta e dois mil quinhentos e doze reais
e vinte e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

Extrato Contrato 2013.172 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/172

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: GTA Prestadora de Serviços LTDA.

OBJETO: Execução da pavimentação do passeio da Unidade Pré-
Escolar Primavera, compreendendo material e mão de obra.VALOR: R\$ 28.699,40 (vinte e oito mil seiscentos e noventa e nove
reais e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

Extrato Contrato 2013.173 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/173

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Soberana Serviços e Construções LTDA.

OBJETO: Execução dos serviços de reforma na Unidade Pré-Esco-
lar Cinderela, compreendendo material e mão de obra.VALOR: R\$ 142.250,00 (cento e quarenta e dois mil duzentos e
cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

Edital de Autuação de Infração

EDITAL DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO

POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓ-
RIA

- NÃO ENVIO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL

A Fazenda Municipal de Timbó, na competência atribuída pelo art. 106 e art. 168, inciso II, da Lei Complementar nº 142/98 (Código Tributário Municipal) notifica os contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal, abaixo relacionados, da autuação de infração por descumprimento de obrigação tributária acessória, especificamente, por deixarem de enviar à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração a Declaração de Informações Fiscais (DIF) em uma ou mais competências entre o período Janeiro/2008 à Abril/2013 conforme determinado pelo § 1º do art. 280 da LC nº 142/98 e pelos arts. 1º, 3º e 4º, inciso I, art.14 e art. 15, § 1º, do Decreto nº 661/2006.

Ficam os contribuintes autuados sujeitos ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) UFGs, conforme previsto no art. 198, inciso II, alínea "a" da LC nº 142/98 c/c art. 17, inciso I, do Decreto nº 661/2006., estando intimados para, no prazo de 30 (trinta) dias corridos e da publicação deste edital contados, recolher ao Municí-
pio o valor da multa aplicada ou apresentar sua defesa por escrito ao Secretário Municipal da Fazenda e Administração.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	NOME/RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE	COMPETÊNCIA(S) PENDENTE(S)	AUTO DE INFRAÇÃO
2986	TECNOPLAST IND. COM. LTDA	Fevereiro/2012 à Abril/2013	136/2013
3855	VALDEMIRO ARRUDA RAMALHO ME	Fevereiro/2011 à Maio/2013	174/2013
8949	CENTRO ARTISTICO E CULTURAL	Janeiro/2008 à Janeiro/2013	164/2013
10278	EKX-XTREME BRASIL ORGANIZ. DE FESTAS LTDA ME	Janeiro/2013 à Abril/2013	127/2013

Município de Timbó, em 11 de dezembro de 2013.

MARIANE FACHI

Fiscal de Tributos - Matr. 38720.7

MARILUCY VECCHIA GAMA ALVES

Fiscal de Tributos - Matr. 1542.3

**PEGAS**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Autuação de Infração**EDITAL DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO****POR REINCIDÊNCIA NO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA****- NÃO ENVIO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL -**

A Fazenda Municipal de Timbó, na competência atribuída pelo art. 106 e art. 168, inciso II, da Lei Complementar nº 142/98 (Código Tributário Municipal) notifica os contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal, abaixo relacionados, da autuação de infração por REINCIDÊNCIA no descumprimento de obrigação tributária acessória, especificamente, por deixarem de enviar à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração a Declaração de Informações Fiscais (DIF) em uma ou mais competências entre o período janeiro/2008 a abril/2013 conforme determinado pelo § 1º do art. 280 da LC nº 142/98 e pelos arts. 1º, 3º e 4º, inciso I, art.14 e art. 15, § 1º, do Decreto nº 661/2006.

Ficam os contribuintes autuados sujeitos ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) UFGs, conforme previsto nos artigos 171 e 198, inciso II, alínea "a" e parágrafo único da LC nº 142/98 c/c art. 17, inciso I, do Decreto nº 661/2006., estando intimados para, no prazo de 30 (trinta) dias corridos e da publicação deste edital contados, recolher ao Município o valor da multa aplicada ou apresentar sua defesa por escrito ao Secretário Municipal da Fazenda e Administração.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	NOME/RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE	COMPETÊNCIA(S) PENDENTE(S)	AUTO DE INFRAÇÃO
1646	METALVA IND.COM.LTDA	Fevereiro/2008 à Janeiro/2013	132/2013
7195	EMPREIT.MÃO DE OBRA WITHOEFT LTDA	Março/2011 à Janeiro/2013	199/2013
8175	NEUMARK CORRETORA SEGUROS LTDA	Agosto/2009 à Janeiro/2013	231/2013
8184	PERSONAL VEICULOS COM REPRES.LTDA	Janeiro/2012 à Janeiro/2013	232/2013
8272	INFERTEC INJEÇÃO FABR. FERRAM.TECNICAS LTDA ME	Março/2011 à Janeiro/2013	155/2013
8712	A.J.B SOLDAS E MANUT. INDUSTRIAIS LTDA	Março/2009 à Janeiro/2013	214/2013
8798	PISSETI E SCHRAMN LTDA	Outubro/2009 à Janeiro/2013	216/2013
9077	AGUIA IND.COM.MAT.ELETR. LTDA	Março/2010 à Janeiro/2013	165/2013
9253	VITORIA SUPLETIVO CENTRO EDUC. LTDA	Janeiro/2011 a Janeiro/2013	237/2013
9395	ANNA COM MATL.FOTOGRAF. LTDA	Outubro/2010 à Dezembro/2012	128/2013
9857	MAGISTER TECH ENSINO LTDA	Janeiro/2012 à Janeiro/2013	218 /2013
9860	E.J.VIDEO LOCADORA LTDA ME	Abril/2012 à Janeiro/2013	201/2013
9929	R.M.ENTREGAS RÁPIDAS LTDA	Janeiro/2011 à Janeiro/2013	141/2013
10065	JOÃO FERNANDO HERAT ME	Janeiro/2011 à Janeiro/2013	209/2013
10161	G.J.IMCON IND.METALURGICA E CONSTRUÇÃO LTDA..	Novembro/2009 à Janeiro/2013	151/2013
10188	V.G. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.	Novembro/2012 à Janeiro/2013	228/2013
10226	UNISESMT - COOP.SERV. SEG.E MEDICINA DO TRABALHO	Fevereiro/2010 à Dezembro.2012	236/2013
10377	SETA CONSULTORIA EM REC. HUMANOS LTDA.	Março/2011 à Janeiro/2013	233/2013

10405	J.K. PINTURAS LTDA	Março/2011 à Janeiro/2013	234/2013
10521	PEDRO ROSA DA SILVA ME	Fevereiro/2011 à Janeiro/2013	229/2013
10529	CHARBE ALCANTARA DAMASCENO ME	Julho/2011 à Janeiro/2013	212/2013
10579	J.A. USINAGEM IND COM LTDA	Novembro/2010 à Janeiro/2013	202/2013
10708	MARCOS ROBERTO ANTUNES GIELAND	Julho/2011 à Janeiro/2013	204/2013
10739	CONSTRUTORA SISMER LTDA	Setembro/2012 à Janeiro/2013	205/2013
10775	SOLAN GABRIEL NARDELLI ME	Julho/2012 à Janeiro/2013	207/2013
10903	JULIANE C. MACHADO CRUZ MAURICIO ME	Julho/2012 à Janeiro/2013	226/2013
10936	DIVIN IND.COMERCIO DE MOVEIS LTDA	Agosto/2011 à Janeiro/2013	225/2013
11326	ADRIANO GIOVANELLA ME	Julho/2012 à outubro/2012 e dezembro/2012 à Janeiro/2013	230/2013
11522	GILMAR CAPSTRANO ME	Novembro/2012 à Janeiro/2013	227/2013

Município de Timbó, em 11 de dezembro de 2013.

MARIANE FACHI

Fiscal de Tributos - Matr. 38720.7

MARILUCY VECCHIA GAMA ALVES

Fiscal de Tributos - Matr. 1542.3



Três Barras

PREFEITURA

Decreto N° 4.333 de 11 de Dezembro de 2013. DECRETO N° 4.333 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO "UFRM" - PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica fixada a Unidade Fiscal de Referência do Município - "UFRM", no valor de 2,4792 - para o exercício de 2014, de acordo com o previsto no artigos 214 e 215 da Lei Complementar n°. 006/1994.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor a contar de 1º. de Janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de Dezembro de 2013 .

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Decreto N° 4.332 de 09 de Dezembro de 2013

DECRETO N° 4.332 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
PRORROGA O PRAZO DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE NO EXERCÍCIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o término do ano letivo segundo o Calendário Escolar de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção da contratação de pessoal temporário para atender necessidade de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO, o Decreto nº 4.196 de 04 de fevereiro de 2013 que dispõe sobre o prazo das contratações temporárias de excepcional interesse público na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte para o exercício de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até 13 de dezembro de 2013 o prazo dos contratos temporários no presente ano para exercício do cargo de professor na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º. Fica prorrogado até 20 de dezembro de 2013 o prazo dos contratos temporários dos Professores abaixo identificados:

1 - Clarice Maria Rodrigues da Silva;

- 2 - Doriane Aparecida Batista Fiolek;
- 3 - Ignês Possebon Scherer;
- 4 - Ivete Soek Ricardo de Jesus;
- 5 - Marli Aparecida dos Santos;
- 6 - Roseli Terezinha Cornelsen;
- 7 - Sônia Adélia Wiese Pereira;
- 8 - Maria Bileski Guimarães;
- 9 - Sueli Aracemio Madeira;
- 10 - silvia Cristina Vieira;
- 11 - Rafael Veiga;
- 12 - Cleonice Urbanek;
- 13 - Rosemari Subtil Sasso Antunes;
- 14 - Soeli Stachuk;
- 15 - Marly Veiga.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras.

Estrato de Convenio

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO N°. 033/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

DO OBJETO: cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Três Barras - SC.

DO VALOR: R\$ 108.322,50 (cento e oito mil e trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), a ser pago pelo município a SSP / PMSC.

PRAZO: O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

Três Barras-SC, em 13 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal.

NAZARENO MARCINEIRO
Comandante Geral da Polícia Militar.

CÉSAR AUGUSTO GRUBBA
Secretário de Estado da Segurança Pública.

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA
Delegado Geral de Polícia Civil



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 92/2013.

EDITAL DE PREGÃO nº. 78/2013.

Interessado: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Aos 11 dias do mês de dezembro do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa MERCADO ODA-CHOWOSKI LTDA ME, CNPJ nº. 16.982.129/0001-82, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	5.700	KIT	3,6000	20.520,00	PACOTE CONTENDO DOCES PARA DISTRIBUICAO AS CRIANCAS NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO NATAL, CONTENDOCADA PACOTE OS SEGUINTE ITENS: 01 PCT DE SALGADINHO A BASE DE MILHO C/ NO MIN. 70G, 01 PACOTE DE IPOCA DOCE C/ NO MIN. 55 GR, 01 PCT DE SALGADINHODE TRIGO, 01 UN. BOMBOM, 01 PCT BALA DE GOMA, 01PITULITO, 01 PCT BISCOITO RECHEADO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICACOES CONTIDAS NO EDITAL.
Total MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME				20.520,00	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 03 MESES, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 78/2013 – Procedimento Administrativo nº. 92/2013, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras – SC, 11 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal em Exercício

MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, CNPJ nº. 16.982.129/0001-82

Testemunhas:

1 _____
NILTON ALVANIR HURMUS

2 _____
JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 92/2013.

EDITAL DE PREGÃO nº. 78/2013.

Interessado: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Aos 11 dias do mês de dezembro do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	1	PACO	18,5000	18,50	EMBALAGEM TIPO SACOLA PLASTICA SEM LOGOTIPO OU MARCA, COM DIMENSÕES MINIMAS DE 25 X 35 CM - PACOTE COM 1000 (MIL) UNIDADES.
003	1	PACO	23,0000	23,00	EMBALAGEM TIPO SACOLA PLASTICA SEM LOGOTIPO OU MARCA, COM DIMENSÕES MINIMAS DE 30 X 40 CM - PACOTE COM 1000 (MIL) UNIDADES.
004	5	PACO	35,0000	175,00	EMBALAGEM TIPO SACOLA PLASTICA SEM LOGOTIPO OU MARCA, COM DIMENSÕES MINIMAS DE 38 X 48 CM - PACOTE COM 1000 (MIL) UNIDADES.
005	2	PACO	70,0000	140,00	EMBALAGEM TIPO SACOLA PLASTICA SEM LOGOTIPO OU MARCA, COM DIMENSÕES MINIMAS DE 50 X 60 CM - PACOTE COM 1000 (MIL) UNIDADES.
Total EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO 356,50				Julgamento: MEN. PREÇO	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 03 MESES, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 78/2013 - Procedimento Administrativo nº. 92/2013, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.



Reajuste do preço registrado: Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 11 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

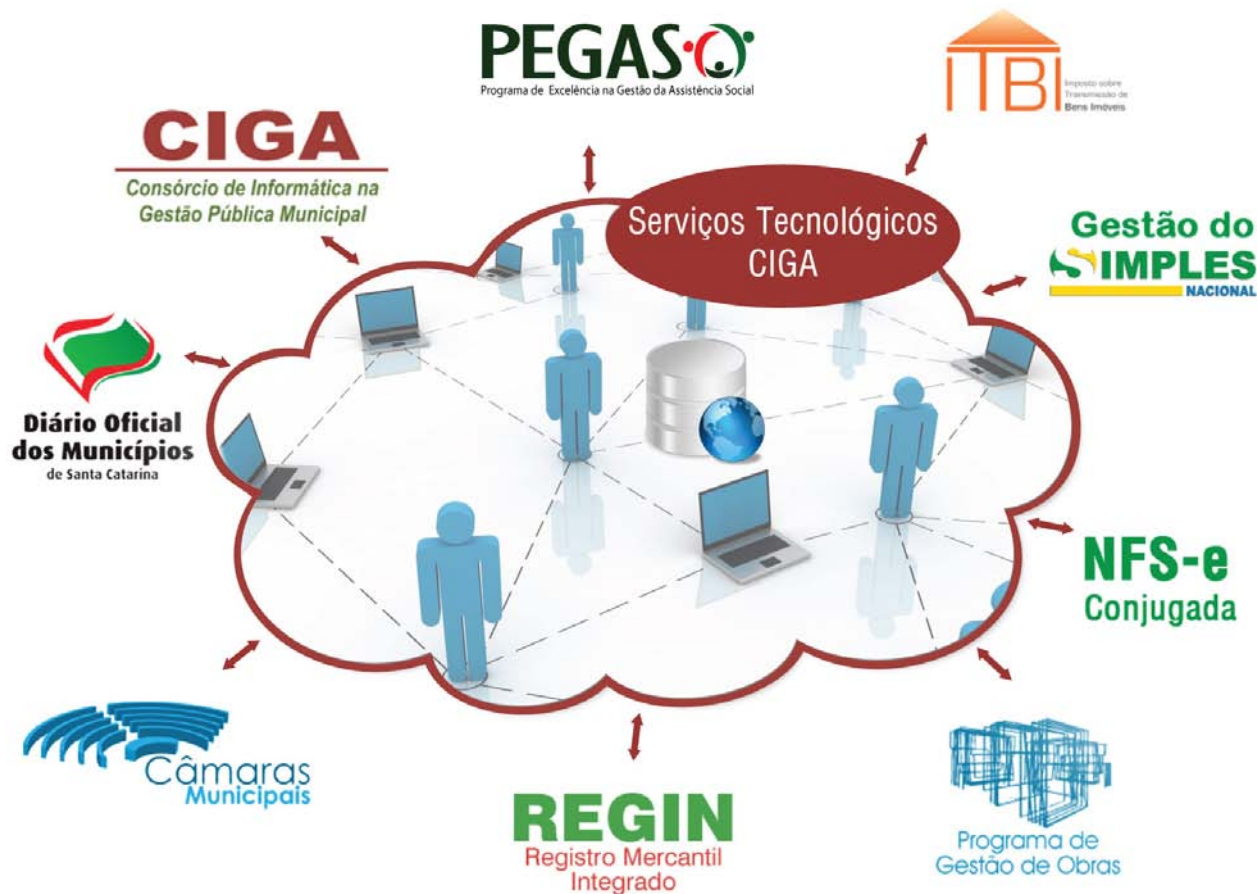
Prefeito Municipal em Exercício

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38

Testemunhas:

1 _____
NILTON ALVANIR HURMUS

2 _____
JACY DE FATIMA ABUDA



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.151/2013 de 13 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.151/2013 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO MORADIA PARA MÉDICO VINCULADO AO "PROGRAMA MAIS MÉDICOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a pagar em forma de abono, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia ao profissional médico vinculado ao "PROGRAMA MAIS MÉDICOS".

Art. 2º. O valor a ser pago mensalmente será de até R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais) a título de Auxílio Moradia; e, de R\$ 900,00 (Novecentos e cinquenta reais) fixos a título de Auxílio Alimentação.

Parágrafo 1º. O valor pago a título de Auxílio Moradia deverá ser comprovado mediante apresentação de Contrato de Locação, sendo repassados ao profissional médico somente o valor pactuado constante no contrato de locação.

Parágrafo 2º. O valor pago a título de Auxílio Alimentação será fixo mensal, não necessitando de comprovação.

Art. 3º. Os valores serão reajustados conforme estabelecido no programa do Governo Federal.

Art. 4º. Os referidos valores não serão base para fins de contribuição previdenciária.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC, 13 de dezembro de 2013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

Lei Nº 1.152/2013 de 13 de Dezembro de 2013.

Lei nº 1.152/2013 de 13 de dezembro de 2013.

Concede um Abono Salarial aos Servidores Públicos Municipais de Tunápolis, na folha de pagamento do mês de dezembro de 2013 e adota outras providências.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a conceder abono salarial aos Servidores Públicos Municipais de Tunápolis, do quadro de carreira, admitidos em caráter temporário e comissionados, exceto os agentes públicos que percebem subsídio (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e Conselheiros Tutelares), na folha de pagamento do mês de dezembro de 2013.

Art. 2º. O abono referido no artigo 1º desta Lei obedecerá à carga horária e os valores constantes da tabela abaixo:

Carga Horária	10 Horas	20 Horas	30 Horas	40 Horas
Abono Salarial	R\$ 37,50	R\$ 75,00	R\$ 112,50	R\$ 150,00

Art. 3º. O abono salarial previsto nesta Lei fica condicionado às condições legais de comprometimento dos limites de gastos com pessoal.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, em 13 de dezembro de 2013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
Em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

Lei Nº 1.153/2013 de 13 de Dezembro de 2013.

Lei nº 1.153/2013 de 13 de dezembro de 2013.

Inclui áreas, ampliando o Perímetro Urbano do Município de Tunápolis e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica incluída no Perímetro Urbano de Tunápolis, parte das Chácaras 45 e 50, da Linha Tunas, com área de 37.290 m² (trinta e sete mil, duzentos e noventa metros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente no atual exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 13 de dezembro de 2013.

Enó Scherer
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
Em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

Lei Nº 1.154/2013 de 13 de Dezembro de 2013.

Lei nº 1.154/2013 de 13 de dezembro de 2013.

DENOMINA A RUA PROJETADA Nº 1, 2, 3, E 4, NO CENTRO, DESTA MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominado a Rua Projetada nº 1 de Catarina Elfrieda Bieger; Rua Projeta nº 2 de Amelda Tereza Bieger; Rua Projeta nº 3 de Emilio Germano Bieger; e a Rua Projetada nº 4 Walter José Bieger; ambas no centro do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, conforme croqui em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de Dezembro de 2013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Turvo

PREFEITURA

Concorrência Publica PMT 66/2013

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº. 66/2013 - Modalidade de Concorrência Pública nº. 66/2013

Objeto: Contratação de empresa para pavimentação de vias de acesso a pontos turísticos do município de Turvo e construção de Centro de Eventos.

Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 13/01/2014

Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 13/01/2014.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC - 12 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS PATEL
Presidente da CJL



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei N° 978/2013 de 10 de Dezembro de 2013

LEI N° 978/2013 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA O RECEBIMENTO DE BEM POR COMODATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado firmar contrato de comodato de equipamento, uma carregadeira de pneus, marca/modelo Caterpillar, placa LXE 0363, por um período de 12 meses, podendo ser aditivado (prorrogado) por mais duas vezes de acordo com a comprovação através de vistoria do bom uso da mesma, entre o Município de Vargem Bonita, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro em Vargem Bonita - Santa Catarina, CEP 89675-000, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31 e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba - Santa Catarina, situada na Avenida Barão do Rio Branco, 169, Centro em Joaçaba, representado pelo Secretário Regional Senhor Ricardo Euclides Grando.

Art. 2º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à inscrição no Patrimônio Municipal, do bem ora recebido em comodato e empenhar despesas de manutenção do bem recebido em comodato.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Vargem Bonita, 10 de dezembro de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10 de dezembro de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei N° 979/2013 de 10 de Dezembro de 2013.

LEI N° 979/2013 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O RECEBIMENTO DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Art.1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação do ESTADO DE SANTA CATARINA, o imóvel identificado como UMA ÁREA DE TERRAS, com superfície de dez mil metros quadrados (10.000,00 m²), sem benfeitorias, localizada com frente para Rua 13 de Maio em Vila Coração, município de Vargem Bonita - SC, Matrícula nº 5.113, Livro 02, Registro Geral do Ofício do Registro de Imóveis de Catanduvas - SC.

Art. 2º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à inscrição no Patrimônio Municipal, do bem ora recebido por doação e empenhar despesas de manutenção e registro do bem recebido.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Vargem Bonita, 10 de dezembro de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10 de dezembro de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei N° 980/2013 de 10 de Dezembro de 2013

LEI N° 980/2013 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO COM ENCARGOS BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação com encargos da UNIÃO FEDERAL, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma máquina tipo Motoniveladora, modelo 845B cabine, marca Case, pintura castanho, combustível óleo diesel, chassi HBZN0845JDAF02999, nº motor 1139568, nova de fábrica, com especificações constantes do Termo de Doação com Encargos PAC 2 MDA.

Art. 2º - Como encargos, o Município se compromete a executar e utilizar o bem doado para fins de recuperação de estradas vicinais e em obras para captação e armazenamento de água para garantir o abastecimento à população e animais.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 10 de dezembro de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10 de dezembro de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N 188/2013

PORTARIA N 188/2013

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora públicos municipais infra relacionados:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
762	Arlete Terezinha Debastiani	10/03/11 a 09/03/12	18/11/213 a 11/12/13

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N 189/2013

PORTARIA N 189/2013

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora públicos municipais infra relacionados:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1334	Liliane Aparecida Chester Lins	02/05/11 a 11/05/12	20/11/13 a 18/12/13

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 20 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 180/2013

PORTARIA N. 180/2013

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "DEBORA LUCIANA LAZAROTO", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 02/12/1970, portadora do CPF n. 897.853.639-53, carteira de identidade n. 11/R 2.145.792, título eleitoral n. 26537000914,

ocupante do cargo efetivo de "OPERADOR C.P.D", nível 21, classe/referência "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 03 (três) meses consecutivos, a contar de 01 de Novembro de 2013 a 31 de Janeiro de 2014, conforme faculta o artigo 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivo:

1º) De 17/10/1994 a 01/02/1996 = 01 ano, 03 meses e 15 dias e

2º) De 02/02/1996 a 16/10/1999 = 03 anos, 08 meses e 15 dias = 05 anos

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 181/2013

PORTARIA N. 181/2013

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidor "VIVALDINO RODRIGUES DOS SANTOS", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 17/06/1957, portador do CPF n. 494.156.709-91, carteira de identidade n. 11/R 658.421, título eleitoral n. 7844750914, ocupante do cargo efetivo de "MECANICO", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 88 (oitenta e oito) dias consecutivos, a contar de 01 de Novembro a 27 de Janeiro de 2014, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/09/2007 a 30/08/2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Novembro 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 182/2013

PORTARIA N. 182/2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "TALITA JOSIANE LEITE RADA-VELLI", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 03/06/1989, inscrita no CPF n. 075.161.159-08, carteira de identidade n. 11/R 5.423.123, título eleitoral n. 048792100914, ocupante do cargo efetivo de "MONITOR", nível 04, classe/referência "A", anexo 1, nomeada através da portaria n. 328/2011 de 01 de Fevereiro de 2011, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 183/2013

PORTARIA N. 183/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "ANGELA APARECIDA FELIX", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 08/07/1984, inscrita no CPF n. 052.466.139-17, carteira de identidade n. 11/R 3.928.162, título eleitoral n. 041274860957, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(ESF)", nível 1, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013, com vencimentos de lei a partir de 01 de Novembro de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Novembro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 184/2013

PORTARIA N. 184/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "CAMILA CRISTINA MOZZER DO PRADO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 09/03/1991,

inscrita no CPF n. 010.307.429-52, carteira de identidade n. 5.158.461, título eleitoral n. 051517000906, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(ESF)", nível 1, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013, com vencimentos de lei a partir de 01 de Novembro de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Novembro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 185/2013

PORTARIA N. 185/2013

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "GISLAINE BONATTO", brasileira, solteira, residente no município de Catanduvas-SC, nascida em 04/07/1984, inscrita no CPF n. 042.075.149-10, carteira de identidade n. 4.152.659, título eleitoral n. 41088460981, para exercer o cargo de "DIRETOR" de CULTURA, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 047/2013 de 01 de Fevereiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 14 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 186/2013

PORTARIA N. 186/2013

"REVOGA PORTARIA N. 069/2013 DE 01 DE MARÇO DE 2013 QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 069/2013 de 01 de março de 2013, que nomeia "GISLAINE BONATO", brasileira, solteira, nascida em 04/07/1984, inscrita no CPF n. 042.075.149-10, carteira de identidade n. 4.152.659, título eleitoral n. 41088460981, ocupante do cargo comissionado de "DIRETOR", para exercer a função de "OPERADOR MUNICIPAL MASTER" para operar o Sistema de registro de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bola Família.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 14 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 187/2013

PORTARIA N. 187/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "JUCILENE DOS SANTOS SANCHES", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 13/01/1987, inscrita no CPF n. 054.277.569-73, carteira de identidade n. 4.621.082, título eleitoral n. 044164230981, para exercer em ESTÁGIO PROBATORIO o cargo de "AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(ESF)", nível 1, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013, com vencimentos de lei a partir de 18 de Novembro de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Novembro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 190/2013

PORTARIA N. 190/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "NELCY APARECIDA DE ABREU", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 09/10/1968, inscrita no

CPF n. 789.305.109-49, carteira de identidade n. 11/R 3.636.623, título eleitoral n. 024760750973, "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", anexo 3, cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013, com vencimentos de lei a partir de 21 de Novembro de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Novembro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 191/2013

PORTARIA N. 191/2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "MANUELA CORRÊA DE QUADROS", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 08/08/1986, inscrita no CPF n. 056.566.9499-41, cédula de identidade n. 11/R- 4.797.247, título eleitoral n. 044169250965, ocupante do cargo efetivo de "AUXILIAR DE ENFERMAGEM", nível 07, classe/referência "J", anexo 3, nomeada através da portaria n. 565/2006 de 01 de Novembro de 2006, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Contrato Administrativo N°. 129/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 129/2013

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melênia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, residente e domiciliada em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.797.417/0001-40 e

Inscrição Estadual sob o n°. 374.115.913.114, com sede à Rua XV de Novembro, 1553, Bairro São Vicente, Itapira - SP, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador Sr. Plínio Cremasco Junior, inscrito no CPF sob n.º 777.240.628-20, e CI n°. 4.437.966, doravante denominado CONTRATADO, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão n°. .026/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de 03 (três) Colhedora de Forragens – Ensiladeira, marca Cremasco, conforme Proposta Comercial efetuada pela Contratada, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 44.850,00 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

QUADRO DO OBJETO:

QDADE	UNID	DESCRIÇÃO
03	Equip.	Colhedora de forragem (Ensiladeira) com 04 rolos recolhedores, 24 tamanhos de corte (02 a 41 mm), 01 rotor, 12 facas, comando hidráulico, com bica de saída giratória de acionamento manual para lançamento da forragem picada em carreta ou caminhão, com produção aproximada entre 20 a 25 toneladas/hora, mínimo de 540 RPM na tomada de força, transmissão por correia, potência para acionamento na tomada de força necessária acima de 50 CV. MARCA/MODELO: CREMASCO/CUSTOM 930 CII 12 FACAS. Valor Unitário: R\$ 14.950,00 (Catorze mil, novecentos e cinquenta reais). Valor Total: R\$ 44.850,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será à vista, mediante a apresentação da Nota Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, informada nos termos do ANEXO I do Edital do Processo Licitatório.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. A Contratada deverá entregar os Equipamentos, objeto deste Contrato, na Sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC.

4.2. A Contratada entregará os Equipamentos, nas condições, especificações e garantias oferecidas, de acordo com a proposta comercial vencedora deste Processo de Licitação.

4.3. O prazo de entrega dos Equipamentos é de 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

4.3. As despesas decorrentes da entrega dos Equipamentos, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas do Licitante Contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Processo Licitatório N° 043/2013 – Pregão N° 026/2013, Lei Federal n°. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n° 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 11 de Dezembro de 2013

MELÊNIA A. ROMAN MENEGHINI

CONTRATADA

PLÍNIO CREMASCO JUNIOR

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Contrato Administrativo N°. 130/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 130/2013

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, n° 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ n° 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melênia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF n° 710.974.499-04, residente e domiciliada em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa METALURGICA FREITAS - VANDERLEI FREITAS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 05.852.250/0001-73 e Inscrição Estadual sob o n°. 253/0005189, com sede à Rua São João, 1699, Centro, Boqueirão do Leão -RS, neste ato representada pelo Empresário Sr. Vanderlei Freitas, inscrito no CPF sob n.º 548.157.030-00, doravante denominado CONTRATADO, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão n°. .026/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de 02 (duas) Carreta Agrícola metálica marca Metal Freitas, Modelo MF Me 6T, conforme Proposta Comercial efetuada pela Contratada, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 29.800,00 (Vinte e nove mil e oitocentos reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

QUADRO DO OBJETO:

QDADE	UNID	DESCRIÇÃO
-------	------	-----------

02	Equip.	Carreta agrícola metálica, rodado tandem, pneus novos, Aro 16", capacidade volumétrica mínima de 8 m³, capacidade de carga mínima de 06 toneladas, acionamento hidráulico para bascular, sistema de válvula de retenção no pistão hidráulico, chapa das tampas laterais com espessura mínima de 2,00mm, com pontaletes nas quatro laterais com espessura mínima de 4,75mm, Chassi mínimo 1/4" sobre Chassi de no mínimo 3/16", assoalho com chapa espessura mínima de 3,00mm.
----	--------	---

MARCA: METAL FREITAS. MODELO: MF Me 6T.

Valor Unitário: R\$ 14.900,00 (Catorze mil e novecentos reais)

Valor Total: R\$ 29.800,00 (Vinte e nove mil e oitocentos reais).

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será à vista, mediante a apresentação da Nota Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, informada nos termos do ANEXO I do Edital do Processo Licitatório.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. A Contratada deverá entregar os Equipamentos, objeto deste Contrato, na Sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC.

4.2. A Contratada entregará os Equipamentos, nas condições, especificações e garantias oferecidas, de acordo com a proposta comercial vencedora deste Processo de Licitação.

4.3. O prazo de entrega dos Equipamentos é de 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

4.3. As despesas decorrentes da entrega dos Equipamentos, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas do Licitante Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Processo Licitatório Nº 043/2013 - Pregão Nº 026/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 11 de Dezembro de 2013 .

MELÊNIA A. ROMAN MENECHINI	VANDERLEI FREITAS
CONTRATADA	CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: 2ª Nome:

CPF: CPF:

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 68/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2013-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 68/2013-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO PROGRAMA DE SAÚDE DO IDOSO NO PAME - 24 HORAS E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 03/01/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 10 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial N° 69/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 69/2013-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 69/2013-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 03/01/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 10 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 031/2013

PORTARIA N° 031/2013

Concede Férias a EZEQUIEL CARLOS DE OLIVEIRA.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 03 (três) dias de férias ao Servidor Ezequiel Carlos de Oliveira, portaria de nomeação n° 021/2010, Cargo de Provimento Efetivo Técnico de Nível Superior, Código 003, nível alfabético CE-3, referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013, a partir de 11 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei n° 2.070/08.

Videira (SC), 11 de dezembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Presidente

Vice-Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

1ª Secretária

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto N° 067/2013

DECRETO N° 067/2013

PRORROGA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ENXURRADAS - 1.2.2.0.0, CONFORME IN/MI N° 01/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas no inciso XXX, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal, de 12/09/1990, Decreto federal n.º 895/93, de 16/08/93, Lei n.º 10.925/98 de 22/09/98, Resolução n.º 03, do Conselho Nacional

de Defesa Civil e tendo em vista o estado em que se encontra o Município de Vitor Meireles/SC.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada em mais 90 (noventa dias) dias o ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em todo o território do Município de Vitor Meireles/SC, declarado pelo Decreto n° 046/2013.

Art. 2º - A prorrogação se faz necessária para que o município possa atender todos os pontos que foram afetados em decorrência dos eventos climáticos de setembro, que continuam trazendo sérios problemas ao Município principalmente nas áreas rurais, como os estragos nas estradas vicinais, destruição de bueiros, destruição de pontes e barreiras nas encostas das entradas e nas serras do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 12 de Dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO N° 055/11.

Portaria N° 233/2013

P O R T A R I A N° 233/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal n° 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: BIANCA BEATRIZ CAXIAS CRIRI

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria n° 096/2013, de 06 de maio de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 09 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de dezembro de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 0659/09 e do Decreto n° 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO N° 055/11.

Portaria N° 234/2013
P O R T A R I A N° 234/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: BU CUTSCHO

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 095/2013, de 06 de maio de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 09 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de dezembro de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

Lei 1332

LEI Nº 1332, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013
ALTERA O ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.145, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010, ACRESCENTANDO SEU PARÁGRAFO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou com emenda e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. O art. 4º da Lei Municipal nº 1.145, de 11 de novembro de 2010, passará a ter Parágrafo Único, com a seguinte redação:

Art. 4º.

Parágrafo Único - "Para aqueles projetos de loteamento imobiliário devidamente apresentados no setor público municipal competente até a data de publicação desta lei, as vias poderão terminar sem praça de retorno nas divisas de glebas a arruar, situação que não se estende aos projetos posteriores, que deverao respeitar o caput".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de novembro de 2013.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

ARLINE CAON

Diretor(a)

Termo de Compromisso PP 66/2013

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 66/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 04.991.001/0001-04, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). SEDENIR FORMAGINI, portador(a) do CPF nº 928.801.699-68 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 66/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Peças para consertar Ensiladeiras Marca Noqueira pertencentes à frota do Departamento de Agricultura.

Item	Quant	Unid.	Preço Unitário Máximo em R\$	Especificação
1	20	PÇ	734,00	CORREIA ROTOR 2911805
2	15	PÇ	43,90	JOGO LANÇADOR 6481065
3	15	PÇ	462,50	POLIA DO ROTOR 160MM 6480889
4	15	PÇ	40,00	JOGO ARRASTADOR 6481000
5	25	PÇ	528,00	DISCO DE CORTE 6482207
6	30	PÇ	14,20	GRAXEIRA LONGA 1/8 X 5/16 2902516
7	30	PÇ	7,60	GRAXEIRA LONGA 1/8 X 3/4 2902513
8	18	PÇ	345,00	PEDRA CONJUNTO 6486138
9	15	PÇ	956,00	AFIADOR COMPLETO 6486283

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 66/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 12 de dezembro de 2013.

FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA SEDENIR FORMAGINI CPF: 928.801.699-68	MAURO JUNES POLETTI Prefeito Municipal
--	---

Associações

AMMVI

Resolução 26/2013 Suspensão das Atividades No Final Deste Exercício e Início do Próximo Ano, Autorizando Recesso Ou Férias Regulares Fracionadas

RESOLUÇÃO nº 26/13

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso ou férias regulares fracionadas e concedendo auxílio-alimentação adicional aos empregados da AMMVI.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, fundamentado no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, no § 2º do art. 59, § 1º do art. 134 e art. 139, "caput" e § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Convenção nº 132 da OIT (incorporado ao ordenamento jurídico pátrio na forma do Decreto nº 3.197, de 05/10/1999); e Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nas Prefeituras e nos demais órgãos públicos vinculados aos Municípios filiados à AMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AMMVI no período de 23.12.2013 à 08.01.2014, autorizando o gozo de recesso ou férias regulares fracionadas aos empregados e colaboradores (estagiários).

§ 1º - Serão concedidas férias em dois períodos aos empregados

da AMMVI, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 15 (quinze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanescendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da LEI.

§ 2º - Neste período, os estagiários terão o gozo de recesso regular fracionado, considerando-se neste período 15 (quinze) dias, devidamente remunerados.

Art. 2º - No mês de dezembro de 2013, os empregados da AMMVI serão beneficiados com a concessão, em dobro, do auxílio-alimentação, instituído através da Resolução nº 08/02.

Parágrafo Único - A concessão do benefício adicional de que trata este artigo, estende-se aos contratados em regime de estágio.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 11 de Dezembro de 2013; 44º Ano de Fundação.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

Resolução 27/2013 Estabelece o Valor das Contribuições dos Municípios Associados À Ammvi Para o Período de Janeiro a Dezembro de 2014.

RESOLUÇÃO nº 27/13

Estabelece o valor das contribuições dos Municípios associados à AMMVI para o período de janeiro a dezembro de 2014, e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e Considerando-se que a alínea "g" do artigo 21 estabelece competência para Assembleia Geral fixar, por meio de Resolução, a contribuição dos Municípios associados, em valor fixo, limitado ao máximo de 1,2% do valor anual de recebimento de repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, para atender às despesas de custeio das atividades e de formação do Patrimônio da Associação;

Considerando-se a aprovação dos valores das contribuições dos Municípios associados, para o período de janeiro a dezembro de 2014, na Assembléia Geral realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica definido o valor das contribuições dos Municípios associados para o período de janeiro a dezembro de 2014, na forma que segue:

Município	Contribuição Anual
Apiúna	R\$ 73.644,00
Ascurra	R\$ 73.644,00
Benedito Novo	R\$ 98.022,00
Blumenau	R\$ 644.940,00
Botuverá	R\$ 73.230,00
Brusque	R\$ 405.258,00
Doutor Pedrinho	R\$ 75.276,00
Gaspar	R\$ 276.628,00
Guabiruba	R\$ 146.780,00
Indaial	R\$ 268.770,00
Pomerode	R\$ 171.360,00
Rio dos Cedros	R\$ 98.124,00
Rodeio	R\$ 98.124,00
Timbó	R\$ 214.200,00

§ 1º - O valor da contribuição no período será repassado

gradativamente em parcelas vencíveis nas mesmas datas de efetivação dos recebimentos do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, regularmente ocorridos nas datas de 10, 20 e 30 de cada mês, guardando proporcionalidade com o valor de cada repasse.

§ 2º - Compete a AMMVI informar os valores de cada parcela, observando-se as disposições do parágrafo anterior e o limite estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 11 de dezembro de 2013; 44º Ano de Fundação.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI

Resolução 28/2013. Estima a Receita e Fixa a Despesa da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - Ammvi Para o Exercício de 2014.

RESOLUÇÃO nº 28/13

Estima a Receita e fixa a Despesa da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o exercício de 2014, e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SHUSTER JUNIOR, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e fundamentado nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000);

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o exercício de 2014, aprovado pela Assembléia Geral, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 3.995.000,00 (três milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais).

§ 1º - A receita da AMMVI será realizada mediante a arrecadação de transferência dos municípios, rendas e outras receitas correntes, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Correntes	2.846.200,00
Receitas Patrimoniais	148.000,00
Transferências Correntes	2.718.000,00
Transferência de Municípios	2.718.000,00
- Município de Apiúna	73.644,00
- Município de Ascurra	73.644,00
- Município de Benedito Novo	98.022,00
- Município de Blumenau	644.940,00
- Município de Botuverá	73.230,00
- Município de Brusque	405.258,00
- Município de Doutor Pedrinho	75.276,00
- Município de Gaspar	276.628,00
- Município de Guabiruba	146.780,00
- Município de Indaial	268.770,00
- Município de Pomerode	171.360,00
- Município de Rio dos Cedros	98.124,00
- Município de Rodeio	98.124,00
- Município de Timbó	214.200,00
Outras Receitas Correntes	20.00000
Receita de Capital	921.800,00
Transferência de Capital	921.800,00
TOTAL	3.995.000,00

§ 2º - As despesas de custeio da AMMVI serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Secretaria Executiva	353.935,00
Secretaria Geral e Administrativo/ Financeiro	2.357.220,00
Assessoria Econômica e Contábil/ Orçamentária	231.564,00
Assessoria Jurídica	319.171,00
Assessoria de Planejamento e Engenharia	436.570,00
Assessoria Saneamento Básico	282.540,00
Reversa de Contingência	14.000,00
TOTAL	3.995.000,00

Art. 2º - A Presidência da AMMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência da AMMVI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 11 de dezembro de 2013; 44º Ano de Fundação.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Presidente da AMMVI



**Programa de
Gestão Tributária**



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Consórcios

AGIR

Decreto Nº 007/2013 - AGIR

DECRETO Nº 007/2013

NOMEIA O VICE-PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGIR COMO PRESIDENTE INTERINO DA AGIR.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra/SC e Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, Artigo 30 Inciso XI e observado o que dispõe o Artigo 31 e seus parágrafos:

Considerando a transferência do Cargo de Prefeito do Município de Ascurra/SC - na pessoa do Exmo. Sr. Moacir Polidoro - ao Exmo. Vice-Prefeito Sr. Aires Rogério Dalfovo, conforme Termo de Transferência de Cargo lavrado aos 29 de novembro de 2013 e cujo afastamento dar-se-á em conformidade com a Lei Orgânica do Município para o gozo de férias do Prefeito Moacir Polidoro no período de 02 de dezembro de 2013 à 02 de janeiro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, nos termos do que prevê o Artigo 31 e seus parágrafos do Estatuto do Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, o Prefeito do município de Doutor Pedrinho/SC - Exmo. Sr. Hartwig Persuhn - como Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, cujo mandato iniciar-se-á no dia 02 de dezembro de 2013 e expirar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano, nos termos do Artigo 32 do referido Estatuto da AGIR.

Art. 2º - Ao Presidente nomeado são outorgadas todas as competências e responsabilidades preconizadas no Artigo 30, entre outras disposições legais constantes do Estatuto da AGIR.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ad referendum da Assembleia Geral da AGIR.

Blumenau (SC), em 29 de novembro de 2013.

MOACIR POLIDORO

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº 046/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 046/2013

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NO FINAL DESTE EXERCÍCIO E INÍCIO DO PRÓXIMO ANO, AUTORIZANDO RECESSO E/OU FÉRIAS REGULARES FRACIONADAS AOS SERVIDORES DA AGIR.

HARTWIG PERSUHN, Presidente em exercício da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nos Municípios consorciados à AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AGIR no período de 23/12/2012 à 12/01/2014, autorizando o gozo de recesso e/ou férias regulares fracionadas de seus servidores.

Parágrafo Único. Serão concedidas férias em dois períodos aos servidores da AGIR, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 17 (dezessete) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanescendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da LEI.

Art. 2º - Será concedido 30 (trinta) dias de férias regulares para a servidora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR, no período de 23/12/2013 à 25/01/2014 e para a servidora Diandra Mendes Medeiros - Ouvidora da AGIR - no período de 20/12/2013 à 22/01/2014.

Art. 3º - Reconhece como feriados nacionais os dias 25/12/2013 (Natal) e 01/01/2014 (Confraternização Universal).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 10 de dezembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente em exercício da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº 047/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 047/2013

DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 24/12/2013 E 31/12/13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARTWIG PERSUHN, Presidente em exercício da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando que as atividades da AGIR se estenderão até 20/12/2013 (sexta-feira) e que a suspensão das atividades e consequentemente o início das férias coletivas será a partir do dia 23/12/2013 (segunda-feira), intercalando-se a terça-feira dia 24/12/2013, antes dos festejos de natal e o dia 31/12/2013, igualmente terça-feira, antes do dia 01/01/2014, dia da Confraternização Universal;

Considerando que o início das férias coletivas se dará em 23/12/2013, e que a grande maioria dos Municípios consorciados já estará sem expediente de atendimento ao público;

Considerando que os serviços da AGIR ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da AGIR nestes dias, sem prejuízo aos Municípios consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos servidores da AGIR nas datas de 24 e 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º - O servidor que desempenhar suas funções normalmente nas datas de que trata o "caput" do Artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AGIR, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 10 de dezembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente em exercício da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução N° 048/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO N° 048/2013

SUSPENDE OS PRAZOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA AGIR NO PERÍODO DE 23/12/2013 A 12/01/2014.

HARTWIG PERSUHN, Presidente em exercício da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO que todos os entes consorciados da AGIR estarão com suas atividades paralisadas em razão de festividades de final de ano;

CONSIDERANDO que as demais entidades que se encontram abrigadas no prédio onde funciona a Agência entrarão em férias coletivas e os serviços básicos estarão interrompidos;

CONSIDERANDO o número reduzido de servidores à serviço da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender os prazos referentes aos processos administrativos em tramitação na Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, sem prejuízo dos atos e ações urgentes e obrigatórios, no período de 23 de dezembro de 2013 a 12 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 10 de dezembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente em exercício da Diretoria Executiva da AGIR

CIGA**Resolução N° 58/2013, de 11 de Dezembro de 2013**

Resolução n° 58/2013, de 11 de dezembro de 2013

Suplementa o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2013.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 36/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por conta de excesso de arrecadação previsto no exercício de 2013, suplementando as dotações abaixo descritas:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
02.01	19.126.0002	2.002	3.3.9.0	0.2.00	R\$ 15.000,00
TOTAL					R\$ 15.000,00

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

CINCO**Resolução N° 0036 _2013**

Resolução n. 036/2013

Dispõe sobre a rescisão de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o contrato por prazo determinado n. 0003/2013, a pedido da JOSILEI ZANCANARO PAGNUSSATT brasileira, casada, portador de RG n. 4.948.036, inscrita no CPF sob n. 058.001.569-64, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC na data de 13 de dezembro de 2013 nos moldes do Protocolo de Intenção, Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2013

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preço PP 0005/2013 - Consulta Fraiburgo

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0005/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com

pedidos parcelados, de móveis diversos para escritório e ar condicionados, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Fraiburgo, durante o período de 09 de dezembro de 2013 a 30 de abril de 2014.

FORNECEDOR:

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT13CINCO2079.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.12.2013 a 30.04.2014. PAL nº: 0022/2013 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0005. Registro de Preços nº: 0021.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Ata N. 07 _2013 - Reunião Colegiado Compras

ATA 07/2013 - REUNIÃO COLEGIADO DE COMPRAS CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às 13:30h, na sede do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, sito à Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, em segunda convocação e às catorze horas, participaram da reunião ordinária do Colegiado de Compras do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, os seguintes membros titulares, a Secretária Executiva do Colegiado, o representante do CINCO e demais participantes: Poliana Carla Haas, Rejane Spanholo Abraão, Dirceu Joanin de Freitas, Delcir Barzotto, Zuriel M. Azzolini Bussi, Sintia

Bogo Perotto, Josilei Zancanaro Pagnussatt, Luiz Fernando Raldi, Adinéia Ferreira Oliveira Melo, Ana Maria Werner, Evandro com a devida convocação nº 07/2013, publicada no DOM Edição nº. 1382 de 05 de dezembro de 2013, obedecidas as disposições do Regimento Interno, objetivando tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia: I- Emissão de Orientações Técnicas formuladas a partir de uma consulta pelos órgãos dos municípios; II- Discussão de Instalação de Câmaras Técnicas; III- Exigências para o recebimento dos medicamentos psicotrópicos; IV- Fracionamento/apresentação de medicamentos; V- Editais Complementares; VI- Assuntos Gerais. A Presidente do Colegiado de Compras Srta. Poliana Carla Haas deu as boas vindas e verificando estarem presentes o número mínimo de membros titulares deu início aos trabalhos, onde solicitou para que os participantes se manifestem sobre os itens que serão debatidos conforme pauta. Referente ao item I- Emissão de Orientações Técnicas formuladas a partir de uma consulta pelos órgãos dos municípios, foi debatido alguns pontos dos quais podem ser efetuadas as orientações e que os membros do colegiado tragam assuntos que necessitem orientação para que o colegiado inicie os trabalhos de emissão das orientações técnicas. Na sequência foi iniciado o item II- Discussão de Instalação de Câmaras Técnicas onde foi mais uma vez repassado que quando necessário tratar de algum assunto específico, o colegiado poderá solicitar a instalação da Câmara técnica, Ato contínuo o item III- Exigências para o recebimento dos medicamentos psicotrópicos: o assunto foi comentado com os membros, os quais concordaram com necessidade do farmacêutico responsável (certidão de regularidade) e alvará sanitário, para assim proceder o fornecimento, visto que se trata de medicamentos controlados, os quais ficam na guarda do farmacêutico responsável, podendo ser dispensado por ele. Dando continuidade a pauta, item IV- Fracionamento/apresentação de medicamentos: foi debatido referente o assunto e ficou definido que vai ser buscado métodos de informação referente a apresentação de cada item para facilitar que os pedidos e o planejamento saiam de acordo com a apresentação de cada item. Referente ao item V- Editais Complementares: foi repassado pelo Sr. Luiz Fernando Raldi, que em alguns editais, devido alguns itens não terem cotação, estarão sendo lançados editais complementares. No item VI- Assuntos Gerais: Foi debatido sobre quando será suspenso a obrigação do fornecedor de efetuar a entrega dos itens solicitados; ficou definido que ficará facultado ao fornecedor a entrega de materiais caso haja débitos do Município com o mesmo, ficando o fornecedor com prazo suspenso de fornecimento até que a situação se regularize. (Falta de documentos, no caso de psicotrópicos e débitos com o fornecedor). Também foi apresentado que devido alguns fornecedores faturar quantidades divergentes do autorizado, o consórcio está exigindo que o fornecedor substitua os documentos de acordo com a quantidade autorizada, foi repassado para os membros ficarem alerta para que, o responsável por receber os materiais no Município não aceite qualquer item em divergência do autorizado, e que qualquer divergência nas entregas deverá ser comunicado o Consórcio para que, tome as medidas necessárias. Outro ponto debatido foi o envio de planilhas iniciais para a realização de novas licitações, onde atualmente diversas secretarias enviam seus pedidos, o que dificulta controlar caso alguma não envie, neste caso ficou definido que cada município terá uma pessoa responsável, para juntar e encaminhar as devidas listas no prazo estipulado. Ficou definido que a próxima reunião será no dia 21 de janeiro de 2014, às 13:30hs, devendo os membros indicarem assuntos que queiram incluir em pauta, contratação de agência/jornal para publicações diversas, vigência das atas e contratos. Por fim Poliana Carla Haas, fez seus comentários e deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a mim, Secretária-Executiva, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada pela Diretoria,

por mim, Secretária-Executiva, e pelos demais participantes, como sinal de sua aprovação. Fraiburgo, SC, 10 de dezembro de 2013. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada.

POLIANA CARLA HAAS

Presidente

Representante de Videira

DELCIR BARZOTTO

Membro do Município de Monte Carlo

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Membro do Município de Macieira

DIRCEU JOANIM DE FREITAS

Membro do Município de Matos Costa

SINTIA BOGO PEROTTO

Membro do Município de Tangará

ZURIEL MARCO AZZOLINE BUSSI

Membro do Município de Salto Veloso

EVANDRO THESING

Participante do Município de Salto Veloso

ANA MARIA WERNER

Participante do Município de Lebon Régis

LISIANE LOCATELLI

Participante do Município de Macieira

ADINÉIA F. OLIVEIRA MELO

Participante do Município de Pinheiro Preto

LUIZ FERNANDO RALDI

Representante do CINCO

JOSILEI ZANCANARO PAGNUSSATT

Secretária-Executiva

Representante do CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0013/2013 - Consulta Salto Veloso

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Salto Veloso, durante o período de 09 de dezembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDOR:

S & R DISTRIBUIDORA LTDA- Ata nº AT13CINCO2080.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.12.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0023/2013 - Complementar Pneus

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0023/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, durante o período de 04 de dezembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014.

FORNECEDORES:

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1942.;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1943;
MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1944;
MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1945;
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA - Ata nº AT13CINCO1946;
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA - Ata nº AT13CINCO1947.
Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 04.12.2013 a 31.01.2014. PAL nº: 0024/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0023.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CISAM

Edital de Convocação - Assembléia Geral Extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembléia Geral Extraordinária que será realizada no dia 18 de dezembro de 2013, às 14:30 horas, no auditório do SIMAE (Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto), sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz, município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Abertura;
- b) Prestação de contas da situação financeira atual do Consórcio e repasse de informações quanto à situação da obra do laboratório;
- c) Discussão e aprovação de Resolução, com definição da forma e critérios de prestação dos serviços de regulação;
- d) Discussão e aprovação de Resolução, com definição da forma de prestação de contas do Consórcio aos municípios consorciados;
- e) Análise dos locais para sede provisória do consórcio até conclusão da obra;
- f) Definição de empresa responsável pela realização de Concurso Público;
- g) Leitura e aprovação da ata;
- h) Encerramento.

Capinzal/SC, 09 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Presidente

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br